

Maria Manuel Baptista,  
Alexandre Rodolfo Alves de Almeida  
Rui Alexandre Grácio  
(Org.)

# Estudos Culturais em Portugal:

cartografias, desafios e possibilidades



GRÁCIO  
EDITOR



Maria Manuel Baptista,  
Alexandre Rodolfo Alves de Almeida  
Rui Alexandre Grácio  
(Org.)

# Estudos Culturais em Portugal:

## cartografias, desafios e possibilidades

---



---

### FINANCIAMENTO



Projeto: UIDP/04188/2020



## FICHA TÉCNICA

### **Título:**

Estudos Culturais em Portugal:  
cartografias, desafios e possibilidades

### **Organização:**

Maria Manuel Baptista  
Alexandre Rodolfo Alves de Almeida  
Rui Alexandre Grácio

### **Apoio à revisão:**

Francisco Welligton Barbosa Jr

### **Capa:**

Grácio Editor

### **Design gráfico:**

Grácio Editor

1ª Edição: dezembro de 2022

ISBN: 978-989-53846-7-9 (impresso)

ISBN: 978-989-53846-8-6 (digital)

Grácio Editor

Travessa da Vila União, n.º 16, 7.º Drt

3030-217 COIMBRA

Telef.: 916 600 624

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: www.ruigracio.com

Esta obra foi financiada por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDP/04188/2020.

Este livro está licenciado sob uma licença Creative Commons CC BY 4.0.

Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>

### **1º Congresso da Rede Nacional em Estudos Culturais Cartografias, Desafios e Possibilidades**

26 e 27 de maio de 2022

Universidade de Aveiro

### **Entidades Organizadoras**

Rede Nacional em Estudos Culturais – RNEC

Centro de Línguas Literaturas e Culturas – CLLC

### **Comissão Organizadora**

Maria Manuel Baptista – Presidente

### **Comissão Executiva**

Alexandre Almeida – Coordenação geral

Fernanda de Castro

Francisco Welligton Barbosa Jr

### **Secretariado Executivo**

Gabriela Nicolau dos Santos

Lana de Araújo Gomides

Renata Castelo Branco Araujo

### **Programação Cultural**

Beatriz Yaunner

Jacinta Bola

Maria Joana Alves Pereira

Telmo Ferreira

Thaís Azevedo

### **Comunicação**

Alexandre Almeida

Ana Correia

Rodolfo Gomes Pereira

# ÍNDICE

<b>As palavras, as práticas e as perspetivas: Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade ....</b>	<b>7</b>
Maria Manuel Baptista e Rui Alexandre Grácio	
<b>Literaturas, culturas e transculturadas no Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta .....</b>	<b>21</b>
Rosa Maria Sequeira e José Eduardo Franco	
<b>O ressonante: cruzamentos entre Estudos Culturais e Retórica .....</b>	<b>39</b>
Rui Alexandre Grácio	
<b>Projeções e Desenvolvimentos da Comunicação Intercultural.....</b>	<b>61</b>
Rosa Maria Sequeira	
<b>O Centro de Estudos Interculturais (CEI) do Politécnico do Porto: Primeiro entre desiguais .....</b>	<b>73</b>
Clara Sarmento	
<b>Estudos culturais e interdisciplinares, património e impresso: excursão exploratória pelas actividades do CHAM – Centro de Humanidades .....</b>	<b>85</b>
Daniel Melo e Margarida Rendeiro	
<b>Ilhados, desilhados e embarcações: os estudos culturais na Universidade dos Açores .....</b>	<b>97</b>
Maria da Luz Correia e Leonor Sampaio da Silva	
<b>Cultura de Fãs em Portugal – Estudos Culturais no campo dos media.....</b>	<b>117</b>
Gabriela Borges; Daiana Sigiliano e Mirian Tavares	
<b>Transversalidades dos Estudos Culturais – a prática do Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra.....</b>	<b>131</b>
Catarina Martins	

**Licenciatura em Mediação Artística e Cultural:  
percursos de construção e afirmação de uma área  
de transformação e desenvolvimento social .....139**  
Cristina Barroso Cruz e Laurence Vohlgemuth

**Ciências da Cultura na UTAD:  
percurso (e atribuições) de uma área científica .....151**  
Fernando Alberto Torres Moreira e Orquídea Maria Moreira Ribeiro

**Juventude e estudos (sub)culturais:  
revisitando um programa de pesquisa.....159**  
Ricardo Campos e José Alberto Simões

**Estudos Culturais e Turismo:  
Por um projeto comum, humanístico e democrático .....173**  
Ana Gonçalves

**Os Estudos Culturais e o Instituto de História Contemporânea  
da Nova/FCSH em 2022: uma perspectiva das suas práticas e desafios .....183**  
Filomena Serra

**Os cursos de cultura da Universidade da Madeira  
nos últimos vinte Anos – uma aposta de crescimento .....193**  
Luísa Antunes Paolinelli

**Diálogos e Memórias Culturais – A Pluralidade das Abordagens.....205**  
Adelaide Meira Serras

# AS PALAVRAS, AS PRÁTICAS E AS PERSPETIVAS: MULTIDISCIPLINARIDADE, INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

## **Maria Manuel Baptista**

Universidade de Aveiro

Departamento de Línguas e Culturas (DLC)

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC)

## **Rui Alexandre Grácio**

Universidade de Aveiro

Departamento de Línguas e Culturas (DLC)

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC)

A presente introdução é constituída por dois momentos. No primeiro, apresentaremos a ideia de interdisciplinaridade como um denominador comum aos textos reunidos neste livro<sup>1</sup>, tecendo uma perspetiva problematizadora sobre o seu significado. No segundo, faremos uma reflexão sobre os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, articulando-os de forma a elucidar o que diferencia as perspetivas que surgem sob as designações de Ciências da Cultura, Estudos da Cultura e Estudos Culturais.

## **I. O ENSINO E A INVESTIGAÇÃO EM CULTURA: O QUE HÁ DE PROBLEMÁTICO E DE FECUNDO NA INTERDISCIPLINARIDADE?**

Para além dos relatos e das informações que os vários colaboradores deste livro apresentam sobre as instituições em que se encontram inseridos, pondo em evidência as múltiplas possibilidades e direções investigativas que os Estudos Culturais assumem no contexto português, há um denominador

---

<sup>1</sup> A presente publicação teve origem no 1.º Congresso da Rede de Estudos Culturais (RNEC), subordinado ao tema *Cartografias, Desafios e Possibilidades*, realizado nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2022 na Universidade de Aveiro e reúne contributos de muitos dos participantes nesse evento.

comum, ou uma *keyword*, que, de uma ou de outra forma, atravessa todas as contribuições. Essa palavra de ordem é “interdisciplinaridade” e surge como uma marca epistemológica dos próprios Estudos Culturais.

Talvez importe, a partir dessa constatação, perguntar sobre o que insta a proclamar tão unanimemente a interdisciplinaridade como característica dos Estudos Culturais. Talvez valha a pena interrogar sobre porque é que se atribuem certos perigos e certas virtudes à interdisciplinaridade, numa ambivalência que persiste; em suma, será interessante tentar perceber para que caminho aponta esta necessidade de criar alternativas a um certo monolitismo disciplinar que, em termos das dinâmicas culturais, se revela notoriamente insuficiente.

O apelo à interdisciplinaridade e a ambivalência com que ele se confronta é bem ilustrada pelas palavras de uma das colaboradoras deste livro:

A interdisciplinariedade é precisamente o que nos permite, segundo Turner (2011), a remoção de barreiras entre as várias disciplinas e sua compartimentalização, permitindo, assim, o acesso a objetos de estudo que haviam sido tornados invisíveis por estruturas tradicionais com barreiras disciplinares bem definidas. Curiosamente, esta interdisciplinaridade, que caracteriza quer os estudos culturais, quer os estudos de turismo, e que é tida como eminentemente positiva, tem sido simultaneamente alvo de críticas devido à alegada falta de rigor e metodologia que estas áreas de estudo oferecem por se apropriarem, alegadamente de forma superficial, das metodologias de outras disciplinas. (Gonçalves, ver *infra*, pp. 174-175)

Uma das direções para responder a esta questão pode também ser encontrada na presente publicação. Hoje o horizonte “mundo” tornou-se um referente constante no discurso comum, convocando um holismo planetário em que a articulação entre o global e o local se interpenetram incessantemente. Não é assim estranho, por exemplo, vermos emergirem os Estudos Globais cujo objetivo “é analisar o mundo na sua complexidade histórica e na sua interconexão cultural, social e política, apoiando-se a sua metodologia na interdisciplinaridade e no descentramento cultural”. (Sequeira e Franco, ver *infra*, p. 21)

Esta presença do mundo global como horizonte, como um todo conectado, cartografado, mediatizado e interdependente exige novas formas de pensar e interpela-nos de uma forma complexa. Poder-se-á dizer que, historicamente, primeiro houve um avanço disciplinar do conhecimento científico, efetuado com base na exploração organizada (cf. Heidegger, 1962) solidário de um crescente



processo de especialização. Este progresso foi realizado de costas viradas para as exigências do círculo hermenêutico, ou seja, através de uma progressão feita por focalização no delimitado, por abstração do todo e de um primado atribuído ao método, quando, no que diz respeito ao círculo hermenêutico, se reclama justamente a compreensão da parte à luz do todo e do todo à luz das partes. Não era aliás por outra razão que H.-G. Gadamer (1977, p. 443) afirmava que “não há método que nos ensine a perguntar”.

No entanto, na vigência da nossa modernidade tardia e nesse *interregnum* que a parece caracterizar — em que as coisas já não são o que eram e ainda não são o que vão ser ((Bauman, 2007) —, vai emergindo progressivamente a consciência de que, após tantos movimentos de “autonomização” e de especialização — movimentos que produziram sem dúvida eficácia e alimentaram sem cessar a ideia de controlo —, acabámos por ser conduzidos a uma fragmentação excessiva, a um retalho e a uma atomização dispersa, caótica e distante do “mundo da vida”.

Com efeito, a arrumação em compartimentos que retalham rigidamente os assuntos através de estreitamentos focais metodológicos — gerando sem dúvida poder quanto à capacidade de prever e manipular — não parecem ser apropriados para o tratamento de questões que, mais do que produzir conhecimentos e domínio, são essenciais para a nossa orientação existencial no mundo e, concomitantemente, para que não se desista do horizonte de justiça a que sempre está associada à esperança enquanto componente motriz da própria vida.

Se, no presente livro, a condição de termos de lidar com a diversidade é várias vezes salientada, então o caminho da simplificação analítica deve dar lugar à via do pensamento complexo no qual o termo “articulação” é fundamental. Mas “articular”, no contexto da modernidade tardia e no jogo de linguagem dos Estudos Culturais, não é apenas ter em atenção a relação das partes e do todo (até porque este “todo” se tornou problemático e suspeito), mas atentar nas zonas fronteiriças onde as distinções são forçadas, nas divisões que elas permitem instituir e nos processos de normalização e de naturalização a que dão origem.

Acresce a isto que a tradicional ideia de produzir conhecimentos em função de objetivos a alcançar urge ser complementada por um trazer a primeiro plano a centralidade da noção de problema. Trata-se, com efeito, de identificar e formular problemas que implicam pensar e configurar, na sua multidimensionalidade, os assuntos que queremos tratar, sendo que esse pensamento não

tem de estar subordinado nem ao útil da finalidade concreta e imediata, nem ao cálculo. Mais do que organizar e disciplinar, é tempo de refletir sobre os modos de vida e sobre uma coexistência humana cuja dignidade e a dimensão ética não se quer adiaforizar.

Se pensarmos a cultura como um tecido de pressupostos constitutivos de qualquer ser e comunidade humanos nos quais ressoa, de algum modo, o sentir dos tempos (sendo, por conseguinte, algo que atravessa modos comuns de vida), então convocar os conhecimentos relevantes para equacionar os problemas parece ser uma prática necessária numa época pautada tanto pela fragmentação e pela quantidade de informação, quanto pelo desnorde que ambas acabam por gerar. Como observava Eduardo Giannetti numa reportagem televisiva, estamos a ficar obesos de informação e famintos de sentido.

Com efeito, a disciplinarização e o progresso das disciplinas por especialização provocaram um novo caos: o caos da fragmentação, que se repercute também num caos de comunicação e de cidadania. É também por isso que soaram as trombetas da necessidade da interdisciplinaridade, da necessidade de articulações que, mais do que explicações, produzam sentido e apego existencial. Tal significa que a compartimentação e a emergência da autoridade dos especialistas nos colocou em novas situações paradoxais que revelam que o conhecimento sem pensamento nos torna carentes de sentido e mais heterónomos e perdidos. Como notou Z. Bauman (2007, p. 231), “a competência especializada promete aos indivíduos os meios e técnicas para escapar da incerteza e ambivalência e assim controlar suas próprias vidas. Ela apresenta a dependência face aos especialistas como uma libertação do indivíduo, a heteronomia como autonomia”.

O que significa este clamar pela interdisciplinaridade, senão a necessidade de retomar a problematicidade do mundo na sua complexidade e, ao mesmo tempo, a falência do primado da epistemologia disciplinada? Que significa senão a emergência da retoma da componente libertadora e criativa do pensar? A apetência por uma abrangência a que nos desabituíamos face aos imperativos produtivos das tarefas específicas nas quais tantas vezes não conseguimos encontrar sentido existencial?

O pensamento questionador ronda, mas como um espectro recalcado pelo tipo de organização civilizacional que foi traçado a partir da modernidade e da secularização, nas quais o útil, a solução, a certeza, o assenhoreamento, a dominação e o controlo são os grandes vetores. Hoje somos confrontados com as consequências de tão obstinada exploração, com o reverso desse sonho que

foi e é, na expressão de M. M.a Carrilho (2022), o “paradigma do ilimitado”. E, sempre que é preciso colocar as questões a um nível mais holístico, os Estudos Culturais são uma boa via a seguir.

Afinal, como nos lembra Z. Bauman,

temos pouca ou nenhuma dúvida de que, em vez de ser uma força conservadora, a cultura está constantemente sondando, desafiando e pressionando o status quo para que mude. Cultura, nós podemos dizer, é uma faca pressionada contra o futuro. Dificilmente cultura e realidade estão plena e verdadeiramente em paz. Isso foi o que quis dizer ao re-presentar a cultura como práxis — a atividade em curso de reformular, simultaneamente, os padrões das ideias humanas e as práticas humanas.<sup>2</sup>

Num outro lugar, sublinhámos já a complexidade e o pensamento apto a lidar com a complexidade como a primeira característica dos Estudos Culturais:

A primeira característica que gostaríamos de destacar é a ideia de complexidade (Morin, s/d), a qual se revela, primariamente, num profundo compromisso com a ideia de complexidade do fenómeno cultural. Para além disso, os investigadores desta área colocam uma particular ênfase na produção contextual, multidimensional e contingente do conhecimento cultural, procurando refletir nos resultados da sua investigação a complexidade e o carácter dinâmico e até, frequentemente, paradoxal do objeto cultural que abordam. (Baptista, 2009, p. 452)

Em suma, talvez que uma das principais questões se coloque em termos da mobilização da nossa atenção. Os saberes disciplinados predeterminam a direção da nossa atenção, fazendo frequentemente mergulhar nos procedimentos metodológicos pré-estabelecidos. Mas há também que trazer a capacidade da seleção e da escolha para o nível da atenção (sobre os estudos sobre a atenção ver Murray, 2022, pp. 93-109, artigo no qual a autora perspetiva o poder como relações de atenção) pois, como alerta James William (2018, p. 128), “a fim de fazer qualquer coisa que importa, devemos primeiro ser capazes de dar atenção às coisas que importam. É minha firme convicção, agora mais do que nunca, que o grau em que somos capazes e estamos dispostos a lutar pela posse de nossa atenção é o grau em que somos livres”.

<sup>2</sup> Bauman em [http://zahar2.tempsite.ws/catalogo\\_exclusivo.asp?id=1315&ide=659](http://zahar2.tempsite.ws/catalogo_exclusivo.asp?id=1315&ide=659)

É assim provável que o discurso da interdisciplinaridade tenha a ver com essa forma de resistência e luta pelo redirecionamento da atenção rumo a relevâncias que permaneceram na obscuridade do recalque e que agora aparecem como irrupção do pensamento em tempos de não-pensamento (cf. Pereira, 2019).

Naturalmente que o tema da interdisciplinaridade coloca também a questão dos especialistas, da sua caracterização e do seu estatuto social. Mas esse não é um tema que aqui possamos aprofundar. Focando-nos na palavra-chave “interdisciplinaridade” e no paradigma da complexidade, talvez a melhor conclusão seja considerar as equilibradas palavras de Chesta (2019, pp. 116-117):

Para navegar na complexidade, precisamos de novos coletivos intelectuais e novas redes de especialistas que sejam capazes de promover os direitos dos não representados e dos impotentes e fazer com que as instituições públicas trabalhem contra aqueles que estão em posição de impor força pura e simples sobre a força do melhor argumento. As instituições devem proporcionar as condições de produção para a prática de uma especialização reflexiva, capaz de reconhecer e criticar a retórica do determinismo tecnocientífico, consciente da especificidade das suas condições de produção, da sua contribuição científica e do seu papel público de empoderamento coletivo. Mais uma vez, é preciso rediscutir as condições que permitem a arte da *parresia*.

## II. AS PALAVRAS, AS PRÁTICAS E AS PERSPETIVAS: PARA UMA CONCEPÇÃO TRANSDISCIPLINAR DOS ESTUDOS CULTURAIS

### As palavras, as práticas e as perspetivas

Poucas serão as palavras/conceitos tão frequentemente (mal) usadas, e abusadas, como multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, mesmo, e sobretudo, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

No caso dos Estudos Culturais o seu esclarecimento é decisivo para se poder compreender o que os podem distinguir, não só em termos metodológicos e práticos como teóricos, das áreas conhecidas por Cultura, Ciências da Cultura e Estudos de Cultura.

O trabalho de reflexão epistemológico a que aqui nos propomos não visa em primeiro lugar negar a permeabilidade, zonas de intercessão, cruzamento e passagem, inseminação e hibridismo de umas áreas às outras, mas tão so-

mente distinguir os seus modos próprios de construção de conhecimento num domínio que latamente se autorrepresenta como estudando a ‘Cultura’.

Com efeito, na tradição alemã do século XVIII-XIX (cf., entre outros, Herder, 1987, 1995), o estudo da ‘Cultura’ encontra-se intimamente relacionado com as questões identitárias do Estado-nação, recolhendo no movimento literário Romântico e no Idealismo filosófico hegeliano os fundamentos do estudo da cultura enquanto recolha e análise das raízes da ‘cultura popular’, entendida como aquela que guarda as origens mais profundas da nação, quer dizer constituindo a sua identidade própria.

Por seu turno, na tradição francesa, a cultura foi representada durante o século XX como sinal de distinção das elites intelectuais e artísticas, referindo-se especificamente à produção literária, musical, pictórica, arquitetural, enfim, às grandes Artes.

Portugal recebeu influências de ambas as tradições, quer de uma quer da outra das formas de pensar a cultura, embora a alemã nos tenha chegado pela via quase exclusiva das traduções francesas (cf. Antero de Quental, entre outros).

Ao longo do século XX ambas as tradições conviveram em Portugal, mas em domínios políticos e académicos diferentes: para o Estado Novo a identidade cultural portuguesa encontrava-se nas mais antigas tradições de um Portugal antigo, popular, religioso, agrícola e arcaico. Entretanto, desde os anos 50/60 do século XX, impõe-se na academia portuguesa a ideia de cultura mais tipicamente francesa, que valoriza, pelo contrário, as produções das elites culturais, e em particular da Literatura (a ‘grande’ Literatura, diga-se, que não a literatura popular ou oral).

Chegados à Revolução do 25 de Abril, assistiremos a uma revalorização política da cultura popular, em articulação com certas formas de cultura erudita. De qualquer modo, a academia continua, na sua esmagadora maioria, fechada sobre si própria e os seus cânones ‘culturais’ eruditos, elitistas e classistas. Replicando velhos tiques e reproduzindo-se a si própria ao logo das décadas seguintes, teve dificuldade em aceitar a progressiva autonomização desta área de estudo, que foi sendo primariamente entendida como um estudo das condições históricas e sociais da Literatura (como uma forma de contextualização da produção literária) e, num segundo momento, já a partir da década de 90, como o estudo de um conjunto de ‘objetos/ produtos culturais’ que poderiam ser postos a circular na economia capitalista, e já pós-capitalista, enquanto objetos transacionáveis de assinalável valor económico.

É verdade que, os Estudos Culturais, na tradição inglesa que se desenvolveu a partir do Reino Unido nas décadas de 50/60, tiveram escassíssima (quase inexistente) receção, e ainda menor influência, em Portugal até à Revolução do 25 de Abril de 1974, e mesmo nas décadas seguintes.

De qualquer modo, respondendo a uma certa culturalização das Ciências Humanas e Sociais, que teve como catalisador o movimento estruturalista francês (com origem quer na Antropologia quer na Linguística), o qual encontrou múltiplas dificuldades para se impor em Portugal até 1974, começa a surgir timidamente uma área que se intitulava genericamente de ‘Cultura’, essencialmente ao serviço da Literatura, quer contextualizando-a, quer culturalizando a própria Literatura.

Não se tratando propriamente de uma área autónoma (normalmente os professores de Literatura eram os mesmos de Cultura, exceto nalguns raros casos excecionais como na então recém-criada Universidade de Aveiro), ela foi abordando múltiplos aspetos da história e da sociedade, que visavam ‘contextualizar’ o fenómeno literário. A verdade é que o seu estatuto epistemológico e académico foi sempre objeto de uma espécie de desconforto e mesmo de recalçamento, quer dentro das universidades quer pelos próprios investigadores e docentes ligados à área. Com efeito, nas décadas de 70, 80 e ainda parte da 90, a área da então designada ‘Cultura’ era pouco mais do que irrelevante e marginal no contexto universitário português. Mesmo quando não se tratava de ‘contextualizar historicamente a Literatura’ podíamos encontrar na área investigadores e docentes que, detendo uma formação inicial em qualquer área das Ciências Humanas e Sociais, podiam continuar a sua ‘mono-investigação’ na área da Cultura: um historiador na área da cultura continuava a lecionar e investigar História, um filósofo Filosofia, um sociólogo Sociologia, etc.

Se quisermos interrogar-nos sobre o modo como ia sendo praticada esta área até aos primeiros anos da década de 2000, podemos encontrar uma espécie de caos, mais ou menos criativo, mais ou menos bem conseguido, que vai recolhendo em diversas áreas do conhecimento questões dispersas ao sabor de percursos investigativos individuais, também eles dispersos.

Uma primeira tentativa de organizar metodológica e epistemologicamente a área passou, nalguns casos, por transformar a designação de ‘Cultura’ em ‘Ciências da Cultura’, deixando mais claro do que efetivamente se tratava: um conjunto de docentes-investigadores que usavam as teorias, metodologias e práticas de investigação da sua mono-disciplina para trazer o seu contributo académico naquilo que mais se poderia aproximar de uma comum temática designada por ‘Cultura’.

Tratando-se embora de uma estruturação mínima do campo, que não de uma alteração efetiva de práticas académicas, cada área dava, de forma autónoma e independente o seu contributo para abordar essa inefável, vaga, abstrata e amplíssima realidade recoberta pelo termo ‘Cultura’. Com efeito, as Ciências da Cultura são aqui o primeiro expoente de uma prática académica multidisciplinar, que tem a ‘virtude’ de evitar qualquer interrogação epistemológica mais incisiva sobre o campo. Em suma, deixava por responder a questão da legitimidade da lecionação e produção científica na área da Cultura, enquanto forma de interrogação e conhecimento da realidade, ao mesmo tempo que ocupava um espaço cada vez mais amplo na academia, não só por reação mimética ao que se ia passando internacionalmente, mas também respondendo ao crescente interesse de alunos e decisores universitários por esta área do conhecimento.

Mas a verdade é que em nenhuma destas áreas (crítica literária, antropologia, sociologia, etc.) a cultura é tratada como um assunto central, sendo sempre uma questão limitada, subdesenvolvida e restrita.

Com o advento das profundas reformas impostas pelo Processo de Bolonha, que se foram estendendo progressivamente ao logo da primeira década do século XXI a todos os ciclos de estudos das universidades portuguesas, a situação transformou-se profundamente. Dois fatores contribuíram para as decisivas alterações que se vieram a observar no campo: em primeiro lugar a acentuada crise das Ciências Humanas (que já de longa data se vinha a desenvolver), mas também das Ciências Sociais, e, em segundo lugar, a forçada internacionalização a que o sistema universitário se viu submetido, no contexto de integração europeia que o Processo de Bolonha impôs.

É nesta sequência que podemos observar então o surgimento de mais duas novas designações para a área, que correspondem a outras duas formas contemporâneas de entender a Cultura nas Universidades portuguesas. Referimo-nos aos ‘Estudos da Cultura’ e aos ‘Estudos Culturais’.

Com efeito, e no que se refere mais especificamente aos Estudos Culturais, um pouco por todo o mundo eles “têm funcionado como agente e sintoma na reconfiguração da estrutura disciplinar das Humanidades e das Ciências Sociais, um processo que hoje está em curso e longe de estar terminado”. (Baptista, 2009, p. 452)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Antes de prosseguirmos, uma nota para sublinharmos que não se tratou necessariamente de processos de substituição: ainda hoje convivem as áreas da ‘cultura’, das ‘ciências da cultura’, dos ‘estudos da cultura’ e dos ‘estudos culturais’ nas universidades portuguesas, o que implica a observação de práticas de investigação e lecionação, teorias e metodologias diferenciadas dentro do campo.



## Da interdisciplinaridade à transdisciplinaridade: os Estudos da Cultura e os Estudos Culturais

O que distingue, então, os ‘Estudos de Cultura’ dos ‘Estudos Culturais’? Em nossa opinião, os primeiros procuram praticar a interdisciplinaridade e os segundos visam partir dela para atingir algum nível de transdisciplinaridade (embora sem negar a interdisciplinaridade que lhes é própria).

De acordo com Capeloa Gil há uma

(...) diferença fundamental entre a prática dos Estudos de Cultura, ancorados numa tradição de estudos de área de matriz literária, e os Estudos Culturais, de substrato mais sociológico. Para aqueles, trata-se efetivamente de mais do que a formulação de uma prática científica exercida em paralelo, mas não em diálogo, tal como acontecia com os Estudos Culturais, segundo referia Raymond Williams na introdução da sua obra *Culture and Society*: «The work which this book records has been done in an area where several disciplines converge but in general do not meet.» (Williams, 1988: 15). A prática dos Estudos de Cultura que aqui assumo como enquadramento metadisciplinar da cadeira de Cultura Alemã desenvolve-se a partir do substrato metodológico e interpretativo dos Estudos Literários, preocupando-se fundamentalmente em ler os diversos textos e interpretá-los nos seus contextos históricos, sociológicos ou antropológicos. (Gil, 2008, pp.148-149)

Com efeito, no âmbito da matriz culturalista dos Estudos Culturais iniciados por Williams, Hoggart e Thompson, os Estudos Culturais desenvolveram-se numa primeira fase a partir de uma matriz teórico-metodológica de cariz histórico-literária, residindo a sua originalidade na interrogação e problematização das novas formas de comunicação mediática e os seus impactos na cultura popular. Com efeito, nesta fase inicial de desenvolvimento dos Estudos Culturais, concordamos com Isabel Capeloa Gil: do ponto de vista epistemológico e metodológico os Estudos Culturais nos seus primórdios encontravam-se muito próximos (embora não coincidissem totalmente) com o que hoje são os Estudos de Cultura, mas ainda sem o aprofundamento interdisciplinar que estes hoje atingiram.

No entanto, desde os anos 80 do século XX, com a liderança de Stuart Hall no CCCS, que os Estudos Culturais não só desenvolvem e aprofundam a interdisciplinaridade que os constitui desde a sua génese como avançaram para a uma trans ou meta disciplina.



Com o que não podemos concordar é com a suposta matriz ‘sociológica’ dos Estudos Culturais, aliás desmentida pela própria formação dos ‘founding fathers’ dos Estudos Culturais que é maioritariamente literária e, no caso de Thompson, histórica.

Mas em que consiste afinal uma área do conhecimento meta ou transdisciplinar? Como já referimos noutra oportunidade, trata-se de uma prática interdisciplinar (Baptista, 2009), que tem caminhado no sentido de se constituir como a-disciplinar ou mesmo antidisciplinar, tendo apenas como questão central as relações de poder que atravessam os fenómenos culturais (entendidos estes de forma contextual e conjuntural).

Como bem sublinha Stuart Hall (2016), um campo que não consegue discutir as relações entre poder e cultura acaba por fazer esvaziar a questão cultural, porque tende a ignorar as relações de dominação/submissão cultural, de centro/periferia... partindo sempre do princípio que as elites cultas levariam as massas periféricas a um estado médio que permitiria o pluralismo cultural e a coesão social, de forma natural (e até com a ajuda dos *mass media*).

Para além disso, se, tradicionalmente, uma área do conhecimento se define epistemologicamente por um objeto e um método específicos, os Estudos Culturais não são uma disciplina, mas uma transdisciplina, dado que as suas relações interdisciplinares são de geografia variável e totalmente contextual. Acresce a isto o facto de as questões específicas que interessam aos Estudos Culturais irem construindo epistemologicamente a diversidade das questões que os ocupam, as quais advêm de uma materialidade atravessada pelo pensamento crítico e a exigência de uma ação política e interventiva, na qual as comunidades são vistas como elementos fundamentais não apenas na sinalização das questões a investigar, mas também como co-produtores de conhecimento (cf. Nicolescu, 2002, 2008).

Como já salientamos noutro contexto (Baptista, 2009, p. 453)

os Estudos Culturais estão (e já desde a sua génese com Stuart Hall nos anos 60, no contexto britânico) geneticamente ligados a um modo de produção de análise cultural que faz convergir princípios e preocupações académicas e cívicas, inquietações simultaneamente teóricas e com a *polis*.

Longe de reduzirem a realidade cultural à sua textualidade, os Estudos Culturais utilizam a interpretação e a compreensão hermenêuticas, bem como o criticismo retórico, no confronto com a materialidade radicalmente con-

textual das práticas das comunidades, usando muito frequentemente as metodologias e técnicas de investigação intensamente qualitativas (mais próximas da Antropologia do que das atuais práticas da Sociologia, eminentemente de pendor quantitativo).

Para além disso, na última década, os Estudos Culturais têm-se articulado cada vez mais profundamente com modalidades diversas de produção de conhecimento artístico e simbólico, procurando reconhecer as múltiplas formas performativas (visuais, musicais, etc.) a que o pensamento crítico sobre a cultura hoje não pode mais eximir-se e com o qual tem dialogado, remetendo a linguagem escrita para um lugar que não é mais o da exclusividade na produção do conhecimento.

Assim, ao propormos o estatuto transdisciplinar para a área dos Estudos Culturais, não estamos de modo nenhum a negar a validade do conhecimento disciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar para o estudo dos fenómenos culturais, mas apenas a propor, na linha de Stuart Hall, uma forma de abordar o cultural que extravasa as fronteiras da delimitação disciplinar em termos de uma definição de objeto e método próprios e específicos:

os estudos culturais não configuram uma ‘disciplina’ mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade. O complexo particular de disciplinas envolvidas, e os tipos de abordagens adotadas, diferem naturalmente de lugar para lugar. (Hall *et al.*, 2005, p. vi)

Com efeito, o que queremos propor é a sua definição pelo tipo de questões que formulamos (interessados que estamos sobretudo nas questões de poder que articulam a cultura) e pelos modos como são formuladas (a partir da contextualidade material das comunidades que produzem cultura), praticando um radical politeísmo metodológico (Martins, 2009), que, em nosso entender, ganhará em se aproximar e se deixar contaminar cada vez mais pelas linguagens e pelos modos de produção de conhecimento da atividade artística.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement*, no spécial, automne / hiver 2009, pp. 451-461.
- Barker, C. (2008). *Cultural Studies - Theory and Practice* (3rd ed.). Sage,

- Bauman, Z. (2007/1991). *Modernidade e ambivalência*. Relógio D'Água Editores.
- Carrilho, M. M. (2022). *A democracia no seu momento apocalíptico*. Grácio Editor.
- Chesta, R. E. (2022). What is critical about the crisis of expertise? A review of Gil Eyal's the crisis of expertise. *Int J Polit Cult Soc* 35, 111–117 (2022).  
<https://doi.org/10.1007/s10767-021-09402-x>
- Gadamer, H.-G. (1977). *Wahreit und methode*. Ediciones Sígueme
- Gil, I. C. (2008). O que significa Estudos de Cultura? Um diagnóstico cosmopolita sobre o caso da cultura alemã. *Comunicação e Cultura*, nº6, 137-166.
- Hall, S., *Cultural Studies 1983 – a Theoretical History* (2016), (edited by Jennifer Daryl Slack and Lawrence Grossberg). Duke University Press.
- Hall, S.; Hobson, D.; Lowe, A. e Willis, P. (Ed.) (2005/1980). *Culture, Media, Language. Working Papers in Cultural Studies, 1972-79*. Routledge in association with the Centre for Contemporary Cultural Studies University of Birmingham.
- Hall, S. (1972). *On Ideology: Cultural Studies*. Centre for Contemporary Cultural Studies.
- Heidegger, M. (1962). *Chemins qui ne mènent nulle part*. Gallimard.
- Herder, J. (1987) *Ensaio Sobre a Origem da Linguagem*. Antígona.
- Hoggart, R. (1975). *As Utilizações da Cultura - Aspectos da Vida Cultural da Classe Trabalhadora* (Vol. I e II). Editorial Presença.
- Martins, A. M. (2009). Para um 'politeísmo metodológico' nos Estudos Culturais. In Maria Manuel Baptista (org.), *Cultura – Teorias e Metodologias*, pp.27-40. Ver o Verso.
- Murray, S. (2022). Estudos Culturais Pós-Digitais. In, Luís Henrique Sacchi dos Santos, Lodenir Becker Karnopp, Maria Lúcia Castagna Wortmann, *O que são estudos culturais hoje? Diferentes praticantes retomam a pergunta do International Journal of Cultural Studies*, pp. 93-109. Pimenta Cultural.
- Nicolescu, B. (2002). *Manifesto of Transdisciplinarity*, State University of New York (SUNY) Press
- Nicolescu, B. (Ed.) (2008). *Transdisciplinarity – Theory and Practice*. Hampton Press
- Pereira, R. (2019). *Pensar em tempos de não-pensamento. Notas para uma analítica do brutal na contemporaneidade*. Grácio Editor.
- Stokols, D. (2006). Toward a science of transdisciplinary action research. *American Journal of Community Psychology*, 38, 63–77.
- Thompson, E. P. (1977). *The Making of the English Working Class*. Penguin Books.
- William, J. (2018). *Freedom and resistance in the attention economy*. Cambridge University Press.
- Williams, R. (1980). *The Long Revolution* (6th ed.). Penguin Books.



# LITERATURAS, CULTURAS E TRANSCULTURAS NO CENTRO DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA

## **Rosa Maria Sequeira**

Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta  
Programa de Doutoramento em Estudos Globais

## **José Eduardo Franco**

Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta  
Programa de Doutoramento em Estudos Globais

Todas as culturas se cruzam umas  
com as outras; nenhuma é individual  
e pura, todas são híbridas.

Edward Said

## ESTUDOS GLOBAIS E A EMERGÊNCIA DA GLOBALOGIA

As universidades em várias partes do mundo estão empenhadas no processo de globalização: numa primeira fase encorajando a mobilidade de estudantes, docentes e investigadores, bem como a prática de investigação em rede e, numa segunda fase mais recente, promovendo a internacionalização dos *curricula*.

A emergência dos Estudos Globais decorre do reconhecimento de que a globalização afeta a vida quotidiana e de que o mundo necessita de formas inovadoras de reflexão e atuação, partindo de uma perspetiva que envolva a capacidade de cooperação internacional, com vista à resolução de problemas globais. O objetivo dos Estudos Globais é analisar o mundo na sua complexidade histórica e na sua interconexão cultural, social e política, apoiando-se a sua metodologia na interdisciplinaridade e no descentramento cultural. Este grande objetivo assenta num programa multifacetado e não hegemónico, no qual as sociedades são perspetivadas como subsistemas do mundo global interdependente.

A globalização é um processo que aproxima economias e sociedades, influenciando os processos políticos e culturais e pressupõe um pensamento complexo, tal como o define Morin (1990), que, em vez de sobrepor, articula os saberes e reaproxima a teoria e a prática numa abordagem transdisciplinar. O paradigma deleuziano da disseminação rizomática e o princípio da incerteza que caracteriza, nas mais diversas áreas do saber e da atividade humana, o fenómeno da globalização, será melhor abordado através desta abordagem transdisciplinar sob o prisma das Humanidades, enquanto domínio particularmente adequado para o questionamento e o tratamento de problemáticas complexas e, por vezes, contraditórias.

Os Estudos Globais assentam na perspetiva de que a globalização resulta, em primeiro lugar, de um processo de conhecimento do globo terrestre e do cosmos, em relação comprometida com os movimentos de projeção e estabelecimento de comunidades humanas em espiral, desde os tempos primordiais da humanidade, nos diferentes territórios do planeta Terra (Morin, 2015). Ao identificar e definir o que designa como os três processos da globalização, Peter Sloterdijk situa o primigénio “motivo-globo”, associado ao esforço filosófico dos clássicos em perscrutar o cosmos com um “objetivo cartográfico duplo”, começando pela descrição do “céu dos antigos” e passando depois à “Terra dos modernos”. Daqui advêm primordialmente os termos-conceitos que hoje constituem o campo semântico da globalização e da emergente ciência da globalologia:

desse nome resultam os derivados adjetivais dos factos ‘globais’, que recentemente, passando pelo desvio do verbo anglo-saxão *to globalize*, foram de novo realçados ao estatuto de substantivo – o que se deu com a figura híbrida da ‘globalização’. Seja como for, esta expressão tem a vantagem de sublinhar o traço ativo dos acontecimentos mundiais atuais: quando ocorre a globalização, é sempre através de operações com efeitos à distância”. E completa o mesmo filósofo: “Medir esse céu pelo pensamento correspondeu à realização da primeira globalização, daí nascendo a boa notícia para a filosofia: a de que o ser humano, por mais que a desordem vivida o deprima, não pode cair fora do mundo. (Sloterdijk, 2008, p. 18)

A projeção das comunidades humanas à escala planetária foi acompanhada pelo escopo do conhecimento e da tomada de consciência da realidade, que se expandiu à medida que a mundividência se foi alargando ou retraindo, ao sabor de ritmos diferenciados nos diversos estádios da história humana.

Assim aconteceu durante milénios da história da humanidade, em abrangências mais ou menos regionais limitadas à escala planetária, até que, de há 600 anos a esta parte, com as viagens marítimas transoceânicas dos povos ibéricos, esse conhecimento se intensificou e permitiu oferecer, progressivamente, uma mundividência planetária e uma consciência plenamente global da unidade e da diversidade do género humano, da riqueza imensa da fauna, da flora, das paisagens e das possibilidades colocadas sob o olhar de todos os seres humanos pelos meios de transporte e de informação, cada vez mais eficientes.

A progressiva consciência do global do mundo foi suscitando transformações epistemológicas pelas revoluções, ora abruptas, ora silenciosas, operadas no plano antropológico, sociológico, cosmológico e até teológico, com consequências no modo como construímos o conhecimento e na própria natureza desse conhecimento. Estas implicações ainda estão longe de ser consideradas e abarcadas plenamente na construção atualizada do conhecimento do mundo em sentido lato (Robillard, 2001, p. 279 ss.). Na perspetiva da hermenêutica globalológica de Sloterdijk (2008), “o facto de, na era da globalização, termos alcançado intensificações objetivas da inverosimilhança prova que as almas participam no crescimento dos horizontes”.

Hoje vivemos num tempo que, cada vez mais, pensadores designam como Era Global. Esta nossa era, com as suas características e os seus desafios próprios, não pode deixar de ter efeitos no modo como revisitamos o passado, analisamos o presente e projetamos o futuro (Franco & Caetano, 2020).

Com efeito, os Estudos Globais em expansão estão a construir um campo epistemológico que permitirá circunscrever uma emergente área disciplinar, que podemos designar como uma globalogia. A globalogia é, em definição geral, uma ciência que procura compreender o mundo em processo de globalização, na sua história e na complexidade do estado presente do mundo, caracterizado pelos movimentos de intercâmbios, interações entre comunidades humanas espalhadas por todo o planeta Terra e que geraram e continuam a gerar inter-relações, interfecundações e metamorfoses nos mais diversos planos (cultural, económico, político, religioso, social, etc.). Este movimento globalizante, graças às mobilidades várias (físicas e virtuais), facilitadas e aceleradas ultimamente pelo desenvolvimento exponencial das tecnologias de informação e de transportes, fez emergir uma consciência cada vez mais aguda de que o ser humano é um ser integrado num mundo que tem dimensão planetária, e, precisa (e pode de ser) melhor compreendido, se se olhar integrado numa totalidade mais vasta e sensível às suas interações, embora a partir do seu estar-

localmente-no-mundo. Quer isto dizer que a sua compreensão do mundo será sempre “glocal”, ou seja, a partir da realidade onde nasceu, formou e modelou a sua identidade. No fundo, o global é uma realidade compósita, integrando os diversíssimos locais e as suas interações. Os Estudos Globais visam, no fundo, o estudo global na relação metamórfica com o local e vice-versa. É uma ciência na medida em que tem como escopo compreender, mas pode associar a técnica, desde que esse esforço de compreensão possa interligar-se com a necessidade de estabelecer objetivos, em ordem a criar instrumentos de intervenção para aperfeiçoar aquilo a que podemos chamar “o campo global”, nas suas várias dimensões problemáticas e na relação entre o meio humano e o meio ambiente, seja o natural, seja o social.

Por seu lado, as Humanidades e as Ciências Sociais têm-se visto impelidas a redefinir as suas identidades disciplinares e a repensar a sua posição no quadro mais geral do conhecimento, num decisivo esforço de abertura e descentramento perante o fenómeno da globalização, confluindo e cruzando-se com áreas com as quais possam estabelecer diálogos interdisciplinares e metodologias de investigação transversais, tais como a Educação, o Ambiente, o Direito e a Economia entre outras. O diálogo entre paradigmas tem-se traduzido no desenvolvimento e na consolidação de um campo de investigação que tem procurado estabelecer uma abordagem plural e interdisciplinar, que se situa na confluência de patrimónios teóricos e empíricos. Num mundo cada vez mais étnica e culturalmente diversificado, parece importante resgatar possibilidades através de diferentes olhares sobre o mesmo fenómeno, integrando os saberes, mesmo que isso signifique o fim dos limites entre as disciplinas.

O discurso contemporâneo sobre representação é um discurso que se tornou verdadeiramente transdisciplinar e corresponde a um desejo de superação do nacionalismo cultural, consistindo, cada vez mais, no estudo de conjuntos supranacionais e numa indagação intelectual orientada por questões específicas. Por exemplo: como o sistema literário, enquanto sistema social, se constitui e se diferencia de outros sistemas? como explicar os processos de interação entre a literatura portuguesa e outras literaturas? Estas são problemáticas que podem orientar o estudante na sua investigação futura no sentido de melhor integrar o fenómeno artístico na praxis social. Assim, deve ser dado relevo quer ao poder da cultura na evolução e transformação sociais, procurando chegar à compreensão dos mecanismos pelos quais aquela é produzida e reproduzida de modo a que se possam apreender os padrões transnacionais de influência cultural, quer a questões estruturantes como a sua preservação e divulgação, nomeadamente em rede.



A missão de um Centro de Estudos Globais (CEG), recentemente criado na Universidade Aberta, inscreve-se neste quadro, intentando proporcionar conhecimento sobre culturas e sociedades, na forma como se formam e são formadas por forças globais e transnacionais na sua interação com forças locais, regionais e globais.

O Centro de Estudos Globais (CEG-UAb) tem, pois, como objetivo geral contribuir para a adequada compreensão dos processos e dinâmicas da globalização, focando-se nas relações complexas entre contextos locais, nacionais e internacionais, com o propósito de investigar para uma globalização de rosto mais humano e de contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, em termos culturais, sociais, económicos e ambientais. Como novo centro que se inscreve no espírito e nas dinâmicas do seu tempo, assume, entre os seus valores, um forte compromisso com o respeito pelos direitos humanos, a liberdade dos povos e o combate aos desequilíbrios, desigualdades e violências. Assim, o Centro pretende promover investigação para atender aos grandes riscos e desafios que a humanidade atravessa hoje, entre os quais estão à vista a destruição dos ecossistemas e dos patrimónios culturais, as mudanças climáticas, os efeitos das pandemias, as desigualdades económicas crescentes, as evoluções tecnológicas e a transição digital, os totalitarismos e outras ameaças à democracia, os terrorismos, as intolerâncias religiosas e os conflitos armados. Embora se trate de questões muito distintas, todas elas comportam riscos importantes para a vida individual e coletiva, implicando um tipo de conhecimento e de ação propriamente “global”, no sentido em que supera as fronteiras locais e nacionais, sem deixar de atender às singularidades dos diferentes territórios.

Nesta esteira, o Programa de Doutoramento em Estudos Globais (DEG) da Universidade Aberta, intrinsecamente ligado ao seu Centro de Estudos Globais (CEG) e ao seu ideário epistemológico, reforça, nos seus pressupostos, os conceitos de transversalidade e multidisciplinaridade nas áreas económica, política, desenvolvimento social, movimentos culturais, religiões e ideologias, ecologia e sustentabilidade, com especial ênfase nas Humanidades e nas Ciências Sociais. Esta valorização das Humanidades, no contexto da relação do ser humano com as ciências (não apenas estritamente sociais) e com o ambiente, numa perspetiva de sustentabilidade no horizonte da globalização, confere a marca específica deste programa doutoral que extravasa a ligação dos Estudos Globais à Gestão e à Economia, mais comum nos programas internacionais, conferindo centralidade às Humanidades na sua relação com a diversidade dos prismas disciplinares.

## ÁREA DAS LITERATURAS, ARTES E TRANSCULTURAS

Neste contexto, o programa da unidade curricular do DEG na área das Humanidades, “Literaturas, Artes e Transculturadas” (que dá o nome a um dos grupos de investigação do CEG), pretende possibilitar a abertura a novos contextos e conhecimentos, sob uma visão humanística do mundo, propondo uma linha de investigação que tenha em conta formas de legitimação e circulação do património literário e cultural, que ultrapassem a lógica nacionalista e considerem fenómenos de contactos históricos e culturais. Foi esta lógica que se seguiu, ao invés de simplesmente alargar a literatura ocidental a outras latitudes em sobreposição, como por vezes sucede em programas académicos de literatura global, pois assim sendo, o termo “literatura” bastaria para a designar sem necessidade de qualquer adjetivo.

O programa da disciplina visa envolver os estudantes na complexidade do mundo globalizado e promover uma reflexão crítica que assente no conhecimento da história e das sociedades, isto é, proporcionar um conhecimento pertinente, construído a partir de uma consciência coletiva, que incorpore a complexidade dos problemas relevantes da circulação cultural, assumindo-se assim como um programa teórico de questionamento e crítica que exige capacidades cognitivas de interpretação, argumentação e formalização.

A globalização acabou com a territorialização, fazendo com que nações, etnias e culturas tendam a superar fronteiras políticas e geográficas. Isto implicou a rejeição de um discurso da sociedade nacional num movimento do nacionalismo, para o transnacionalismo que coloca vários desafios aos estudos literários, diluindo-se, ou melhor, redefinindo-se a identidade disciplinar à luz dos novos desafios da sociedade globalizada e do pós-colonialismo.

A partir dos anos 1970, a disciplina dos Estudos Culturais tem-se afirmado como um campo interdisciplinar e transdisciplinar, que emergiu das Humanidades e das Ciências Sociais e que teve grande influência, quer na orientação teórica, quer na metodologia de investigação em disciplinas afins. Para além do seu evidente impacto nos estudos de cinema e teoria dos media em particular, também o teve nos estudos literários e de comunicação de um modo geral.

Este caminho iniciado pelos Estudos Culturais mostrou bem o seu impacto em disciplinas cognatas com essa metodologia interdisciplinar, apesar (ou talvez por isso mesmo) de se recusarem a assumir-se como disciplina (ver, a propósito, Miller, 2001), sempre desafiando os limites e os modos como as disciplinas académicas se estabelecem. Não se definindo por um método ex-

clusivo ou um objeto de estudo próprio, é a própria diversidade das abordagens e dos temas que é assumida. E, muito embora a interdisciplinaridade, como aponta Aguiar e Silva (1990, p. 31), seja requerida pela natureza plurimoda da própria literatura, que, para além de *corpus* textual e sistema semiótico, pode ser estudada como campo (Bourdieu) e instituição (Dubois), é precisamente enquanto campo e instituição que a literatura pode melhor relacionar-se com os Estudos Sociais. Neste sentido, a Teoria dos Polissistemas de Even-Zohar (1990), uma teoria de interseção entre estes e os Estudos Literários, tem estudado o núcleo e as periferias do sistema literário, analisando os mecanismos de produção, mediação e receção literária e as formas de atuação dos agentes envolvidos nestes processos nas instâncias de poder e esferas de atuação que lhe são próprias.

Os Estudos Literários passaram assim a incluir o âmbito complexo e contraditório da produção, mediação e receção culturais, considerando os modos de contextualizar a cultura nos vários campos com que se relaciona, por exemplo, o domínio do discurso e da comunicação, dos estudos interartes, o domínio da ideologia, da sexualidade, mostrando assim uma grande permeabilidade a outras áreas de conhecimento. A semiótica, a sociologia da literatura, a antropologia, a mitocrítica e a sociocrítica estabelecem vias de conciliação e permitem descrever o funcionamento interno, inter-relacional do universo literário, ao mesmo tempo que estabelecem relações com outros domínios da sociedade. Por outro lado, com o impacto que a globalização teve na circulação da literatura e da cultura, há a necessidade de as considerar em termos de conexões, redes e canais de transmissão, em vez de as enquadrar em espaços concretos e na cartografia das fronteiras. Daí se ter dado uma maior atenção aos objetos artísticos enquanto expressões mediadas da experiência humana, tendo em conta os contextos ideológicos, culturais e institucionais em que os significados são produzidos, mediados e recebidos.

Consideramos importante que o estudante possa ter consciência das tensões entre a cultura oficial, ou os textos canónicos, e os fenómenos relegados para a periferia do sistema e possa também compreender a necessidade da função referida por Spivak, uma autora que associa as suas reflexões aos estudos de género, de criar espaços para que as culturas subalternizadas possam afirmar-se. Há que problematizar a herança ocidental, a que autores como Lévinas e De Certeau estão também atentos ao chamar a atenção para alteridades silenciadas e subalternizadas. Entre estas, contam-se as vozes femininas excluídas da história da literatura nas sociedades patriarcais.

Face a estas problematizações, compreende-se a evolução dos Estudos Culturais, desde o seu interesse primordial na cultura popular contemporânea e nos media, até ao estudo dos processos através dos quais a cultura produz as várias identidades, ajudando a identificar os marcadores sociais e as lutas por significação. Relembramos a denúncia que fazem Adorno e Hartman (e em geral toda a escola de Frankfurt) da “indústria da cultura” e das práticas culturais ligadas ao mercado de consumo e a fenómenos de comoditização, pela qual se transforma a obra de arte em produto de consumo. Relembramos também o orientalismo de Said, que veio demonstrar a forma como o Ocidente estabelecia o seu poder sobre o não ocidental. Textos como os de Said contribuíram para que se pensasse a questão da identidade à luz dos desafios da sociedade pós-colonial. Os estudos pós-coloniais passaram a levantar questões decisivas, como a crítica do eurocentrismo e a consideração da diferença numa perspetiva não-essencialista, questionando as relações de poder estabelecidas tradicionalmente pelo Ocidente e refletindo sobre os modos de resistência. A definição das fronteiras disciplinares não pode ignorar estas problemáticas conscientes do devir social, nem pode estar alheada de uma exigência comunicativa enquanto processo emancipador.

Por outro lado, a revolução tecnológica tornou as Humanidades um diferente objeto epistemológico. A partir do século XX, a arte foi objeto de pressões no sentido de se afastar dos sistemas que a sustentavam até aí e, com a revolução eletrónica e a “eletromodernidade” da cultura contemporânea, emergiu uma noção de cultura enquanto prática plural em vez de propriedade singular. A tecnologia dos media tem desafiado o domínio das Humanidades interpretadas como *Geisteswissenschaften*, na medida em que é condição constitutiva de formas de comunicação emergentes.

As chamadas “novas humanidades” são permeáveis a estas orientações e atualmente caracterizam-se pelo cruzamento de perspetivas de análise, em que a área das Ciências Sociais e da área das Humanidades confluem, permitindo adquirir e desenvolver novos conhecimentos teóricos e metodológicos, num quadro que combina, em simultâneo, a interdisciplinaridade e a especialização numa metodologia pela qual o estético se cruza com o cultural e o sociopolítico.

Na pluralidade e cruzamento de procedimentos críticos e saberes, tem-se verificado a introdução de novos objetos de estudo que respondem a problemas emergentes em face da complexidade social e cultural do mundo global: por exemplo, figuras como o apátrida, o estrangeiro, o emigrado, o que experimenta a errância e a ausência de raízes, passam a ter um lugar central

nos Estudos Literários. Os chamados *East / West Studies* vêm também adquirindo cada vez mais importância e, segundo Claudio Guillén, proporcionam uma mudança qualitativa nas Humanidades ao adotar uma metodologia intercultural e um modo comparativo e dialógico de compreensão (Guillén, 2001, p. 397).

Talvez esta área entre as fronteiras, marginal por necessidade ou opção, seja aquela que em melhores condições está de propor essa negociação, rearticulação e contestação, face à nossa contemporaneidade. Esta é uma ideia de força que defendemos (Sequeira, 2003) na linha do que propõem dois teóricos da teoria da recepção, Jauss e Iser, quando consideram a importância da cultura, o desenvolvimento pessoal, o contacto com a alteridade e com certas peculiaridades de pensar e agir essenciais para a mediação social e para a identidade pessoal que se desenvolve no confronto com o Outro e com essa experiência. Trata-se de compreender-se no Outro, na expressão de Jauss (1994, p. 23), “sich selbst im Andern zu verstehen”. Iser (1996) acrescenta um ponto quando defende a emergência de um discurso intercultural e transcultural, e Bredella (2012), num enfoque mais didático, propõe as noções de “hermenêutica da alteridade” e “compreensão intercultural” enquanto metodologia de abordagem aos textos literários numa língua estrangeira.

As sociedades multiculturais do nosso tempo, ao mesmo tempo que questionam as literaturas nacionais, determinam a redefinição de identidades. Esta disciplina pretende propor outros modos de pensar a leitura crítica da literatura, e dar conta do desafio ao pensamento hegemónico e estruturas de poder, considerando as condições ambíguas da literatura face a essas estruturas. As questões principais a analisar suscitaram um pensamento crítico apreciável no âmbito dos estudos interculturais, que podem desafiar ideias dominantes sobre a cultura. Assumimos a visão crítica e provocadora de García-Canclini (2004), que concebe a globalização como um processo impulsionador de heterogeneidade, uma vez que se encontra vinculada a processos de hibridização que não permitir as mesclas culturais. Na mesma linha, outros autores como, por exemplo, Mohammed Elhajji (2006), concebem a globalização mais como um processo do que propriamente como um alargamento de perspectiva ao globo terrestre, considerando-a, sobretudo, uma realização simultânea em vários pontos do espaço:

É essa a equação que possibilita o surgimento efetivo e concreto das culturas e identidades transnacionais, fundadas numa origem comum

(muitas vezes mítica), mas dialeticamente (in)dependentes, em contradição, negação ou negociação dos quadros organizacionais estatais e territoriais tradicionais. (Elhajji, 2006, p. 9)

O conceito de transculturação (Rama, 1982) é, assim, fundamental na conceção da disciplina. Aponta na direção de uma pluralidade de formas e caminhos, enquanto processo complexo de cruzamento de culturas, que dá origem a manifestações novas ou traços de singularidade que têm o cunho da hibridéz. Esta abre uma pluralidade de formas, novas vias e possibilidades.

Quatro temáticas fazem parte do programa da disciplina. As duas primeiras, de natureza predominantemente teórica, pretendem habilitar os estudantes com os instrumentos teórico-metodológicos, para a análise das obras literárias concretas propostas nas duas últimas, que incidem em fenómenos característicos da transculturação e cruzamento de culturas. Deste modo, os conteúdos programáticos fornecem, num primeiro momento, os instrumentos teórico-conceptuais necessários para compreender as principais perspetivas e debates teóricos sobre os estudos interculturais. Aprofunda-se também a relação entre a literatura e a sociedade, assumindo que o âmbito epistemológico da disciplina remete para um espaço interdisciplinar que integra o fenómeno literário nas complexas estratégias sociais, conciliando os estudos literários e os estudos sociais e filosóficos. Assim, as questões e problemas selecionados para análise e discussão relacionam-se com caminhos que desafiam fronteiras disciplinares, abrindo novas perspetivas e reconfigurando o campo. Num segundo momento, são tratadas práticas culturais e estéticas que, privilegiando a literatura de expressão portuguesa contemporânea, a colocam em relação com outras tradições literárias e artísticas e outras literaturas e expressões artísticas estrangeiras. São tratados tópicos relacionados com a alteridade e, por último, é considerada a narrativa mitológica enquanto narrativa de grande circulação transcultural, incorporada na ética e na organização social. Neste ponto, o papel do mito assume particular relevância, não apenas na sua dimensão transcultural, mas também na sua capacidade de intervenção no mundo social.

A perspetiva é intercultural no confronto de textos, objetos artísticos e alterações de pontos de vista diferenciados que apontam para um novo mundo e um terceiro espaço. Deste modo, assumem particular relevância noções como “terceiro espaço” (Rutherford, 1990), “dialogismo” (Bakhtin, 1981) e “zona de contacto” (Pratt, 1992), que, entre outras, têm no seu cerne o diálogo, en-

tendido em sentido amplo, na medida em que abrange as relações eu/outro. Como reconhece Pratt, a zona de contacto coloca em cena relações assimétricas de dominação e subordinação, nas quais se têm focado os Estudos Culturais.

O programa de Literaturas, Artes e Transculturadas estrutura-se a partir de um conjunto de opções epistemológicas e pedagógicas. Tendo em mente que nele constam temáticas tradicionalmente tratadas pela Literatura Comparada, como as narrativas de exílio e de viagens, bem como a problemática das traduções e das relações interartes, optámos por privilegiar temáticas que apontam para uma perspetiva alargada dos principais debates no âmbito específico dos estudos interculturais, na sua relação com a Literatura Portuguesa e/ou de expressão portuguesa. Assumimos a internacionalidade da literatura nacional na senda de Goethe, que referiu: “Qualquer literatura acaba por se entediar em si mesma se não for renovada por um contributo estrangeiro”<sup>1</sup>.

A temática 1 incide na metodologia e questões teóricas que definem o campo dos Estudos Interculturais, tendo em vista uma aprendizagem heurística do significado do fenómeno literário, de forma a proporcionar uma melhor compreensão desse fenómeno, num contexto global e numa perspetiva dialógica.

A consideração da heteroglossia, ou das múltiplas variâncias entre discursos enquanto traço de exotopia ou alteridade, não deixa de incidir no estudo formal dos textos, proporcionando um movimento essencial que vai dos traços intralinguísticos e intraculturais para as relações interculturais.

A alteridade cultural, como reconhece Gumbrecht (2001), tem desempenhado um papel decisivo na problematização da epistemologia clássica ocidental, baseada na noção de “verdade” e no paradigma “sujeito-objeto”, assumindo-se a Hermenêutica da Alteridade (Bredella) como um processo que permite a transvaloração (uma noção que retomamos de Todorov (1990)) pelo qual é possível o olhar crítico perante si mesmo pelo contacto com o Outro, constituindo um terceiro espaço (Bhabha). Esta temática incide assim, fundamentalmente, nas questões teóricas e epistemológicas relacionadas com o interculturalismo e com a alteridade, visando a análise crítica da contextualização da literatura de expressão portuguesa enquanto prática plural, analisando-a, quer do ponto de vista das negociações transnacionais e modos de reflexão alternativos que fazem parte da comunicação literária, quer do ponto de vista de uma hermenêutica da alteridade e transvaloração, quer ainda con-

---

<sup>1</sup> Citamos a tradução de Costa, 2001.



siderando a problemática da literatura-mundo e literatura global em relação às quais a literatura de expressão portuguesa se poderá situar.

Fazem parte da bibliografia principal textos que podem fornecer uma perspetiva abrangente sobre as principais questões que se colocam hoje ao campo dos estudos interculturais, inserindo os estudos literários num quadro epistemológico intercultural e transdisciplinar, podendo funcionar como uma introdução a textos mais complexos da bibliografia complementar.

A temática 2 alarga o âmbito epistemológico disciplinar dos Estudos Literários para um espaço interdisciplinar que integra a investigação sociológica, antropológica, histórica, filosófica e política. O reconhecimento da emergência de uma cultura global exige a atenção aos modos de circulação e legitimação do fenómeno literário pela sociedade, abrangendo procedimentos institucionalizados historicamente.

As questões propostas incidem nas relações entre a comunicação literária e a sociedade mediatizada e global, colaborando para a atualização dos debates atuais sobre esta problemática, no âmbito de uma teoria crítica da sociedade globalizada. As abordagens que convocam o quadro teórico e metodológico dos Estudos Interculturais relacionam-se, assim, com as teorias sistémicas da comunicação literária, com a Sociologia da Literatura e com a Teoria Empírica da Literatura, às quais pertence a Teoria dos Possistemas de Even-Zohar. No âmbito do contexto social mais alargado da comunicação artística, são ainda consideradas noções tais como a instituição sociocultural de Dubois (2019) e a de campo literário de Bourdieu (1991). Estas abordagens esclarecem o fenómeno literário, inserindo-o numa teoria da comunicação e da cultura, considerando a inter-relação de um número significativo de fenómenos, para uma melhor perceção das forças de legitimação da literatura e da cultura. A adoção deste esquema de referência representa melhor os macro-fatores relacionados com as funções do sistema literário, considerando fenómenos como a comoditização, ou seja, o processo através do qual uma obra de arte se transforma num produto de consumo. Neste contexto, retomamos de Baudrillard (2005) conceitos como o de universalidade e mundialização, um dizendo respeito aos valores, às liberdades e à cultura, outro relacionado com as tecnocracias, o mercado e a informação. A era digital proporciona o esbatimento de fronteiras entre géneros artísticos e fronteiras disciplinares, que tomam novas formas e exigem novas metodologias. Daí serem ainda propostas também questões relacionadas com as Humanidades Digitais, em especial a área *Intercultural Media Studies* proposta por Shuter (2017).



A temática 3 incide sobre a natureza dos encontros literários, tendo sido selecionados dois subtemas: O primeiro versa sobre a literatura intercultural, de acordo com a designação usada em espaço germanófono, através da análise de obras que representam a transição de um mundo a outro, proporcionando assim a análise dos meios pelos quais as obras literárias criam um sentido de transgressão entre barreiras ontológicas, pelas deslocções no espaço, e ultrapassam barreiras linguísticas ao assumirem a “latência linguística”, isto é, o multilinguismo. As categorias de espaço e relacionais para que remete o prefixo “inter” podem assumir os sentidos positivos de abertura, tolerância, negociação e reciprocidade, que frequentemente possuem nos estudos teóricos, mas podem também assumir sentidos negativos de desencontro, não-pertença e dilaceração nas obras literárias que, assim, apresentam uma forma mais complexa do tema. A ambiguidade e desorientação ocorrem nos processos de transição e ritos de passagem, em que as personagens já não possuem o seu estatuto inicial, e situam-se no limiar entre a sua anterior forma de estruturar a sua identidade e uma nova forma resultante dos contactos interculturais num espaço liminar, onde as diferenças perdem os seus contornos e se tornam maleáveis e negociáveis.

Por um lado, há os autores de origem estrangeira que se estabeleceram em Portugal e que escrevem em língua portuguesa, um *corpus* bastante limitado na literatura portuguesa, sendo Ilse Losa e Jorge Listopad dois dos nomes mais destacados. Por outro lado, há os autores canónicos que exploram literariamente essa experiência, como foi o caso de Ferreira de Castro, José Rodrigues Miguéis, Miguel Torga e Jorge de Sena. Por outro lado ainda, há os autores portugueses ou lusodescendentes que integram comunidades migratórias de origem portuguesa em países como a França e os EUA, por exemplo. Neste âmbito, destacam-se os nomes de Brigitte Paulino-Neto (1953) e Katherine Vaz (1955), autoras francesa e norte-americana respetivamente, pertencentes à segunda geração de emigrantes portugueses que escrevem na língua do seu país — neste caso em francês e em inglês —, abordando, contudo, temáticas relacionadas quer com o país de origem dos seus ascendentes, quer com a própria migração e contacto com a alteridade. É uma literatura que desafia fronteiras e classificações ligadas às literaturas nacionais, e comprova a emergência e consolidação de um fenómeno literário com características cada vez mais transnacionais, enquanto reflexo e expressão de uma nova realidade ligada à era global. O segundo subtema versa sobre os estudos de género.

Esta temática pretende assim trabalhar duas formas principais de alteridade: a intercultural e a sexual. Estes dois tipos de alteridade engendraram formas de contacto cultural e intercultural baseadas em relações assimétricas de poder. Daí as teses feministas ocuparem o lugar simbólico do Outro, não se podendo negar que as mulheres e os desviantes sexuais ocupam frequentemente o lugar do Outro na polaridade ocidental baseada no género.

A temática 4 pretende encontrar um dos fulcros da mitologia ocidental, inicialmente peninsular e mediterrânica: o mito de Don Juan, o chamado “mito dos mitos”, como exemplo radical de interculturalidade e supranacionalidade.

A narrativa mítica tem sempre a função de um intertexto, de um texto estrangeiro, às vezes clandestino, mas nunca inerte, pelo que se lhe adequa uma poética comparada que, tendo por base a literatura portuguesa, possa estabelecer relações intertextuais com outras literaturas. A intertextualidade é precisamente um dos processos fundamentais da edificação dos mitos e a causa da sua perenidade, diz-nos Paul Ricoeur, que relaciona o mito com a memória voltada para as palavras anteriores e para a sua traduzibilidade para outros contextos culturais: “horizons of myths exceed the political and geographical boundaries of their communities and the territorial limitations set by politics, emigrating and developing in new cultural frameworks” (Ricoeur & Kearney, 1978, p. 116). O mito caracteriza-se assim pelo seu poder de irradiação, pela sua caracterização como resposta e apelo à releitura e reescrita. Por conseguinte, é pertinente a análise dos modos como a radical novidade, resultante desta tradução, se concilia com a herança cultural, pelo que a mistura de tradições e as mudanças de horizonte do mito se conciliam com a inscrição diacrónica na História. O mito é uma fala escolhida pela história, diz-nos Roland Barthes em *Mythologies* (1973, p. 183).

Por conseguinte, esta temática não abdica da análise que incide primordialmente na literatura portuguesa ou de expressão portuguesa, considerando a receção e recriação do mesmo tema durante um largo período de tempo. Com três séculos de distância, Gabriel de Lima, na forma romanesca, faz uma releitura da peça de teatro Tirso de Molina, obra que, no século XVII, iniciou o mito literário de Don Juan em Espanha, retomando a visão do autor espanhol sobre os enganos mútuos, mas numa perspetiva moderna próxima de Lipovetsky (2017, p. 161), quando refere o “engano verdadeiro-falso” em que o falso é valorizado.

É, portanto, a hipertextualidade que cria o mito, especialmente o mito literário que tem merecido especial atenção de Ricoeur, Sellier e Brunel, na

medida em que é aberto à apropriação da sociedade, pois é a adoção pelo modo coletivo que cria a qualidade mítica. O grande sucesso dos romances de Vitaliano Brancati sobre Don Giovanni durante o fascismo, hoje considerados clássicos, explica-se pelo eco que teve, na sociedade italiana de então, a sua denúncia de uma geração passiva politicamente. Escrita durante o fascismo português e postumamente publicada foi também a peça de Natália Correia, *D. João e Julieta*, pelo que se afigura pertinente analisar as condições adversas da literatura em regimes totalitários de que são exemplos estas duas obras. O libreto de José Saramago que pretende propor *a contrario* uma leitura do libreto de Da Ponte é outro dos textos a considerar, bem como o romance de Almeida Faria, que se inscreve na dessacralização dos mitos na tradição da cultura portuguesa, ligando o donjuanismo ao sebastianismo.

A abordagem mitocrítica parte necessariamente dos confrontos, pelos quais se evidencia um duplo, ou triplo, efeito entre um momento histórico de criação ou primeira leitura, e entre a recriação e releitura num outro momento histórico e a apropriação pelo leitor. Deste modo, podemos chegar a conclusões interessantes pela constituição de um mapa de *mitemas* e situações míticas ou mitológicas, seja no interior de uma cultura, seja como constructo transcultural. Consideraremos a função ou efeito que pode ter o mito de Don Juan, a par de Fausto, um dos dois grandes mitos da Europa moderna, enquanto facto sociocultural numa realidade ligada a uma existência histórica, na qual as sociedades reconhecem os seus valores e questionamentos.

Não consideraremos o debate relativo à inserção do mito na mentalidade primitiva incompatível com a lógica dos povos civilizados, mas antes a perspectiva de Ricoeur, de o entender como uma forma de discurso com pretensão ao sentido e à verdade. Aliás, as teorias contemporâneas do mito ultrapassam a dicotomia presente em Platão e Aristóteles, respetivamente de história sagrada e narrativa literária, propondo uma síntese das duas conceções, ao atender à transformação de um conjunto de *mitemas* ao longo da história numa estrutura dinâmica. O interesse continuado pelo mito de Don Juan, proporciona uma visão renovada da estrutura simbólica da obra de arte e permite uma teoria da simbolização de múltiplas convergências interdisciplinares, considerando formas artísticas diversas. O século XX e XXI oferecem um campo vasto para análise da dimensão mítica da literatura contemporânea apenas no âmbito do donjuanismo. O mito, na sua impureza e instabilidade, é um lugar de convergência em torno do qual se organizam todas as projeções fantásticas e desejos coletivos, com capacidade de intervenção no mundo social. Esta te-

mática parte assim da dimensão mítica inalienável no ser humano e, assumindo a perspetiva teórica de Paul Ricoeur, pretende dar conta da ligação do mito com as possibilidades da existência que ultrapassam o que se pode conceber, perceber historicamente e experimentar em cada momento e lugar.

Três dimensões atravessam o trabalho metodológico nestas duas últimas temáticas: 1) o contacto cultural (entre escritores, entre mundos, entre sexos); 2) a interpretação (inter)cultural e literária; 3) a análise comparativa intercultural e transdisciplinar.

Com este programa, metodologia e *corpus* selecionado, pretendemos ultrapassar dogmatismos das culturas em que textos literários e objetos artísticos se inserem, e revelar a interrelação dialética entre o próprio e o diferente, entre a identidade e alteridade que estes dogmatismos tendem a ignorar, de forma a que os estudantes sejam capazes de intervir, de forma crítica e fundamentada, nos principais debates que o fenómeno artístico suscita no tempo atual, perspetivadas segundo um ponto de vista multicultural, pluridisciplinar e humanista.

## BIBLIOGRAFIA

- Bakhtin, M. (1981). *The dialogic imagination*. University of Texas Press.
- Barthes, R. (1973). *Mitologias*. Edições 70.
- Baudrillard, J. (2005/1996). *The conspiracy of art*. Columbia University Press. <https://kirkbrideplan.files.wordpress.com/2012/10/jean-baudrillard-the-conspiracy-of-art.pdf>.
- Bourdieu, P. (1991). Le champ littéraire: Avant-propos. *Actes de la Reserche en Sciences Sociales*, 89, 3-46.
- Bredella, L. (2012). *Narratives und interkulturelles verstehen. Zur entwicklung von empathie-, urteils- und kooperationsfähigkeit*. Narr.
- Costa, F. (2001). Goethe revisitado – Tradução e cosmopolitismo. In H. Buescu & J. F. Duarte (Coords.), *Narrativas da modernidade: A construção do outro* (pp. 61-76). Colibri.
- Dubois, J. (2019). *L'institution de la littérature*. Bernand.
- Elhajji, M. (2006). Comunicação intercultural: Prática social, significado político e abordagem científica. *E-Compós*, 6. <https://doi.org/10.30962/ec.86>.
- Even-Zohar, I. (1990). Polysystem studies. *Poetics Today*, 11(1). Disponível em [https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar\\_1990—Polysystem%20studies.pdf](https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar_1990—Polysystem%20studies.pdf).
- Franco, J. E. & Caetano, J. R. (Coords.) (2020). *Globalização como problema. Temas de estudos globais*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

- García-Canclini, N. (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad*. Editorial Gedisa. Disponível em <https://teoriasantropologicasucr.files.wordpress.com/2011/05/garcia-canclini-nestor-diferentes-desiguales-y-desconectados-mapas-de-la-interculturalidad.pdf>.
- Guillén, C. (2001). Entre o uno e o diverso: Introdução à literatura comparada. In H. Buescu, J. F. Duarte & M. Gusmão (Orgs.), *Floresta encantada. Novos caminhos da literatura comparada* (pp. 385-409). Dom Quixote.
- Gumbrecht, H. (2001). O futuro dos estudos literários. In H. Buescu, J. Duarte & M. Gusmão (Orgs.), *Floresta encantada. Novos caminhos da literatura comparada* (pp. 37-60). Dom Quixote.
- Iser, W. (1996). The emergence of a cross-cultural discourse. In S. Budick & W. Iser (Orgs.), *The translatability of cultures* (pp. 245-264). Stanford Univ. Press.
- Jauss, H. R. (1994). *Wege des verstehens*. Wilhelm Fink Verlag.
- Lipovetsky, G. (2017). *Agradar e tocar. Ensaio sobre a sociedade da sedução*. Edições 70.
- Miller, T. (2001). *A companion to cultural studies*. Blackwell.
- Morin, E. (1990). *Introduction à la pensée complexe*. Seuil.
- Morin, E. (2015). *Penser global. L'humain et son univers*. Éditions Robert Laffont/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Pratt, M. L. (1992). *Imperial eyes*. Routledge.
- Rama, A. (1982). *La transculturación narrativa en América Latina*. Siglo XXI.
- Ricoeur, P. & Kearney, R. (1978). Myth as the bearer of possible worlds. *The Crane Bag*, 2(1,2). <https://www.jstor.org/stable/30059470?origin=JSTOR-pdf>.
- Robillard, J. (2001). Peut-on estimer les impacts de la mondialisation sur la communication social et la culture?. In P.-Y. Bonin (Dir.), *Mondialisation. Perspectives philosophiques* (pp. 279-298). L'Harmattan.
- Rutherford, J. (1990). The third space. Interview with Homi Bhabha. In J. Rutherford (Ed.), *Identity: Community, culture, difference* (pp. 207-221). Lawrence and Wishart. Disponível em <http://s3.amazonaws.com/arena-attachments/90186/444c4a43b13aec92039a31bef35c4945.pdf?1364059011>.
- Sequeira, R. M. (2003). *O poder e o desejo. O ensino da literatura a estrangeiros na universidade*. Ministério da Educação.
- Shuter, R. (2017). New media and intercultural communication. In Y. Y. Kim (Ed.), *The international encyclopedia of intercultural communication* (pp. 1-9). WileyEditors. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118783665.ieicc0005>.
- Silva, V. A. (1990). *Teoria e metodologia literárias*. Universidade Aberta.
- Sloterdijk, P. (2008). *Palácio de cristal. Para uma teoria filosófica da globalização*. Relógio d'Água.

Todorov, T. (1990). El cruce de las culturas. *Criterios*, 25-28, 3-19. Disponible em <https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/elcruce delas culturas.pdf>.

# O RESSONANTE: CRUZAMENTOS ENTRE ESTUDOS CULTURAIS E RETÓRICA

**Rui Alexandre Grácio**

Universidade de Aveiro

Departamento de Línguas e Culturas (DLC)

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC)

## 1. OS ESTUDOS CULTURAIS NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO E CRUZAMENTOS ENTRE ESTUDOS CULTURAIS E RETÓRICA

Uma vez que um dos objetivos deste I Congresso da Rede Nacional em Estudos Culturais, subordinado ao tema *Cartografias, Desafios e Possibilidades*, é justamente o conhecer e colocar em diálogo diferentes entidades de investigação nacionais na área dos Estudos Culturais, irei, num primeiro momento, aproveitar para caracterizar, em traços gerais, o modo como, na Universidade de Aveiro e, mais particularmente, no Departamento de Línguas e Culturas e no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, são trabalhados os Estudos Culturais; num segundo momento irei procurar fazer uma síntese sobre a forma como é encarado o modo de operar característico dos estudos culturais e, dando-lhe um cunho mais pessoal, explicarei em que medida julgo ser fecundo proceder a uma articulação entre Estudos Culturais e Retórica.

Nos Estudos Culturais na Universidade de Aveiro há duas vertentes a destacar: por um lado, Programa Doutoral em Estudos Culturais (PDEC-UA) e por outro a linha de investigação Grupo Entre Culturas – Hermenêuticas Culturais.

### 1.1. O Programa Doutoral em Estudos Culturais

Quanto ao Programa Doutoral em Estudos Culturais, ele assume como suas linhas de orientação os seguintes aspetos:

- privilegia um olhar teórico ancorado na contemporaneidade;
- pratica modelos de investigação abertos e metadisciplinares (não só porque não se considera que os EC tenham qualquer pretensão de auto-

fundamentação mas, também, porque se concebe a teoria como uma ferramenta ao serviço de posicionalidades ligadas a práticas sociais concretas);

- valoriza a complexidade, encarando a cultura como um campo gravitacional;
- promove a articulação entre as práticas de investigação, a produção de conhecimento e a vida civicamente comprometida;
- pratica um exercício de atenção crítica permanente à repercussão política dos processos dinâmicos de naturalização de valores, conceitos, noções e modos de pensar;
- mantém uma estreita articulação entre produção teórica e modos de vida, procurando praticar a dupla ruptura epistemológica.

E estes são, em traços esquemáticos, alguns dos vetores que orientam o Programa Doutoral em Estudos Culturais.

## 1.2. A linha de investigação Grupo Entre Culturas

Quanto à linha de investigação Grupo Entre Culturas – Hermenêuticas Culturais, pode dizer-se que nele se aborda a cultura de uma forma dinâmica, multidimensional e interativa, elegendo-se como temáticas de destaque — espelhadas, aliás nos três projetos em curso nesta linha de investigação — as questões de Globalização e (pós)-Identidades, as questões de Políticas de Cultura, as Indústrias da Cultura e o Ócio e, finalmente, as problemáticas de Género e Performance.

Queria ainda referir que o esforço que tem vindo a ser feito — no qual quero destacar o contributo da Professora Maria Manuel Baptista — vai no sentido de dar não só uma maior coesão à investigação no âmbito dos Estudos Culturais a nível nacional, como, também, no sentido do intercâmbio internacional. Desse esforço resultou na criação de algumas redes importantes. Assim, para além da RNEC - Rede Nacional de Estudos Culturais e da RIEC - Rede Internacional em Estudos Culturais, foram também ativadas outras redes de investigação em Estudos Culturais, nomeadamente a COLLUM – International Network for Doctoral Training in Post-colonial Studies e a OTIUM – Associação Ibero-Americana de Estudos de Ócio.

No que diz respeito a concretizações, procurarei dar a conhecer algumas das práticas dos Estudos Culturais na Universidade de Aveiro recorrendo às



atividades de dois núcleos em que estou inserido (ainda que, de forma oficial, muito recentemente): o Grupo sobre Género e Performance (GECE) e o Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio (NECO). Para isso destacarei algumas das atividades mencionadas no relatório do passado ano civil (2021).

Antes de passar às atividades, queria caracterizar sucintamente as coordenadas dos dois núcleos anteriormente referidos: o GECE e o NECO.

No que diz respeito ao Grupo sobre Género e Performance (GECE), no texto da sua descrição e apresentação, lê-se o seguinte:

O projeto procurará partir dos usos do corpo feminino em diversos contextos geográficos, sociais, culturais, económicos, políticos, profissionais, raciais, de género e de idade. Partindo do registo visual e/ou descritivo das performances destes corpos (quer nos seus quotidianos profissionais, quer em momentos de festa, ritual, lazer ou criatividade), que serão registados quer em vídeo, quer em fotografia, serão problematizadas e interrogadas as articulações entre a performatividade destes corpos no que ela pode revelar de bio-poder, seja na expressão de resistência, opressão e/ou liberdade criativa.<sup>1</sup>

Já no que diz respeito ao Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio, ele elege o tema do Ócio nas sociedades contemporâneas como foco, apresentando articulações e cruzamentos não só com a temática do núcleo anteriormente referido, como abrindo também para questões tão diversas como as do trabalho na era do capitalismo avançado, das políticas públicas de cultura, da territorialidade, dos espaços, do desporto e tantas outras.

Assim, e de modo a que se possa ter uma ideia mais concreta das atividades desenvolvidas por estes dois grupos — e, por conseguinte, de iniciativas realizadas no âmbito dos Estudos Culturais na Universidade de Aveiro — passarei a mencionar algumas.

Começo por destacar um trabalho que me parece muito relevante, iniciado em 2018 e que se vai ser concluído este ano (2022): trata-se de uma coleção intitulada “Género e Performance – Textos Essenciais”. Consiste na publicação de cinco volumes onde são traduzidos para o português um conjunto alargado de textos selecionados e considerados como fazendo parte literatura fundamental desta temática. A sua disponibilização gratuita e a possibilidade destes textos serem acedidos em língua portuguesa é sem dúvida um contributo importante, tendo sido as traduções integralmente realizadas

<sup>1</sup> <https://www.ua.pt/pt/cllc/page/23268>

por elementos ligados aos referidos grupos de investigação, o que significa também desafios de crescimento dos seus intervenientes.

Em maio de 2021 realizou-se também o I Congresso da Rede Internacional dos Estudos Culturais, subordinado ao tema *Cartografias e perspetivas de futuro*, o qual contou com a participação de dez universidades espalhadas por cinco países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. Teve como objetivos o mapeamento da apropriação dos Estudos Culturais em cada uma das instituições participantes, a promoção do diálogo, a troca de pontos de vista e o fomento do diálogo entre diferentes perspetivas e focos de investigação.

Ainda dentro das atividades realizadas pelo GECE e pelo NECO, destacam-se também três iniciativas que, de alguma maneira, são demonstrativas da forma como é valorizada a dimensão criativa e performativa no seu cruzamento com os processos de investigação: refiro-me à Mostra Fotográfica e Documentário “Quando Corpos, Quando Pandemia”, ao 2º Festival Géneros e Performances e ao trabalho intitulado Magenta - Mapeamento das desigualdades de género no trabalho doméstico durante o COVID-19 em Portugal.

No que diz respeito à primeira iniciativa, tratou-se um projeto financiado pela FCT e resultou do diálogo entre diferentes grupos de estudo e pesquisa portugueses e brasileiros sobre as temáticas do ócio, lazer, género, performance e espaço urbano e teve como objetivo analisar representações sobre os corpos e as suas performances no espaço urbano antes e durante a pandemia de Covid-19, contando para isso com registos fotográficos e vídeo realizados pelos participantes. Teve como resultados finais uma mostra fotográfica e a produção de um documentário em formato vídeo, predominando a temática das relações de forças que atravessam os corpos, os processos de violência e de resistência e as reconfigurações da sociabilidade em período pandémico. Aproveitou-se, assim, para evidenciar a centralidade que a temática da materialidade corporal pode assumir na perspetiva dos Estudos Culturais, bem como constatar a fluidez da noção de normal e das narrativas de normalização.

No que diz respeito ao 2º Festival Géneros e Performances, com ele pretendeu-se construir, coletivamente, um espaço para as possibilidades da criação artística como lugar de pensamento e ação, de resistências e insurreições estéticas e políticas, de modos de expressão que desafiem o conhecimento estabelecido e as suas normatividades. Tal foi ocasião para perceber a importância do performativo não só enquanto lugar de crítica em ação, mas também enquanto desafio que se coloca em processos de emancipação e empoderamento.

No que diz respeito à terceira iniciativa, tratou-se de um projeto de investigação de cariz quantitativo com o objetivo produzir, analisar, sistematizar e divulgar dados estatísticos sobre o impacto da COVID-19 nos trabalhadores domésticos em Portugal, pondo-se a tónica na questão das desigualdades de género no trabalho doméstico, ainda que o inquérito elaborado tivesse sido mais abrangente.

Ainda em outubro de 2021 realizou-se um seminário intitulado “O Estado Novo em Portugal: Um olhar a partir dos Estudos Culturais” que teve como objetivo refletir sobre o Estado Novo português à luz de uma perspetiva interdisciplinar e em foram convocadas disciplinas como artes, filosofia, história, sociologia, e outras, pondo-se a tónica no viés político.

Durante 2021 desenvolveu-se ainda o projeto “Género em Jogo”, que teve como objetivo a construção de um jogo de tabuleiro colaborativo e educativo, voltado para o público maior de 12 anos, inicialmente em quatro países, Portugal, Brasil, Angola e Moçambique, mas com a intenção de ser expandido para outros lugares. A ideia foi a tratar de questões relativas ao género, desde a violência doméstica às questões dos direitos das populações LGBTQIA+, passando pelos modos como essas questões atingem os adolescentes, jovens, pessoas idosas, emigrantes e refugiados, tendo sempre em conta a racialização e a colonialidade.

Atendendo a que no âmbito dos Estudos Culturais, mais do que produzir teoria, é preciso saber respirá-la, apropriá-la e destilá-la em práticas criativas, deixando operar o seu efeito de ressonância, não é de estranhar que as atividades desenvolvidas fossem paralelas ao estudo de um pensamento que simultaneamente estimula e desafia os Estudos Culturais: falo de Gilles Deleuze, cujo pensamento — e mais especificamente, a obra *Diferença e Repetição* — foi objeto de análise pelo Grupo de Estudos sobre Gilles Deleuze, composto pelos membros do GECE e do NECO, na maioria doutorandos no PDEC. Tratou-se, assim, de contribuir para a formação dos membros dos referidos núcleos, proporcionando-lhes mais conhecimentos teóricos e epistemológicos para a elaboração de suas investigações.

Neste contexto de polinização dos saberes, dos conceitos e de modos de pensar foi também organizado o Seminário Internacional sobre Gilles Deleuze. Decorreu em setembro de 2021, teve um convidado internacional (Doutor Marek Wojtaszek) e permitiu explorar uma outra obra — talvez das mais importantes de Deleuze e Guatari — *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*.

Outra vertente relevante para o grupo de Estudos Culturais da Universidade de Aveiro é a das metodologias e dos recursos que facilitam a investigação e a produção da escrita académica. Nesse sentido foram realizados em 2021 dois *workshops*, um sobre Metodologia de Investigação Qualitativa e outro dedicado ao uso do software Mendeley. De referir que, durante o processo de formação dos doutorandos já tinha havido contacto com as metodologias etnográficas (que privilegiam aspetos vivenciais e que podem implicar, entre outros, a realização e o tratamento de entrevistas), as metodologias textuais (nomeadamente aplicadas a narrativas de vida), as abordagens retórico-argumentativas dos discursos e também os estudos de receção.

Para finalizar, refira-se que o desenvolvimento de todo este trabalho implicou reuniões periódicas que, para além da estruturação e desenvolvimento dos projetos, permitiram também fazer pontos da situação das teses de doutoramento em curso. Neste contexto, foram também incentivadas as participações em diversos eventos e foi estabelecido um mecanismo de apoio à tradução de textos para publicações internacionais.

E é este o resumo das atividades desenvolvidas, atividades através das quais se podem vislumbrar linhas de orientação teórica e aplicações práticas que refletem o modo de entender os Estudos Culturais na Universidade de Aveiro.

Passarei agora ao segundo momento, onde procurarei não apenas elaborar em termos mais teóricos o modo de funcionar dos Estudos Culturais como, também, propor uma aproximação — que a mim me interessa particularmente — entre Estudos Culturais e Retórica.

## 2. DES-HOMOGENEIZAÇÃO DE CONCEITO DE RETÓRICA

Se é mais ou menos familiar para o senso comum a ideia de que a retórica faz parte da cultura, já mais estranho pode parecer a afirmação de que as dinâmicas retóricas estão no cerne das configurações culturais e do seu dinamismo. Todavia, entre elas há uma permanente relação de duplo sentido e é por isso que Estudos Culturais e Retórica necessariamente se cruzam e fecundam reciprocamente.

Antes de explicitar esta ideia, gostaria de começar por des-homogeneizar a noção de retórica e, sobretudo, libertá-la da sua visão reducionista como eloquência monológica. Se há uma tradição que a liga à oratória, à arte de bem falar e de comunicar de uma forma persuasiva — centrando-a, portanto, na

noção de discurso e na sua instrumentalidade<sup>2</sup> — há também quem tematize a retórica enfatizando outros aspetos, nomeadamente a dimensão de sociabilidade, a vertente comunitária e as suas implicações filosóficas.

Exemplos dessa forma aprofundada de conceber a retórica estão presentes em vários autores. Assim, começando por dar um primeiro exemplo, podemos considerar a proposta que James Crosswhite faz de uma retórica profunda, uma “deep rhetoric” que, nas suas palavras,

não é uma disciplina. Em vez disso, a retórica profunda é, de certa forma, metadisciplinar, mas, além disso, é uma maneira de entender não apenas toda linguagem e atividade simbólica, mas também toda comunicação. Para uma retórica profunda, “comunicação” não é simplesmente enviar e receber uma mensagem já compreendida. (2013, p. 106).

Esta mesma ideia sobre a comunicação é salientada pelo sociólogo Louis Quéré (1992, p. 30) quando afirma que “não há mensagem sem metamensagem; ou, mais simplesmente ainda, assim que dizemos alguma coisa, dizemos também algo sobre aquilo que dizemos, para definir o seu modo de emprego ou o seu sentido”. E continua: “Para comunicar, sobrepomos um enunciado com conteúdo proposicional, que relata uma observação ou uma experiência (função de representação de fatos), e um enunciado que define a relação interpessoal em que o significado do primeiro pode ser compreendido e aceite”. Dito de outra maneira, a metamensagem não é de ordem linguística e faz emergir uma negociação na troca social acionando uma reflexividade de segundo nível (cf. Mounier, 2018).

Também o filósofo Michel Meyer, concordando com a tradicional relevância da tríade *ethos-pathos-logos*, propõe uma definição alargada da retórica, que vai para além de uma concepção disciplinar, como “o encontro dos homens e da linguagem na exposição das suas diferenças e das suas identidades” ou, noutra formulação do mesmo autor, a retórica é “a negociação das distâncias entre os homens a propósito de uma questão ou problema” (Meyer, 1998, pp. 26-27).

Por seu lado, Hans-Georg Gadamer (1982) considerou a retórica como a forma universal da comunicação humana, afirmando que há uma retoricidade

<sup>2</sup> E, da redução da retórica ao seu carácter instrumental (redução que desconsidera a amplitude da experiência da retoricidade da linguagem humana) até à sua diabolização, vai um pequeno passo, um passo fundador que, ao mesmo tempo que desqualifica a retórica, procura instaurar um regime de verdade.

dade que atravessa a linguagem e Martin Heidegger (2005, p. 193) tinha já sublinhado que: “ao contrário da orientação tradicional do conceito de retórica como uma espécie de ‘disciplina’, ela deve ser apreendida como a primeira hermenêutica sistemática da convivência quotidiana com os outros”.

Retomando estas ideias, diria que um denominador comum persistente da retórica é o da sociabilidade, da coexistência humana, encarada para além dos agenciamentos disciplinares e tal como é articulada num agir comunicacional perpassado pela dimensão simbólica e pelos seus efeitos. Aliás, colocando a tónica na importância do simbólico e na ideia de “consustanciação”<sup>3</sup>, Kenneth Burke definiu justamente a retórica como “o uso da linguagem como um meio simbólico de induzir a cooperação em seres que por natureza respondem a símbolos” (Burke, 1969, p. 41). Por seu turno, enfatizando também o que poderíamos designar a condição civil da retórica, Aristóteles fez notar que

a retórica é a outra face da dialéctica; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao *conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular*. De facto, *todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra*, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar. (Aristóteles, 2005, p. 89. Itálico meu)

Temos assim, um primeiro ponto de cruzamento entre Estudos Culturais e a Retórica: a metadisciplinaridade.

### 3. PARA UMA COMPREENSÃO RETÓRICA DOS CONCEITOS E DOS DISCURSOS

Se os Estudos Culturais e a Retórica se constituíram, ambos, como campos académicos, eles remetem, contudo, para fenómenos basilares da experiência humana, fenómenos que têm a sua potência no poder imaginativo de configurar, de representar, de se relacionar com os outros e de experienciar a contingência do mundo. E, quando falo em “experienciar”, sigo a sugestão da

<sup>3</sup> Sobre a ideia de consustancialidade em K. Burke, escreve Ryan: «Todos estes símbolos são em certa medida ideias abstratas mas, contudo, têm um poder para mover corpos de forma tão real como o ar ou a água, e devem ser compreendidos como sendo igualmente substanciais. Ao identificarmos-nos com estas coisas, tornamo-nos *consustanciais* com elas — partilhamos da mesma substância. (...) ao identificarmos-nos com estes símbolos, tornamo-nos consustanciais com outras pessoas que que fizeram a mesma identificação» (Ryan, 2010, pp. 59-60). Sendo assim, a consustanciação promove a comunidade e gera efeitos grupais de «normalidade».

noção heideggeriana de experiência, a qual, para além de toda a tentativa de controlo, enfatiza a dimensão radical da nossa exposição à experiência, ou seja, vê-a enquanto situação-limite. Assim, escreve o filósofo:

fazer uma experiência, seja de uma coisa, de um homem, de um Deus, significa que algo nos acontece, nos atinge, nos sobrevém, nos derruba e nos transforma. Falar em ‘fazer’ não significa, nesta acepção, em rigor, que sejamos nós os operadores da experiência; ‘fazer’ significa aqui, como na locução ‘ficar doente’, passar por, sofrer de ponta a ponta, suportar, receber o que nos atinge, submetendo-nos. (1976, p. 143)

Por outro lado, tanto nos Estudos Culturais como na retórica está presente a função ordenadora dos conceitos e dos discursos. Ora, se os conceitos e os discursos são construções culturais, compreender o seu carácter retórico é também perceber como funciona, para dar um exemplo relevante, a artilharia persuasiva da retórica da ciência, os modos de construir a objetividade, os caminhos da construção argumentativa das demonstrações.

Além disso, a consciência do carácter retórico dos conceitos e dos discursos permite ainda compreendê-los como personagens móveis e dinâmicos, expostos às lei do tempo, da historicidade e da sociabilidade. E se o conceito é correlato de uma definição, a sua perspetivação em termos retóricos conduz-nos a pensar as definições como criações conjunturais, não só afastando-nos de visões ontológicas essencialistas, como obrigando-nos a historicizar as suas pretensões de universalidade, como aliás, o procurou fazer Perelman através da noção de “auditório universal” que, em termos de Estudos Culturais não andarà longe da ideia do carácter hegemónico de certas formações discursivas. Deste modo, como salientou Michael Ryan,

a força da retórica como ferramenta crítica não está na sua utilidade metodológica para estabelecer um sentido estável do que *é*, mas, antes, na sua adaptabilidade para mudar condições sociais e o seu valor de uso prático como um instrumento para colocar em ação as forças que determinam o que *deve ser* e o que *pode ser*. (2010, p. 58).

Ou seja, o criticismo retórico desenrola-se no horizonte de um preferível que tenta moldar um possível. Ora a dimensão de compromisso dos Estudos Culturais partilha também esta ideia de um questionar e de um desconstruir para transformar algo que *é* visto como indesejável, opressivo ou injusto.

O cuidado em evitar abordagens idealistas e mentalistas levou a que, quer os Estudos Culturais, quer a Retórica, acabem por privilegiar práticas humanas



efémeras, contingentes, enraizadas, corporificadas e situadas, no que parece ser outro ponto de convergência entre ambas. A atenção da retórica ao particular, ao situacional e ao episódico, por exemplo, parece ser um importante pano de fundo para uma compreensão dinâmica da cultura, permitindo articular o concreto, o situado e o social — incarnado por corpos e ações, pela materialidade de vidas que se relacionam (o que vai muito para além do modelo textual) — com as dinâmicas da criação cultural. Poderíamos dizer, como sugerem Meyer & Girke (2011) que se há uma emergência cultural da retórica, também há uma emergência retórica da cultura, um poder da retórica na transformação das dinâmicas culturais.

#### 4. DO DIALOGISMO DA LINGUAGEM AO AGONISMO RETÓRICO

Uma das noções associadas à retórica é a de “dialogismo” da linguagem e, nela, a importância da interação social através do diálogo, salientando-se aí a presença de uma inescapável contingência que faz com que o todo seja sempre algo mais do que a soma das partes e permitindo assinalar elementos de criatividade e de transformação. Ou seja, as próprias interações sociais são constitutivas dos acontecimentos e o que nelas acontece nunca pode ser totalmente antecipado. O acolhimento que a retórica faz da contingência — e aqui a ideia de *kairos* é muito representativa da importância do performativo — converge na situação básica da condição humana se situar entre o saber e o não saber e, também, entre o que controla e o que não controla. Nesse espaço “entre”, as pessoas procuram fazer sentido da experiência da contingência e a palavra-chave aqui é “persuasão”. Tentam interpretar, selecionando entre as variadas possibilidades de interpretação, escolhendo aquela que lhes parece mais plausível. Do mesmo modo, põem em ação mecanismos de confiabilidade de modo a reduzirem complexidades para as quais não têm meios de lidar de uma forma filigranada. Aristóteles, aliás, não deixou de assinalar essa condição da formação da compreensão e do juízo na modalidade do “grosso modo”<sup>4</sup>, ou, para utilizar uma gíria coloquial, a “olhómetro”. Não foi, aliás,

<sup>4</sup> Escreve Aristóteles: «damo-nos, portanto, por satisfeitos se, ao tratarmos destes assuntos, a partir de pressupostos que admitem margem de erro, indicarmos a verdade grosso modo, segundo a sua caracterização apenas nos traços essenciais. Pois, para o que acontece o mais das vezes, com pressupostos compreendidos apenas grosso modo e segundo a sua caracterização nos traços essenciais, basta que as conclusões a que chegamos tenham o mesmo grau de rigor. Do mesmo modo, é preciso pedir que cada uma das coisas tratadas seja aceite a partir dessa mesma base de entendimento.



por outra razão que Marc Argenot (2018) designou a retórica como uma “ciência do mais ou menos” ou que Eugène Dupréel e, na sua senda, Chaïm Perelman, valorizou a importância polarizadora das noções vagas e difusas.

Da mesma forma que os argumentos são emergentes das interações — fazemo-los surgir à medida que vamos indo — a cultura também é emergente: ela está sempre para além de estruturalismos funcionais ou de outros determinismos.

Uma tal visão emergencial tem a virtude de nos colocar na posição de uma certa suspeição relativamente a naturalizações da vida social. A abordagem da cultura como emergente evita racionalizações petrificadas, virando-se antes para as dinâmicas através das quais, no fluxo da vida social, se produzem, solidificam e vigoram certas constelações. O que aqui importa assinalar é a importância e o papel que o confronto com a incerteza e a contingência desempenham, o que obriga a perceber o artificialismo da separação entre agência e estrutura e nos conduz a uma relação de reciprocidade e mútua imbricação entre cultura retoricamente emergente e retórica culturalmente emergente.

A interação, enquanto lugar de emergência onde a incerteza e a contingência estão presentes, não é redutível a qualquer tipo de abordagem funcionalista de tipo mecanicista (cf. Goodwin, 2009). A abordagem emergencial da cultura foca-se nas potencialidades geradoras das interações situadas, consideradas como húmus daquilo que poderá vir a assumir a face de instituições, convenções, hábitos ou sedimentações da memória. Poderíamos também dizer que uma visão emergencial da cultura valoriza sobretudo o performativo e o interacional de onde não estão ausentes as relações de poder, a tentativa de alguém impor os seus padrões e a sua vontade sobre outrem (um aspeto caro à retórica). E, quando falamos em performance e interação, falamos de atividade corporal multidimensional, mobilização da energia e do interesse, enfim, o cruzamento de toda uma atividade material com a dimensão simbólica.

Contudo, se a retórica pode ser tematizada pelo dialogismo, importa contudo referir que o dialogismo não permite evidenciar da melhor forma a conflitualidade e o desenvolvimento interativo dos confrontos retórico-argumentativos. Com efeito, o conceito de diálogo parece insuficiente ou algo

---

É que é próprio daquele que passou por um processo de educação requerer para cada caso particular de investigação apenas tanto rigor quanto a natureza do tratamento do tema admitir. Na verdade, parece um erro equivalente aceitar conclusões aproximadas a um matemático e exigir demonstrações a um orador». (Aristóteles, 2009, 1094b).

inofensivo para exprimir também o caráter agónico dos conflitos, as relações de poder aí envolvidas, a luta que neles se trava. Diria mesmo que, considerando a sua dimensão agónica, podemos ver as situações retórico-argumentativas em termos de micropoderes, como um aferidor prático da omnipresença das relações de poder, mesmo nas interações aparentemente mais banais. No seu livro *O que falar quer dizer*, Pierre Bourdieu faz notar que

a competência suficiente para produzir frases susceptíveis de serem compreendidas pode ser insuficiente para produzir frases susceptíveis de serem escutadas, frases próprias para serem reconhecidas como recebíveis em todas as situações em que falar acontece. (...) Os locutores desprovidos da competência legítima vêem-se excluídos, de facto, dos universos sociais em que ela é exigida, ou condenados ao silêncio”. Defende ainda o autor que o valor do discurso depende “da capacidade que têm os diferentes agentes envolvidos na troca de impor os critérios de apreciação mais favoráveis aos seus produtos” sendo que é essa capacidade que determina “a lei de formação dos preços que se impõe a um intercâmbio particular. (Bourdieu, 1982, p. 54)

As trocas verbais desenrolam-se, assim, num espaço em que se joga a possibilidade da iniciativa discursiva, a possibilidade de se fazer ouvir e, de uma forma mais profunda, de ser reconhecido através da atenção que se é capaz de granjear. Não será por acaso que a tradição retórica realçou a importância da saudação e da *captatio benevolentiae* para o estabelecimento de uma relação favorável à receção do discurso.

Ora, se esta dimensão de luta de poder está muitas vezes ausente na noção de diálogo isso não acontece com a ideia de retórica, que tanto pode ser uma vista como uma retórica branca (ou seja, que coloca as questões na mesa) como pode ser encarada como uma retórica negra (que as varre para debaixo do tapete, procurando manipular), mas, em qualquer dos casos, coloca a ação discursiva sob o signo da influência e de uma certa condutividade, pois vê o outro como maleável e susceptível de ser influenciado pelo que poderíamos designar pelo poder suave, o *soft power*, da persuasão. Com efeito, a suposta coalescência dialógica pode transformar-se numa colisão retórica e as fronteiras entre o cooperativo e o competitivo são também muito fluidas. Além do mais, é bom não esquecer que o intersubjetivo — plano por excelência da relação dialógica — não faz desaparecer o subjetivo, o situacional e os seus constrangimentos. Na retórica há sempre uma relação tripolar entre pelo menos duas subjetivi-

dades e uma intersubjetividade (constituída, esta, para além de pré-construídos culturais partilhados, pelo próprio pecúlio histórico derivado das interações entre sujeitos).

Por outro lado, poderemos dizer que embora a comunicação possa ser trabalhada no sentido da inequivocidade, a comunicação humana informal é atravessada por inúmeros elementos nublosos que pairam sem se especificar ou explicitar. Desta nublosa fazem não apenas parte as noções vagas e difusas (no sentido de não especificadas, mas, apesar disso, com um forte poder polarizador ou mobilizador, como por exemplo as ideias de liberdade ou de justiça) — muito valorizadas do ponto de vista da nova retórica — mas também elementos que estão para além do verbal ou do imediatamente proposicionável. Aliás, como nota James Crosswhite (2019), a própria ideia de debate norteia-se por um “ideal fluido” e Loïc Nicolas (2018, pp. 41-56.) salienta que a retórica, ao lidar com o “difuso” (em francês “flou”), dimensiona-se entre a aceitação da precariedade do sentido e o sentido do compromisso num mundo impreciso.

## 5. A IMPORTÂNCIA DA NOÇÕES VAGAS E DIFUSAS: O RESSONANTE

As noções vagas e difusas levam-nos, entre outras, às questões da distância entre consciente e inconsciente, entre o imediato da ação e o mediato do pensamento, entre o espontâneo e o refletido e também à temática dos mecanismos ideológicos. Com efeito, é esta zona do prévio e da relação entre o prévio e o atual que fica em questão quando consideramos o vago e o difuso. E, na realidade, tal como acontece só bastante à frente ficarmos a perceber os contornos daquilo que ficou a ressoar em nós, também aquilo que consideramos como “normal” resulta de um efeito de distância que homogeneiza através eficazes sincretismos simbólicos mais ou menos vagos e difusos.

Nesta linha de raciocínio — que, aliás, define um movimento e uma articulação fundamental na retórica e na argumentação — vale a pena salientar que o par implícito-explicito funciona frequentemente como um operador heurístico nos estudos culturais. É ele que nos permite distinguir entre valores de entrada subtraídos à problematização e, por conseguinte, naturalizados através das práticas, e a imposição de dimensões subjacentes que, na bela expressão que Oswald Ducrot (1991, p. 12) formula a propósito da sua temati-

zação da relação entre o dito e o não-dito, beneficiam simultaneamente, “da eficácia da palavra e da inocência do silêncio”.

Neste contexto, a noção de ressonância — e, para dar mais um exemplo, a retórica não deixa de tematizar os efeitos de ressonância, através da ideia de *inventio* e da teoria dos *topoi*, ou seja, da forma como são pensados e treinados, no seu acontecer, os agenciamentos retóricos no discurso — a noção de ressonância, dizia, parece surgir como uma das características constitutivas de uma existência humana metamorfa, exposta a influências e em busca de orientação.

Esta ideia de ressonância está também presente na forma como, no contexto da Nova Retórica, Chaïm Perelman encara a função do discurso epidíctico (cf. Nicolas, 2015), ou seja, como algo que tende a conferir força polarizadora a valores que servirão de vetores para argumentar e para agir. Assim, escreve este filósofo,

o discurso epidíctico releva normalmente do género educativo, pois ele *visa menos suscitar uma ação imediata do que criar uma disposição para a ação, esperando o momento apropriado*. Não lhe compreendemos nem a natureza nem a importância se lhe atribuímos, como finalidade, a glória do orador. Esta pode, efetivamente, resultar dum tal discurso, mas é preciso não confundir a consequência de um discurso e a sua finalidade: esta visa reforçar uma comunhão em torno de certos valores que procuramos fazer prevalecer e que deverão orientar a ação no futuro. É assim que toda a filosofia prática releva do género epidíctico”. (Perelman, 1977, p. 33. *Itálico nosso*)

Também a noção psicanalítica de “associação livre” não deixa de se relacionar com a noção de ressonância, visando, justamente, captar e encontrar caminho para o que em nós está presente (patente) como efeito ressonante de um não dito (latente).

Enfatizando a ideia de ressonância, sugeria Jean-Luc Nancy (2014, p. 17) que “talvez seja preciso que o sentido não se contente com fazer sentido (ou com ser *logos*), mas além disso ressoe”, formulando a seguinte pergunta: “Porque é que, do lado do ouvido, retraimento e prega, ressonânciação, mas, do lado do olho, manifestação e ostensão, evidênciação?” (Nancy, 2014, p. 13).

Poderemos dizer que a ressonância toca sem que afete sob a forma da evidência ou do imediatamente percebido nos seus efeitos; em termos de comunicação podemos dizer que ela remete para uma sensibilidade empática (e falamos muitas vezes em sintonia ou na falta dela, do soar bem e do soar mal)

que faz com que procuremos espontaneamente coordenar a comunicação sem sermos explícitos acerca dela.

Em expressões que se têm vulgarizado, fala-se muitas vezes de gostar ou não gostar da “energia” de alguém e os brasileiros utilizam frequentemente nesse sentido a expressão “o seu santo não bate com o meu”. Estas “impressões” derivam duma afeção holística, sendo a situação de comunicação correspondente apelidada por alguns, na senda de Wittgenstein, como “fisiognomia”, tratando-se com esta palavra de combater a tendência redutora de avaliar a comunicação e os argumentos através dos padrões alexitímicos do raciocínio lógico-formal, salientando-se, ao mesmo tempo, a dimensão igualmente corpórea e afetiva das trocas dialógicas. Aliás — como bem foi constatado pela teoria retórica — a cadência da fala, a melodia, os gestos, a postura corporal, o nível da voz, a velocidade do débito verbal, etc. — são elementos comunicativos de inegável importância que, todavia, o condicionamento da linearidade textual de um pensamento logocêntrico, estruturada pela escrita, pôde impor.

Poderíamos também dizer que há uma energia própria da comunicação manifesta no próprio investimento que é nela colocada. É interessante lembrar que uma das condições assinaladas por Pamela Benoit (1992, p. 179) para que possamos reconhecer um episódio de argumentação é a de que a exploração da oposição entre os argumentadores mereça o investimento da sua energia, ou seja, de que *vale a pena* continuar.

Também Marc Argenot (2008, p. 137) assinala essa ideia quando afirma “é preciso que o debate valha a pena, que a conclusão, caso se chegue a encontrar uma, seja fecunda e útil, uma vez que se o assunto, seja ele qual for, se revelar como trivial e sem interesse, não é razoável dispensar-lhe energia”. Ou seja, os autores falam de um investimento energético como condição do argumentar e seria interessante averiguar — não sendo possível fazê-lo aqui — como é que esse apego se repercute no desenvolvimento das próprias interações. A estes exemplos podemos acrescentar que também James Crosswhite fala de energia, referindo que, em contexto de episódio de argumentação, é importante haver “energia para a imaginação perante mal-entendidos e impasses (2019, p. 61).

Vale a pena também lembrar, finalmente, que André Robinet, na recensão que fez ao livro de Perelman *Le Champ de l'Argumentation*, referiu-se ao domínio da argumentação como um “o campo magnético em que a argumenta-

ção capta a limalha não matemática e não experimental do espírito”, salientando-se naturalmente aqui as palavras “magnético” “limalha”.

É ainda a ideia de ressonância que está presente quando falamos da retórica das imagens e dos argumentos visuais. Com efeito, segundo Anthony Blair (2004, p. 51), “a vantagem dos argumentos visuais sobre os argumentos impressos ou falados repousa no seu poder evocativo”.

Finalmente, e até para se ultrapassarem as abordagens da ideologia em termos redutoramente determinísticos, o conceito de ressonância apresenta boas potencialidades heurísticas, aliás próximas da ideia avançada Édouard Herriot, segundo a qual “Cultura é o que fica depois de se esquecer tudo o que foi aprendido”, frase que remete para o jogo entre o que de alguma maneira se mostra e o que de alguma maneira se esconde sem, contudo, perder a sua eficácia.

## 6. JUSTIÇA E IDEOLOGIA

Neste cruzamento dos Estudos Culturais e da Retórica importa também referir três pólos que habitam os seus respetivos universos conceptuais.

Assim, em ambos está presente a *noção de justiça*. Explica James Crosswhite (2013, p. 137) que “o advento mútuo da sociedade política e da retórica repousa num sentido de justiça e de vergonha e no seu uso para resolver conflitos discursivamente”. Por seu turno, os Estudos Culturais convocam a noção de justiça quando, equacionado questões das relações poder, refletem sobre as assimetrias opressivas, falam em movimentos de resistência ou refletem sobre hegemonias discursivas.

Como salientou Ryan (2010, p. 62), os Estudos Retóricos e os Estudos Culturais crescentemente se intersectam:

ambos investem em questões de poder, performance, discurso popular, textualidade e interpretação e se preocupam com o modo como as pessoas lutam por agência dentro de estruturas económicas e políticas, usando recursos simbólicos como a linguagem quotidiana e a expressão artística.

Através da centralidade destes temas somos conduzidos, em segundo lugar, a outra noção incontornável nos Estudos Culturais, a saber, o modo como operam os *mecanismos ideológicos*. Ora a retórica revela-se, também neste

aspeto, como uma poderosa via de acesso à compreensão dos modos de funcionamento das ideologias. Como esclarecedoramente escreveu James Crosswhite (2013, p. 68),

a retórica tem uma supersensibilidade ao que, do ponto de vista filosófico, pode parecer uma formação ideológica. Uma aproximação retórica da razão sabe que o raciocínio depende não apenas de uma linguagem compartilhada e de factos acordados, mas também daquilo a que chamamos valores e da participação numa comunidade particular de raciocínio, uma comunidade que partilha de certos entendimentos e finalidades.

Em terceiro lugar — no que constitui um ponto de afinidade decisivo entre Estudos Culturais e Retórica — ambos os domínios assumem que *não têm qualquer pretensão de auto-fundamentação*, o que lhe confere um cunho diferente dos saberes disciplinares e disciplinados. Ambos partilham, para retomar as palavras de Lawrence Grossberg (2010, p. 27), de uma visão dessacralizada, arriscada e crítica da teoria como “um recurso estratégico contingente”. Neste sentido, os Estudos Culturais procuram não se deixar capturar seja pela lógica do retalho e da fragmentação do pensamento especializado, seja por aprofundamentos analíticos que se distanciam do mundo da vida, mantendo no seu horizonte alargado a coexistência e o mundo social vivido.

## 7. O MODO DE OPERAR DOS ESTUDOS CULTURAIS E SUA AFINIDADE COM A RETÓRICA

Se e é excessivo afirmar que tudo é cultura, o mesmo não acontece quando se afirma que nada é sem pré-construídos culturais<sup>5</sup> e o próprio discurso que toma a cultura como seu campo de estudo está sempre atravessado por ressonâncias culturais. Retomo esta ideia de “ressonância” porque há sempre implícitos que funcionam como algo de “natural” e, sendo prévios às práticas, não são evidentes ou articulados reflexivamente nas práticas. É por isso que penso que um dos axiomas fundamentais dos Estudos Culturais é o de que não há práticas sociais que não possam ser perspetivadas e investigadas do

<sup>5</sup> Escreve Appadurai (2004, p. 26): «se *cultura*, como substantivo, parece suscitar a associação com uma qualquer substância de um modo que esconde mais do que revela, *cultural*, o adjetivo, transporta-nos para um reino de diferenças, contrastes e comparações bem mais útil».

ponto de vista dos pressupostos culturais que veiculam, dos valores que incorporam e das concepções ou visões de mundo carregam. Este movimento — entre o que funciona como um adquirido, um dado, algo que permanece inquestionado (surgindo, por conseguinte, de forma naturalizada e normalizada), para um plano em que se torna perceptível que os critérios inerentes às práticas comportam perspectivas com consequências para o modo como coexistimos e habitamos o mundo — é o que melhor traduz a dimensão crítica que caracteriza os Estudos Culturais<sup>6</sup>.

Note-se que, na sua teorização da argumentação na língua, Oswald Ducrot (1988, p. 14) não só realça que “falar é construir e tratar impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade”, como assinala que há formas de “dizer e não dizer”, realçando a o funcionamento do implícito:

uma (...) origem possível da necessidade do implícito diz respeito ao facto de toda a afirmação explícita se tornar, por isso mesmo, um tema de discussão possível. Tudo o que é dito pode ser contradito. (...) Como foi frequentemente sublinhado, a formulação de uma ideia é a primeira e decisiva etapa para a sua colocação em questão. É portanto importante encontrar, para toda a crença fundamental, trate-se de uma ideologia nacional ou de uma posição pessoal, caso vá ser expressa, um modo de expressão que não a exponha, que não a torne um objeto assinalável e, portanto, contestável. (Ducrot, 1991, p. 6)

Mas, voltando ao plano mais amplo da cultura e dos valores, é por esse trânsito, entre o socialmente naturalizado e o problematizado culturalmente no seu valor e consequências ser inespecífico do ponto de vista temático (ele pode surgir a propósito seja de que assunto for e através de qualquer prática social), que os Estudos Culturais são metadisciplinares e capazes de articular os campos disciplinares relevantes para a elaboração teórica dos assuntos que tematizam e interrogam.

Podemos dizer que o mesmo acontece com a retórica e Geoge Lakoff e de Mark Johnson, no livro *Metaphors We Live By*, afirmam “que o nosso sistema conceptual comum, dentro do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico” (1980, p. 3), enfatizando que, mais do que ser apenas uma questão de linguagem, a metáfora é central no pensamento humano. Com efeito, as metáforas funcionam também como formas *subjacentes* a

<sup>6</sup> Como acontece, aliás, com a múltiplas perspectivas que se reconhecem sob a designação de «Retórica Crítica» e que conferem centralidade às relações de poder.



modos de pensar e agir, a maior parte das vezes naturalizadas e operando como pressupostos não refletidos ou problematizados.

Outra noção relevante na articulação entre os Estudos Culturais e a Retórica é a noção de “situação retórica”. Com efeito, os casos concretos e particulares são um dos objetos preferenciais de análise dos Estudos Culturais. Ora eles não podem ser considerados fora da sua contextualização em termos de situação retórica, uma contextualização que parte das iniciativas discursivas ou das interações — ou seja, da prática — para análises em termos de modos de ver e de dar a ver, de defesa de valores e de posicionamentos. Uma situação retórica é sempre uma situação de comunicação na qual são articulados o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. A desconstrução do discurso a partir de uma análise retórica que tem em conta estes três eixos torna-se um instrumento fundamental dos percursos críticos visados pelos Estudos Culturais (por exemplo, questionar discursos hegemônicos ou com tendências hegemônicas, mas também detetar posicionamento e opções valorativas). Por outro lado, como sublinhou Lloyd Bitzer (1968), uma situação retórica pauta-se por fazer urgir o discurso, pela consciência de que se trata de um discurso endereçado a um auditório (e que precisa de ser apropriado) e constrangido por ele e, finalmente, por um conjunto de variáveis constituintes da própria situação (pessoas, acontecimentos, objetos e relações). Na articulação que faz da noção de “situação retórica”, Bitzer realça a dimensão marcadamente performativa da retórica: “ela performa alguma tarefa”, diz, e, mais precisamente, participa na situação, almejando transformá-la.

Finalmente, há que assinalar que os Estudos Culturais e a Retórica têm uma mesma posição quanto às epistemologias metódicas, a saber, consideram que as metodologias são a artilharia persuasiva da retórica da ciência, ou seja, da construção da objetividade, da construção argumentativa da demonstração.

## PARA CONCLUIR

Enfim, e para concluir, vou praticamente limitar-me a citar Christian Meyer e Felix Girke (2011, p. 14), autores que trabalharam a ideia de uma emergência retórica da cultura, e que muito me inspiraram nas reflexões que aqui apresentei, e também um excerto do filósofo Richard Rorty.

Escrevem os primeiros:

a retórica, então, é um fenómeno energético e corporal, pelo menos tanto quanto semiótico e mental, é o meio, e também a manifestação, do ajuste perpétuo de nossa expressividade à ‘fisiognomia da situação dialógica’, e as nossas intenções são constantemente transformadas nesses diálogos tão enérgicos por meio dos quais o ‘mundo verbalizado se esforça para capturar uma prática não verbalizada’.

Esta abordagem retórica e problematizante das práticas sociais na sua multidimensionalidade material e simbólica parece-me assim apontar, com pertinência, para os cruzamentos e efeitos de polinização recíproca existentes entre Estudos Culturais e Retórica, alguns dias quais aqui procurei destacar

Por outro lado, e uma vez que realcei a importância da ideia de ressonância a partir do jogo entre explícito e implícito, do posto e do pressuposto, do dito e do não-dito, do claro e do vago, articulando estes pares com os processos de naturalização e normalização, concluirei com um belo excerto Richard Rorty que eu colocaria no cerne dos Estudos Culturais e dos seus gestos de desterritorialização, de descolonização e de empoderamento:

[Concordo com que] as pressuposições se tornam visíveis *como* pressuposições apenas se pudermos fazer com que as contradições dessas pressuposições pareçam plausíveis. Assim, as injustiças não podem ser percebidas como injustiças, mesmo por aqueles que as sofrem, até que alguém invente um papel anteriormente não desempenhado. É somente quando alguém tem um sonho e uma voz para descrever o sonho, que aquilo parecia ser natureza começa a parecer-se com cultura, o que parecia ser destino começa a parecer uma abominação moral. Pois, até então, apenas a linguagem do opressor está disponível, e a maioria dos opressores teve a inteligência de ensinar aos oprimidos uma linguagem na qual os oprimidos parecerão loucos — *até para eles mesmos* — se se descreverem como oprimidos. (Rorty, 1991, p. 3)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angenot, M. (2008). *Dialogues de sourds. Traité de rhétorique antilogique*. Mille et une nuits.
- Angenot, M. (2018). A retórica da argumentação como ciência do mais ou menos (pp. 87-104). In R. A. Grácio & M. Olímpio-Ferreira (Orgs.), *Contingência, incerteza e prudência: caminhos da retórica e da argumentação*. Grácio Editor.

- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização. A modernidade sem peias*. Teorema.
- Aristóteles (2005). *Retórica*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Aristóteles (2009). *Ética a Nicómaco*. Quetzal.
- Benoit, P. J. (1992). Characteristics of arguing from a social actor's perspective. In W. L. Benoit & D. Hample (Eds), *Readings on argumentation*. Foris Publications.
- Bitzer, L. F. (1968). The rhetorical situation. *Philosophy and Rhetoric* 1(1), 1-14.
- Blair, A. (2004). The rhetoric of visual arguments. In C. A. Hill & M. Helmers (Eds), *Defining visual rhetorics*. Lawrence Erlbaum.
- Bourdieu, P. (1982). *O que falar quer dizer*. Difel.
- Burke, K. (1969). *A rhetoric of motives*. University of California Press.
- Crosswhite, J. (2013). *Deep rhetoric: philosophy, reason, violence, justice, wisdom*. The University of Chicago Press.
- Crosswhite, J. (2019). A fluid ideal: dialectical virtues and the possibility of debate. *Philosophy and Rhetoric*, 52(1), 56-62.
- Ducrot, O. (1988). *Polifonia e argumentación*. Universidad del Valle.
- Ducrot, O. (1991). *Dire et ne pas dire*. Hermann.
- Gadamer, H.-G. (1982). *L'Art de comprendre. Herméneutique et tradition philosophique*. Aubier-Montaigne.
- Goodwin, J. (2009). A argumentação não tem função. *Comunicação e Sociedade*, 16, 123-144. <https://doi.org/10.17231/comsoc.16>.
- Grossberg, L. (2010). *Cultural Studies in the future tense*. Duke University Press.
- Heidegger, M. (1976). *Achémement vers la parole*. Gallimard.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e tempo*. Editora Vozes.
- Lakoff, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. The University Chicago Press.
- Mounier, P. (2018). *Les humanités numériques. Une histoire critique*. Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- Nicolas, L. (2018). A retórica: exercício e experiência da transgressão. In E. Piris & I. Azevedo (Org.), *Discurso e argumentação: fotografias disciplinares - Vol I*. Grácio Editor.
- Nicolas, L. (2015). L'épídictique: assise et pivot de l'édifice rhétorique. *RIFL*. RetSpe, 33-47
- Martins, M. L. (2015). Os estudos culturais como novas Humanidades. *Biblos*, (1), 3ª série, 79-109.
- Meyer, C. & Girke, F. (2011). *The rhetorical emergence of culture*. Berghahn Books.
- Meyer, M. (1998). *Questões de retórica: Linguagem, razão e sedução*. Edições 70.
- Nancy, J.-L. (2014). *À escuta*. Edições Chão da Feira.

Perelman, C. (1977), *L'empire rhétorique*. Paris.

Perelman, C. (1979). *The new rhetoric and the Humanities: Essays on rhetoric and its applications*. Kluwer Academic Publishers.

Quéré, L. (1992). *Des miroirs équivoques: aux origines de la communication*. Aubier.

Rorty, R. (1991). Feminism and Pragmatism. *Radical Philosophy* 59, 3-14. Disponível em [https://www.radicalphilosophyarchive.com/issue-files/rp59\\_article1\\_feminismpragmatism\\_rorty.pdf](https://www.radicalphilosophyarchive.com/issue-files/rp59_article1_feminismpragmatism_rorty.pdf)

Ryan, M. (2010). *Cultural Studies. A practical introduction*. Wiley-Blackwell.

# PROJEÇÕES E DESENVOLVIMENTOS DA COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

**Rosa Maria Sequeira**

CEMRI – Universidade Aberta

A diversidade faz-se notar nas sociedades modernas, tanto na vida quotidiana como a nível teórico no campo de investigação da Comunicação Intercultural, especialmente a partir dos anos 1990. Vários fatores contribuíram para tal:

## 1. A COMUNICAÇÃO EM REDE

A tecnologia foi um dos fatores que mais contribuiu para o processo da globalização, alterando a comunicação entre pessoas e organizações. A comunicação instantânea ultrapassa fronteiras e coloca em contacto uma grande variedade de atores sociais. Os contextos de trabalho são cada vez mais multiculturais e virtuais, isto é, constituem um mesmo espaço de interação partilhado por pessoas que estão em lugares diferentes.

A literacia mediática e informática veio possibilitar a produção de mensagens em vários suportes, transformando o modo de leitura no ciberespaço e a espacialização da linguagem enquanto processos nos quais cada leitor pode deixar a sua marca visível. A publicidade e o cinema, que os Estudos Culturais privilegiam enquanto objeto de estudo, são também visados pela Comissão Europeia para a Educação que, além disso, considera fundamental o ambiente em linha. Autores que estudam a Comunicação Intercultural de uma perspetiva educativa como Darla Deardorff (2009) selecionam-no como ferramenta para promover o diálogo intercultural e dar visibilidade a grupos marginalizados, reconhecendo as suas virtualidades para a colaboração entre as pessoas na resolução de problemas que as afetam.

Efetivamente a cibercultura permitiu a transição de uma formação e educação institucionalizadas para uma situação de troca generalizada de saberes muitas vezes informal. A velocidade, a personalização e a aprendizagem cola-

borativa fazem parte de uma nova organização de aprendizagem que não apenas as universidades mas também uma nova geração de empresários pretendem implementar (Lévy, 1999, p. 170).

O alargamento das oportunidades de emprego e de aprendizagem é uma vantagem que normalmente se sublinha e que não deixa de suscitar o cuidado das empresas com a Comunicação Intercultural que, neste contexto, significa a capacidade de comunicação das equipas de trabalho perante a finalidade funcional de se atingir um objetivo comum e potenciar as suas diferentes origens culturais para esse objetivo.

Já noutra ocasião me referi a modelos de competência intercultural que surgiram para estes contextos (ver Sequeira, 2016), nomeadamente o de Edward Hall no período pós-guerra que apresenta uma sistematização das culturas a partir dos parâmetros de contexto, espaço e tempo que mais tarde Hofstede e Trompenaars desenvolveriam com outros parâmetros, fazendo uma categorização das diferenças culturais a partir de questionários aplicados a funcionários da IBM.

Abro um parêntesis para referir que a reflexão de Edward Hall, sendo anterior, é mais compreensiva e abrangente. Na sua obra talvez mais influente, *The Silent Language*, (1959) Hall aponta um dos paradoxos da cultura: a cultura é um modo de comunicação, uma linguagem silenciosa que transpõe para palavras formas de comunicação complexas, não verbais e contextuais. A sua obra posterior, *The Hidden Dimension* (1969), segue esta linha na importância que dá à dimensão comunicativa que por sua vez teve impacto no modelo de Samovar e Porter (ver, por exemplo, 2007). Sem dúvida que o desenvolvimento da Pragmática e da Sociolinguística contribuiu para uma maior consciencialização da importância dos fatores culturais na comunicação através do estudo da sua componente não verbal como gestos, posturas e expressões faciais (que mostraram ser a parte mais influenciável culturalmente) e o estudo dos modos como a linguagem é afetada pelo contexto social que pode incluir expectativas dos interlocutores em relação ao grau apropriado de formalidade e cerimónia nas relações interpessoais.

Fechado o parêntesis, é de relevar uma nova área de investigação que tem surgido mais recentemente a partir desta preocupação com as equipas multiculturais em presença ou no espaço virtual. A área da gestão intercultural (“*cross cultural management*”) tem hoje uma expressão muito significativa e convoca questões como os graus de diferença e similaridade entre normas culturais ou de manifestação dessas normas; proficiência na comunicação; dife-

rentes expectativas ou comportamento efetivo na equipa; diferentes estilos de comunicação; diferentes estilos de liderança.

A par disso, emerge uma nova área de pesquisa proposta por Robert Shuter que dá conta de novas formas culturais que surgem da relação entre as tecnologias e a Comunicação Intercultural. Em “Intercultural New Media Studies: the next Frontier in intercultural communication” (2012), Shuter delinea duas subáreas de investigação, uma com foco nas teorias de comunicação, outra que pretende estudar a influência das tecnologias na cultura (2012, p. 220).

## 2. A MOBILIDADE DE PESSOAS, OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E A SUA INFLUÊNCIA NOS CURRÍCULA

Não apenas a comunicação em rede coloca as pessoas em contacto, mas a mobilidade efetiva que se traduz nas migrações e no turismo de massas. A mobilidade de pessoas oriundas de diferentes culturas resultou numa maior consciência crítica que adveio tanto do propósito de ensinar as tradições e o modo de vida do país de acolhimento aos imigrantes como do reconhecimento da necessidade de conhecer o modo de vida das comunidades de imigração e dominar pelo menos duas línguas estrangeiras. A acrescentar a isto, a expansão e a diversificação dos textos e objetos artísticos na globalização implicam lidar com fenómenos interculturais e multilingues. Daí alguns museus proporem programas educativos como o *New Museum of Contemporary Art* em Nova York (2011).

Na viragem para o século XXI ocorreu a mudança do paradigma comunicativo para o paradigma cultural no ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras que se caracteriza, entre outros aspetos, por estabelecer a correlação entre a aquisição linguística e o conhecimento cultural associado à sua compreensão. Helena Araújo e Sá e Ana Isabel Andrade, da Universidade de Aveiro, têm dedicado um trabalho importante à especificidade do contexto linguístico e educativo nacional a partir desta nova tendência no ensino-aprendizagem de línguas. A nível internacional, é de relevar o nome de Michael Byram, a par de outros como Robert Galisson, Geneviève Zarate, Claire Kramersch e Lothar Bredella.

O Conselho da Europa publica regularmente e fomenta projetos em torno da competência intercultural no ensino de línguas. Em 2001 lança o *Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas*, definindo os níveis de

proficiência e as várias etapas de aprendizagem. São os desafios de comunicação resultantes de se viver numa Europa multilingue e multicultural que conduzem a que a abordagem intercultural seja central neste documento. A Comunicação Intercultural é um processo pelo qual um indivíduo desenvolve competências em múltiplas culturas e isto implica o reconhecimento das várias culturas a que ele próprio pertence. Ora esta noção implica uma outra: a de competência plurilingue e pluricultural que o documento enfatiza. É o objetivo geral de promoção do plurilinguismo e pluriculturalismo que está na base de toda a discussão acerca das várias opções curriculares e, na sequência, da competência plurilingue e pluricultural, “uma competência comunicativa, para a qual contribuem todo o conhecimento e toda a experiência das línguas e na qual as línguas se interrelacionam e interagem” (op. cit. 2001, p. 23). Assim, os currículos devem ser considerados a partir do seu papel na educação geral em línguas, na qual as competências não dizem respeito apenas a uma dada língua mas desempenham um papel transversal e transferível entre as línguas. Este desejado alargamento de horizontes em relação à própria realidade é complementado por objetivos que se prendem com a procura da tolerância para com o diferente, com a aproximação às razões de agir e de atuar do Outro, outra língua, outra cultura.

Em Portugal, as disposições legais que procuram responder à situação de diversidade linguística e cultural (hoje uma realidade nas escolas fruto da mobilidade internacional) vão no sentido de estabelecer projetos curriculares que favoreçam a integração:

Numa sociedade multicultural, como é a portuguesa, o reconhecimento e o respeito pelas necessidades individuais de todos os alunos e, em particular, das necessidades específicas dos alunos recém-chegados ao sistema educativo nacional devem ser assumidos como objeto fundamental através da construção de projetos curriculares que assegurem condições equitativas de acesso ao currículo e ao sucesso educativo. (Despacho Normativo nº 7 / 2006).

Ainda em relação a Portugal, podemos achar na investigação de Carlinda Leite (2002) um levantamento das políticas educativas para fazer face à multiculturalidade. Desde a Lei 46/1986, que estabelece o princípio do direito à diferença, são exemplos os programas de Educação Intercultural do início dos anos 1990 e, já neste século, a procura de consolidação destes programas, nomeadamente através de redes como a Rede de Ensino Superior em Mediação



Intercultural (RESMI), lançada em 2014, e a Rede de Escolas para a Educação Intercultural, uma parceria entre o ACM, a Direção-Geral de Educação e a Fundação Aga Khan Portugal, em 2016. Na mesma linha, o Conselho da Europa lança em 2018, um Volume de Acompanhamento ao Quadro sobre a mediação intercultural que não se restringe apenas à tradução para que o anterior documento remetia, mas antes destaca uma conceção da cultura dinâmica, isto é, em mudança, identifica o papel dos preconceitos e estereótipos na relação interpessoal e social que se medeia, e não ignora as particularidades da Comunicação Intercultural e do conflito interétnico, considerando as inter-relações entre a pessoa, a sua situação e enquadramento cultural, as áreas convergentes e comuns entre os envolvidos, enfim, os fatores que podem desempenhar algum papel na mediação preventiva e de resolução de conflitos <sup>1</sup>.

Por outro lado, os efeitos da mobilidade que apontam para uma interculturalidade efetiva e as perspetivas teóricas do interculturalismo fazem-se sentir no questionamento das essências e da legitimidade da prática de programas de estudo em torno de uma cultura e uma literatura estritamente nacionais organizadas por ordem cronológica. O paradigma nacionalista pressupunha a crença numa especificidade nacional e na sua autossuficiência. Ora já em 1827 Goethe pretendia contrapor uma voz dissidente a esta ideia com o seu conceito de literatura-mundo que mais recentemente tem sido objeto de amplo debate nos estudos literários. Para Goethe “literatura nacional” já era um termo sem significado numa altura em que as literaturas nacionais procuravam demarcar a sua especificidade. A sua conceção de textos-mundo aponta para um enquadramento geográfico já não baseado no limite nacional, mas numa entidade mais abrangente tal como um continente ou o mundo <sup>2</sup>. Assim, o conceito de *Weltliteratur* de Goethe está centrado nas categorias da translocalidade e da humanidade (*der ganzen Menschheit*) que permitem transcender as fronteiras nacionais e atingir a convergência. A literatura-mundo assim entendida seria um conjunto de obras que ultrapassa as fronteiras nacionais e se baseia em valores humanos universais. Já a expressão mais recente de “literatura global” é considerada um modo de circulação e leitura transnacional e não propriamente um cânone de textos. Nesse âmbito, os estudos interculturais são um instrumento útil para promover uma reflexão fundamental sobre relações, diálogo e debate de natureza cultural, tal como defende Espariosu

<sup>1</sup> Para este assunto ver North (2016) e (2017) ou Sequeira e Boni (2019).

<sup>2</sup> As referências à literatura-mundo, espalhadas pela obra de Goethe, foram reunidas por Fritz Strich (1957).

(2006). Deste modo emerge a ideia da impossibilidade de se pensar o mundo na contemporaneidade em termos nacionais e estritamente disciplinares.

O paradigma nacionalista foi, em parte, ultrapassado nos departamentos norte-americanos e já não tanto na tradição europeia, onde as universidades se organizam maioritariamente em torno das línguas e literaturas nacionais. No entanto, os currícula das literaturas e culturas nacionais recorrem cada vez mais a abordagens comparadas e dialógicas, assumindo, com Bakhtin (1981), a orientação da palavra para a relação com os discursos alheios. Deste modo se desfazem os limites de uma área que, na melhor tradição filológica, se revia sobretudo em critérios de ordem nacional para delimitar os seus temas de investigação e de ensino. E, ainda que hoje se reconheçam programas de literatura e cultura a partir de uma abordagem nacional, as expressões “estudos interculturais” ou “estudos literários globais” vêm adquirindo cada vez mais protagonismo. São exemplo disto os programas universitários em espaço alemão que espelham os encontros interculturais e a literatura resultante das migrações, designada por “literatura intercultural” (*Interkulturelle Literatur*). Enquanto a alteridade é, por vezes, associada a uma ameaça ao centro canónico e académico, em suma, àquilo que de melhor a tradição ocidental tem para oferecer, uma discussão teórica profunda decorre em paralelo, procurando situar o lugar da literatura na era da globalização à luz do paradigma intercultural, enquadrando as literaturas nacionais na globalização, como o fazem David Damrosch, Franco Moretti e Pascal Casanova.

### 3. O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS CULTURAIS

O estudo académico da cultura resultou numa disciplina internacional e polissémica. Esta sua qualidade relaciona-se tanto com o termo “estudos” tanto quanto com o termo “cultura”: “*Not only is there no clear consensus over what to study, but also none over how to organize this study*” (Milner e Browitt, 2002, p. 6).

Efetivamente, a palavra “cultura” é das mais polissémicas em todas as línguas, uma palavra “inflamatória” que participa das guerras culturais segundo Geoffrey Hartman (1997). Nesta guerra ou oposição, os tradicionais Estudos Literários estariam do lado elitista e os Estudos Culturais do lado popular. Porém o seu objeto de estudo não tem permanecido invariável, desde o estudo da cultura de massas até ao estudo das lutas por significação e dos processos identitários. Numa primeira fase dominada por questões ideológicas, no se-

guimento das investigações de Raymond Williams, as relações entre a cultura e o poder eram a preocupação central. Numa fase posterior, os Estudos Culturais confundem-se de certo modo com os Estudos Pós-Coloniais ou Estudos de Género na sua preocupação política de estudar as condições históricas de produção caracterizadas pela opressão política, social e psicológica, significando assim uma espécie de redenção do imperialismo cultural, conforme observa Peter Kalliney (2013), situando-se os termos local e global na geopolítica da identidade como bem refere Chun Allen (2009). É compreensível esta sobreposição que não ignora as subculturas, assim considerando assuntos tradicionalmente afastados da academia. E se as anedotas sobre o estudo destes temas podem ocorrer por vezes, não é de depreciar o que os Estudos Culturais têm conseguido:

The jokes that claim that some forms of cultural studies developed to give academics an intellectual justification for watching SOAP OPERAS or listening to their favorite rock music are perhaps not entirely without foundation. Such half-humorous criticisms should not, however, distract from the real importance and major achievements of cultural studies. [...] Cultural studies starts out from the proposition that culture is ordinary in that it informs every aspect of day-to-day life; it demonstrates beyond doubt that culture is also very important indeed. (Macey, 2000, p. 78)

Talvez que a abordagem descentrada que os Estudos Culturais promovem seja a mais adequada para o estudo das obras coletivas que caracterizam artefactos ou produções artísticas da sociedade atual - “*Whatever its texts from popular culture or the canon, its object is not transcendent but immanent, not art but artifacts, not creation but production*” (Easthope, 1991, p. 166) – uma abordagem necessariamente descentrada e multidisciplinar:

As has been argued, to understand a magazine advertisement requires methods and terms of analysis brought together *unevenly* from semiology (the visual text as operating through denotation and connotation), sociology (the institution of advertising in relation to readers and audience groups), historical materialism (the advertising as ideological intervention), psychoanalysis (the text as offering distinct positions to masculine and feminine readers through mechanisms of identification

and desire), philosophy (the text as structured through binary oppositions). (Easthope, 1991, p. 171)

Em vez da identificação com o seu objeto (contrariamente ao que sucedia com o estudo tradicional da literatura) os Estudos Culturais questionam-no, por outras palavras, direcionam-se para uma verdadeira teoria crítica. Um exemplo disto, é a via de investigação da esfera pública contra a globalização dos mercados culturais ou comoditização de produtos: “*Hence the commitment to a cultural policy studies based on ‘critical and communicative rationality’*” (Milner e Browitt, 2002, p. 221).

Estes desenvolvimentos contribuíram para o estabelecimento do campo da Comunicação Intercultural que, enquanto domínio de investigação, também seguiu um modelo teórico interdisciplinar de relações e interações interculturais na comunicação, pois esta relaciona-se com a cultura: “as relações entre a cultura e a comunicação são tão complexas que até mesmo expressá-las é difícil: ao mesmo tempo em que a comunicação permite a existência da cultura, a cultura condiciona a forma como comunicamos” (Ferrari, 2015: 51). A Linguística moderna considera a relação estreita entre Língua e Cultura, reconhecendo que os conhecimentos culturais tornam possível a utilização adequada da língua enquanto comunicação, estando assim ligados à compreensão da situação de comunicação e do Outro.

A investigação do grupo da Comunicação Intercultural no CEMRI - Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, por exemplo, tem-se dedicado ao estudo da interação pessoal e social em contextos diferenciados, ao estudo das linguagens e literacias, abordando questões ligadas à inclusão digital, ao plurilinguismo e pluriculturalismo, às competências comunicativas interculturais, à mediação intercultural, a processos identitários e representações do Outro e à educação e ao diálogo intercultural, especialmente nas relações Oriente e Ocidente.

A metodologia intercultural nos Estudos Literários representa até, na opinião de Claudio Guillén (2001: 397), um salto qualitativo pelo modo comparativo e dialógico de compreensão. Desta perspetiva decorre um aspeto que merece ser sublinhado: a importância da alteridade ou diferença na linha do que Hall sublinhava já em *The Silent Language* (1959) quando lançou os fundamentos da Comunicação Intercultural ao afirmar que um dos modos mais efetivos de aprender algo sobre si próprio é considerar seriamente as culturas

alheias e que a melhor razão para estudar a cultura é aprender algo útil e esclarecedor (Hall, 1959, p. 31). Na mesma linha, diria Robert Galisson mais tarde: “A diferença, com efeito, abre a possibilidade dos possíveis, familiariza com o estranho, dilata o olhar do indivíduo às dimensões da espécie” (Galisson, 1997, p. 145), arrancando o indivíduo ao seu cotidiano absoluto (*id.*, p. 147).

A Comunicação Intercultural resultou, portanto, dos trabalhos iniciais de E. T. Hall que tiveram a sua primeira aplicação nos contextos supra referidos, isto é, na preparação de diversos públicos para o contacto com indivíduos de diferentes línguas e culturas. Assim, muitos modelos de competências interculturais não incluem a dimensão linguística, por exemplo, o modelo muito divulgado de Bennett e Bennett. Em contrapartida, outros modelos usados por professores de línguas estrangeiras já assentam na comunicação e retomam a famosa frase de Hall, “*Culture is communication*”, nomeadamente o modelo de Byram com grande impacto neste domínio.

O modelo de Byram aproveitou a lição dos Estudos Culturais noutro ponto que consiste na reabilitação do impulso crítico para além da mera educação nas línguas. Byram, que participou na concepção do Quadro Europeu do Conselho da Europa, centra o seu modelo na “consciência crítica cultural” e na “educação para a cidadania” (Byram et al. 2017, p. 252). Estas implicam analisar criticamente tópicos complexos e tomar parte em ações cívicas nas suas próprias comunidades interculturais e transnacionais desenvolvendo capacidades comunicativas na língua de aprendizagem (*ibidem*).

A eventual perda de integridade dos Estudos Culturais e, conseqüentemente, da Comunicação Intercultural, também ela permeável a muitas disciplinas desde a Linguística e Comunicação até à Antropologia e Estudos Sociais, é compensada pelo seu carácter compreensivo e pela evidência do carácter relacional de todo o sentido. Quanto mais amplo for o campo de estudo mais adequadamente se fará a contextualização necessária para um melhor esclarecimento de aspetos da existência humana à luz de valores, interações e produções artísticas. As reflexões de Todorov e de Frey, quando consideram o cruzamento de culturas, deixam claro que o intercultural é constitutivo do fenómeno cultural na medida em que uma cultura não evolui senão através da mestiçagem cultural e da transvaloração (Todorov), isto é, do autoexame a partir de um olhar informado pelo contacto com o Outro e com a sua cultura, com textos literários e artefactos artísticos que remetam para a alteridade. A pedagogia intercultural (Preteceile, 2011) enfatiza muito mais a relação do eu com o Outro do que propriamente incide sobre o Outro, constituindo um

terceiro espaço (Bhabha, 1994). Os tópicos interdisciplinares e interculturais no âmbito das Humanidades são assim uma resposta à emergência de uma cultura global a partir desta metodologia.

Em suma, as “novas humanidades” reclamam uma interculturalidade que não é apenas disciplinar, ao permitir o cruzamento entre áreas do saber outrora distintas, mas se constitui como a sua ontologia que não significa hibridismo superficial ou epidérmico, mas antes a capacidade de compreensão do Outro através do contacto com outros mundos, outras línguas, outros mitos. O saber das Humanidades não pode deixar de ser um saber dialógico, assente numa atitude de interrogação e disponibilidade, uma “consciência crítica” que pode dar um grande contributo para um paradigma holístico, complexo e reunificador tal como Edgar Morin (1990) o descreve. E, tal como também aponta Edgar Morin, não é de desprezar o papel das Humanidades na criação de mundos alternativos precisamente pela capacidade inventiva que estas promovem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, C. (2009). On the geopolitics of identity. *Anthropological Theory*, (9)3, 331-349. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1463499609348245>
- Bakhtin, M. (1981). *The dialogic imagination*. University of Texas Press.
- Bhabha, H. (1994). *The location of culture*. Routledge.
- Byram, M., Golubeva, I., Hui, H. & Wagner, M. (Eds.). (2017). *From principles to practice in education for intercultural citizenship*, Languages for intercultural communication and education. Multilingual Matters.
- Conselho da Europa (2001). *Quadro comum europeu de referência para as línguas: aprendizagem, ensino, avaliação*. Edições Asa. [http://area.dge.mec.pt/gramatica/-Quadro\\_Europeu\\_total.pdf](http://area.dge.mec.pt/gramatica/-Quadro_Europeu_total.pdf).
- Conselho da Europa (2018). *The common European framework of reference for languages: learning, teaching and assessment. Companion volume with new descriptors*. Conselho da Europa. <https://tinyurl.com/ybjrszaa>
- Deardorff, D. (2009). Synthesizing conceptualizations of intercultural competence: A summary and emerging themes. In D. Deardorff (Ed.), *The sage handbook of intercultural competence* (pp. 477-490). Sage Publications. Disponível em [https://www.ucg.ac.me/skladiste/blog\\_7764/objava\\_67219/fajlovi/Interkulturalna%20kompetencija.pdf](https://www.ucg.ac.me/skladiste/blog_7764/objava_67219/fajlovi/Interkulturalna%20kompetencija.pdf)
- Easthope, A. (1991). *Literary into Cultural Studies*: Routledge.
- Ferrari, M. A. (2015). Comunicação intercultural: perspetivas, dilemas e desafios. In C. Moura & M. A. Ferrari (Orgs.), *Comunicação, interculturalidade e organiza-*

- ções: *Faces e dimensões da contemporaneidade* (pp. 43-63). ediPUCRS. Disponível em <https://abrapcorp.org.br/wp-content/uploads/2021/04/2015-Comunicacao-Interculturalidade-e-Organizacoes.pdf>
- Galisson, R. (1997). Problématique de l'éducation et de la communication interculturelles en milieu scolaire européen. *ELA-Études de Linguistique Appliquée*, 106, 141-160.
- Guillén, C. (2001). Entre o uno e o diverso: Introdução à literatura comparada. In H. Buescu, J. F. Duarte & M. Gusmão (Orgs), *Floresta encantada* (pp. 385-409). Dom Quixote.
- Hall, E. (1959). *The silent language*. Doubleday. Disponível em [https://monoskop.org/images/5/57/Hall\\_Edward\\_T\\_The\\_Silent\\_Language.pdf](https://monoskop.org/images/5/57/Hall_Edward_T_The_Silent_Language.pdf)
- Hall, E. (1969). *The hidden dimension*. Anchor/Doubleday. Disponível em [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro\\_europeu\\_comum\\_referencia.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro_europeu_comum_referencia.pdf)
- Hartman, G. (1997). *The fateful question of culture*. Columbia University Press.
- Kalliney, P. (2013). *Commonwealth of letters. British literary culture and the postcolonial aesthetics*. Oxford University Press.
- Leite, C. (2002). *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo português*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lévy, P. (1999/1997). *Cibercultura*. Editora 34.
- Macey, D. (2000). *The Penguin dictionary of critical theory*. Penguin Books.
- Milner, A. & Browitt, J. (2002). *Contemporary cultural theory*. Routledge.
- Morin, E. (1990). *Introduction à la pensée complexe*. Seuil.
- New Museum of Contemporary Art (2011). *Rethinking contemporary art and multicultural education*. New Museum.
- North B. (2016). Developing CEFR illustrative descriptors of aspects of mediation. *International Online Journal of Education and Teaching (IOJET)*, 3(2), 132-140.
- North, B. (2017). Mediation and the CEFR: descriptors for an undervalued concept. *6th Bremen Symposium*, February, 24-25. [https://mlecture.unibremen.de/ml/index.php?option=com\\_mlplayer&template=ml2&mlid=4016](https://mlecture.unibremen.de/ml/index.php?option=com_mlplayer&template=ml2&mlid=4016)
- Preteceile, M. (2011). *La pédagogie interculturelle: entre multiculturalisme et universalisme*. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9835.pdf>
- Samovar, L. & Porter, R. (2007). *Communication between cultures*. Thomson Wadsworth.
- Sequeira, R. M. (2016). Interculturalidade crítica e globalização. In M. Luna (Org.), *Internacionalização do currículo. Educação – interculturalidade – cidadania global* (pp. 55-70). Pontes Editores.
- Sequeira, R. M. & Boni, V. V. (2019). Os contornos da mediação intercultural na educação contemporânea: delineamentos e projeções. In A. M. Silva, I. Macedo &

- S. Cunha (Eds.), *Contextos e práticas de mediação* (pp. 395-408). Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Disponível em [http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/index/](http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/index/)
- Shuter, R. (2012). Intercultural new media studies: The next frontier in intercultural communication. *Journal of Intercultural Communication Research*, 41(3), 219-237.
- Springer, C. (2010). La dimension sociale dans le CECR: pistes pour scénariser, évaluer et valoriser l'apprentissage collaboratif. *The Canadian Modern Language Review*, 66(4), 511–523. <https://doi.org/10.3138/cmlr.66.4.511>
- Spariosu, M. (2006). *Remaping knowledge. Intercultural studies for a global age*. Berghahn Books. Disponível em [https://www.berghahnbooks.com/downloads/Open-Access/SpariosuRemapping/9781785336614\\_OA.pdf](https://www.berghahnbooks.com/downloads/Open-Access/SpariosuRemapping/9781785336614_OA.pdf)
- Strich, F. (1957). *Goethe und die Weltliteratur*. Francke Verlag.
- Todorov, T. (1990). El cruce de las culturas. *Criterios*, 25-28, 3-19.



# O CENTRO DE ESTUDOS INTERCULTURAIS (CEI) DO POLITÉCNICO DO PORTO: PRIMEIRO ENTRE DESIGUAIS

**Clara Sarmento**

Centro de Estudos Interculturais, ISCAP-P.PORTO

Quando em 2007, num assomo de ingenuidade e audácia, o então recém-criado Centro de Estudos Interculturais (CEI) do Politécnico do Porto decidiu acreditar-se junto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), recebeu como resposta, para além de uma péssima avaliação, o argumento de que não havia tradição de investigação no politécnico.

Mesmo em 2007, podíamos afirmar com certeza que “a tradição já não é o que era”. Tão grande reverência pela tradição já não nos surpreende agora, quinze anos volvidos, no âmbito de uma Rede Nacional em Estudos Culturais (RNEC) que pugna ainda e sempre pelo reconhecimento junto da FCT dos estudos culturais, área recente com mais de meio século de vida. Tão grande reverência pela tradição já não nos surpreende agora, quinze anos volvidos, num sistema de ensino superior que necessita ainda de hierarquizar-se em universitário e politécnico, sob a capa da missão específica, mas com os doutoramentos cautelosamente entregues a uns e não a outros.

Mas talvez seja por isso mesmo que nos sentimos em casa na RNEC e na prática dos estudos culturais. Porque os estudos culturais nasceram numa universidade estranha às elites britânicas da década de 60; ergueram-se contra hierarquias de classe, de cor e de género, num discurso contra-hegemónico que confrontou o poder... da tradição. Talvez por isso mesmo os estudos culturais tardem (muito) a ser aceites pelas instituições portuguesas.

E o que fez então o Centro de Estudos Interculturais, em 2007? Criou a sua própria tradição, decidiu que “onde nada há, tudo pode existir”. Olhou para os espaços vazios do encontro e do diálogo entre culturas, pensou e praticou os estudos culturais e iniciou uma viagem que dura há quinze anos, que o tem levado a todo o mundo e da qual narrarei apenas algumas etapas.

Começemos por uma abordagem conceptual aos estudos culturais, analisados sob o prisma da interculturalidade, entendida enquanto movimento, comunicação, dinâmica, ou seja, enquanto encontro entre culturas (Abdallah-Preteceille, 2006; Dervin *et al.*, 2011; Dervin & Gross, 2016; Holliday, 2011; 2013; Ibanez & Saenz, 2006; Imbert, 2014; Sarmento, 2014; 2016). Na sua essência, os objetivos deste texto são tão científicos quanto políticos, porque o ‘intercultural’ posiciona-se na interseção entre o conhecimento e a política (Dervin *et al.*, 2011). A viagem intercultural contemporânea é uma viagem global, uma circum-navegação movida à velocidade das novas tecnologias, e o conceito de ‘intercultural’ descreve todas as partidas e chegadas, toda a transmissão e receção de informação implícitas na comunicação, na diversidade e no trânsito que o prefixo ‘inter’ sugere. Os trânsitos interculturais sempre estiveram presentes, desde o perverso diálogo intercultural do colonialismo até à atual heteroglossia da internet. Em resultado das intermináveis mobilidades que atravessam o mundo, construídas e mediadas das mais diversas formas, a noção de pertença tem vindo a ser reconceptualizada em contextos de migração, desterritorialização, diáspora, virtualidade, digitalização e tantas outras conjunturas do mundo global, que tornam ainda mais pertinente o princípio de Hall de que as identidades não são fixas, mas sim fluidas, não são essenciais, mas antes produzidas (Hall, 1994).

Deste modo, cruzamos a primeira grande barreira conceptual – a fronteira criada pelo próprio conceito de cultura – evitando a definição comum do intercultural como um simples ‘nós’ *versus* ‘eles’, e afastando-nos do erro fundamental de uma interculturalidade que ignora a diversidade e o dinamismo contidos na sua própria definição. Esta abordagem gera um diálogo interdisciplinar entre áreas que tradicionalmente se ignoram, pois também é intercultural na sua metodologia e não apenas nos seus objetos de estudo; porque não se deve temer a alteridade que, afinal, se pretende estudar. Esta noção de ‘intercultural’ funciona como uma espécie de terceiro espaço, para citar Homi Bhabha (1994). Um terceiro espaço de hibridismo, subversão, transgressão. O hibridismo – e a tradução cultural, que Bhabha vê como sinónimo de hibridismo – é politicamente subversivo. O hibridismo é o espaço onde todas as divisões binárias e antagonismos, típicos de concepções políticas e académicas conservadoras – incluindo a clássica oposição entre teoria e prática, entre ciências e humanidades ou entre universidade e politécnico – não funcionam. E não funcionam também nos estudos interculturais, da forma como os entendemos e praticamos.

Os interesses convergentes da atualidade estão patentes nas expectativas de editores, gestores e avaliadores, bem como nas relações de poder que determinam os cânones da vida académica, alterando opções e expectativas, à medida que os investigadores se adaptam a pressões profissionais e económicas. No entanto, os ecos provenientes das redes académicas internacionais trazem consigo múltiplas formas de subversão do poder instituído. Estas ações, levadas a cabo nas ‘periferias’ – e que são, por sua vez, centrais nas vidas e experiências dos indivíduos – podem ser designadas, mais ou menos metaforicamente, como “áreas de fronteira” (Bruner, 1996), “limiares” (Davcheva *et al.*, 2011), “campos discursivos em intersecção” (Tsing, 1993) ou “espaços na berma da estrada” (Stewart, 1996), refletindo a natureza dialógica da cultura e dos estudos interculturais.

A investigação científica é também uma área de interseções, de constante tradução, isto é, de reinterpretação, de reposicionamento nas hierarquias existentes. Para Judith Butler, o universal – aqui entendido como sinónimo de hegemonia, uma combinação de poder e consentimento (Gramsci, 1971) – só pode ser conceptualizado em articulação com as suas próprias periferias, as tais “zonas de fronteira”, “limiares” e outras metáforas. Deste modo, aquilo que foi excluído do conceito de universalidade leva este mesmo conceito – a partir de fora, das margens – a aceitá-lo e a incluí-lo novamente, o que só pode acontecer quando ele tiver evoluído o suficiente para incluir os seus próprios excluídos. Esta pressão acaba por conduzir à rearticulação do conceito de universalidade e seu poder. Ao processo através do qual a universalidade readmite os seus próprios excluídos Butler dá o nome de “tradução”. A tradução cultural – entendida como o “retorno dos excluídos” ou como o hibridismo de Bhabha – é uma força atuante na democracia contemporânea, também no campo académico (Butler, 1996; *Butler et al.*, 2000).

Assim, os estudos interculturais são o lugar onde a sobreposição de culturas ocorre, o que é característico de um espaço de tradução cultural. Este tipo de tradução, que pode funcionar como um retorno dos excluídos, força limites, traz mudanças epistemológicas e abre novos espaços de discussão livre e investigação independente. Porque, para Bhabha, assim como para Boaventura de Sousa Santos, o potencial para a mudança está localizado nas periferias. Periferias marcadas pelo hibridismo, onde os ‘recém-chegados’ – ‘recém-chegados’ ou ‘excluídos’ como os politécnicos e as universidades periféricas, como os grupos de investigação inconventionais, como os jovens, as mulheres e as

minorias – podem recorrer à subversão para derrubar as estratégias do poder, independentemente de quem o exerce.

O espaço intercultural é criado e partilhado pela participação, interação, debate e esforço comuns (Gagnon, 2007). A interculturalidade é, por isso, equivalente a integração mútua, compreensão e partilha da cultura, e à procura de uma plataforma comum para o diálogo e a comunicação nos seus mais diversos modos (Baldry & Thibault, 2006). Ibanez e Saenz argumentam que, para construir identidade na diferença, é necessário praticar o diálogo entre culturas e refletir sobre ele. Este é também o propósito da nossa abordagem à interculturalidade e aos estudos interculturais, cuja racionalidade prática e teórica funciona sem hierarquias ou fragmentações. Para que se possa afirmar a interligação e a complementaridade cultural, é essencial praticar uma epistemologia livre de dicotomias ancestrais e suas subordinações implícitas, capaz de procurar o estranho no familiar e vice-versa. Esta epistemologia relacional e até dialética é crucial para um estudo da interculturalidade que vá para além de uma multiplicidade cultural sem significado (Ibanez & Saenz, 2006). Usamos aqui o termo ‘dialética’ porque, ainda que o conflito seja necessariamente parte do processo intercultural – tanto na prática social como na investigação académica –, uma síntese irá, espera-se, daí emergir.

A condição do mundo contemporâneo, no qual a diversidade cultural é visível tanto nas ruas como nos média, torna o fenómeno da interculturalidade omnipresente e necessariamente aberto à análise discursiva, etnográfica, antropológica, histórica e semiótica, entre muitas outras abordagens possíveis. Como consequência de tal diversidade, os trânsitos interculturais precisam de um mapa delineado por disciplinas que são raramente tomadas em conta numa abordagem conservadora à noção de cultura. De igual modo, como consequência da inter-relação entre o fenómeno global e as suas dimensões locais, na sociedade híbrida contemporânea, uma comunicação eficaz requer indivíduos capazes de lidar com a diferença e de aceitar aqueles que não partilham a mesma língua, história ou cultura. Uma das aptidões-chave para a inovação e a inclusão é a interdisciplinaridade e a criatividade. A criatividade é aqui entendida como sinónimo de competências comunicativas que transpõem culturas e disciplinas, de forma a gerar uma intervenção eficaz tanto na sociedade como na ciência.

O atual mundo pós-colonial é um espaço de trânsito constante, uma permanente zona de contacto, para citar Boaventura Sousa Santos, uma fronteira global onde práticas e epistemologias periféricas são as primeiras a serem no-

tadas, embora raramente compreendidas. A comunicação e os encontros interculturais trazem para a zona de contacto os aspetos que cada cultura considera mais centrais ou relevantes (Santos, 2006). Identidade, território e discurso interseccionam-se e influenciam-se mutuamente e, conseqüentemente, diferentes territórios – representados através de múltiplas narrativas – são compreendidos das mais diversas formas. Como afirma Michel de Certeau, os territórios são ativados através das práticas retóricas daqueles que os percorrem e as opções discursivas e semióticas de cada indivíduo privilegiam, transformam e omitem elementos, de forma a que estes signifiquem algo, uma coisa diferente ou rigorosamente nada (Certeau, 1988).

Porque, e citando novamente Boaventura de Sousa Santos, “as culturas só são monolíticas quando vistas de fora ou de longe. Quando vistas de dentro ou de perto é fácil ver que são constituídas por várias e por vezes conflituais versões da mesma cultura” (Santos, 2006, p. 121). De facto:

[...] one does not even have to cross one’s national borders to experience cultural complexity. If we, as we must, go beyond traditional approach to culture that narrowly associates cultural identity with national identity, then we easily realize that human communities are not monocultural cocoons but rather multicultural mosaics. (Kumaravadivelu, 2007, p. 5)

Mais do que nunca, os estudos interculturais devem ser praticados tanto ‘em casa’ como fora, já que o seu âmbito pode englobar tanto as relações entre culturas geograficamente distantes, como entre culturas marginais e dominantes, emergentes e conservadoras, eruditas e populares, todas dentro da mesma sociedade.

Como consequência, há narrativas que estão a sair gradualmente de silêncios seculares, narrativas que estiveram ausentes da história, para adaptar uma vez mais os conceitos desenvolvidos por Boaventura de Sousa Santos (2006; 2008). Estas narrativas geram uma fonte de informação vital, que complementa o discurso canónico das grandes narrativas do poder. É então possível compreender a infinita diversidade do conhecimento humano, bem como o risco que este enfrenta – devido aos limites e exclusões impostos por áreas científicas estanques e isoladas – de desperdiçar experiências fundamentais, i.e., de ver como não-existentes ou impossíveis, experiências que, de facto, existem e são possíveis (Santos, 2008). Podemos aqui evocar o conceito de “limiar”, próximo da noção de ‘fronteira’ ou ‘limite’. Mas enquanto as fronteiras

implicam barreiras visíveis a transpor, os limiares emergem como subtis construções intelectuais que raramente fazem parte da prática académica institucional. Eles implicam acesso, mais do que linhas divisórias, e potenciam um território académico mais colaborativo e intelectualmente rico, através de novos processos de interação (Davcheva *et al.*, 2011).

De novo, este conceito de interculturalidade enfatiza a comunicação. A metodologia que defendemos deriva desta focalização nos indivíduos em movimento e comunicação, através de discursos múltiplos, em sobreposição e até em conflito. Assim, o modelo de comunicação subjacente ao conceito de interculturalidade aqui utilizado é um palimpsesto, uma intertextualidade constante com outros discursos e textos do passado e do presente que irão, por sua vez, ser usados em discursos e textos futuros. Esta é a razão pela qual os estudos interculturais devem cruzar disciplinas, numa metodologia fundamentada no hibridismo.

A interculturalidade, tal como a entendemos, é uma prática e não um mero encontro de características essencialistas. Não coloca em destaque regras, estruturas ou explicações, mas antes exceções, instabilidades e apropriações (Abdallah-Pretceille, 2006). A interculturalidade centra-se em processos, consciente de que é impossível esgotar resultados e interpretações. Está profundamente envolvida na realidade quotidiana, altera linhas limítrofes, negocia conceitos e explora dinâmicas transformativas. A experiência intercultural implica uma tensão dinâmica entre disciplinas e esta é a razão pela qual devemos questionar e reposicionar as motivações, discursos, definições e regras da investigação no campo dos estudos culturais e interculturais, com vista à sua permanente evolução.

Esta foi a abordagem conceptual desenvolvida pelos investigadores do Centro de Estudos Interculturais em sintonia com a missão do ISCAP, a escola de negócios do Politécnico do Porto que o acolhe. Nesse limiar, os estudos interculturais são praticados tendo em atenção o contexto socioeconómico contemporâneo, utilizando as abordagens interdisciplinares que são a sua própria essência e recorrendo a metodologias construídas ao longo do tempo, em colaboração com as redes internacionais de parceiros do CEI. A investigação do Centro organiza-se em redor de três eixos fundamentais, não hierarquizados e em constante interação: a) teorias e práticas interculturais; b) comunicação intercultural; c) negócios interculturais.

Os resultados produzidos ao longo dos quinze anos de atividade do CEI podem ser categorizados em:

- Eventos, edições e publicações.
- E-Revista de Estudos Interculturais.
- Projetos de investigação financiados.
- Prémios, bolsas e estágios de investigação.
- Redes e parcerias internacionais.
- Mestrado em Intercultural Studies for Business e cursos de pós-graduação.

Destes resultados tangíveis destacaremos apenas alguns, começando pelas publicações, edições e eventos científicos. Distinguimos aqui a imprescindível publicação de artigos científicos em revistas indexadas com fator de impacto, sujeitos a revisão por pares e merecedores de citações – algo que se exige a qualquer investigador – das edições próprias, resultantes da iniciativa do CEI e ilustrativas da sua abordagem à interculturalidade.

Em termos de disseminação de conhecimento, tanto nacional como internacional, são já vinte os livros publicados e muito mais de duzentos os congressos, conferências e *masterclasses* organizados, com assinalável alcance. Este facto deve-se em muito à preferência pela publicação em língua inglesa, junto de editoras internacionais, que colocam de imediato a obra nas grandes distribuidoras do mercado global. Isso permite, poucos meses volvidos após o lançamento do livro, encontrá-lo já nos catálogos de bibliotecas dos cinco continentes. Nos eventos científicos, destacam-se os grandes congressos internacionais de estudos interculturais, que permitem não só gerar lucro – comprovando que os estudos culturais são relevantes em termos de gestão financeira – mas também atrair à instituição centenas de participantes com comunicação, fortalecendo assim a rede de parceiros e de canais de disseminação da investigação produzida.

De entre as publicações lançadas ao longo dos anos, destacam-se quatro títulos ilustrativos da evolução do CEI. Logo no início da sua atividade, em 2008, a publicação de *Condição Feminina no Império Colonial Português* cruzou os estudos de género com os estudos pós-coloniais dentro do largo espectro dos estudos interculturais. Este livro mereceu uma sessão de apresentação com os contributos da vencedora do Prémio Pessoa 2007 e da Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, bem como uma avaliação de cinco estrelas no sempre exigente suplemento literário do jornal *Público*. Em 2013, *From Here to Diversity: Globalization and Intercultural Dialogues* consolidou o plano de internacionalização das publicações do CEI, ao equi-



librar o tendencial eurocentrismo da investigação com uma crescente viragem a oriente – já anunciada em *Condição Feminina no Império Colonial Português* e sua versão inglesa *Women in the Portuguese Colonial Empire: The theatre of shadows* –, desta vez no contexto contemporâneo, marcadamente político. Talvez por isso, esta publicação tenha valido ao CEI, nesse mesmo ano, o convite para o Segundo Fórum Mundial do Diálogo Intercultural, em Baku, no Azerbaijão. A tónica na contemporaneidade e a cada vez maior sintonia com a missão da escola de negócios do Politécnico do Porto emerge em plena pandemia, no livro *Cultural Tourism and Heritage in Northern Portugal*, que incide precisamente sobre uma área ainda pouco explorada dos estudos culturais, no limiar interdisciplinar com o turismo e os negócios. O livro divulga muitos dos resultados obtidos em vários projetos de investigação do CEI, num trabalho de disseminação que prosseguiu em 2022, no recém-publicado *Concepts and Dialogues across Shifting Spaces in Intercultural Business*, editado a convite da editora e contemplado com o International Impact Book Award na categoria ‘Education and Academic’ e com o terceiro lugar no The Book Fest Award – Fall 2022, na categoria ‘Non-Fiction-Business’.

Ainda no âmbito das publicações com impacto internacional, o CEI publica desde 2013 a *E-REI: E- Revista de Estudos Interculturais*, indexada na Scopus e outras bases de dados. A *E-REI* destaca-se no universo dos afetos do CEI por incluir todos os anos não só artigos de investigação de académicos internacionais, mas também trabalhos de alunos de licenciatura e de mestrado. Foram, aliás, estes alunos que estiveram na origem da criação da revista, pois sentiam a necessidade de aceder a uma plataforma onde pudessem partilhar, em paridade com docentes e investigadores séniores, os seus próprios trabalhos na área dos estudos culturais, da comunicação intercultural e, ainda mais especificamente, na área dos estudos interculturais aplicados aos negócios.

Fruto da sua vasta área de atuação geográfica, o CEI criou uma sólida rede de parceiros internacionais, que lhe permitiu a participação em diversos projetos Erasmus+ KA3 e KA2, H2020 e SAICT-FCT. Destacam-se, por exemplo, e apenas nos últimos cinco anos, os projetos “AA – Augmented Assessment: Assessing newly arrived migrants’ knowledge in Science and Math using augmented teaching material”, “ENDING – ICT & Early School Leaving. Developing a New Methodology to Empower Children”, “EnDent – Transversal Skills in Dentistry: Content and Language Integrated Learning Approach”, “TheRoute – Tourism and Heritage Routes including Ambient Intelligence with Visitants’ Profile Adaptation and Context Awareness” e “SciArt – Pro-



moting 21<sup>st</sup> century skills through an inclusive STEAM approach to Cultural Heritage”. Estes consórcios obtiveram um financiamento agregado de mais de um milhão de euros. Em todos eles, o CEI trabalha nas áreas do turismo literário e cultural, ensino de línguas, tradução, conservação e divulgação do património cultural, migrações e integração, tecnologias e prevenção do abandono escolar.

Em 2017, utilizando a sua experiência acumulada de terreno e de investigação, o CEI deu início a um projeto próprio sobre graffiti e street art no Porto e norte de Portugal – o projeto StreetArtCEI – um museu virtual e arquivo digital com mais de 5000 imagens em atualização permanente, distribuídas ao longo de 15 rotas geográficas, 38 mapas e 411 Pontos de Interesse (dados de 2022). O website do projeto ([www.streetartcei.com](http://www.streetartcei.com)) contém ainda material científico, coleções doadas pela comunidade, rotas de autor, informação sobre street music e reportagens na imprensa. Estas resultaram do assinalável impacto que o projeto teve junto da comunicação social, destacando-se aqui as cinco reportagens sobre outras tantas rotas de street art, transmitidas pela RTP1 em horário nobre. Na sequência desta divulgação, concretizou-se a prestação de serviços remunerados a câmaras municipais da região norte, para criação de rotas locais de street art e turismo cultural, ou seja, foi gerado lucro e criado emprego científico para recém-graduados do Politécnico do Porto.

As restrições da pandemia poderiam ter comprometido irremediavelmente um projeto que vive por natureza das movimentações urbanas. Contudo, os investigadores do CEI decidiram criar um segundo projeto de localização, fotografia, catalogação e mapeamento das manifestações de street art surgidas durante os longos meses de confinamento, muitas delas fruto de uma clara desobediência às regras então em vigor. Este novo projeto – Street Art Against Covid – integra agora o website do projeto StreetArtCEI e esteve ativo entre abril de 2020 e janeiro de 2022, tendo merecido o prémio Santander Universitário Uni-Covid19, atribuído a iniciativas académicas com impacto social no contexto adverso.

O CEI está ainda ligado à COST action CA18126 “Writing Urban Places. New Narratives of the European City”, na qual cruza a investigação sobre street art com a tradução, a literatura e as representações artísticas multimodais do Porto e Norte de Portugal. Nesta área, o CEI foi também autor da exposição virtual do Museu de Escultura Contemporânea de Santo Tirso, patente no projeto global Google Arts and Culture, elaborada em colaboração com a equipa docente e discente do mestrado em Estudos Interculturais para Negócios do Politécnico do Porto.

A criação do mestrado em Estudos Interculturais para Negócios, em 2016, constituiu um momento fulcral para o CEI. Os resultados da investigação desenvolvida ao longo de toda uma década foram nesse momento colocados ao serviço do ensino, sustentando integralmente um novo curso de segundo ciclo. O mestrado foi aprovado sem condições pela A3Es e de novo acreditado por mais seis anos no processo de avaliação de 2022. Este mestrado é lecionado em inglês e tem atraído um crescente público nacional e internacional, razão pela qual as vinte vagas iniciais rapidamente passaram para 45, todos os anos preenchidas. Conta com dois duplos diplomas com universidades francesas e cinco protocolos para continuidade a nível de terceiro ciclo em três universidades espanholas. As práticas pedagógicas do mestrado refletem a aproximação conceptual do CEI aos estudos culturais, conforme foi já aqui descrito: criatividade, abertura, interdisciplinaridade e diálogo intercultural, nas suas mais diversas manifestações, sempre numa perspetiva glocal, ou seja, numa combinação de saberes globais com características locais. Todas as disciplinas do mestrado demonstram não só a importância do conhecimento cultural para a realização de negócios sustentáveis e informados, mas também o valor intrínseco da cultura material e imaterial, nas suas mais diversas manifestações, enquanto objeto de investimento e fonte de negócios. A capacidade científica e empreendedora dos alunos e diplomados é reconhecida regularmente, tanto interna como externamente, através da atribuição de bolsas de investigação e de prémios, tal como o Prémio CEI – Dalila Lopes para a melhor dissertação em estudos interculturais ou o prémio da Fundação de Futebol – Liga Portugal, que em 2022 contemplou o projeto final de uma aluna sobre a integração intercultural dos profissionais de futebol.

Posteriormente, o CEI contribuiu para a fundamentação científica e criação dos cursos de pós-graduação em Recursos Culturais para Negócios, em Ciência, Empreendedorismo e Inovação e em Mediação Intercultural, todos lecionados no âmbito de formação da Porto Executive Academy, sediada no ISCAP-P.PORTO.

E assim, volvidos que foram quinze anos, o Centro de Estudos Interculturais prossegue o estudo das motivações, das características, das representações e das linguagens dos encontros entre culturas, no seu movimento constante, sem fronteiras espaciais, temporais ou epistemológicas, numa indefinição de limites que é tão arriscada quanto estimulante. É isso que o Centro de Estudos Interculturais – primeiro entre desiguais também nesta Rede Nacional em Estudos Culturais – tem feito e é isso que continuará a fazer, em sintonia e par-

ceria com os demais membros da RNEC, grato por ter nascido livre de tradições, pois onde nada há, tudo pode existir.

## REFERÊNCIAS

- Abdallah-Preteuille, M. (2006). Interculturalism as a paradigm for thinking about diversity. *Intercultural Education*, 17(5), 475-83.
- Baldry, A. & Thibault, P. (2006). *Multimodal transcription and text analysis*. Equinox.
- Bhabha, H. (1994). *The location of culture*. Routledge.
- Bruner, E. M. (1996). Tourism in the Balinese Borderzone. In S. Lavie & T. Swedenburg (Eds.), *Displacement, diaspora, and geographies of identity*. Duke University Press.
- Butler, J. (1996). Universality in Culture. In: *For love of country: Debating the limits of patriotisms*. Beacon Press.
- Butler, J., Laclau, E. & Zizek, S. (2000). *Contingency, hegemony, universality: Contemporary dialogues on the left*. Verso.
- Certeau, M. (1988/1984). *The practice of everyday life*. University of California Press.
- Davcheva, L., Byram, M. & Fay, R. (2011). Zones of interculturality in Postgraduate Doctorate supervision. In F. Dervin, A. Gajardo & A. Lavanchy (Eds), *Politics of interculturality*. Cambridge Scholars Publishing.
- Dervin, F.; Gajardo, A. Lavanchy, A. (eds.) (2001). *Politics of Interculturality*. Cambridge Scholars Publishing.
- Dervin, F. & Gross, Z. (Eds.). (2016). *Intercultural competence: Alternative approaches for different times*. Palgrave MacMillan.
- Gagnon, A. & Iacovino, R. (2007). *Federalism, citizenship and Quebec: Debating multinationalism*. University of Toronto Press.
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the prison notebooks*. Lawrence and Wishart.
- Hall, S. (1994). Cultural identity and diaspora. In P. Williams & L. Chrisman (Eds.). *Colonial discourse and post-colonial theory*. Columbia University Press.
- Holliday, A. (2011). *Intercultural communication and ideology*. Sage.
- Holliday, A. (2013). *Understanding intercultural communication*. Routledge.
- Ibanez, B. P. & Sáenz, C. L. (Eds.). (2006). *Interculturalism: Between identity and diversity*. Peter Lang.
- Penas, B., Ibanez, B. P. & Sáenz, C. L. (Eds.). (2006). *Interculturalism: Between identity and diversity*. Peter Lang.
- Imbert, P. (Ed.). (2014). *Multicultural interactions: Canada and the world, politics and literature*. University of Ottawa Press.
- Kumaravivelu, B. (2007). *Cultural globalization and language education*. Yale University Press.

- Santos, B. S. (2006). *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Afrontamento.
- Santos, B. S. (2008). A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 11-43.
- Sarmiento, C. (2014). Interculturalism, multiculturalism and intercultural studies: Questioning definitions, repositioning strategies. *Intercultural Pragmatics*, 11(4), 603-18.
- Sarmiento, C. (2016). Intercultural polyphonies against the “death of multiculturalism”: An essay on concepts, practices and dialogues. In F. Dervin & Z. Gross (Eds.), *Intercultural competence: Alternative approaches for different times* (pp. 121-42). Palgrave MacMillan.
- Stewart, K. (1996). *A space on the side of the road: Cultural poetics in an “other” America*. Princeton University Press.
- Tsing, A. L. (1993). *In the realm of the Diamond Queen: Marginality in an out-of-the-way place*. Princeton University Press.

# ESTUDOS CULTURAIS E INTERDISCIPLINARES, PATRIMÓNIO E IMPRESSO: EXCURSO EXPLORATÓRIO PELAS ACTIVIDADES DO CHAM – CENTRO DE HUMANIDADES

## **Daniel Melo<sup>1</sup>**

Investigador integrado, CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

## **Margarida Rendeiro**

Investigadora integrada, CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

O presente artigo baseia-se numa comunicação<sup>2</sup> apresentada no pioneiro congresso de estudos culturais de que este livro é um reflexo e propõe expandir o que então se disse a partir do estabelecimento de mais conexões com esta área nobre dos estudos interdisciplinares. Mantém, porém, o seu carácter exploratório e não exaustivo, por impossibilidade prática de nos determos em todos os contributos surgidos ao longo de décadas de intervenção académica e científica por centenas de investigadores e docentes.

Assim, propomos uma dupla digressão: 1) em torno do modo como os estudos culturais estão sendo trabalhados dum modo mais sistemático, e em termos teóricos, na investigação e docência por uma parcela relevante de colegas do CHAM; 2) o modo como a interdisciplinaridade, num sentido mais lato, está sendo trabalhada no mesmo centro a partir da explanação dalguns dos seus principais contributos na área nevrálgica do património cultural português, especialmente na sua relação com o impresso. Destaca-se esta última temática porquanto cobre conteúdos considerados estratégicos (do ponto de vista da sua relevância, preservação e acesso pela comunidade) dos mundos do livro, da edição, da imprensa e das bibliotecas, constitutivos do cultural.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - DL 57/2016/CP1453/CT0062.

<sup>2</sup> “Perspectivas de investigação nas áreas do património cultural e do impresso e sua relação com a actividade desenvolvida no âmbito do CHAM”, por Daniel Melo.

Serão seguidamente explorados, de modo sintético, alguns legados teóricos, projectos, redes, encontros (como o PHI, a CHAM Conference, certos seminários), cursos e textos relevantes, estes últimos a título meramente ilustrativo. Previamente, cabe contextualizar este centro de investigação, através duma breve apresentação.

O CHAM – Centro de Humanidades é uma das maiores unidades de investigação da NOVA FCSH e tem uma vocação interdisciplinar, centrando-se nas múltiplas expressões do humano. O seu foco é a complexidade dos fenómenos, práticas e representações, a partir de diversos ângulos de visão e cruzando diferentes abordagens, nomeadamente histórica, filológica, arqueológica, filosófica, estética, literária, ecológica e política. O Centro assumiu até recentemente, um projeto estratégico, temático e transdisciplinar, intitulado “Fronteiras”; trata-se dum projeto de investigação que congregou os diferentes grupos de investigação em torno duma reflexão sobre limites definidos ou impostos ao longo da história, a pluralidade de sociedades e culturas e os construtos culturais e sociais subjacentes à comunicação e interação. Presentemente, é composto por 229 investigadores integrados (145 doutorados e 84 não doutorados), dos quais 22 deles com contrato específico, sendo a maioria do seu corpo formado por docentes de carreira. Trata-se, por conseguinte, dum dos maiores centros de investigação portugueses na área das Humanidades.

Uma parte relevante dos seus membros tem-se inspirado nos estudos culturais, em especial o actual Grupo de investigação Estudos Transculturais, Literários e Pós-Coloniais. Nesse âmbito, alguns dos pressupostos teóricos transculturais fundam-se em leituras que fazem a sua aplicação na cultura e na literatura e, conseqüentemente, na literatura comparada, dos quais se destacam Eagleton (2004), Miller (2001), Behdad & Thomas (2014) e Zepetnek & Mukherjee (2014). A investigação desenvolve-se em diferentes vertentes, nas quais se incluem a exploração dos conceitos de identidade(s) naciona(l)(ais) e cultura(l)(ais) como a formulação de utopias e distopias e consequentes implicações para os imaginários transculturais.

Complementarmente (ou paralelamente), os pressupostos teóricos pós-coloniais têm sido trabalhados a partir dum conjunto diversificado de autores<sup>3</sup>, conferindo-se particular ênfase à realidade dos países africanos de expressão oficial portuguesa e, muito especificamente, à cultura e literatura produzida nestes países, assumindo uma perspetiva de descentramento de perspetivas eu-

<sup>3</sup> V.g., Carr, 1994; Deleuze & Gautarri, 1987, Ferreira, 1989, Mignolo, 2011, Moss & Makizana, 1986; Mphahlele, 1962 e Spivak, 1999.

rocêntricas sobre o conhecimento produzido nestas geografias. Para tal, exploraram-se os saberes culturais e periféricos, para além da produção literária, produzidos e pensados a partir das diferentes realidades africanas de expressão oficial portuguesa. O Seminário Permanente de Estudos Africanos (coord. de Ana Maria Martinho) tem sido uma significativa âncora de diferentes iniciativas para cumprir estes objetivos. A título exemplificativo, assinala-se a conferência que Miguel de Barros (docente e investigador na Guiné-Bissau) proferiu sobre a “Insustentabilidade da Ideia do (des)envolvimento: perspetivas e desafios africanos”, no passado mês de Maio<sup>4</sup>. Importa, a este propósito, também destacar um projecto actual apoiado pela FCT-MCTES, *Literatura de mulheres: memórias, periferias e resistências no Atlântico luso-afro-brasileiro*, coordenado por Margarida Rendeiro até 2024 (PTDC/LLT-LES/0858/2021). Este projeto reúne um grupo de 13 investigadoras sediadas em Portugal, Brasil, Angola e Moçambique para explorar a literatura contemporânea escrita por mulheres em Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, com o objetivo central de explorar as dinâmicas culturais de relação que as literaturas escritas por mulheres estabelecem nas designadas áreas geográficas, nomeadamente as representações de resistências literárias e artísticas no século XXI, no que concerne representações da memória pós-colonial e da periferia (social, política, literária e cultural) em obras produzidas à margem do chamado cânone literário, artístico e nas margens sociais. Partindo de pressupostos teóricos, em particular, os que envolvem o trabalho realizado pelo grupo de investigação sediado na Universidade de Warwick (WReC 2015) sobre a consonância entre literatura-mundial e sistema-mundo, numa modernidade singular que comporta diferentes desequilíbrios e desigualdades, estabelecem-se relações e distinções culturais entre elas ao explorar histórias escritas e *performadas* por mulheres, portuguesas, brasileiras, africanas de expressão oficial portuguesa, afrodescendentes e Roma, muito particularmente, a partir dos seus lugares de fala, contrapondo, desafiando e até transgredindo visões, formas e narrativas hegemónicas. Por outro lado, também ressaltamos alguns trabalhos mais recentes, como os de Ana Pereira Neto (vd. Neto, 2020 e Raposo & Neto, 2018) que exploram determinados elementos culturais e a sua integração na promoção de produtos turísticos, nomeadamente na definição de identidades (trans)culturais.

Quanto a exemplos de projectos relevantes do CHAM, conectando a salvaguarda e estudo de património cultural e o mundo do impresso no contexto

<sup>4</sup> Para mais informação sobre o seminário vd. <<https://cham.fcsh.unl.pt/actividades-periodicas.php?p=904>>.

lusófono, atlântico e transnacional, iremos apresentar sumariamente oito exemplos, pois cremos que essa enunciação e explanação permitirá aceder a uma panorâmica possível de várias vias que têm sido trilhadas e como, no nosso entender, se articulam numa perspectiva interdisciplinar.

## 1) O PROJECTO REVISTAS DE IDEIAS E CULTURAS (RIC)

Cabe começar pelo RIC, pois é um dos projectos mais duradouros e estruturantes. Evoluiu em torno dum repositório digital de revistas contemporâneas de ideias e cultura, acompanhado de paratextos analíticos, que ancora no trabalho lançado pelo Seminário Livre de História das Ideias (do ex-Centro de História da Cultura), em parceria com a Fundação Mário Soares, a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), etc.<sup>5</sup>

Detalhando um pouco, disponibiliza os conteúdos integrais de séries completas de revistas e sua indexação temática, onomástica (autores e instituições), etc., a maioria passível de arrumação em grandes movimentos: publicações anarquistas, do 1.º modernismo, neo-realistas, republicanas, nestas salientando-se o levantamento relativo à editora e revista Seara Nova, incluindo a disponibilização de documentação atinente à sua actividade editorial (v.g., catálogos)<sup>6</sup>. Também organizou encontros e exposições temáticas, abertos à comunidade em geral (p.e., por ocasião do centenário seareiro ou sobre «A Biblioteca Cosmos e a propagação das luzes», a mais recente mostra). A este propósito, destaca-se que o investigador Luís Andrade, coordenador do Portal RIC, foi galardoado com o Prémio Ler+ do Plano Nacional de Leitura, em outubro de 2022, devido ao forte impacto que o Portal tem tido junto dos seus utilizadores.

## 2) O GRUPO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA COLONIAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (GIEIPCIP)

O GIEIPCIP é uma plataforma para a salvaguarda e estudo do periodismo colonial luso, cofundada com parceiros institucionais múltiplos<sup>7</sup>. Realizou várias iniciativas abrangentes, que ligaram as Humanidades Digitais e a

<sup>5</sup> Vd. <<http://ric.slhi.pt/>>.

<sup>6</sup> Cf. [http://ric.slhi.pt/Seara\\_Nova/revista?msclkid=2e4f220ccfa011eca10629642c0eab65](http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/revista?msclkid=2e4f220ccfa011eca10629642c0eab65).

<sup>7</sup> Academia (incluindo o projecto Pensar Goa, da USP), arquivos, bibliotecas, etc. (<<https://gieipcip.wordpress.com/>>).



divulgação de acervos, em especial *workshops* com arquivistas, investigadores e decisores políticos e institucionais.

Disponibilizou (em suporte digital) os conteúdos de periódicos raros ou de difícil acesso para a maioria dos especialistas e da comunidade em geral<sup>8</sup>.

Para Setembro de 2022 tem agendado um encontro sobre periodismo colonial e liberalismo oitocentista<sup>9</sup> e a publicação duma série de três obras sob o título global *Creating and opposing Empire: the role of colonial periodical press* (ed. Routledge), que ambiciona ser uma obra de referência internacional na área dos estudos sobre imprensa colonial.

### 3) A PARTICIPAÇÃO NA EDI-RED - PORTAL EDITORES Y EDITORIALES IBEROAMERICANOS (SIGLOS XIX-XXI)

Esta rede foi cofundada pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas e pela Fundación Miguel de Cervantes (Espanha) e a respectiva secção portuguesa é coordenada por Daniel Melo desde o início, em 2016<sup>10</sup>. Disponibiliza, *on line*, uma enciclopédia com verbetes sobre editoras, editores e colecções da edição literária contemporânea ibérica e ibero-americana, um repositório em constante crescimento e que busca evidenciar a relevância deste sector, designadamente a partir do seu contributo para os intercâmbios transatlânticos na área cultural. A secção portuguesa tem mais de 50 entradas e a pesquisa de base tem permitido localizar muitas fontes primárias atinentes a esta temática, além de fomentar sínteses actualizadas e bibliografia específica de apoio aprofundada. Tem recolhido e divulgado (em suporte digital) entrevistas áudio e audiovisuais a editores e outros agentes do mundo do livro, além de bibliografias temáticas. Organizou ainda encontros temáticos em Madrid e Barcelona, alguns abertos à comunidade em geral, via videoconferência.

Embora não sendo uma publicação que tenha diretamente a ver com esta rede, mas, de certo modo, refletindo a sua importância, destaca-se igualmente o livro colectivo *Edición y circulación del libro en Iberoamerica desde el final de la Segunda Guerra Mundial*, coeditado por Daniel Melo e Isabel Araújo Branco para a Ediciones Trea (2020). Sendo uma colectânea de ensaios de diversos au-

<sup>8</sup> Esse recurso não está presentemente disponível em linha por motivos técnicos, mas já esteve e foi de extrema utilidade para várias investigações.

<sup>9</sup> Cf. <<https://giepcipuk.wordpress.com/2022/04/27/cfp-the-liberalism-and-the-colonial-periodical-press/>>.

<sup>10</sup> Vd. <[http://www.cervantesvirtual.com/portales/editores\\_editoriales\\_iberamericanos/edicion\\_en\\_portugal/](http://www.cervantesvirtual.com/portales/editores_editoriales_iberamericanos/edicion_en_portugal/)>.

tores, centra-se nas dinâmicas do campo cultural transnacional, onde a tradução foi determinante para a emergência de diferentes editoras na América Latina, como p.e., a Fondo de Cultura Económica e a Siglo XXI, incluindo a organização dos respetivos catálogos, mostrando como as estratégias empresariais de editoras se interligavam com as relações pós-coloniais entre os países sul-americanos e os países ibéricos, influenciando, por exemplo, as exportações de títulos traduzidos a partir duma indústria editorial espanhola forte.

#### 4) O PROJECTO ULMEIRO 50 ANOS DE INTERVENÇÃO CULTURAL

Este projecto arrancou em 2019, através duma mostra documental física no centro cultural Fábrica Braço de Prata (em Lisboa), e culminou na disseminação da investigação desenvolvida (e na conversão da mostra para suporte digital) através do lançamento dum sítio de Internet específico, em 2020<sup>11</sup>. Centrou-se no estudo do contributo desta instituição *pivot* (livraria-distribuidora-editora-galeria-discoteca-etc...) e dinamizadora das edições ibero-americana, internacionalista, de resistência, luso-africana e da revelação de novos escritores lusos, em especial de jovens escritoras num meio literário até então essencialmente masculino.

Os principais resultados foram as exposições física e virtual (esta em português e inglês), o sítio de Internet (o qual contém ainda listas de fontes primárias e secundárias, nas vertentes áudio, audiovisual e impressa, em actualização regular) e a divulgação do projecto em vários encontros científicos. Entre as fontes primárias, constam órgãos oficiais, testemunhos, documentários e entrevista transcrita e analisada. Entre as fontes secundárias, constam recensões críticas a obras da Ulmeiro e chancelas conexas, e estudos, incluindo do projecto (capítulos de livros, verbetes no EDI-RED e artigos, um deles com a reconstrução do catálogo bibliográfico da editora Ulmeiro e chancelas conexas).

---

<sup>11</sup> Projecto coordenado por Daniel Melo, vd., respectivamente, <[https://www.academia.edu/38968728/exposi%C3%A7%C3%A3o\\_Isto\\_anda\\_tudo\\_ligado\\_Ulmeiro\\_50\\_anos\\_de\\_interven%C3%A7%C3%A3o\\_cultural\\_1969\\_2019\\_org\\_Daniel\\_Melo\\_and\\_Pedro\\_Piedade\\_Marques\\_Lisboa\\_F%C3%A1brica\\_Bra%C3%A7o\\_de\\_Prata\\_salas\\_Marguerite\\_Duras\\_e\\_Eduardo\\_Prado\\_Coelho\\_4\\_V\\_31\\_VII\\_2019](https://www.academia.edu/38968728/exposi%C3%A7%C3%A3o_Isto_anda_tudo_ligado_Ulmeiro_50_anos_de_interven%C3%A7%C3%A3o_cultural_1969_2019_org_Daniel_Melo_and_Pedro_Piedade_Marques_Lisboa_F%C3%A1brica_Bra%C3%A7o_de_Prata_salas_Marguerite_Duras_e_Eduardo_Prado_Coelho_4_V_31_VII_2019)> e <<https://projetos.dhlab.fcsh.unl.pt/s/ulmeiro50anos/page/apresentacao>>.

## 5) O PROJECTO ROMANO TORRES

Este projecto centrou-se na salvaguarda, estudo e disponibilização do acervo duma editora representativa lusa, na sequência de protocolo com o herdeiro (Fernando Noronha e Andrade) e dos apoios financeiro e logístico da Fundação Calouste Gulbenkian e da NOVA FCSH. Fez ainda parcerias com a BNP e a Livraria Féria e resultou no 1.º arquivo duma editora a ser integrado no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da BNP.

Trata-se duma editora com projecção nacional (mormente nas áreas da história de Portugal, dos dicionários linguístico e geral para Portugal, e da narrativa de ficção), que lançou pontes para o espaço lusófono (p.e., teve o exclusivo da edição da obra de Emidio Salgari para o mercado de língua portuguesa) e para Espanha (através da tradução e divulgação de romancistas populares espanhóis, como Enrique Perez Escrich e Manuel Fernandez y Gonzalez), e que permitiu trabalhar a edição mais popular e a questão da democratização do acesso à leitura e ao livro a partir de vias menos ‘convencionais’.

Os principais resultados foram:

- a) um sítio de Internet, activo desde 2014, que disponibiliza as bases de dados do arquivo histórico e do catálogo bibliográfico da Romano Torres, e textos sobre a editora, bibliografias, dicionário dos colaboradores e repertório de testemunhos<sup>12</sup>;
- b) tertúlias e dossiês sobre património e edição na revista *Cultura* (2012-13)<sup>13</sup>; e
- c) o livro *História e património da edição - a Romano Torres* (CHAM e Húmus, 2015), com estudos sobre a história da editora, o seu catálogo, relações institucionais, historial do projecto e uma reflexão sobre património, edição e Humanidades Digitais (HD) a partir da experiência da equipa do projecto (por Daniel Melo, Patrícia Cordeiro e Afonso Reis Cabral) e do estudo de boas práticas numa perspectiva internacional.

## 6) EXPOSIÇÕES BIBLIOGRÁFICO-DOCUMENTAIS COM A BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

<sup>12</sup> Respectivamente nas secções «Recursos»/«Instrumentos de Trabalho» e «Recursos»/«Documentação» (vd. <<http://romanotorres.fcsh.unl.pt/>>).

<sup>13</sup> Vd. <<http://cultura.revues.org/1691>> e <<https://cultura.revues.org/1911>>.

Trata-se dum pioneiro projecto de divulgação dalgum do mais importante património bibliográfico português, dinamizado por João Alves Dias, especialista em história do livro pré-contemporâneo, numa parceria com a BNP<sup>14</sup>. Os seus principais resultados foram a realização de exposições (desde os anos 1990) e complementares visitas guiadas<sup>15</sup>, e a publicação de artigos em revistas académicas e de livros<sup>16</sup>.

## 7) AS EDIÇÕES CRÍTICAS DE FONTES DOCUMENTAIS DO PASSADO MEDIEVAL E MODERNO

Em paralelo, João Alves Dias vem coordenando uma equipa do CHAM que se tem dedicado ao resgate e estudo crítico de fontes documentais do passado medieval e moderno, numa parceria com o Centro de Estudos Históricos<sup>17</sup>. De entre as edições já realizadas ou projectadas, realçamos as Chancelarias de D. Fernando (9 vols.) e de D. Afonso V, as *Cortes portuguesas do reinado de D. Afonso V (1451-1478)* e a *Crónica quinhentista da História de Portugal do séc. XV redigida por D. Leonor de Noronha* (manuscrito inédito) e livro complementar de estudos.

## 8) O PERIODISMO POLÍTICO OITOCENTISTA: LEVANTAMENTO DE FONTES PRIMÁRIAS E SEU ESTUDO SISTEMÁTICO

Ainda no domínio dos estudos sobre a imprensa portuguesa cabe salientar os estudos de José Augusto dos Santos Alves, em parceria com a BNP<sup>18</sup>. Este especialista no periodismo político oitocentista, recentemente falecido, coordenou várias obras de referência, tanto panorâmicas como monográficas, destacando-se o *Dicionário do periodismo político do séc. XIX: vol 1 - A-C* (BNP e

<sup>14</sup> Vd. <[http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1620%3Aexposicao—a-diaspora-da-palavra-obras-de-autores-portugueses-impresas-fora-de-portugal-no-sec-xvi-1521-1550—jul-16-set-21&catid=172%3A2021&Itemid=1622&lang=pt](http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1620%3Aexposicao—a-diaspora-da-palavra-obras-de-autores-portugueses-impresas-fora-de-portugal-no-sec-xvi-1521-1550—jul-16-set-21&catid=172%3A2021&Itemid=1622&lang=pt)>.

<sup>15</sup> Para uma selecção representativa vd. o seu *In princípio* (Lisboa, Outra Perspectiva, cop. 2020).

<sup>16</sup> Destaque para o livro *A diáspora da palavra: obras de autores portugueses impressas fora de Portugal (1521-1550)*, guia da mostra homónima da BNP, ambos de 2021.

<sup>17</sup> Desse núcleo fazem parte Pedro Pinto, João Costa, José Jorge Gonçalves, Carlos Moura, entre outros (cf. <<https://ceh.fcsh.unl.pt/publicacoes.html>>).

<sup>18</sup> Vd. <<https://livrariaonline.bnportugal.pt/Pesquisa/?query=Jos%c3%a9%20Augusto%20dos%20Santos%20Alves&m=2>>.

CHAM, 2017, livre acesso em <http://purl.pt/31537>), *A imprensa de língua portuguesa no Oriente: de O português na China (1839-1843) a O investigador português em Bombaim (1835-1837)* (idem) e *O Patriota (1842-1853): memória do periodismo de contrapoder* (BNP, 2020).

## 9) PATRIMÓNIO AMBIENTAL E CULTURAL

Nesta articulação entre distintas dimensões patrimoniais se tem focado a cátedra UNESCO dedicada aos «Oceanos: conhecimento do património oceânico e da cultura marítima em articulação com as comunidades». Tem procedido à divulgação de fontes primárias e secundárias, tanto na sua revista digital *Oceanica* como na secção de recursos para escolas do seu *website*<sup>19</sup>.

Para este desiderato, têm também contribuído as prospecções, campanhas arqueológicas e estudos conexos realizadas no seio dos grupos da Antiguidade e da Arqueologia subaquática.

## 10) CULTURA, PATRIMÓNIO E INTERDISCIPLINARIDADE: DOCÊNCIA E ENCONTROS ACADÉMICOS

O CHAM é formado sobretudo por docentes da NOVA FCSH que ministram cursos graduados e pós-graduados nas áreas da História, Filosofia, Estudos Portugueses e Línguas, Culturas e Literaturas Modernas. Já foram ministrados também cursos em História das Ideias, entre outros. No âmbito duma colaboração com o Centro Luís Krus, houve igualmente a oferta de cursos de longa duração lecionados por investigadores do CHAM, como p.e., o recente *Literatura de Mulheres e Resistências Literárias*, que, embora parta da literatura contemporânea portuguesa e brasileira, explora os contextos contemporâneos naqueles dois países numa abordagem marcadamente transcultural da escrita de mulheres autoras. No âmbito das pós-graduações e de cursos especializados tem havido a preocupação de abrir para temáticas mais de teor interdisciplinar, como nos doutoramentos sobre Didática das Línguas – Multilinguismo e Educação para a Cidadania, nos mestrados ligados ao Património, Edição e História na Esfera Pública, ou nos seminários como História da Edição e da Leitura, do Humor, etc.

<sup>19</sup> Vd., respectivamente, <[https://cham.fcs.unl.pt/catedra/assets/oceanica\\_n8\\_serieii\\_vfinal\\_pt.pdf](https://cham.fcs.unl.pt/catedra/assets/oceanica_n8_serieii_vfinal_pt.pdf)> e <<https://cham.fcs.unl.pt/catedra/index.html>>.

O centro tem apostado ainda em dois grandes congressos internacionais temáticos regulares, abertos à academia em geral e com vocação interdisciplinar, o PHI e a CHAM Conference. O *PHI - International and Multidisciplinary Congress* é um encontro anual em parceria com a Universidade dos Açores que reúne contribuição de investigadores das áreas de Arquitectura, Design, Urbanismo, Artes, Humanidades e Ciências Sociais em torno de um tema comum. Os seus contributos são publicados em artigos avaliados no modo *blind refereeing* e editados previamente em livro, em língua inglesa, pela CRC Press, chancela da Taylor & Francis Group. A partir de 2022, o livro, organizado por Maria do Rosário Monteiro, Mário S. Ming Kong e Maria João Pereira Neto, é exclusivamente digital (com a licença CC BY NC 4.0) e em acesso aberto para toda a comunidade. Esta publicação encontra-se em avaliação para a sua indexação na SCOPUS e na Web of Science, estando já indexada na CrossRef e na EBSCO. Neste ano decorre a 8.ª ed. (Porto, FAUP, 26-28/10/2022), subjacente ao tema «Time and Space», e para 2023 o tema será «Creation, Transformation and Metamorphose», e o congresso decorrerá na Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilha<sup>20</sup>. A CHAM Conference é uma iniciativa exclusiva bienal e multilingue, lançada em 2016 para apresentação de *working papers* e teve já a participação de centenas de colegas portugueses e estrangeiros<sup>21</sup>. Os temas deste fórum decorrem dos interesses de investigação do CHAM e são marcadamente transdisciplinares, como os desafios e limites (culturais e ambientais) que a humanidade enfrenta que constituiu o tema da última edição (em 2021) ou «Inovação, Invenção e Memória em África», título da edição de 2019, que pretendeu explorar heranças culturais, literárias, históricas, sociais, artísticas e ecológicas no continente africano.

Por iniciativa de vários grupos de investigação do CHAM realizam-se também seminários regulares abordando a área cultural numa perspectiva abrangente e multidisciplinar. São disso exemplo o Ciclo de Conferências «Literatura Escrita por Mulheres» (na sua 5.ª edição em 2021/22) e o Seminário Permanente Leitura e formas de escrita (desde 2014, então no Centro de História da Cultura), ambos em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal, local de realização presente destes encontros<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> Vd. <<http://phi.fa.ulisboa.pt/index.php/en/call-for-papers/submit-papers>>.

<sup>21</sup> Vd. <<https://www.fcsh.unl.pt/eventos/v-cham-international-conference/>>.

<sup>22</sup> Respectivamente, do antigo GI «Cultura, história e pensamento ibérico e ibero-americanos» (vd. <<https://cicloliteraturaescritapormulheres.weebly.com/>>) e do antigo GI «Leitura e formas de escrita» (vd. <<https://cham.fcsh.unl.pt/actividades-periodicas.php?p=861>>). No âmbito

## NOTAS FINAIS

Como aludimos no início, cremos que os conteúdos brevemente enunciados nesta digressão exploratória permitem-nos falar da existência de investigação relevante no seio do CHAM envolvendo os estudos culturais e/ou interdisciplinares, e articulando em especial estudos transculturais, pós-coloniais e literaturas, por um lado, e património, cultura e impresso, por outro lado.

Como traço comum subjacente à maioria dos projectos que se inserem nesta última vertente e que foram brevemente referidos no texto, o património cultural estratégico é concebido enquanto valorizador da auto-estima das comunidades, pilar para o conhecimento das sociedades e para uma reflexividade crítica, construtiva e plural o mais alargada possível. Ademais, partilham uma perspectiva de integração entre estudo, divulgação e salvaguarda física e digital de património cultural estratégico através dum uso potenciador das HD. Donde, as HD são concebidas como uma ferramenta tecnológica e também como vector de potenciação do conhecimento e da reflexividade crítica, o que significa que não podem ser usadas como mero recurso de divulgação informativa de pendor quantitavista.

Esta produção tem sido condicionada pelas condições existentes sendo que, presentemente, vive-se um momento contraditório: há uma investigação com relevante qualidade realizada por investigadores comprometidos e criativos, mas com défice de apoio institucional e logístico para uma política integral e sustentada que permita salvaguardar, estudar e difundir os vários patrimónios em apreço, para lá de assegurar horizontes estáveis aos profissionais desta área. Daí a urgência em apoiar-se de modo mais decisivo a interdisciplinaridade nas Humanidades, começando pela abertura duma área de estudos interdisciplinares (e também de estudos culturais) nos concursos de investigação & desenvolvimento da principal agência científica portuguesa, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E daí a importância estratégica de se firmarem vínculos e sinergias internacionais, para os quais deu um contributo relevante o congresso de que resultou este e os restantes textos que integram o presente livro.

---

do processo de reestruturação dos grupos de investigação do CHAM, o primeiro grupo dissolveu-se, tendo os seus membros se distribuído por diversos grupos de investigação, e o segundo grupo foi renomeado de «Informação, leitura e formas de escrita», conforme nomes aprovados na assembleia-geral do CHAM realizada em Julho passado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Behdad, A. & Thomas, D. (2014). *A companion to comparative literature*. Blackwell Publishing.
- Carr, G. (1994). Radical literature and cultural validation: The paradox of Merlin radical fiction. *Labour / Le Travail*, 34, 269-285.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1987). *A thousand plateaus: Capitalism and schizophrenia*. University of Minnesota Press.
- Eagleton, T. (2004). *After theory*. Penguin Books.
- Ferreira, M. (1989). *O discurso no percurso africano. Contribuição para uma estética africana*. Plátano.
- Mignolo, W. (2011). *The darker side of western modernity – Global futures decolonial options*. Duke University Press.
- Miller T. (2001). *Blackwell companion to Cultural Studies*. Blackwell Publishing.
- Moss, W. & Makizana, P. (1986). *Archives, oral history and oral tradition: a RAMP study*. UNESCO (International Council on Archives Document).
- Mphahlele, E. (1962) *The African image*. Faber & Faber.
- Neto, A. P. (2020). Communication and knowledge in tourism services – a cultural perspective. In M. Garcia & D. M. Pena (Coords.), *Identidad y cultura. Creación del conocimiento*. (pp. 127-144). Ediciones Egrejus y GICID Universidad de Zaragoza.
- Raposo, E. M. & Pereira Neto, A. (2018). Cante - Intangible cultural heritage of humanity: Representation of a traditional art in the city of Almada. In M. A. Segantini (Ed.), *AMPS Proceedings Series 15. Tangible – Intangible Heritage(s) – Design, social and cultural critiques on the past, the present and the future* (pp. 281-291). University of East London.
- Spivak, G. C. (1999). *A critique of postcolonial reason: Toward a history of the vanishing present*. Harvard University Press.
- WRcC (2015). *Combined and uneven development: Towards a new theory of world-literature*. Liverpool University Press
- Zepetnek, S. T. & Mukherjee, T. (2014). *Companion to comparative literature, world literatures, and comparative Cultural Studies*. Cambridge University Press.



# ILHADOS, DESILHADOS E EMBARCADIÇOS: OS ESTUDOS CULTURAIS NA UNIVERSIDADE DOS AÇORES<sup>1</sup>

**Maria da Luz Correia**

CECS-UM e Universidade dos Açores

**Leonor Sampaio da Silva**

CHAM - Centro de Humanidades UNL/CHAM-A UAc e Universidade dos Açores

Não podemos iniciar o presente trabalho sem uma breve introdução explicativa do seu título, que, convocando a paradoxal condição arquipelágica que o açoriano Vitorino Nemésio sintetizou na poética afirmação “sou ilhéu e portanto embarcação” (Nemésio, 1956, p.123), não quer tanto debater a natureza contraditória da ilha e do arquipélago mas antes sugeri-la como metáfora para pensar as dificuldades desta interdisciplina que são os estudos culturais, cujos problemas de dispersão, de desajustamento e de instabilidade têm sido, desde a sua fundação nos anos 60 até aos dias de hoje, incessantemente revisitados. Inúmeras têm sido as vozes que nos últimos anos sublinham a urgência de repensar os estudos culturais, ora aludindo ao “futuro dos estudos culturais” como o fez Raymond Williams em 1989 (Williams, 2014/1989)<sup>2</sup>, ora questionando aquilo em que os estudos culturais se tornaram – referim-nos a *What’s Become of Cultural Studies?* editado por Graeme Turner em 2012 – ora simplesmente pensando, ainda, e uma vez mais, os estudos culturais – convocamos *On cultural studies, again*, um artigo de Ien Ang publicado em 2020. Partindo do princípio de que os *cultural studies* teriam como denominador comum uma “análise conjuntural” na conhecida terminologia de Lawrence Grossberg (2010, p.40; 2019), esta urgência de repensar os estudos culturais tem sido grosso modo explicada pelo argumento segundo o qual, à

<sup>1</sup> O presente artigo retoma o título e os propósitos de uma comunicação apresentada no 1º encontro da Rede Nacional de Estudos Culturais, na Universidade de Aveiro, em 2022 por Maria da Luz Correia e Leonor Sampaio da Silva.

<sup>2</sup> As traduções para língua portuguesa deste e de outros textos em língua inglesa citados ao longo do texto foram na íntegra asseguradas pelas autoras.

indeterminação e à instabilidade fundadora da disciplina, se somaria a sucessão de acontecimentos culturais, sociais, políticos, económicos, científicos, tecnológicos e ambientais que, ao longo de mais de meio século, têm tido um evidente impacto na disciplina e que fazem com que haja um relativo tanto quanto forçoso desfasamento entre conceitos, métodos, e preocupações dos *cultural studies* nos anos 20 do séc. XXI e aqueles que nos anos 60 do séc. XX presidiram à sua fundação.

Muitas têm sido as nomenclaturas usadas para explicar o modo como os estudos culturais, ainda que hoje “academicamente codificados”, com as suas revistas, as suas associações, as suas redes, os seus ciclos de estudos, os seus congressos, como o constatava Richard Johnson em *What is culture studies anyway?* (Johnson, 1986, p. 38), mantenham como traços persistentes a interdisciplinaridade e o sentido crítico: plural, “transdisciplinar, eclético e por vezes transgressivo” (Ang, 2020, p. 286), “especialismo da não especialidade” (Johnson et al., 2004, p. 23), “ativamente e agressivamente anti-disciplinar” (Nelson, Treichler & Grossberg, 1992, p. 2). São, aliás, conforme também lembra Graeme Turner (2012, p. 5) estes dois duradouros traços – a dimensão interdisciplinar e a postura anti-institucional – que fazem com que, entre todas as inúmeras terminologias, mais apoloéticas ou mais pejorativas, a ideia de “indisciplina”, recorrente nos anos 90 e 2000 como mote dos estudos culturais – e de outras tradições afins como os *visual culture studies* –, ainda se revele hoje aquela que mais convenientemente permita não só reafirmar os pressupostos desta corrente mas também repensar hoje a sua continuidade.

Com efeito, a indisciplina – “undiscipline”, conforme o termo que na língua inglesa é adotado por Turner (2012) – entendida enquanto dissenso crítico e trânsito livre entre disciplinas no “espaço sem fronteiras do pensamento comum” (Correia, 2021, p. 34) ainda hoje é apanágio dos estudos culturais e uma das suas maiores forças, a nível pedagógico, científico e metodológico. Intencionalmente retomamos nesta última frase um entendimento de indisciplina inspirado em grande medida num texto de Jacques Rancière (2008a), pensador que, à semelhança de muitos outros, não se integrando academicamente, nem se posicionando institucionalmente nos *cultural studies*, tem contribuído ativamente para pensar muitos dos objetos científicos desta corrente, desde a circulação social das imagens às práticas de um “espectador emancipado” (Rancière, 2008b). Esta convocação de Rancière tem, com efeito, a vantagem de lembrar que este compromisso com a “indisciplina” dos estudos culturais, caso não seja paradoxalmente acompanhado por um esforço con-

certado no sentido de a institucionalizar como disciplina, corre o risco de invisibilizar a disciplina, de a apagar, de a fazer desaparecer: é a este risco que Ien Ang, convocando Paul McEwan, se reporta quando nos faz ver que, sem estes esforços, os estudos culturais se arriscam hoje a tornar-se uma “disciplina escondida” (McEwan, 2002), quer para os *outsiders*, aqueles que não trabalham nos “estudos culturais” e que têm dificuldade em compreender a área, quer até mesmo para os potenciais *insiders*, aqueles que, como Jacques Rancière, à semelhança de inúmeros outros, nas ciências sociais e humanas, pensam os desafios sociais, políticos, tecnológicos e ambientais que dominam hoje a cultura, mas que, pelos mais diversos motivos, não adotam este posicionamento institucional.

## DOS PRESSUPOSTOS DOS *CULTURAL STUDIES* À FEBRE DA CRISE

Apesar da evolução que o campo dos *cultural studies* conheceu nos últimos anos e das complexidades que vimos de esclarecer, ainda é útil seguir a linha explicativa de Storey (1996) ao identificar os três elementos que concorrem para a afirmação dos estudos culturais enquanto disciplina académica: o seu objeto de estudo, o método com que o objeto de estudo é abordado e a sua evolução como disciplina. Relativamente ao primeiro ponto, o objeto de estudo dos estudos culturais é a cultura vista não do ponto de vista estético ou humanista, mas político: para os fundadores do Centro de Birmingham, a noção de cultura não se conforma com os sentidos de culto e de cultivo inerentes ao ideal de perfeição estética nem com o processo de aperfeiçoamento intelectual, estético e moral que pensadores como Matthew Arnold haviam celebrizado nos seus escritos; a cultura era agora abordada do ponto de vista popular, observando-se com particular atenção os desenvolvimentos que ocorriam não no centro da autoridade, mas nas suas margens e periferias, assim como os mecanismos de resistência que eram usados com vista ao incremento da participação cívica, da consciência social e da responsabilidade individual no projeto democrático.

Quanto ao método de abordagem ao objeto de estudo, este consistia em abandonar o texto literário como elemento nuclear de estudo cultural. Em vez de se estudar o texto em si, ele passa a ser usado como material a partir do qual é possível tirar conclusões sobre o lugar do sujeito na sociedade, problemáticas ideológicas, formas ostensivas ou dissimuladas de dominação, etc.

Acrescente-se que a própria noção de “texto” se expande ao ponto de incluir narrativas filmicas, musicais, visuais, orais – tudo o que possa oferecer uma visão dotada de significação simbólica. O centro de gravidade dos Estudos Culturais desloca-se, assim, do autor consagrado e do texto canónico para o lugar, muitas vezes coletivo e anónimo, que as formas subjetivas de produção simbólica ocupam na vida social, para através delas se compreender os fluxos de poder e de hegemonia, as redes de influência e o modo como a ação cultural reforça ou transforma o conhecimento e a atuação na sociedade, o que obriga à convocação de uma pluralidade de conhecimentos pertencentes a diversas áreas científicas.

No que tange ao terceiro ponto, a história dos estudos culturais não apenas nos dá conta de uma miríade de ideias, métodos, prioridades e preocupações oriundas de vários campos disciplinares (a sociologia, a crítica literária, a história, a economia, a política, a psicologia e os estudos de comunicação) como do esforço desenvolvido no sentido de os agrupar numa lógica unificadora, que teve em Stuart Hall um dos seus mais conhecidos (e esforçados) protagonistas. Os dois paradigmas por ele identificados (Hall, 1980) revelam a afirmação gradual de um esforço de síntese capaz de equilibrar as forças antagónicas no cerne dos estudos culturais – o sujeito e a estrutura, o pensamento e a realidade histórica, a consciência e a ideologia – numa superação dialética das oscilações que caracterizam o campo. Resulta, em larga medida, daí a atração pela metáfora da fronteira como central para compreensão da natureza e da metodologia desses estudos: constituindo-se como o lugar do encontro e da indefinição, a fronteira representa a forma e o conteúdo da interdisciplinaridade. Ela é não uma linha que separa mas um rasto a seguir, uma proposta de intertextualidade, de comunicação intercultural, de hibridez identitária. A própria produção cultural abandona a imagem simplificada do ato acabado para ser observada nos seus vários momentos: produção material – produção simbólica – produção textual – produção em uso. A cada momento, os diversos participantes no processo de produção, consumo e usos são convocados. A ligar estes vários momentos está, mais uma vez, a dimensão política da cultura. Ela já não é, nas palavras de Terry Eagleton, “uma forma de resolução de conflitos, uma dimensão mais elevada ou mais profunda, na qual nos podemos reconhecer como humanos que partilham essa mesma condição; pelo contrário, faz parte do próprio conflito político”, “é aquilo por que se mata” (Eagleton, 2003, p. 57). Transformada em arena na qual se desenrolam conflitos com vista à afirmação das

diferenças, à superação das limitações, à conquista de poder, a cultura promove lutas constantes entre consentimento e resistência.

Numa síntese muito reveladora dos quatro pilares dos *cultural studies*, John Hartley privilegia a dimensão política (o nexo entre consciência e poder), o quotidiano (espaço de formação de identidades), o consumo (entretenimento popular mediado) e o pluralismo (a expansão da diferença) (Hartley, 2005, p. 49). O importante é reconhecer que em qualquer deles se verifica a presença de preocupações com o poder. Será, aliás, esse elemento comum a todas as análises que leva António Sousa Ribeiro e Maria Irene Ramalho, na senda aliás de autores como Grossberg (1992, p. 3) e Hall (1992, p. 278) a afirmarem como “determinante para a delimitação do conceito” a perspetiva de “comprometimento com uma análise das práticas culturais do ponto de vista da sua imbricação com as relações de poder” (Ribeiro & Ramalho, 1998-1999, p. 69), o que é, no fundo, o regresso uma e outra vez da questão política por demais enraizada no objetivo estratégico dos estudos culturais: criar as condições para a existência de uma “cidadania culta” (Ribeiro e Ramalho, 1998-1999, p. 79).

Para os *cultural studies*, o processo cultural forma-se no interior de tensões entre hegemonia e diferença: o contexto social que leva à formação das classes, o contexto sexual, no qual se atribuem papéis específicos a homens e a mulheres, o contexto étnico, no qual proliferam diferenças de poder e de privilégio não são apenas universos marcados pela existência de minorias numerosas tradicionalmente silenciadas. Em qualquer deles se nota opressão e dependência, bem como a luta pela igualdade e pelo respeito das diferenças identitárias. Evidencia-se, assim, através das assimetrias étnicas, sexuais, económicas, entre outras, que a cultura se desenvolve a partir de uma base ideológica, sendo o terreno onde grupos subordinados procuram resistir aos valores e às práticas provenientes dos grupos dominantes.

Atacada a ideia de que a cultura é um campo homogêneo (propícia ao crescimento de modelos de pensamento hegemónico e monoculturais), fica o campo configurado como arena política, aberta à intervenção ativa através de representações e discursos. Foi este, aliás, o mote na constituição do Centro de Birmingham, criado para fomentar o empenhamento político, promover o envolvimento social dos autores e das análises, e surgir no mundo universitário como “outra forma de fazer política” (Storey, 1996, p.5), um meio de formar “intelectuais orgânicos” (idem), de expandir até ao cidadão comum, supostamente recrutável para as massas, uma consciência crítica que transformasse a cultura popular urbana num espaço de intervenção cívica informada.

Nos últimos tempos, os estudos culturais foram contagiados pela febre da crise: neste contexto, a crise designa o pânico que se instalou na disciplina com o aparecimento de análises que se afastam do paradigma marxista gerando uma suspeita de ineficácia política e concomitante convivência com forças de opressão social. Para outros, a crise decorre da sua excessiva interdisciplinaridade, o que causa indisciplina metodológica e ambiguidade temática.

## DA “POLÍTICA DA TEORIA” À PRÁTICA ACADÊMICA: OS *CULTURAL STUDIES* NA UAC

Esclarecidas algumas complexidades atuais da disciplina assim como alguns pressupostos teóricos dos *cultural studies*, devemos clarificar desde já que um dos propósitos deste ensaio é também caracterizar, apesar da postura indisciplinada e anti-institucional congénita dos *cultural studies*, o modo como os estudos culturais se têm vindo a codificar e a legitimar institucionalmente na Universidade dos Açores (UAc). Este objetivo, cuja contradição intrínseca nos parece importante de antemão enfatizar, será cumprido através da análise da produção científica e da oferta letiva nesta instituição nos últimos dez anos, com base em planos curriculares publicados em Diário da República, relatórios de avaliação da instituição e CVs de um conjunto de docentes e investigadores da instituição. Este primeiro objetivo prende-se com o contexto em que este trabalho foi desenvolvido – o primeiro encontro científico de uma Rede Nacional de Estudos Culturais, que a UAc integra desde 2020 –, e quer contribuir, ainda que de forma modesta, para a missão política que esta rede tem assumido: uma missão que, retomando os termos de um texto de Ien Ang já citado, se inscreve nesse “trabalho árduo de criar as condições materiais e institucionais nas quais possa ser dada continuidade à obra dos *cultural studies*” (Ang, 2020, p. 290). Contudo, mais uma vez, retomando a nossa preferência por um entendimento lato desta disciplina, que inclua mais do que exclua, não nos limitaremos a elencar as atividades de investigação e de ensino que adotam explicitamente o enquadramento disciplinar dos *cultural studies*, mas antes e de forma mais genérica aquelas que, de diferentes maneiras, e em diferentes domínios científicos, têm contribuído para a já mencionada “análise conjuntural” própria dos estudos culturais, respondendo aos desafios sociais, políticos, tecnológicos e ambientais da nossa cultura contemporânea, a partir da UAc, uma universidade fundada em 1976 no arquipélago dos Açores, atual-

mente com três polos: um em Ponta Delgada, outro em Angra do Heroísmo e um terceiro na Horta.

Na UAc, a introdução oficial de uma unidade curricular com o nome desta área científica – Estudos Culturais – data de 2007, por ocasião da criação de um ciclo de estudos em Comunicação Social e Cultura, no Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas desta universidade. Embora este ciclo de estudos tenha sido encerrado em 2017, na sequência de uma deliberação da A3ES, a Agência de Avaliação e Acreditação no Ensino Superior, esta unidade curricular mantém-se atualmente em funcionamento, integrando o plano curricular das licenciaturas em Comunicação e Relações Públicas e Estudos Portugueses e Ingleses. Nesta UC, os estudantes de licenciatura são apresentados à cartografia da cultura contemporânea na sua relação com o consumo, o poder e a tecnologia – conceitos centrais para uma visão atual e crítica dos sentidos que a cultura transporta, dos modos de a investigar e de a incorporar no nosso quotidiano. Dirigindo-se para o estudo das práticas e tendências culturais do mundo atual, as quais integra em articulação com valores, temas e técnicas da produção simbólica contemporânea, os conteúdos letivos abordam o contexto da formação do centro de Birmingham, os antecessores e fundadores do *Centre of Contemporary Cultural Studies* (CCCS), a relação de rutura e de continuidade entre estudos literários e estudos culturais, e a análise de alguns casos práticos relacionados com minorias de género e de etnia, com o universo da escrita e da leitura (revistas femininas, *best sellers*, adaptações cinematográficas), a esfera dos média e suas narrativas (publicidade, informação, fotografia, cinema, telenovelas e *talk shows*), a imagem no mundo e o mundo das imagens.

A área da cultura reaparece noutras unidades curriculares de ciclos de estudos atualmente oferecidos pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UAc como a Licenciatura em Comunicação e Relações Públicas, a Licenciatura em Estudos Portugueses e Ingleses, o Mestrado em Tradução e Assessoria Linguística ou ainda o Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento. Podemos mencionar as UCs de Cultura Portuguesa, Cultura Inglesa, Sociologia da Cultura, Sociologia da Cultura e dos Públicos, Cultura e Contemporaneidade e Teorias da Comunicação. Se é certo que todas estas unidades curriculares, por abordarem o fenómeno cultural, proporcionam uma perspetiva plural dos modos de observar a cultura e constituem uma oportunidade de melhor se compreender a diferença conceptual e prática que os estudos culturais representam tanto nos planos curriculares como na vida



social, também é verdade que nem todas se identificam com a orientação temática e metodológica dos estudos culturais, que vimos de descrever<sup>3</sup> e que está patente na já referida UC de Estudos Culturais, mas também noutras disciplinas como Teorias da Comunicação (1º ciclo) e Cultura e Contemporaneidade (2º ciclo).

A UC de Teorias da Comunicação, integrada na Licenciatura em Comunicação e Relações Públicas, realiza uma genealogia do estudo da comunicação, procurando desde logo a sua origem na própria realidade histórica dos média, e integrando os estudos culturais britânicos numa história das diferentes perspetivas teóricas da comunicação, a par de outras correntes que vão da *Mass Communication Research* à Escola de Chicago, à Escola de Frankfurt, à Escola de Palo Alto e ao estruturalismo. Nesta unidade curricular, que procura aprofundar as relações entre comunicação e cultura, e estabelecer continuidades e ruturas entre a missão da teoria crítica de Frankfurt, a demanda dos *cultural studies* e o ideário do estruturalismo francês, é dada ênfase à produção e ao consumo das figuras mediáticas, particularmente através da releitura do emblemático texto *Encoding Decoding* de Stuart Hall (1999/1973), e discutem-se as linhas de dominação, mas também as brechas de resistência que a experiência contemporânea, marcada pelo recurso às tecnologias de informação e comunicação, nos oferece.

No tocante a Cultura e Contemporaneidade, UC integrada no mestrado em Tradução e Assessoria Linguística, ela começa por oferecer uma reflexão sobre a ideia de contemporaneidade do ponto de vista histórico e filosófico, a que se segue a revisão da influência dos *Cultural Studies* na transformação do campo cultural, com a análise de casos práticos ilustrativos das prioridades e metodologias de trabalho na área da cultura. Num terceiro momento, abordam-se questões centrais trazidas pela viragem cultural nos Estudos de Tradução, como a linguagem enquanto expressão de identidade e de poder, a evolução do papel do tradutor de figura minoritária a agente de mediação cultural e (re)escritor. A tradução como prática comunicativa central na época

<sup>3</sup> Por exemplo, as UCs de Cultura Portuguesa ou Cultura Inglesa dão continuidade ao estudo da cultura enquanto campo predominantemente (pre)ocupado com o conhecimento e a definição da identidade nacional tal como ela transparece e se constitui a partir da literatura e das artes. Nestas UCs, nem a contemporaneidade nem o quotidiano ou, sequer, a produção simbólica enquanto arma de reivindicação de poder por parte de minorias assumem destaque. De igual modo, do ponto de vista metodológico, o carácter interdisciplinar dos estudos culturais recua para sobressair a análise e crítica textuais na base de um trabalho que, embora não excluindo outras áreas científicas, privilegia assumidamente os objetos e objetivos das Humanidades.



contemporânea proporciona a aplicação das prioridades temáticas dos *cultural studies* ao caso concreto das desigualdades de poder no campo da linguagem, gerando reflexões sobre a posição relativa das culturas e o modo como elas interagem a partir de questões de tradução. Também aí o poder e a observação das minorias, a dimensão política da cultura, a formação identitária e o consumo ganham relevo, mostrando o alcance transversal das preocupações desenvolvidas pelos estudos culturais.

Os estudos culturais são também área integrante do Doutoramento em Literaturas e Culturas Insulares oferecido desde o ano letivo 2018/2019 pela Universidade dos Açores, em parceria com a Universidade da Madeira, a Universidade da Córsega e o Inalco (Instituto Nacional das Línguas e Civilizações Orientais, ensino superior que se integra na Sorbonne, em Paris). Entre os temas de investigação dos seus doutorandos, que refletem a diversidade temática quer do ciclo de estudos quer do campo dos estudos culturais que o inspira, podemos encontrar as relações entre as representações literárias e as figurações pictóricas da ilha, o papel da identidade insular nas práticas pedagógicas teatrais, a expressão da ideia de ilha na literatura para crianças, a projeção do imaginário insular e da identidade açoriana no traje regional, na joalheria contemporânea ou no percurso de intelectuais açorianos como Armando Côrtes-Rodrigues.

Na Universidade dos Açores, a dispersão e a fragmentação própria da condição arquipelágica e não menos característica da condição disciplinar dos estudos culturais, como já vimos, têm caracterizado de forma transversal não apenas o ensino, mas também a investigação em ciências sociais e humanas e as condições em que ela aí se realiza. Assim, ainda antes de abordar a produção científica na área dos estudos culturais, devemos sublinhar que, na FCSH-UAc, contamos apenas com dois centros de investigação nacionais avaliados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia: trata-se dos polos CICS Nova UAc e CHAM Açores. A investigação realizada nesta área está maioritariamente sedeadada nestes centros, mas não se limita a eles, uma vez que alguns docentes que desenvolvem atividades de investigação no domínio dos *cultural studies*, integram unidades de ID exteriores à UAc; entre estas, destacam-se o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS-UM), o LABCOM Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior (LabCom-UBI) e o Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (CEC-UL).

É neste contexto então que na UAc se desenvolvem, do ponto de vista do ensino e da investigação, atividades que, à luz do que definimos como sendo o traço distintivo dos estudos culturais, respondem aos desafios sociais, políticos, tecnológicos e ambientais que dominam hoje a cultura. Que desafios são estes? poderíamos perguntar, procurando também atenuar com a resposta a esta pergunta os já referidos riscos de indeterminação dos *cultural studies*. Para começar diremos que estes desafios se mantêm sobretudo políticos. Conforme explicitava Stuart Hall num texto sobre o legado teórico dos estudos culturais, “é uma iniciativa ou projeto sério o que se inscreve no aspeto político dos estudos culturais” (Hall, 1992, p. 278). Ainda citando Stuart Hall, os estudos culturais, a sua existência académica, a sua legitimidade científica e as suas atividades intelectuais, serão sempre e apenas, é verdade, “um desvio para algo maior” (Hall, 1991, p. 42), que é a sua dimensão política: é isto que Stuart Hall designa por “política da teoria”<sup>4</sup>. Raymond Williams na sua emblemática obra *Culture and Society*, por sua vez, explicitava assim a dimensão política da cultura:

Pode dizer-se sem dúvida que os significados contidos na palavra cultura correspondem hoje às questões diretamente levantadas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam à sua maneira e às quais as mudanças na arte respondem também em certa medida. O desenvolvimento da palavra cultura é um registo do conjunto de importantes e contínuas reações a estas mudanças na nossa vida social, económica e política e pode ser vista, em si mesmo, como uma espécie de mapa através do qual a natureza destas mudanças pode ser explorada (Williams, 2017/1958, p. 6).

Conforme já abordado aqui, é impossível falar da dimensão política dos estudos culturais e das mais recentes mudanças históricas sem pensar naquilo que, além da histórica motivação da luta de classes, foram as lutas feministas, anti-racistas e ainda mais recentemente o ativismo *queer* e o movimento decolonial, que têm em comum pensar a cultura como uma complexa arena de poder e resistência, de privilégio e opressão, desenhada pela interceção gerada

<sup>4</sup> Retomamos aqui na íntegra a definição desta “política da teoria”: “Não a teoria como vontade de verdade, mas a teoria como um conjunto de conhecimentos contestados, localizados, conjunturais, que têm que ter debatidos de modo dialógico. E também a prática que pensa sempre a sua intervenção num mundo no qual faria alguma diferença, no qual teria algum efeito. E, enfim, uma prática que compreende a necessidade de modéstia intelectual” (Hall, 1992, p.286).

entre desiguais posições económicas e sociais, categorias sexuais e de género, situações geográficas e coordenadas geopolíticas.

Por um lado, as trocas entre os estudos de género e os estudos culturais, que teriam como exemplo histórico o grupo de trabalho de mulheres e a publicação do célebre *Women take issue: aspects of women subordination* (1978) no Centre for Contemporary Cultural Studies em Birmingham, e que hoje, além do feminismo, abrangem também os estudos *queer*, não apenas reforçam essa consciência da natureza sexuada do poder, questionando a discriminação de género na esfera da cultura e do conhecimento, mas também pondo em causa as próprias categorias sexuais e de género e a sua estabilidade. Neste âmbito, nos últimos dez anos, na UAc, destacam-se sobretudo os trabalhos dedicados às figurações da mulher na imprensa – seja nos jornais regionais *Açoriano Oriental* e *Correio dos Açores* seja nas revistas feminista (Gil & Faria, 2014; Silva, 2014) -, a reapreciação histórica do seu papel na tradução (Silva, 2016), ou, no âmbito dos estudos da fotografia, a discussão de epistemologias feministas capazes não só de contestar “desigualdades” como de questionar “velhos dualismos sexuais e de género (mulher, homem, feminino, masculino...)” (Correia & Cerqueira, 2017, p. 10).

Por outro lado, é também sabido que os estudos culturais contribuíram desde os seus primeiros tempos para a luta anti-racista, nomeadamente com Stuart Hall (2013/1978) a desconstruir nos anos 70 uma parafernália de estereótipos discriminatórios nos média, e que desde cedo levantaram polémicas em torno da internacionalização e da desocidentalização dos *cultural studies*, do centro e da periferia, como o resume bem em 2012 Graeme Turner (2012, p. 123). É, contudo, também justo observar que o debate epistemológico a favor de uma viragem “decolonial” nos estudos culturais, representada hoje exemplarmente pela posição da investigadora Raka Shome, tem vindo a reforçar nos últimos anos este legado, fazendo-o num âmbito muito mais vasto. Raka Shome, no seu recente ensaio *Thinking Culture and Cultural Studies— from/of the Global South*, mostra como a abordagem *decolonial* e concretamente o “método” do Sul Global que, inspirada em boa medida no ideário do académico português Boaventura Sousa Santos, adota para explicar esta abordagem (assente num binómio que não é necessariamente hemisférico mas que designa duas esferas geopolíticas e económicas mundiais que são respetivamente de poder - o Norte - e de despossessão - o Sul) podem renovar hoje, perante os desafios sociais, políticos, culturais, ambientais e tecnológicos que são os nossos, as epistemologias dos estudos culturais (Shome, 2019, p. 198).

Passando a incluir as narrativas indígenas, os velhos e vernaculares saberes agrícolas e ecológicos, as experiências culturais “ordinárias” mas também “extraordinárias” (Shome, 2019, p. 206), estes estudos culturais *decoloniais* poderão hoje repensar a condição planetária atual e reenquadrar o humano a partir de “totalidades e universais” “não autoritários” e “não opressivos” (Shome, 2019, p. 211), lutando para que esta disciplina não se limite a uma “instituição acadêmica” mas que se possa desdobrar também em “intervenção comunitária” (Shome, 2019, p. 2017).

Além da discussão das identidades culturais no contexto da globalização (Gil, 2014) e da diáspora (Silva, 2017; Silva, 2019) assim como da afirmação da missão política do intelectual *engagé* e da defesa da militância ativista da comunidade acadêmica (Medeiros, 2014; Medeiros, 2015; Medeiros, 2018), um outro aspeto expressivo na produção científica da UAc, no que diz respeito à perspetiva epistemológica decolonial, é o diálogo que tem sido estabelecido, de forma mais ou menos explícita, entre esta última e os estudos da tradução: veja-se a este propósito alguns trabalhos dedicados ao papel da tradução na transmissão dos traumas do passado colonial (Faria, 2021; Faria, 2018; Faria, 2017). Ainda neste âmbito, outras publicações reveem criticamente o arquivo fotográfico colonial, o olhar ocidental e a visão imperial (Silva, 2011); com efeito, embora já fora do período temporal fixado para a presente análise, remetemos a esta publicação na medida em que ela se integra noutra atividade em curso durante o período em estudo, isto é, a participação no projeto de investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, *Conhecimento e visão: fotografia no Museu e no Arquivo Colonial Português (1850-1950)*, coordenado por Filipa Lowndes Vicente, financiado pela FCT (PTDC/HIS-HIS/112198/2009), e concluído em 2013. Outra atividade a juntar a este rol de contributos do corpo docente UAc no âmbito dos estudos decoloniais é a recente colaboração com o Museu Virtual da Lusofonia, “uma plataforma de cooperação académica, em ciência, ensino e artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas”, integrada no CECS-UM.

Se os estudos decoloniais têm tido uma razoável expressão no âmbito das atividades de investigação na UAc, é igualmente assinalável - ou eventualmente, poderíamos arriscar classificá-lo como ainda mais notório - o interesse pelos estudos insulares, os saberes arquipelágicos e o pensamento oceânico hoje defendidos por autores como Elaine Stratford (Stratford et al, 2011), Elisabeth Deloughrey (2001), Godfrey Baldacchino (2004) e Jonathan Pugh (2018), e que, a nosso ver, também muito têm em comum com as epistemo-

logias do “Sul Global” a que se reportava Raka Shome. Este interesse, que se afirma em primeira instância no ciclo de estudos de Doutorado em Literaturas e Culturas Insulares, é visível também a partir de um rol de publicações que revisitam o “pensamento do arquipélago”, a ilha como paradigma de conhecimento do mundo, o imaginário insular as identidades e alteridades arquipelágicas (Faria, 2019; Faria, 2016; Faria, Moniz & Almeida, 2014), ou que, rememorando iconografias, gastronomias, acervos museológicos e outros documentos, experiências e vestígios das diferentes ilhas do arquipélago açoriano (Costa, Silva & Chaves, 2014; Gil, 2016) contribuem para organizar o arquivo insular, de acordo com aquilo que poderíamos designar por princípio “nissológico”<sup>5</sup>.

É também no quadro da valorização da relação com o território insular e a comunidade arquipelágica em que a UAc se encontra implantada, ou dito de outro modo, no âmbito do desdobramento da instituição académica em arena política, tal como proposto por Shome (2019), que se inscreve um conjunto de atividades de investigação heterogéneas desenvolvidas na UAc que têm em comum o diálogo com o território e o envolvimento das comunidades locais. Referimo-nos, por um lado, ao desenvolvimento da investigação no âmbito do turismo criativo através da participação em dois projetos de investigação dedicados a esta temática - *In Situ: Place-based innovation of cultural and creative industries in non-urban areas* (2022-2024) e *CREATOUR AZORES – Transformando os Açores num Destino Turístico Criativo* (2018-2022) – projetos liderados pelo CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), mas que se têm desenvolvido no âmbito do território açoriano, com uma equipa da UAc (Baixinho et al, 2020). Por sua vez, a Academia Gulbenkian do Conhecimento da UAc entre 2018 e 2020 explorou a criatividade num contexto pedagógico, contando com uma vasta rede de parceiros na sociedade civil. O projeto *The Unknow Carnival*, partilhado desde 2022 entre a UAc e um conjunto alargado de instituições de ensino e investigação nacionais e internacionais<sup>6</sup>, é um outro exemplo de projeto que estabelece diálogo direto com a comunidade açoriana e as tradições populares. É também assinalável a participação no projeto *Passeio, plataforma de arte e cultura urbana*

<sup>5</sup> A “nissologia” é um termo cunhado por A. Moles nos anos 80 e definido por G. McCall (1994) como o “o estudo das ilhas nos seus próprios termos”.

<sup>6</sup> Além da UAc, as instituições que integram este projeto são: a Università degli Studi Niccolò Cusano, o Centro Internazionale di Ricerca e Studi su Carnevale, Maschera e Satira de Putignano, o CHAM NOVA-UAc, o Centro de Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD), o CEEAplA e o CSG/ISEG.

do CECS-UM, no qual as expressões quotidianas urbanas – e particularmente aquelas da cidade de Ponta Delgada e da ilha de São Miguel, na sua relação com o desporto, o ativismo, a fotografia, a arte ou o comércio tradicional – têm sido objeto de estudo (Correia, Pires & Andrade, 2017). Por fim, ainda no âmbito da valorização da intervenção comunitária, é assinalável a ênfase que os membros da UAc têm votado, de modo geral, à figura do intelectual açoriano e ao seu legado, muito particularmente no âmbito dos estudos da cultura contemporânea, através da publicação de obras coletivas de homenagem a pensadores açorianos como António Machado Pires (Fraga, Silva & Funk, 2016) e Mário Mesquita (Riley, Gomes & Cunha, 2021), para citar apenas dois exemplos.

## CULTURA E TECNOLOGIA: OS “MEDIA / CULTURAL STUDIES” NA UAC

Recuemos agora um pouco. Falávamos sobre os desafios atuais e as mudanças históricas que atravessam hoje a cultura. Com efeito, se a dimensão política da cultura, as lutas políticas e as complexidades sociais mais recentes moldam atualmente a experiência contemporânea e determinam os desafios planetários que enfrentamos, não é tampouco possível compreendê-los sem considerar a dimensão tecnológica da cultura, as ruturas e as continuidades com que podemos descrever a nossa experiência digital, a nossa vida em rede, a nossa vivência que, a par do humano e da *physis*, integra progressivamente o não humano e a *techné*. A ligação dos estudos culturais ao binómio da cultura e dos média, ou dito de outro modo, da sociedade e da tecnologia, é histórica, obtendo talvez alguns dos seus mais emblemáticos exemplos, e para citar apenas dois, entre os trabalhos de Stuart Hall (1999/1973) dedicados ao estudo da ideologia e dos média, e na análise de Raymond Williams à televisão, enquanto “forma cultural e tecnológica”, trabalhos que remontam aos anos 70 do séc. XX (Williams, 1974).

Mas esta ligação fundadora, de que Moisés de Lemos Martins fez na obra *Crise no Castelo da Cultura* uma fundamentada demonstração (Martins, 2011, pp. 31-32), não tem cessado de ser reafirmada: são inúmeras as chamadas de atenção recentes para a necessidade de pensar os estudos culturais em estreita articulação com os estudos dos média e com um pensamento da tecnologia. Ian Ang num recente texto publicado no *International Journal of Cultural Studies* reporta-se à “transformação tecnológica” como um dos desafios globais a

que os estudos culturais têm hoje de responder (Ang, 2020, p. 288). Por seu lado, Douglas Kellner na introdução à última edição do seu livro *Media Culture. Cultural Studies, Identity, and Politics in the Contemporary Moment* não só adota a terminologia (inter)disciplinar dos “media / cultural studies” (Kellner, 2020, p. 10), fazendo-a corresponder a uma tradição que remontaria ao criticismo da Escola de Frankfurt (Kellner, 2020, p. 29) e que também não dispensaria o materialismo da Escola de Toronto e em especial de Marshall McLuhan (Kellner, 2020, p. 34), como reforça a nossa hoje inevitável condição de partilha de uma “media culture”, na qual a Web, as redes sociais e os serviços de *streaming* disseminam na superfície contínua e sem limites dos nossos ecrãs móveis os artefactos digitais *on demand* que são hoje a rádio, a televisão, o cinema, a música popular, os jornais, as revistas, a publicidade... Com efeito, não podemos pensar politicamente os estudos culturais, estudar criticamente a cultura e a arte, sem tomar em consideração esta dimensão tecnológica.

No que diz respeito à UAc, não se tratará, com efeito, de um mero acaso a UC de Estudos Culturais ter sido criada no âmbito de um ciclo de estudos em Comunicação Social e Cultura em 2007 nem é coincidência que o programa de diferentes disciplinas da Licenciatura em Comunicação e Relações Públicas aborde o legado teórico de Birmingham. De facto, os ecrãs ubíquos, em particular aqueles que sob a forma de dispositivos móveis se infiltram nos lugares e nos momentos do quotidiano (Rodrigues, 2015; Canavilhas, Rodrigues & Giacomelli, 2020) e as suas relações de continuidade e de rutura com outros meios de comunicação que vão da fotografia ao cinema ao postal ilustrado (Correia, 2021) são exemplos de objetos de estudo que têm ocupado nos últimos anos docentes e investigadores da Universidade dos Açores. Inspiradas no legado de McLuhan, estas pesquisas têm-se dedicado a aprofundar não só as relações entre os diferentes média, reconhecidos como um sistema interdependente, mas também as relações entre os média e a sociedade.

Neste âmbito merece, sem dúvida, destaque o trabalho do Observatório da Juventude dos Açores, “projeto desenvolvido entre o Governo dos Açores, através da Direção Regional da Juventude e a Universidade dos Açores, através do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS.NOVA.UAc”, que além de num sentido lato contribuir para o conhecimento e a divulgação de informação de qualidade sobre e para este grupo etário, tem estado especialmente atento, num âmbito mais específico, aos consumos de média dos jovens, à forma como as suas relações interpessoais, os seus ativismos e a sua cidadania se hibridam hoje com a Web, o digital e a generalidade de tecnologias da in-



formação e comunicação (Rocha, Gonçalves & Medeiros, 2021; Rocha, Gonçalves & Medeiros, 2017; Rocha, Gonçalves & Medeiros, 2016).

É também nesta interceção entre os média e a sociedade que se situam outros projetos de investigação que não sendo participados institucionalmente pela UAc, contam, apesar disso, com a participação avulsa dos seus docentes. Referimo-nos por exemplo a *O fluxo, a morte e o acontecimento mediático: linguagens, interações e imaginário*, um projeto repartido entre o CECS-UM e a UFMG, financiado ao abrigo do Convénio FCT/CAPES entre 2014 e 2015 (FCT/1909/27/2/2014/S; Proc.º 4.4.1.00 CAPES) que procurava, através de “um acontecimento limite” como a morte, estudar a interação entre os acontecimentos sociais, as tecnologias e os média (Martins, Correia, Vaz & Antunes, 2016). Também se integra neste aprofundamento das relações entre os média e a cultura o projeto “Academia da Leitura do Mundo: o jornalismo, a comunicação e eu”, desenvolvido entre 2019 e 2020 na Escola Superior de Comunicação Social e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. A ação COST dedicada à banda desenhada na área cultural ibérica, com o título *Investigation on comics and graphic novels in the iberian cultural area (iCon-MICS)* (OC-2019-1-23925), cuja duração se estende de 2020 a 2024, é um outro exemplo. No cruzamento entre as tecnologias da informação e da comunicação e a intervenção comunitária, aqui já referida, inscreve-se ainda o *Re/Media.Lab*, um projeto desenvolvido no LABCOM-UBI, entre 2018 e 2022, que fomentou a inovação nos meios de comunicação locais, através de inúmeras ações que promoveram a sua adaptação ao ecossistema digital, incentivando o recurso às redes sociais, aos dispositivos móveis e à comunicação on-line, a produção de conteúdos digitais, e de informação multimédia e multiplataforma.

Voltando a alguns traços que determinam os *cultural studies* e à metáfora da “embarcação” com que iniciamos o presente ensaio, diríamos, em guisa de conclusão, que escolhemos esta última como ilustração dos desafios atuais dos *cultural studies* e, em particular, da missão dos docentes e investigadores da UAc neste âmbito. Com efeito, o barco, que Michel Foucault (1984/2001) elegia como espaço heterotópico por excelência, num texto publicado pela primeira vez nos anos 80 do séc. XX, é não só esse “lugar sem lugar”, seguindo “de porto em porto”, passando de “margem em margem”, de fronteira em fronteira, podendo servir de metáfora para o princípio indisciplinar dos *cultural studies* e de imagem para a relativa dispersão, contingência e fragmentação da investigação e do ensino nesta área na UAc, mas podendo também ser uma espécie de vestígio histórico dessa narrativa de poderio económico, de pro-



gresso tecnológico, de expansão política do ocidente e todos os seus revés – da desumanização do outro à mobilização tecnológica à crise ambiental – sem os quais hoje é impossível repensar a cultura e os estudos culturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ang, I. (2020). On cultural studies, again. *International Journal of Cultural Studies*, 23(3), 285-291. <https://doi.org/10.1177/1367877919891732>
- Baldacchino, G. (2004). The coming of age of Island Studies. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 95, 272-283. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663-2004.00307.x>.
- Baixinho, A., Santos, C., Couto, G., Albergaria, I. de S., Silva, L. S. da, Medeiros, P. D. & Simas, R. M. N. (2020). Creative tourism on islands: A review of the literature. *Sustainability*, 12(24), 10313. <https://doi.org/10.3390/su122410313>
- CCCS (Ed.). (1978). *Women take issue: Aspects of women's subordination*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203709405>
- Correia, M. L. (2021). *Imagens de intervalo: o postal ilustrado e a cultura visual contemporânea*. Húmus e CECS.
- Correia, M. L. (2019). Machines à voler, machines à voir: intersections entre l'histoire de la photographie et l'histoire de l'aviation. In D. Faria, A. Dobson, A. Monteiro & L. N. Rodrigues. *L'aviation et son impact sur le temps et l'espace* (pp. 227-251). Éditions Le Manuscrit.
- Correia, M. L. & Cerqueira, C. (2017). Desarrumando o nosso álbum: fotografia e género. *Comunicação e Sociedade*, 32, 9-17. [https://doi.org/10.17231/comsoc.32\(2017\).2747](https://doi.org/10.17231/comsoc.32(2017).2747)
- Correia, M. L., Pires, H. & Andrade, P. (2017). Passeio, passante, passeante. Uma plataforma de arte e cultura urbana. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 167-183. <http://dx.doi.org/10.21814/rlec.184>
- Costa, S. G., Silva, M. L. S. & Chaves, D. N. (Coords.). (2014). *Aquém e além de São Jorge: memória e visão*. Coleção estudos & documentos. CHAM/ Santa Casa da Misericórdia de Velas. Disponível em <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/5290/1/E%26D22.pdf>
- DeLoughrey, E. (2001). The litany of islands, the rosary of archipelagos: Caribbean and pacific archipelagraphy. *ARIEL: A Review of International English Literature*, 32(1), 22-51.
- Faria, D. (ed.) (2016). *Pensée de l'Archipel*. Petra.
- Faria, D. (2017). Representing alterity in a post-colonial context: Lidia Jorge's *A costa dos murmúrios* and its English and French translations. *Cadernos de Tradução*, 37(1), 46-64. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2017v37n1p46>.

- Faria, D. (2018). La langue du colonisé à l'épreuve de la traduction. *Hors série*, 2, 164-173. Disponível em <http://hispanistes.fr/index.php/40-shf/1394>.
- Faria, D. (Ed.). (2019). L'Île: Prisme de la connaissance ou reconnaissance du monde. *Carnets*, 17.
- Faria, D. (2021). The translation of fear and the fear of translation rendering the colonizers' fears during the Portuguese war with Africa for English and French speaking audiences. In T. Seruya, M. L. Moniz & A. Lopes (Eds.), *Translating fear* (pp. 93-108). Peter Lang.
- Faria, D., Moniz, A. I. & Almeida, J. D. (Eds.). (2014). *L'Île, images, imaginaire, fictions*. Universidade do Porto.
- Fraga, M. C., Silva, M. M. M. C. & Funk, G. (Eds.). (2016). *Da Literatura e da cultura homenagem a António Machado Pires*. Letras Lavadas.
- Foucault, M. (2001/1984). Des espaces autres. In *Dits et Écrits II 1976-1988* (pp. 1571-1581). Éditions Gallimard.
- Gil, A. C. C. (2014). Globalization and cultural identities: A contradiction in terms. In R. S. Fortner & P. M. Fackler (Eds.), *The handbook of media and communication theory* (pp. 462-479). Wiley-Blackwell.
- Gil, A. C. C. (2016). Moi et l'autre: les archipels portugais aux yeux d'un étranger. In D. Faria (Ed.), *Pensée de l'archipel et lieux de passage* (pp.195-203). Pétra.
- Grossberg, L. (2010). *Cultural Studies in the future tense*. Duke University Press.
- Grossberg, L. (2019). Cultural studies in search of a method, or looking for conjunctural analysis. *New formations: a journal of culture/theory/politics*, 96, 38-68. Disponível em <https://www.muse.jhu.edu/article/730833>.
- Hall, S. (1980). Cultural studies: two paradigms. *Media, Culture & Society*, 1980, 2(1), 57-72. <https://doi.org/10.1177/016344378000200106>
- Hall, S. (1992). Cultural Studies and its theoretical legacies. In L. Grossberg, C. Nelson & P. Treichler (Eds.), *Cultural Studies*. (pp. 277-294). Routledge.
- Hall, S. (1999/1973). Encoding/decoding. In S. During (Ed.), *The Cultural Studies reader* (pp. 507-517). Routledge.
- Hall, S. (2013/1978). *Policing the crisis: Mugging, the State, and law and order*. Red Globe Press.
- Hartley, J. (2005). *Communication, cultural and media studies – the key concepts*. Routledge.
- Johnson, R. (1986). What is Cultural Studies anyway? *Social Text*, 16, 38–80. <https://doi.org/10.2307/466285>
- Johnson, R., Chambers, D., Raghuram, P. & Ticknell, E. (2004) *The practice of Cultural Studies*. Sage.
- Kellner, D. (2020). *Media culture: Cultural Studies, identity, and politics in the contemporary moment*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429244230>

- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura: das estrelas para os ecrãs*. Grácio Editor.
- Martins, M. L., Correia, M. L., Vaz, P. B. & Antunes, E. (Eds.). (2016). *Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Disponível em [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/2474/2387](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2474/2387)
- McLuhan, M. (2008/1964). *Compreender os media: Extensões do homem*. Relógio d'Água.
- McEwan P. (2002). Cultural studies as a hidden discipline. *International Journal of Cultural Studies*, 5(4), 427-437.  
<https://doi.org/10.1177/13678779020050040401>
- Medeiros, P. D. (2014). Boaventura de Sousa Santos: Between academia and social activism. *International Journal of Contemporary Sociology*, 51(2), 209-216.
- Medeiros, P. D. (2015). The role of European intellectuals in the public sphere. *European Scientific Journal, Special Edition*, 64-72. ISSN 1857-7881.
- Medeiros, P. D. (2018). European refugee crisis: where do public intellectuals stand?. *European Scientific Journal*, 14(5), 410-420.
- Nelson, C., Treichler, P. A. & Grossberg, L. (1992). Cultural Studies: an introduction. In L. Grossberg, C. Nelson & P. Treichler (Eds.), *Cultural Studies* (pp. 1-16). Routledge.
- Nemésio, V. (1956). *Corsário das ilhas*. Livraria Bertrand.
- Pugh, J. (2018). Relationality and island studies in the Anthropocene. *Island Studies Journal*, 13(2), 93-110. <https://doi.org/10.24043/ISJ.48>
- Rancière, J. (2008a). Penser entre les disciplines. Une esthétique de la connaissance. *Inaesthetik*, 0, 81-102.
- Rancière, J. (2008b). *Le spectateur émancipé*. La Fabrique Éditions.
- Riley, C. G., Henriques, C., Gomes, P. M. & Cunha, T. C. (Eds.). (2021). *A liberdade por princípio. Estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita*. Tinta da China.
- Ribeiro, A. S. & Ramalho, M. I. (1998-1999). Dos estudos literários aos estudos culturais? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (52/53), 61-83.
- Rocha, G., Gonçalves, R. & Medeiros, P. D. (Eds.). (2021). *Juventude(s): Movimentos globais e desafios futuros*. Húmus.
- Rocha, G., Gonçalves, R. & Medeiros, P. D. (Eds.). (2017). *Juventude(s): Pensar e agir*. Húmus.
- Rocha, G., Gonçalves, R. & Medeiros, P. D. (Eds.). (2016). *Juventude(s): Novas realidades, novos olhares*. Húmus.
- Rodrigues, C. (2018). A rua da rede. Arte urbana e comunicação: o caso Wool. In M. Magalhães, L. M. Loureiro, M. E. P. Costa & M. B. Ribeiro (Orgs.), *Constelações do ativismo em rede: Livro de atas do II Congresso Internacional de Net-Ativismo* (pp. 143-158). Edições Universitárias Lusófonas.

- Rodrigues, C. (2015). A ubiquidade do ecrã. In J. R. Carvalheiro (Ed.), *Público e privado nas comunicações móveis* (pp.231-250). MinervaCoimbra.
- Stratford, E., Godfrey, B., McMahon, E., Farbotko, C. & Harwood, A. (2011). Envisioning the archipelago. *Island Studies Journal*, 6(2), 113-130. 10.24043/isj.253.
- Shome, R. (2019) Thinking culture and Cultural Studies — from/of the Global South. *Communication and Critical/Cultural Studies*, 16(3), 196-218. <https://doi.org/10.1080/14791420.2019.1648841>
- Silva, M. L. S. (2011). Quando a lente trespassa o corpo. Representações de africanos na fotografia ocidental. In J. D. Rodrigues & C. Rodrigues (Eds.), *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – séculos XV a XXI* (395-408). CHAM.
- Silva, M. L. S. (2014). Gatas borralheiras emancipadas? Representações de mulheres nas revistas femininas portuguesas. In R. M. N. Simas (Coord.), *A vez e a voz da mulher: Relações e migrações* (pp. 217-228). Edições Colibri.
- Silva, M. L. S. (2016). Rompendo silêncios: a presença da mulher na tradução. In M. S. A. Conde, M. V. R. Machado & S. S. Silva (Coords.), *Percursos da História. Estudos in memoriam de Fátima Sequeira Dias* (pp. 139-155). Nova Gráfica, CHAM.
- Silva, M. L. S. (2017). Três culturas em contacto. Imagens de França no arquipélago dos Açores segundo dois viajantes ingleses. In D. N. Chaves (Org.), *Açores e Madeira: percursos de memória e identidade* (pp. 133-148). Misericórdia das Velas.
- Silva, M. L. S. (2019). Uma permanência forçada em São Miguel: Marion Hartley na encruzilhada de identidades. *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 8, 41-52.
- Storey, J. (1996), *What is Cultural Studies? A reader*. Arnold.
- Turner, G. (ed). *What's become of Cultural Studies?*. SAGE.
- Williams, R. (1974). *Television: technology and cultural form*. Schocken Books.
- Williams, R. (2014/1989). The future of Cultural Studies. In J. McGuigan (Ed.), *Raymond Williams on culture & society: Essential writings* (pp. 313-326). SAGE Publications Ltd.
- Williams, R. (2017/1958). *Culture and society*. Penguin Books.

# CULTURA DE FÃS EM PORTUGAL - ESTUDOS CULTURAIS NO CAMPO DOS MEDIA

**Gabriela Borges**

Centro de Investigação em Artes e Comunicação – Universidade do Algarve

**Daiana Sigiliano**

Centro de Investigação em Artes e Comunicação – Universidade do Algarve

**Mirian Tavares**

Centro de Investigação em Artes e Comunicação – Universidade do Algarve

## INTRODUÇÃO

Os Estudos Culturais como ferramenta metodológica e postura epistemológica tem sido desenvolvido no CIAC - Centro de Investigação em Arte e Comunicação - da Universidade do Algarve desde a sua criação. Pensar o universo mediático, ou campo dos media, dentro da sua historicidade – quer teórico-metodológica quer pragmática faz parte de inúmeras investigações que decorrem, e decorreram, ao longo dos anos, numa tentativa de expressar uma visão de mundo em que as Artes, a Cultura e a Comunicação dialogam incessantemente e pensá-las de forma fragmentária ou excludente é, no mínimo, redutor para um Centro que trabalha no cruzamento da práxis com a teoria e que entende a criação como um processo cuja significação possibilita múltiplas apreensões. Da mesma forma que os criadores dos Estudos Culturais tentaram amplificar a leitura dos produtos da Cultura de Massa, retirando-os dum certo pensamento reducionista a que estavam relegados desde, pelo menos, a década de 30 do Séc. XX, pretendemos reconhecer, catalogar e analisar as novas formas de produção de cultura na Era Digital, que passa pela interação com os media e, muitas vezes, pela postura ativa de cocriação. Assim, desenvolvemos os Estudos Culturais a partir de uma perspectiva dialógica, que congrega os estudos da recepção, a partir da tradição dos Estudos Culturais britânicos e latino-americanos, com a literacia mediática para trabalhar de forma aprofundada o fenómeno da Cultura de Fãs.

A relação entre o sujeito e os meios de comunicação de massa tem sido estudada pelas teorias da comunicação desde o início do século XX, dada a sua importância na alteração das relações de representação e de apresentação do(s) mundo(s) possibilitadas, e/ou, inventadas pelos novos meios tecnológicos que surgem a partir da Revolução Industrial e que se intensificam no séc. XIX. Surgiram teorias diversas, cuja base mais sociológica, política ou psicológica era também reveladora das visões de mundo de quem as produzia: desde o pragmatismo dos teóricos da *Mass Communication Research* às questões mais ideológicas e estruturantes da Teoria Crítica. Com o surgimento da Guerra Fria, vimos eclodir novas leituras e mundividências que utilizaram o campo dos Media como espaço de batalhas ideológicas e, nalguns casos, fraturantes. É nesse momento que surgem os primeiros estudos da Escola de Birmingham que passam a ser conhecidos como Estudos Culturais e, não é de somenos importância recordar que uma das obras fundacionais, escrita por Richard Hoggart foi, exatamente, *The uses of literacy* (1958). Os autores que se agruparam na Escola de Birmingham propunham uma nova definição para a Cultura que incluía os produtos da Indústria Cultural como uma fonte fundamental para se perceber o funcionamento da própria sociedade. Nas últimas décadas, uma viragem que decorre nos anos 90, os Estudos Culturais têm se debruçado mais sobre questões de identidade e de culturais marginais ou marginalizadas sem, no entanto, descurar o papel que os produtos dos media continuam a exercer na construção da sociedade contemporânea, cada dia mais complexa e, ao mesmo tempo, mais similar.

No século XXI, falar do campo dos media é, inevitavelmente relacioná-lo à Cultura Digital e às alterações sofridas na relação entre sujeito e conteúdos veiculados pelos novos canais de recepção. O sujeito, que anteriormente interagira com conteúdos que lhe eram oferecidos pelos meios massivos, passou a ter a possibilidade de também criar e compartilhar conteúdos, o que reconfigura sua relação tanto com os meios massivos quanto não massivos. Neste contexto, pretendemos refletir sobre os desafios impostos ao estudo dos processos de recepção presentes no ambiente digital, que são perpassados pelas mediações (Martin-Barbero), e que são constituídos por diversas experiências vivenciadas por diferentes *fandoms*<sup>1</sup>, ávidos pelo consumo e pela interação.

---

<sup>1</sup> **Fandom** é o diminutivo da expressão em inglês fan kingdom, que significa “reino dos fãs”, na tradução literal para o português.

Este capítulo pretende assim apresentar uma reflexão sobre a relevância e a pertinência dos estudos da cultura de fãs na sua intersecção com os Estudos Culturais, a partir do crescente interesse em investigar as práticas dos fãs no ambiente digital, tendo em conta o desenvolvimento contínuo de habilidades cognitivas, estéticas e sociais que permitem a produção crítica e criativa por parte de diferentes *fandoms*.

## OS ESTUDOS DE RECEPÇÃO NO ÂMBITO DOS ESTUDOS CULTURAIS

No contexto dos estudos do *Center for Mass Communication Research*, da Universidade de Birmingham, o renomado artigo Codificação/Decodificação no discurso televisivo de Stuart Hall (2003), escrito em 1980, foi um marco nos Estudos Culturais, com impacto nos Estudos de Recepção, pois trazia uma proposta de entendimento da negociação do público com a mensagem recebida, por meio de três posições de decodificação (preferencial, negociada e de oposição).

Nos anos 1980, autores como Jesus Martín-Barbero, Guillermo Orozco, Nestor Garcia Canclini, a partir de uma releitura dos autores dos Estudos Culturais britânicos, especialmente Raymond Williams e Stuart Hall, propuseram uma reflexão sobre a cultura popular e os meios massivos, procurando entender os processos de gestação do massivo a partir do popular.

Em 1987, Martín-Barbero propõe o conceito de mediações para entender as relações entre os meios de comunicação de massa e as audiências. Procura deslocar a observação dos meios técnicos para refletir sobre a experiência da vida cotidiana, a fim de entender as relações que se estabelecem entre a fonte emissora e o destinatário. Neste intervalo há uma negociação de sentidos entre a mensagem emitida e o reconhecimento por parte do receptor. Sugere assim três lugares de mediação que interferem e alteram o modo como os receptores recebem os conteúdos mediáticos: a cotidianidade familiar, a temporalidade e a competência cultural (Martín-Barbero, 1987, p. 233). Por meio das mediações, entendida como “o lugar a partir do qual o significado é dado à comunicação”<sup>2</sup> (tradução nossa), o sujeito interage com a mensagem de acordo com seus valores sociais, grau de instrução escolar, vivência cultural adquirida por meio das experiências do cotidiano.

<sup>2</sup> el lugar desde donde se otorga el sentido a la comunicación.



No entendimento de Politschuk; Trinta (2003, p. 150),

são as mediações - e não tanto as ações da mídia – que explicam e justificam o processo de recepção. O ato de (se) receber alguma coisa ou o resultado dessa mesma ação, indica uma coleta, uma acolhida e um aceite. Àquilo que se recebe, atribui-se um significado, faz-se algum sentido.

Neste sentido, a produção de sentidos é intrínseca à comunicação, pois o sentido de uma mensagem estará justamente na interação entre uma fonte emissora, o meio de comunicação escolhido e a decodificação por parte do receptor, beneficiando-se de um perpétuo devir.

Para Orozco (2001; 2014) o processo de recepção acontece antes, durante e após o ato de ver televisão, em que o sujeito celebra um contrato de leitura com o qual organiza suas trocas simbólicas e negocia os sentidos a partir de seu próprio repertório cultural (Orozco, 2021a; 2021b; Corona; Orozco, 2020). Neste sentido, as audiências vão se constituindo por meio dos processos de recepção e interação com os diversos meios e das mediações que perpassam estas relações.

Na cultura digital, este processo de recepção se complexifica, uma vez que com a convergência midiática (Jenkins, 2006) o leitor/espectador/ouvinte dos meios de comunicação de massa se tornará também num interator (Murray, 2016) ou interagente (Primo, 2000) dos meios digitais. Este sujeito não apenas recebe os conteúdos como passa a produzi-los e compartilhá-los em diferentes plataformas em busca de novas experiências e interações. Como pontua Jacks (2015, p. 247), este produz assim um

fluxo de conteúdos que perpassa [...] diversos veículos e meios em busca de experiências diferenciadas de entretenimento, informação e interação social. Logo, a convergência também é caracterizada pelo seu aspecto cultural, abarcando uma nova configuração que ultrapassa o âmbito da produção e do produto midiático. Hoje a recepção já não é um processo de mão única em se tratando do fluxo de participação e mesmo de produção de conteúdos, o que, aliás, em outros aspectos, como a produção simbólica, nunca o foi.

Neste sentido, Jacks (2015) sugere que os Estudos de Recepção devem estudar, na esteira de Martín-Barbero (1987), os processos comunicacionais



por meio dos aspectos estruturais e estruturantes dos meios e dos vínculos criados pelos usos e apropriações dos conteúdos produzidos pelos receptores.

Isso significa, em última instância, efetivar um movimento articulado de análise tanto dos meios como de seus públicos, através das mediações que os vinculam, que já não são as mesmas, mas como tal continuam exercendo seu papel configurador, justamente porque dependem de fatores estruturais e contextuais que os relacionam (Jacks, 2015, p. 249)

Neste contexto, nosso interesse se pauta no estudo sobre receptores muito específicos, cujas práticas começaram a ganhar evidência ao longo dos anos 1990 e que, com o desenvolvimento da cultura digital, começaram a ser estudadas de forma mais aprofundada, que são os fãs dos produtos mediáticos.

## A CULTURA DE FÃS

Os estudos da cultura de fãs têm início na década de 1990 com a publicação de textos seminais para o campo (Duffett, 2013; Bennett, 2014; Sandvoss; Gray; Harrington, 2017; Booth; Williams, 2021). As discussões propostas por Bacon-Smith (1991), Lewis (1992) e Jenkins (1992) romperam com os estereótipos propagados pela imprensa da época e com a abordagem reducionista da academia, em que os fãs eram vistos como sujeitos passionais, acríticos e facilmente manipuláveis.

Neste contexto, ao analisarem as práticas dos *fandoms* como, por exemplo, de *Star Trek* (NBC, 1966 - 1969) e de *Beauty and the Beast* (CBS, 1987-1990) os pesquisadores evidenciaram a complexidade do campo, pautado por modos de produção e de consumo multidimensionais que propiciam inúmeras formas de participação e criação de conteúdo.

De acordo com Duffett (2013) e Sandvoss, Gray e Harrington (2017) os estudos da cultura de fãs são compostos por três ondas. Os autores pontuam que o campo é norteado por uma constante mudança e se desdobra de acordo com o contexto cultural, social e político no qual está inserido. Desta forma, as ondas são definidas a partir dos objetos analisados, dos pontos de referência conceitual e teórica e das orientações metodológicas.

A primeira onda abordava as práticas da cultura de fãs como um ato de subversão e apropriação cultural (Duffett, 2013; Sandvoss; Gray; Harrington, 2017). Entre os temas recorrentes discutidos pelos pesquisadores dessa época

estão a representação e as relações de poder dos fãs, abrangendo o impacto econômico gerado pelos *fandoms*, a afetividade e as lógicas sociais das comunidades. Neste sentido, os estudos de Fiske (1992) e Jenkins (1992) contribuíram diretamente para a legitimação do campo, refutando as abordagens que *patologizavam* o consumo ávido.

Pautado nos Estudos Culturais britânicos, Jenkins (1992) analisou as estratégias interpretativas dos fãs de *Star Trek* a partir de sua própria experiência no *fandom*, abarcando a produção, edição e distribuição de *fanzines*, a criação de *fanfics* e as convenções. O autor pontua que apesar da virada autobiográfica já integrar a tradição dos Estudos Culturais, o seu trabalho também foi influenciado pela emergência dos *queer studies* (Jenkins; Scott, 2015). Encabeçado por Halperin (2014), o paradigma teórico serviu de modelo para Jenkins (1992) no estudo etnográfico participativo da cultura fã e na definição de *aca-fan* (academifã no português). De acordo com Jenkins, o termo, elaborado coletivamente por alunos, fãs e pesquisadores da primeira onda, partia de um esforço de tentar articular a inter-relação entre fã e acadêmico, funcionando como uma espécie de guarda-chuva na descrição da identidade acadêmica híbrida e na abordagem teórico-metodológica pautada nos Estudos Culturais (Jenkins; Scott, 2015).

A segunda onda abordava a variedade de práticas e as nuances das comunidades de fãs, abarcando diversas formas de participação e níveis de engajamento, além da replicação de hierarquias sociais dentro das culturas e subculturas dos *fandoms* (Sandvoss; Gray; Harrington, 2017). Neste contexto, os estudos de pesquisadores como Hills (2002) e Sandvoss (2005) ressaltavam o reconhecimento do fã, por parte da indústria, como audiência estratégica e a problematização do *fandom* enquanto um espaço predominante igualitário e de emancipação (Duffett, 2013; Sandvoss; Gray; Harrington, 2017). Em outras palavras, após a legitimação do campo que possibilitou o amadurecimento do aparato conceitual e teórico-metodológico dos pesquisadores, as discussões se voltaram para questões mais pontuais e específicas. De acordo com Duffett (2013) e Sandvoss, Gray e Harrington (2017), os estudos que integram a segunda onda destacam o papel das motivações pessoais nas comunidades de fãs, as questões de gênero na replicação de hierarquias sociais nos *fandoms* e o entrave na relação entre fãs e produtores.

Por fim, a terceira onda é marcada pela valorização dos fãs perante a indústria e a popularização das práticas dos *fandoms*. Sandvoss, Gray e Harrington (2017) afirmam que na contemporaneidade o termo fã passa a integrar

diversos âmbitos, indo além de um nicho. Segundo os autores, as pesquisas de Booth (2010) e Duffett (2013) contribuíram para o estudo das comunidades em rede e dos modos de consumo e produção dos *fandoms*, destacando a importância da cultura da convergência e da popularização das plataformas digitais para o engendramento de novas possibilidades de participação, criação, compartilhamento.

Para Bennett (2014) quatro aspectos, relacionados aos estudos da cultura de fãs, são reconfigurados ao contrapormos a primeira e a terceira onda. São eles: a comunicação, uma vez que a internet e as redes sociais digitais propiciam o desenvolvimento e a fragmentação das comunidades de fãs; a criatividade, em que a produção dos fãs é instantaneamente propagada na rede e as tecnologias digitais facilitam a remixabilidade dos formatos e das linguagens; o conhecimento, na construção de ambientes colaborativos ancorados na inteligência coletiva; e o poder organizacional e cívico, voltado para a capacidade de mobilização dos *fandoms*.

Entretanto, segundo Bennett (2014), Sandvoss, Gray e Harrington (2017) e Booth e Williams (2021), apesar da terceira onda abarcar diferentes públicos, explorando a pluralidade do capital social que envolve a criação dos fãs e de que modo o público ávido altera questões sociais, culturais e econômicas, o atual ecossistema de conectividade tornou o campo ainda mais desafiador, evidenciando os distintos microcontextos que compõem os *fandoms*. Desta forma, observa-se o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares a fim de compreender o fenômeno a partir de suas idiossincrasias, refletindo sobre os distintos modos de produção e consumo na contemporaneidade.

Em Portugal, os estudos da cultura de fãs se popularizaram a partir de 2010, durante a terceira onda. Com base no levantamento<sup>3</sup> realizado no *software Publish or Perish* nos repositórios *Crossref*, *Google Acadêmico*, *Scopus* e *Web of Science* podemos observar que a maioria das pesquisas se voltam para a análise das práticas críticas e criativas dos fãs mediáticos. Para Evans e Stasi (2014) esta subseção dos estudos de fãs abrange *fandoms* de música, de esportes, de celebridades e, principalmente, de cinema e de televisão. Deste modo, os trabalhos refletem sobre os fãs de artistas como, por exemplo, Miley Cyrus, Tokio Hotel, Justin Bieber; da série de mangá *One Piece* (1997 - atual), da saga estadunidense *Crepúsculo* (2008 - 2012) e do *MCU* (Universo Cinematográfico Marvel) (Jorge, 2013; Navio; Jorge, 2013; Vidal, 2017; Moura; Pereira, 2019).

<sup>3</sup> A busca foi realizada com base nas seguintes palavras-chave: Portugal; Fandom; Fan; Fã; Cultura de Fãs.

Com base, em sua maioria, na netnografia exploratória, os estudos realizados pelos pesquisadores portugueses vão ao encontro do conceito de *global fandom*. Isto é, embora os fãs mediáticos de cada país tenham suas preferências, motivações pessoais e singularidades em relação aos conteúdos, o *global fandom* gera uma rede coletiva e compartilhada de produção de sentido, criando comunidades interpretativas (Harrington; Bielby, 2017). Dessa forma, por mais que cada sujeito tenha o seu próprio entendimento sobre o conteúdo, a compreensão crítica e a produção criativa, suas criações partem de um repertório que é comum a todos os fãs como, por exemplo, a prática do *fundubbing*, popular entre os *fandoms* portugueses. Ainda que parta de uma interpretação pessoal, a dublagem de um fã irá, mesmo que indiretamente, tentar corresponder às expectativas e às estratégias interpretativas da comunidade da qual faz parte.

Colocado isso, entendemos que, na contemporaneidade, os estudos da cultura de fãs devem articular os três momentos (emissão, mensagem e recepção) para entender a complexidade dos processos comunicativos. Sendo assim, nossa abordagem para o estudo da cultura de fãs se pauta no entendimento da atividade interpretativa por parte dos fãs que, por um lado, realizam uma leitura atenta e crítica das mensagens mediáticas, ao navegar por diferentes plataformas e correlacionar temas em diferentes contextos e linguagens e, por outro lado, produzem conteúdos criativos e, muitas vezes, interventivos, que circulam nas redes a partir das interações.

## A LITERACIA MEDIÁTICA

Conforme discutido por Jenkins (2012; 2015), Jenkins, Ford e Green (2013), Hirsjärvi (2013), Herrero-Diz *et al.* (2017), Borges *et al.* (2017) e Scolarì (2018a), a cultura de fãs dialoga diretamente com o conceito de literacia mediática, ao explorar perspectivas relacionadas ao engajamento crítico, produtivo e criativo de públicos ávidos (Sandvoss; Gray; Harrington, 2017). Livingstone (2007, p. 27) define a literacia mediática como “[...] a capacidade de acessar, analisar, avaliar e criar mensagens através de uma variedade de contextos diferentes”<sup>4</sup> (tradução nossa), habilitando assim “[...] os cidadãos para o pensamento crítico e a resolução criativa de problemas a fim de que possam ser consumidores sensatos e produtores de informação” (Borges, 2014, p. 183).

<sup>4</sup> the ability to access, analyse, evaluate and create messages across a variety of contexts.

Anteriormente voltada para o estudo sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa, atualmente os estudos da literacia mediática se debruçam sobre o entendimento das relações entre sujeitos e conteúdos mediáticos na cultura participativa; das narrativas e práticas transmedia; das redes sociais digitais; da produção de conteúdo em plataformas colaborativas, entre outros (Gee, 2000; Aragon; Davis, 2019). Para Scolari (2016, p. 4) a literacia mediática é “[...] um conceito flexível que evolui e se adapta às transformações do ecossistema mediático e às diferentes perspectivas teóricas”<sup>5</sup> (tradução nossa) devido à necessidade de refletir sobre as mudanças no ambiente mediático e acompanhar as transformações da sociedade contemporânea.

Ferrés e Piscitelli (2015) utilizam o conceito de competência mediática, que envolve o domínio dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos indivíduos em relação às mensagens dos media. A competência mediática é formada a partir de uma abordagem ativa e dialógica, considerando a participação dos interlocutores na seleção, interpretação, análise crítica e transmissão de mensagens que estimulem e sustentem sua produção criativa.

Potter (2010; 2016) ressalta que o conceito é norteado por uma pluralidade epistemológica, abarcando diversas áreas do conhecimento, tais como a Comunicação, a Educação e a Sociologia. A revisão bibliográfica realizada por Potter (2010; 2016) apresenta mais de 40 variações do conceito. Entretanto, apesar da complexidade epistemológica, os estudos sobre a literacia mediática convergem para a combinação de conhecimentos e de práticas políticas, sociais, culturais e criativas que habilitam os cidadãos a pensar criticamente sobre os meios de comunicação (Buckingham, 2003; Livingstone, 2007; Potter, 2016).

Segundo Black (2008), Jenkins (2015), Hirsjärvi (2013), Herrero-Diz *et al.* (2017) e Scolari (2018), as práticas dos fãs estimulam o desenvolvimento de novas possibilidades de aprendizagem. Ao analisar as atividades de um fandom, pode-se observar múltiplas competências em operação, tais como criação de conteúdos, ativismo, sistematização e curadoria de informações, entre outros. A atividade do fã “[...] envolve níveis de atenção diversos e convoca competências diversas do espectador, diferente de quando se assiste ao mesmo conteúdo de forma casual” (Jenkins, 2015, p. 73). O *fandom* possui um entendimento crítico não só dos conteúdos que consome, mas também das plataformas digitais, buscando compreender as potencialidades da arquitetura informacional das redes sociais digitais para propagar e ressignificar suas criações (Grandío, 2016).

<sup>5</sup> se trata de un concepto flexible, que ha ido evolucionando y adaptándose a las transformaciones del ecosistema de medios y a las diferentes perspectivas teóricas.

Além da compreensão dos aspectos técnicos relacionados ao funcionamento e aos modos de operação das plataformas e redes sociais digitais, outra perspectiva recorrente nos Estudos de Recepção refere-se à importância da compreensão das estratégias de aprendizagem informal adotadas por crianças e jovens, as quais podem se relacionar ao desenvolvimento de competências cognitivas, estéticas, críticas e criativas ao longo da vida (Scolari, 2018b; Pereira; Fillol; Moura, 2019; Amaral; Reis; Lopes, 2017; Borges, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agenda de investigação que ora propomos centra-se no estudo dos processos de recepção abrangendo as relações entre os produtos culturais, os meios, os públicos e as mediações, a fim de entender as novas experiências que os *fandoms* têm empreendido na cultura digital a partir da interação com diferentes produções artísticas e culturais. Contudo, nos últimos dez anos, vários projetos de investigação têm sido desenvolvidos no Observatório da Qualidade no Audiovisual (Borges, 2022) a fim de discutir as relações entre criação/produção, circulação, consumo e experiência estética, considerando a complexidade da comunicação contemporânea cujos processos não podem ser estudados de forma estanque.

Entendemos que compreender os modos de consumo cultural tendo em conta as competências cognitivas, estéticas, sociais e culturais que são mobilizadas, e que estão em constante formação e desenvolvimento, permite desenvolver o campo de estudos não apenas da literacia mediática e sua importante vertente pedagógica, mas também aprofundar a reflexão no campo de estudo das teorias da comunicação.

Estudar os públicos ávidos, suas práticas culturais, seus processos particulares de recepção, apropriação e uso dos meios, considerando seus diferentes modos de conhecimento e formas de aprendizagem formal e informal talvez possa contribuir para esta discussão. Neste sentido, argumentamos que as ciências da comunicação têm um importante papel a desempenhar neste debate, que não advém dos estudos na área da educação, mas se centram nas próprias teorias da comunicação na sua articulação com os Estudos Culturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, I., Reis, B. & Lopes, P. (2017). Práticas e consumos dos jovens portugueses em ambientes digitais. *Estudos em Comunicação*, 24, 107–131.
- Aragon, C. & Davis, K. (2019). *Writers in the secret garden: Fanfiction, youth and new forms of mentoring*. MIT Press.
- Bacon-Smith, C. (1992). *Enterprising women: Television fandom and the creation of popular myth*. University of Pennsylvania Press.
- Bennett, L. (2014). Tracing textual poachers: reflections on the development of fan studies and digital fandom. *Journal of Fandom Studies*, 2(1), 5-20. [https://doi.org/10.1386/jfs.2.1.5\\_1](https://doi.org/10.1386/jfs.2.1.5_1)
- Black, R. W. (2008). *Adolescents and online fan fiction*. Peter Lang.
- Booth, P. & Willians, R. (2021). *A fan studies primer: Method, research, ethics*. University Of Iowa Press.
- Booth, P. (2010). *Digital fandom: New media studies*. Peter Lang.
- Borges, G. (2014). *Qualidade na TV pública portuguesa: análise dos programas do canal 2*. Editora UFJF.
- Borges, G. & Sigiliano, D. (2017). Fãs de “Liberdade, Liberdade”: curadoria e remixagem na social TV. In M. I. V. Lopes (Org.), *Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira II: práticas de fãs no ambiente da cultura participativa* (pp. 93-135). Sulina.
- Borges, G. (2021) Desafios da formação em competência midiática no Observatório da Qualidade no Audiovisual. *Chasqui*, 146, 217-234.
- Borges, G. (2022, Aug 31). *Observatório da Qualidade no Audiovisual*. <https://observatoriodoaudiovisual.com.br/>
- Buckingham, D. (2003). *Media education: Literacy, learning and contemporary culture*. Polity Press.
- Corona, J. & Orozco, G. (2020). El desafío de la comprensión de las audiencias contemporáneas: el video on demand y sus posibilidades para analizar a sus audiencias In G. Orozco (Coord.), *Televisión en tiempos de Netflix: una nueva oferta mediática* (pp. 213-242). Universidad de Guadalajara.
- Duffett, M. (2013). *Understanding fandom: An introduction to the study of media fan culture*. Bloomsbury Publishing USA.
- Evans, A. & Stasi, M. (2014). Desperately seeking methods: new directions in fan studies research. *Participations*, 11(2), 4-23.
- Ferrés, J. & Piscitelli, A. (2015). Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. *Lumina*, 9(1), 1-16.
- Fiske, J. (2002). The cultural economy of fandom. In L. A. Lewis (Ed), *The adoring audience: Fan culture and popular media* (pp. 30-49). Routledge.
- Gee, J.P. (2000) Identity as an analytic lens for research in education. *Review of Research in Education*, 25, 99-125. <https://doi.org/10.2307/1167322>



- Grandío, M. (2016) *Adictos a las series: 50 años de lecciones de los fanes*. UOC.
- Hall, S. (2003). Codificação/decodificação. In L. Sovik (Ed.), *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (pp. 387-406). Editora UFMG.
- Halperin, D. M. (2014). The normalization of queer theory. *Journal of Homosexuality*, 45 (1), 339-343. [https://doi.org/10.1300/J082v45n02\\_17](https://doi.org/10.1300/J082v45n02_17)
- Harrington, C. L. & Bielby, D. D. (2017). Global fandom/global fan studies. In J. Gray, C. Sandvoss & C. L. Harrington (Eds.), *Fandom: Identities and communities in a mediated world*. (pp. 177-197). New York University Press.
- Herrero-Diz, P., Delmar, J. L., Del Toro, A. & Sánchez-Martín, M. (2017). Estudio de las competencias digitales en el espectador fan español. *Palabra Clave*, 20(4), 917-947.
- Hills, M. (2002). *Fan cultures*. Routledge.
- Hirsjärvi, I. (2013). Alfabetización mediática, fandom y culturas participativas. Un desafío global. *Análisi Monogràfic*, 48, 37-48. <https://doi.org/10.7238/a.v0iM.1964>.
- Hoggart, R. (1958). *The uses of literacy*. Routledge.
- Jacks, N. (2015). Da agulha ao chip: brevíssima revisão dos estudos de recepção. *Intexto*, (34), 236-254.
- Jenkins, H. (1992). *Textual poachers: Television fans and participatory culture*. Routledge.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: Where old and new media collide*. New York University Press.
- Jenkins, H. (2012) Lendo criticamente e lendo criativamente. *Matrizes*, 9(1), 11-24. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v6i1-2p11-24>
- Jenkins, H. (2015). *Invasores do texto - Fãs e cultura participativa*. Marsupial Editora.
- Jenkins, H., Ford, S. & Green, J. (2013). *Spreadable media: Creating value and meaning in a networked*. New York University Press.
- Jorge, A. (2013). Audiências e fãs juvenis de celebridades: Potencialidades e limitações para uma cidadania cultural. *C-Legenda*, (28), 42-54.
- Lewis, L. A. (Ed). (1992). *The adoring audience: Fan culture and popular media*. Routledge.
- Livingstone, S. (2007). *Making sense of television - The psychology of audience interpretation*. Routledge.
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Gustavo Gili.
- Moura, D. & Pereira, S. (2019). *Mapeamento das comunidades online portuguesas de fãs: o caso de Star Wars e do Marvel Cinematic Universe*. VI Jornadas Doutorais, Comunicação & Estudos Culturais.
- Murray, J. H. (2016). *Hamlet on the holodeck, updated edition: The future of narrative in cyberspace*. MIT Press.



- Navio, C. & Jorge, A. (2013). Descobrimdo a comunidade otaku portuguesa: os fãs on-line. *Vozes e Diálogo*, 12(1), 4-17.
- Orozco, G. (2001). *Televisión, audiencias y educación*. Norma.
- Orozco, G. (2014). *Telediciencias: comunicación, educación y ciudadanía*. Universidad de Guadalajara.
- Orozco, G. (2021a). La cambiante interacción de lo televisivo, sus audiencias y sus tecnologías: implicaciones para la educomunicación. In J. M. Corona-Rodríguez & G. Orozco (Coords.), *Alfabetismos mediáticos participativos: Propuestas conceptuales y recuentos empíricos* (pp. 8-13). Tintable.
- Orozco, G. (2021b). *Las audiencias activas*. Escuela Doctoral de Primavera, Programa de Doctorado en Comunicación (UMA/UCA/USE/UHU).
- Polistchuck, I. & Trinta, A. R. (2003). *Teorias da comunicação*. Editora Campus.
- Pereira, S., Fillol, J. & Moura, P. (2019). Young people learning from digital media outside of school: The informal meets the formal. *Comunicar*, 58, 41-50.
- Potter, W. J. (2010). The state of media literacy. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 54(5), 675-696. <https://doi.org/10.1080/08838151.2011.521462>
- Potter, W. J. (2016). *Introduction to media literacy*. SAGE Publications.
- Primo, A. (2000). Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. *Revista Famescos*, (12), 81-92.
- Sandvoss, C., Gray, J. & Harrington, L. (2017). Introduction: Why still study fans?. In J. Gray, C. Sandvoss & C. L. Harrington (Eds.), *Fandom: Identities and communities in a mediated world* (pp. 8-32). New York University Press.
- Sandvoss, C. (2005). *Fans: The mirror of consumption*. Polity.
- Scolari, C. (2016). Transmedia literacy: informal learning strategies and media skills in the new ecology of communication. *Revista Telos*, 193(1), 1-9.
- Scolari, C. (2018a). *Literacia transmedia na nova ecologia mediática - Livro branco*. European Union Funding for Research & Innovation.
- Scolari, C. A. (2018b). Estrategias de aprendizaje informal. In C. A. Scolari (Ed.), *Adolescentes, medios y culturas colaborativas – Aprovechando las competencias transmedia de los jóvenes en el aula* (pp. 83-91). Universitat Pompeu Fabra.
- Scott, S. & Jenkins, H. (2015). *Textual poachers: vinte anos depois - Uma conversa entre Henry Jenkins e Suzanne Scott*. In H. Jenkins (Org.), *Invasores do texto: fãs e cultura participativa* (pp. 321- 359). Marsupial Editora.
- Vidal, T. M. R. (2017). *Representações, identidade e práticas de fãs na cultura participativa: um estudo de caso sobre fandubbing em Portugal*. [Tese de Doutoramento]. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.



# TRANSVERSALIDADES DOS ESTUDOS CULTURAIS – A PRÁTICA DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**Catarina Martins**

Centro de Estudos Sociais

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

O presente artigo tem como objetivo apresentar brevemente o conceito e o lugar dos Estudos de Cultura na investigação realizada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A tarefa é difícil, uma vez que se trata de um Centro de Humanidades e Ciências Sociais com 44 anos de existência: foi fundado em 1978 e obteve estatuto de Laboratório Associado em 2002. Conta, atualmente, com 139 investigadores e investigadoras, 75 investigadores e investigadoras em pós-doutoramento, 470 estudantes de doutoramento e 73 investigadores e investigadoras juniores,<sup>1</sup> os/as quais são provenientes das mais diversas áreas do saber – das Humanidades, com destaque para os Estudos Literários, Linguísticos e a História, à Sociologia, passando pela Economia, o Direito, a Antropologia, as Relações Internacionais, a Arquitetura, a Psicologia e até a Medicina.

Estes saberes articulam-se em grandes eixos de investigação temáticos, que demonstram as múltiplas ligações e cruzamentos interdisciplinares que o foco em questões sociais relevantes permite estabelecer entre domínios de especialização diversos. Desde 2022, os eixos são: Capitalismo (semi)periférico: Crises e alternativas; Democracia, justiça e direitos humanos; A Europa e o Sul global: patrimónios e diálogos; Risco(s), ecologias, saúde; Culturas urbanas, sociabilidades e participação.<sup>2</sup> Outra forma de articulação relevante são os programas de formação, nomeadamente de Doutoramentos interdisciplinares, dos quais destaco apenas alguns: Cidades e Culturas Urbanas, Democracia no Século XXI, Discursos: Cultura, História e Sociedade; Estudos Feministas; “Human Rights in Contemporary Societies”; Pós-Colonialismos

<sup>1</sup> Cf. <https://ces.uc.pt/pt/ces/sobre-o-ces/historia> (consultado a 10/09/2022).

<sup>2</sup> Cf. <https://ces.uc.pt/pt/ces/linhas> (consultado a 10/09/2022).

e Cidadania Global.<sup>3</sup> Mais articulações ainda são estabelecidas nos Observatórios,<sup>4</sup> de entre os quais cito, a título de exemplo, o POLICREDOS - Observatório da Religião no Espaço Público, descrito da seguinte forma no respetivo site:

O POLICREDOS pretende abordar as relações complexas entre política, religiões, cultura e género à escala global, ainda que concentrando-se particularmente em contextos do Sul da Europa e na articulação dos mesmos com a fronteira externa com a África e o Médio Oriente, bem como com a América Latina. Pensamos que a chamada “(re)emergência da religião na Europa” e não só não é passível de uma análise centrada apenas no aumento da diversidade religiosa ou no debate sobre a relação entre secularismo e modernidade. As religiões, na atual fase de (re)emergência de novas (e velhas) formas de nacionalismo, constituem frequentemente um argumento para a exclusão de outros. Estas formas de exclusão são múltiplas, exigindo, portanto, uma perspetivação interseccional, que tenha em conta a relação positiva e negativa das religiões com as questões de género, racialização e classe social.<sup>5</sup>

Como se vê, nem na designação dos eixos temáticos de investigação, nem nos títulos dos programas doutorais, nem nos observatórios, há referência a áreas disciplinares. Porém, a descrição do Policredos, que citei extensamente, é uma das muitas provas que permitem atestar da presença transversal dos Estudos Culturais e dos seus especialistas nestas estruturas do CES. Esta transversalidade deve-se, no fundo, ao enquadramento epistemológico que consubstancia o próprio Centro.

Assim, tanto a investigação quanto a formação, nas mais variadas ramificações, se baseiam em diversas teorias críticas, cujo objetivo é – pedindo emprestadas as palavras do fundador e Diretor Emérito do CES, Boaventura de Sousa Santos, uma maior justiça cognitiva para uma maior justiça social. De facto, a ideia de emancipação é absolutamente estruturante, quer para a teoria quer para a prática empírica do CES. Baseia-se numa crítica a paradigmas epistemológicos reguladores, no sentido da construção daquilo que Sousa Santos designa de “ecologias de saberes”, ou seja, um diálogo intercultural e interepistémico, num plano de igualdade, com saberes oriundos do outro lado de “linhas abissais” de poder, como a opressão colonial, a que se juntam a opressão

<sup>3</sup> Cf. <https://ces.uc.pt/pt/doutoramentos/programas-de-doutoramento> (consultado a 10/09/2022).

<sup>4</sup> Cf. <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/observatorios> (consultado a 10/09/2022).

<sup>5</sup> <https://www.ces.uc.pt/policredos/pages/pt/sobre-o-policredos.php> (consultado a 10/09/2022).

de género, raça, etnia, social, diferença religiosa, etc. (Santos, 2010). É assumida publicamente, inclusive, na organização de uma biblioteca única como é a Biblioteca Norte/Sul,<sup>6</sup> cujo nome marca simbolicamente o entendimento do conhecimento como “interconhecimento”, da identidade como “inter-identidade” (Santos, 2001), das culturas como porosas e com múltiplas circulações, em densas tramas de poder, que é preciso interpelar. Neste sentido, o pensamento sobre a cultura, enquanto fundamento teórico e epistemológico, é de facto o pilar transversal do conhecimento produzido no CES.

Na verdade, conforme se pode ler no editorial de Boaventura Sousa Santos à principal publicação do CES, a *Revista Crítica de Ciências Sociais*, por ocasião dos seus 40 anos, o ensino de transformação social e política é concomitante, de forma crescente, com o percurso do CES, desde que um grupo de investigadores e investigadoras se juntaram, pouco depois da Revolução de Abril, para fundarem a Revista que dá origem ao Centro (Santos, 2018, p. 5). Da perspectiva aqui em causa, o lugar dos Estudos de Cultura, há a salientar o cariz pioneiro da junção de especialistas das Humanidades e das Ciências Sociais, uma originalidade que marca o CES até hoje. O balanço realizado por Maria José Canelo, relativo à presença da Literatura e da Cultura nesta revista que dá expressão à produção científica do CES, é bem claro quanto ao lugar transversal e agregador das Humanidades, e dentro destas, dos Estudos Culturais, bem como quanto ao paradigma em que estes se situam. Cito Maria José Canelo longamente, dada a particular utilidade do percurso e do balanço que traça:

A leitura do que ia sendo escrito nas páginas da RCCS permite a percepção de que a questão da interdisciplinaridade entre Ciências Sociais e Humanas era um dos tópicos na agenda e um dos maiores desafios científicos do projecto de conhecimento a que o CES se propunha. Esta agenda mantém-se até aos dias de hoje. (...) A marginalização das áreas de Humanidades e de Ciências Sociais, foi, presume -se, uma das razões da sua aproximação no CES, na tentativa de lhes dar visibilidade e condições para, numa articulação nova, criarem o tipo de crítica alternativa que a comunidade da RCCS se propunha desenvolver. Como também frisava Santos, no citado número inaugural da revista, mesmo após o fim da ditadura, as Ciências Sociais continuavam a ser penalizadas por causa do que era entendido como o seu potencial subversivo (...). O percurso das Humanidades, neste caso, os estudos literários e culturais, tem tentado, em larga medida, responder a esse repto, (...) para criar no CES

<sup>6</sup> Cf. <https://ces.uc.pt/pt/biblioteca/apresentacao> (consultado a 10/09/2022).

uma alternativa de saberes coerente, crítica e criativa, um conhecimento emancipador feito de várias áreas do saber, de vários estratos e de vários corpos, inspirado nos ideais da teoria crítica. (...) Assinalando que “a racionalidade estético-expressiva das artes e das literaturas modernas” (...) era um constituinte fundamental do conhecimento-emancipação, Santos acaba por atribuir às Humanidades um papel fulcral na identificação e expressão de outras subjectividades e outras formas de cidadania emancipadoras. Santos identifica assim formas de expressão cultural que se articulam com uma posição crítica próxima da ideia da cultura como modo de vida – a que podíamos chamar uma cultura cidadã que expressa e alarga o conhecimento desenvolvido no CES e do qual a literatura e a análise do fenómeno literário fazem parte. A literatura e a cultura cidadãs não se limitam, portanto, a representar o mundo, mas a intervir no mundo, como formas de conhecimento emancipador (Santos, 2007, p. 26). Elas participam, assim, da perspectiva da análise crítica, na reabilitação e na recombinação de experiências e saberes diversos e desautorizados ou marginalizados enquanto formas de conhecimento que têm marcado a investigação do CES. (Canelo, 2018, p. 222-23)

No desenvolvimento deste entendimento do papel das Humanidades e dos estudos de literatura e cultura como forma de pensamento e intervenção emancipadora é fulcral o papel de Maria Irene Ramalho e de António Sousa Ribeiro. No seu texto fundamental, publicado na Revista Crítica de Ciências Sociais em 1998/1999 e intitulado “Dos estudos literários aos estudos culturais?”, Ramalho e Ribeiro identificam o contributo destes dois campos disciplinares na própria linguagem enquanto artefacto cultural e social, individual e coletivo. A atenção foca-se na textualidade e nos processos de significação no sentido de uma crítica situada e interpelativa (Ramalho e Ribeiro, 1998/1999, p. 77, 79). Maria Irene Ramalho defende uma teoria crítica como teoria da linguagem (Ramalho, 1999, p. 139), uma vez que esta tanto serve a naturalização e normalização das relações de poder, como também permite revelar e desconstruir a ideologia. Mais vinculado à tradição alemã da *Kulturwissenschaft*, António Sousa Ribeiro advoga uma crítica cultural enquanto “hermenêutica de suspeição” atenta à questão do valor e à produção de desigualdades (Ribeiro, 1999, p. 166). No seu artigo, “Tópicos fragmentários para uma reflexão sobre a questão da cultura” (1999), bem como em muitos outros artigos dedicados à relação entre estudos culturais e estudos da tradução, ou à questão da fronteira na definição do próprio conceito de “cultura”, perspectiva esta última como “lugar de negociação e conflito” (Ribeiro, 1999, p. 168), um espaço não material inerentemente dialógico, na linha

de Bakhtin, mas também necessariamente definido a partir das margens, e marcado pela tensão e pelo poder, dimensões que o estudo das Humanidades e a tradução não podem ignorar (Ribeiro, 2001, 2005, 2012).

Tanto Maria Irene Ramalho como António Sousa Ribeiro inauguram escolas de pensamento no âmbito dos estudos literários e culturais no CES e na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do entendimento da literatura e da cultura como um campo complexo de relações de poder e do seu estudo como intrinsecamente político, sem abdicar dos instrumentos teóricos e metodológicos próprios do estético. Destaca-se a sua crítica da modernidade ocidental, a partir das expressões estéticas que são também cartografias complexas de poderes, com forte incidência no Modernismo, bem como a desocultação da ordem nacionalista e colonial que subjaz a este paradigma estético-literário. Maria Irene Ramalho ocupa ainda o lugar pioneiro, primeiro na Faculdade de Letras e depois no CES, de investigação e formação na área dos Estudos Feministas, a qual consubstanciou o primeiro Doutoramento neste domínio em Portugal, a partir das Humanidades. Hoje, a teoria crítica feminista irradiou de forma transversal à pesquisa e docência no CES em múltiplos projetos interdisciplinares nos Estudos de Género, Estudos sobre as Mulheres, Estudos Queer, incluindo não somente uma forte dimensão interseccional, em articulação com a teoria crítica sobre o racismo e a colonialidade, bem como com o saber produzido pelos movimentos sociais e por artistas ditos “periféricos”, no âmbito do que hoje se designa por ativismo. Já António Sousa Ribeiro se destaca como teórico fundamental no pensamento pós-colonial, no pensamento da tradução intercultural, a qual surge como ferramenta indispensável no interconhecimento emancipatório que a ecologia de saberes deve constituir, bem como na teoria da memória. Aliás, o CES tem vindo a desenvolver projetos europeus de destaque no domínio dos Estudos da Memória, envolvendo, prioritariamente, os seus membros do âmbito das Humanidades, nomeadamente no campo do Holocausto e da memória colonial, dos quais se destacam o projeto “Memoirs – Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias”, da responsabilidade de Margarida Calafate Ribeiro, sobre as memórias pós-coloniais presentes na Europa,<sup>7</sup> e CROME, da responsabilidade de Miguel Cardina, sobre a memória da guerra colonial.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Cf. <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/memoirs> (consultado a 10/09/2022).

<sup>8</sup> Cf. <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/crome> (consultado a 10/09/2022).

Last but not least, há que salientar a importância de alguns dos objetivos gerais que o CES enuncia da seguinte forma, no seu site:

Estimular uma ecologia de saberes, reconhecendo a diversidade cultural e articular o conhecimento científico com o conhecimento produzido pelos cidadãos e pelos movimentos sociais em todas as partes do mundo; (...)

Reforçar as relações com o Sul Global, pondo a partilha do conhecimento, o reconhecimento mútuo e a compreensão intercultural em primeiro plano.<sup>9</sup>

A concretização destes objetivos, sob etiqueta de “epistemologias do Sul” (Santos, 2010), ou seja, do reconhecimento e indagação de saberes Outros, nomeadamente aqueles que têm origem nas margens ou nos lugares de opressão e de sofrimento, continua a implicar um fortíssimo empenhamento dos investigadores e das investigadoras em Humanidades e, em particular através do estudo de expressões da cultura, das artes e dos saberes não hegemónicos, contra-hegemónicos e subalternos, de grupos racializados (negros, indígenas, Roma), LGBTQI+, minorias religiosas e outros. Saliento o lugar sempre aberto à voz dos próprios enquanto agentes de saber no CES e em múltiplas parcerias e redes Norte/Sul, no âmbito da pesquisa e da formação. Neste âmbito, por exemplo, destaco a “Universidade Popular Empenho e Arte” (UPEA) que, segundo o que é descrito no seu site:

... pretende unir saberes feitos de estudo com saberes feitos de experiência prática e quotidiana, da rua e da vida; saberes que se expressam por palavras, gestos e sons; saberes académicos, artísticos, de intervenções sociais e culturais, saberes e fazeres, comprometidos com a luta pela dignidade, por uma sociedade mais justa, pela transformação social e a valorização de alternativas progressistas.<sup>10</sup>

Esta descrição, a meu ver, torna claro o quanto a própria definição epistemológica que enquadra o auto-entendimento global do CES corresponde à conceção ampla dos estudos de cultura anteriormente explanada a partir de Santos, Ramalho e Ribeiro, e a razão pela qual o reconhecimento das artes e expressões de modos de vida enquanto saberes torna indispensável e transver-

<sup>9</sup> <https://ces.uc.pt/pt/ces/sobre-o-ces/orientacoes> (acesso a 10/09/2022)

<sup>10</sup> <https://ces.uc.pt/pt/formacao-extensao/upea> (acesso a 10/09/2022)



sal o envolvimento de especialistas em estudos culturais em todos os eixos de investigação e formação deste Centro. Este reconhecimento faz do CES um lugar propício e fértil ao desenvolvimento de múltiplas perspetivas teóricas e empíricas dos Estudos da Cultura, de uma forma que, para além disso, se afigura como socialmente útil, ao contrário de outros lugares, onde os/as especialistas em estudos da cultura estão remetidos a um nicho em constante disputa por legitimação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Canelo, M. J. (2018). Literatura e cultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], (Número especial), 217-236.
- Ramalho, M. I. (1999). A ciência e as humanidades; as ciências e a humanidade; a teoria crítica e a poesia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 129-136.
- Ramalho, M. I. & Ribeiro, A. S. (1999/1998). Dos estudos literários aos estudos culturais?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 61-83.
- Ribeiro, A. S. (1999). Tópicos fragmentários para uma reflexão sobre a questão da cultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 165-170.
- Ribeiro, A. S. (2001). A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In B. S. Santos (Org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* (pp. 463-488). Afrontamento.
- Ribeiro, A. S. (2005). A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-colonialismo, fronteiras e identidades. In G. Macedo & M. E. Keating (Orgs.), *Colóquio de Outono. Estudos de Tradução. Estudos pós-coloniais* (pp. 77-87). Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos.
- Ribeiro, A. S. (2012). Über-gänge. Die grenze als metaphor und wirklichkeit, *REAL. Revista de Estudos Alemães, Sonderheft*, 1, 1-11.
- Santos, B. S. (2001). Entre próspero e caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. In M. I. Ramalho & A. S. Ribeiro (Orgs.), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade* (pp. 23-85). Afrontamento.
- Santos, B. S. (2010). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. S. Santos & P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do sul* (pp. 23-71). CES/Almedina.
- Santos, B. S. (2018). Editorial. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], (Número especial), 5-8.



# LICENCIATURA EM MEDIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL: PERCURSOS DE CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DE UMA ÁREA DE TRANSFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**Cristina Barroso Cruz**

Escola Superior de Educação – Politécnico de Lisboa

**Laurence Vohlgemuth**

Escola Superior de Educação – Politécnico de Lisboa

## INTRODUÇÃO

Durante a última década, o sector cultural tem vindo a conhecer um crescimento significativo, estando Portugal alinhado com esta tendência. Mesmo durante os anos da crise financeira (2008-20213), os indicadores económicos mostraram tendências positivas tanto no que respeita à produção cultural, quer no que se refere à afluência do público a eventos culturais (Mateus, Primitivo, Caetano, Barbado, & Cabral, 2010). Como resultado destas dinâmicas económicas, sociais e culturais, um novo perfil de profissionais começou a emergir tanto em resposta às necessidades das instituições culturais, quanto pelas demandas dos públicos. Pode assim dizer-se que há alterações no que se refere ao papel e lugar dos artistas, das artes e dos públicos nas sociedades atuais (Kim, 2020; Zebracki, 2013). A Licenciatura em Mediação Artística e Cultural (LMAC), veio dar resposta a um espaço que se encontrava por preencher: formar profissionais capazes de estabelecer uma relação entre produtores culturais e públicos, desenvolvendo estratégias de trabalho em territórios híbridos – arte e sociedade – assumindo um papel integrador (Matarasso, 2019). Pretende-se assim, compreender o papel da Mediação Artística e Cultural (MAC) e, conseqüentemente dos mediadores, na acção dos vários agentes culturais (artistas, instituições culturais, mediadores, estudantes, públicos) e refletir sobre o papel da cultura para o desenvolvimento social sustentável. Para este exercício, é indispensável considerar a dimensão interdisciplinar associada à ideia de MAC, voltada para a acção e para a transformação social,

indo, por isso, ao encontro do paradigma dos estudos culturais considerando a definição dada por Barker e Jane (2016, p. 42) “explores culture as the signifying practices of representation within the context of social power”.

## MEDIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

A Mediação Artística e Cultural resulta da intersecção entre a(s) arte(s) e as Ciências Sociais. A abrangência e fluidez destas áreas leva à ausência de uma definição única e clara do que se entende por MAC, contudo, compreender a história deste campo de reflexão e actuação, pode ser uma via importante para perceber quais os pilares teóricos que a sustêm e quais as questões que esta área poderá levantar tendo como perspectiva o desenvolvimento social. Este é um exercício particularmente relevante quando no contexto da afirmação de uma nova área de formação e intervenção.

A clarificação do que se entende por mediação e a compreensão daquela que pode ser a função de mediador no sector artístico e cultural é fundamental para a definição da actuação dos futuros profissionais e, conseqüentemente, da noção do impacto que estes profissionais devem ter na sociedade. Assim, apresentamos o enquadramento que serviu de ponto de partida para a definição da estrutura e objectivos da LMAC, considerando aquele que é o contexto Europeu e Português no que toca ao sector cultural.

De acordo com Mörsch e Holland (2015, p. 18) “in the 1980s, the term “*médiation culturelle*” (mediação cultural) was associated with public relations activities and knowledge transfer. In addition to the fields of the arts, it was used to refer to the preservation of historical monuments and cultural heritage”. A ideia de mediação cultural cresceu com os movimentos de arte comunitária, com especial relevância em França, e, por esse motivo, este conceito implica o envolvimento de artistas, instituições e públicos. Neste contexto, o papel do mediador deverá ser o de permitir a cada indivíduo o desenvolvimento pessoal, a partir das manifestações culturais e artísticas, na medida em que estas formas de expressão permitem estabelecer uma relação com o meio sociopolítico em que se vive quotidianamente, reconhecendo-se e legitimando-se assim a possibilidade de afirmação de cada indivíduo a partir dos seus próprios termos (Campos & Câmara, 2019; Henry, 2014). De forma semelhante, também no contexto alemão, a ideia de mediação cultural (“*Kulturvermittlung*”) está relacionada com o desenvolvimento social a partir da

arte e da cultura. Já, nos contextos anglófonos, a noção de “cultural mediation” apresenta um significado diferente. Neste caso, mediação remete para a resolução de conflitos, particularmente no que respeita a tensões interculturais (Mörsch & Holland, 2015). Este é o mesmo entendimento que existe em Portugal quando se fala de mediação/mediadores culturais. Neste caso, estes agentes desempenham um papel de intermediários entre culturas, trabalhando em contextos multiculturais em que são reconhecidas as dificuldades de convivência ou de comunicação (Vohlgemuth et al., 2017). De modo a distinguir os mediadores que trabalham no sentido de promover as relações interculturais, dos mediadores que desempenham funções em prol do desenvolvimento social a partir das artes e da cultura, foi necessário adicionar a componente artística à descrição desta formação e da acção profissional que lhe está associada. Desta forma, torna-se também possível assim reforçar o papel da arte neste processo de intervenção e desenvolvimento social.

Os outros conceitos relevantes para a noção de MAC, que influenciaram o desenho da licenciatura que aqui referimos, são os de democratização da cultura e de democracia cultural. Considera-se que a democratização cultural pode ser definida como uma estratégia ou uma política dos Estados que tem como objectivo promover o acesso à cultura ao maior número de pessoas possível que possam não ter os recursos ou motivação para frequentar os eventos culturais (Gattinger, 2011; Laaksonen, 2010; Matarasso & Landry, 1999). A democratização da cultura e a democracia cultural não são mecanismos de promoção e participação cultural mutuamente exclusivos, contudo, apresentam algumas diferenças basilares. Enquanto que a democratização da cultural se desenvolve numa perspectiva vertical/hierarquizada, que em alguns casos pode ser considerada paternalista (Hadley & Belfiore, 2018; Kelly, 1984), a democracia cultural defende uma acção da base para o topo, ou, até mesmo, uma abordagem horizontal, reforçando a ideia de que “every person, every community and every cultural minority has cultural requirements and should have certain rights that ought to be respected” (Laaksonen, 2010, p. 11). Ou seja, considera-se que a diversidade cultural e a participação activa na vida cultural das comunidades deve ser promovida através da facilitação do acesso aos lugares de decisão e aos recursos culturais (Laaksonen, 2010).

A MAC, tal como foi entendida para a construção da licenciatura, corresponde ao processo que permite pôr em relação as pessoas que constituem a sociedade à cultura, a partir da criação de pontes entre a política, artistas e o espaço público. Este exercício implica acções variadas que vão do (des)en-

volvimento de públicos à arte comunitária e participativa. Em última análise, a MAC procura tonar cada indivíduo um verdadeiro agente cultural (Lussier, 2015; Vohlgemuth et al., 2017). Para alcançar este objectivo, o mediador deve promover estas relações entre o objecto cultural e as pessoas e, dependendo da natureza do projecto, ele poderá assumir-se como um transmissor, alguém que acompanha o visitante, um pedagogo, etc.. O seu trabalho deverá ser adaptado em função das particularidades do público e em função do contexto artístico, cultural e social (Lussier, 2015; Vohlgemuth et al., 2017).

## MEDIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL EM PORTUGAL

Esta abordagem ao papel da cultura e da arte para o desenvolvimento social que a MAC implica, é recente em Portugal e, por esse motivo, falta ainda sistematizar aquele que poderá ser o referencial que reflete aquelas que são as particularidades do contexto nacional e mesmo do vocabulário específico a ser mobilizado neste processo. Contudo, a análise aos contextos internacionais permite perceber que as questões relacionadas com a mediação (artística) e cultural não é linear, precisamente porque decorre do cruzamento de várias áreas associadas aos estudos culturais (Mörsch & Holland, 2015). Esta intersecção não permite – e não seria desejável – fechar esta abordagem ao desenvolvimento cultural, numa única dimensão ou definição, não permitindo o espaço para a transformação e adaptação às realidades sociais que estão constantemente em mutação. Neste sentido, a construção da MAC parece estar intimamente relacionada com a origem e desenvolvimento da LMAC, na medida em que esta é a primeira licenciatura a formar profissionais com este perfil e competências.

Em grande medida, o desfasamento de mais de 30 anos entre a origem, formal da MAC em Portugal e a origem da “*médiation culturelle*” em França e noutros países, justifica-se pela história recente. Em Portugal, as políticas do Estado Novo levaram a um subdesenvolvimento cultural e à ausência de reflexões interdisciplinares sistemáticas sobre o papel da arte e da cultura no desenvolvimento das sociedades, tendo, no essencial, reduzido a produção cultural a propaganda (Xavier, 2016; Damasceno, 2010; Portela, 1987) e, só após a entrada em democracia, as questões relacionadas com a arte, cultura, participação e educação, começaram a ganhar relevância. Com a democracia, a abertura do sector cultural a todos os públicos e a todos os artistas, tornou clara a necessidade de desenvolver uma nova abordagem aos processos de pro-

dução e fruição cultural passando o visitante e espectador a ser agente ativo e participativo neste exercício. Neste sentido, o debate sobre cultura e participação, saiu da esfera académica, voltando-se os argumentos para a necessidade e mais-valia de recorrer à cultura para o desenvolvimento dos públicos e promoção do exercício pleno da cidadania (Ferreira, 2019; Vlachou, 2019). Assim, a natureza interventiva e cidadã subjacente à MAC reverte-se sempre a favor da sociedade na medida em que o mediador trabalha no sentido de oferecer aos públicos a possibilidade de se constituírem como elementos ativos no processo de fruição e participação cultural.

De facto, a LAMC surge no ano letivo de 2015-2016 procurando dar resposta à necessidade de formar profissionais que possam cumprir os pressupostos referidos na Constituição da República Portuguesa (CRP), e reforçados na Carta de Porto Santo (CPS, 2021), da democratização e da democracia cultural. Apesar de no artigo 78.º da CRP, se afirmar que “todos têm direito à fruição e criação cultural” como forma de “corrigir as assimetrias existentes em tal domínio”, é recente a emergência de estratégias que visem o desenvolvimento social, a partir das artes e da cultura.

De modo a acomodar estes pressupostos a LMAC estruturou-se sobre três dimensões que são determinantes para o desenvolvimento das competências dos estudantes e que se traduzem em unidades curriculares (UC) de natureza teórica no campo das ciências sociais, comunicação, línguas e artes; UC de natureza metodológica, usando-se como referencial a metodologia de projecto e UC de natureza prática que se concretizam em estágios em contexto real (Tabela I, página seguinte).

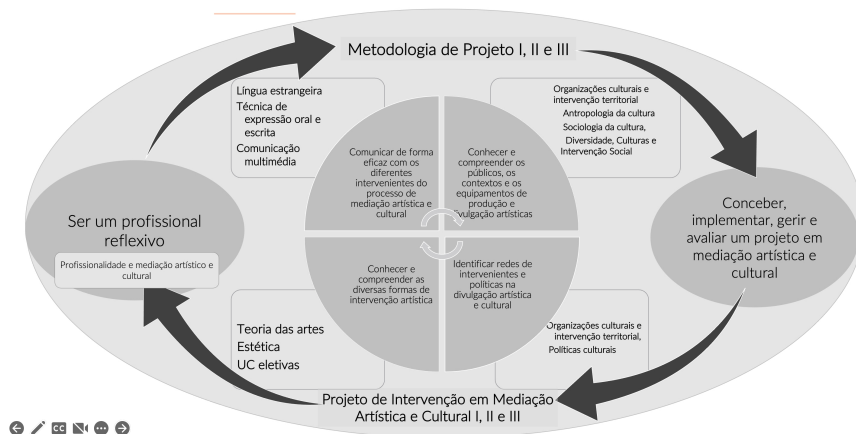
A articulação destas várias dimensões (Figura 1) permite a criação de um modelo de aprendizagens progressivo e cumulativo de natureza essencialmente interdisciplinar, combinando as dimensões socioculturais e artísticas.

O contacto com as artes permite compreender as especificidades das várias linguagens artísticas aproximando-os desta realidade. Por outro lado, as unidades curriculares das ciências sociais, contribuem para a compreensão dos fenómenos sociais e permitem reflectir sobre os processos de intervenção. Desta forma, pretende-se garantir que os estudantes têm acesso a uma formação de “banda larga” podendo não só orientar o seu percurso académico na direcção das suas áreas de interesse como, complementar esta formação em ciclos subsequentes vocacionados para área particulares do sector cultural.

UC Ciências Sociais e da Educação	UC Línguas e Literatura	UC Artes	UC Metodologia	UC Tecnologias, da Informação e Comunicação	UC Práticas/Projeto de Intervenção em Mediação Artística e Cultural (PIMAC)
Antropologia da Cultura	Técnicas de Expressão Oral e Escrita I	Teoria das Artes I, II	Metodologia de Projeto I	Comunicação Multimédia I	PIMAC I: acompanhamento de um processo criativo (atelier; campanhas de dança; companhias de teatro, orquestras, etc.)
Políticas Culturais I, II	Técnicas de Expressão Oral e Escrita II	Teoria e Prática da Criatividade	Metodologia de Projeto II	Comunicação Multimédia II	PIMAC II: observação participante em equipamentos culturais (arquivos, bibliotecas, teatros, salas de espetáculos, etc.)
Organizações Culturais e Intervenção Territorial	Língua Estrangeira I	Estética	Metodologia de Projeto III		PIMAC III: concepção, implementação e avaliação de um projeto em MAC num contexto à escolha
Sociologia da Cultura	Língua Estrangeira II	Indústrias Criativas e Empreendedorismo			
Profissionalidade e Mediação Artística e Cultural	Língua Estrangeira III	UC – Escola Superior de Música			
Diversidade, Culturas e Intervenção Social		UC – Escola Superior de Dança			
Psicossociologia das Organizações e Dinâmica de Grupos;		UC – Escola Superior de Comunicação Social			
		UC – Licenciatura em Artes Visuais e Tecnologias (ESELx)			

**Tabla 1:** Unidades curriculares obrigatórias da Licenciatura em Mediação Artística e Cultural da Escola Superior de Educação do Politécnico de Lisboa





**Figura 1** – Representação da articulação das várias UC da Licenciatura em Mediação Artística e Cultural.

## A CONTRIBUIÇÃO DA MAC PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Tendo em consideração o exposto anteriormente, a MAC quer na sua definição quer na sua acção, é conducente a uma sociedade mais sustentável e integradora (Henry, 2014, Lussier, 2015, Mörsch & Holland, 2015, Arnaud, 2018). Num momento em que a questão da sustentabilidade se assumiu como prioridade nas agendas das nações e das instituições, torna-se cada vez mais evidente que a sustentabilidade decorre de mais dimensões do que apenas a ambiental. Meuleman (2013, p. 45) citando Nurse (2006, p. 45) refere “attempts to make cultural diversity the fourth dimension of sustainable development, besides the environmental, social and economic dimensions, because: . . . sustainable development is only achievable if there is harmony and alignment between the objectives of cultural diversity and that of social equity, environmental responsibility and economic viability”. Esta premissa vai ao encontro das ideias que vêm a ser defendidas por Appadurai (2002). Este autor refere que o caminho para uma existência sustentável está em grande medida dependente da aceitação e da legitimação da diversidade cultural e do reconhecimento do potencial da diversidade para a construção de relações viáveis e duradoras: “Cultural diversity is therefore more than an open-ended menu of differences or variations. It is a mechanism for organiz-

ing the most productive dialogue between meaningful pasts and desirable futures” (Appadurai, 2002, p. 11). Por outro lado, a diversidade é, segundo este autor, um campo fértil de recursos que permite encontrar soluções para algumas das questões que mais impactam a sustentabilidade na actualidade. Contudo, a mais-valia que a diversidade cultural oferece, só será potencializada se os indivíduos puderem fazer uso, de forma legitimada, da sua liberdade de acção cidadã, no sentido da promoção e produção cultural. Nesse sentido “fazer, partilhar e desfrutar das artes é a base da vida cultural de qualquer sociedade”. Assim, a intervenção social a partir das premissas fundadoras da MAC, parece ser uma importante contribuição para a construção de uma sociedade mais sustentável na medida em promove e incentiva a expressão e a afirmação dos cidadãos já que procura garantir o espaço para essa afirmação a partir da produção artística e cultural. As múltiplas interpretações do real que esta diversidade oferece, correspondem a múltiplas oportunidades de resolução de problemas e tensões a partir de pontos de vista que dificilmente nascem em contextos de uniformidade cultural, em particular quando essa uniformidade é imposta pelos grupos de poder.

## RELAÇÃO DA MAC COM OS ESTUDOS CULTURAIS

A MAC assume-se como uma área complexa e de intersecção de campos de saber. Este cruzamento é desafiante na medida em que torna a mediação e os mediadores profissionais “híbridos”, que se movem em diferentes áreas, procurando ser pontes entre os agentes envolvidos e os que se pretende envolver no exercício da fruição e participação cultural. A articulação da MAC com os Estudos Culturais (EC) parece ser clara, porque ambas partem de uma base interdisciplinar que tem como preocupação examinar as relações entre cultura e poder, procurando que a reflexão que emerge desta análise possa ser utilizada para promover mudanças (Barker & Jane, 2016). Da mesma forma, um dos pressupostos da MAC implica a reivindicação dos lugares de poder para o cidadão.

Há, nestes dois campos de conceptuais, um entendimento da cultura a partir da perspectiva antropológica, que se liberta da noção de cultura como alta cultura, cultura das “grandes obras”, dos “cânones” e das Belas Artes, para se assumir como a cultura das práticas e produções do quotidiano. Uma e outra forma de produção cultural – popular, erudita – são legítimas e acrescentam valor aos contextos sociais, na medida em que reflectem diferentes perspectivas sobre a realidade.

Um outro ponto de relação entre os estudos culturais e a MAC tem que ver com as metodologias de produção de conhecimento. Os estudos culturais reflectem a sua abrangência nas metodologias que são mobilizadas (Barker & Jane, 2016). Estas metodologias, de natureza essencialmente qualitativa, cruzam-se com as que são utilizadas no âmbito dos projectos de MAC, por exemplo, a etnografia e a análise documental. As metodologias que a que mais frequentemente se recorre, num e noutro caso, implicam a observação e a análise de conteúdo. Desta forma, pode acontecer uma compreensão mais profunda dos territórios e das pessoas que os ocupam, levando ao questionamento do “status quo” desafiando-o sempre que as questões de poder no acesso à cultura possam evidenciar-se. No caso da MAC o recurso a estas metodologias tem como objectivo a realização de um diagnóstico para planificação de uma intervenção.

Há assim um conjunto de elementos de base que são coincidentes nestas duas áreas de saber. Estes elementos – objecto, paradigma e método – parecem ser partilhados pela MAC e EC por corresponderem a um modelo de compreensão das dinâmicas sociais do quotidiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fluidez associada aos Estudos Culturais e à MAC implica um estado de liminaridade disciplinar que nem sempre se coaduna com a prática de categorização que frequentemente se encontra na sociedade e na academia. Contudo, essa pode ser uma importante contribuição para a compreensão dos fenómenos sociais na sua totalidade e complexidade. Para a MAC, essa visão interdisciplinar e política, é fundamental para a sua acção que tem como objectivo último contribuir para a transformação social no sentido da sustentabilidade. O espaço que os EC criam para os múltiplos debates que estão associados ao campo de acção da MAC, são fundamentais para a criação e estabelecimento do seu próprio quadro teórico e conceptual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- UNESCO. (2002). *Declaration on cultural diversity, cultural diversity series #1*. UNESCO.
- Arnaud, L. (2018). *Agir par la culture*. Editions de l'Attribut.
- Barker, C. & Jane, E. (2016). *Cultural Studies: theory and practice*. Sage.

- Campos, R. & Câmara, S. (2019). *Arte(s) urbana(s)*. Edições Húmus.
- Portugal. (2021). *Carta do Porto Santo: A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. Conferência do Porto Santo; República Portuguesa – Cultura; Plano Nacional das Artes; GEPAC; Região Autónoma da Madeira; Madeira Islands; Portugal.EU
- Cruz, C. B., Vieira, N. & Vohlgemuth, L. (2021). Degree in artistic and cultural mediation (ESELx – IPL): a critical analysis on the role of the mediator and mediation process in the Portuguese context. Da *Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional*, 11(2), 118–137. <https://doi.org/10.25757/invep.v11i2.268>
- Damasceno, J. (2010). *Museus para o povo português*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ferreira, L. S. (2019). Cultivar. In T. Fradique (Ed.), *O público vai ao teatro* (pp. 114–124). Teatro Meia Volta e Depois à Esquerda Quando Eu Disse.
- Gattinger, M. (2011). Democratization of culture, cultural diplomacy and governance. *Canadian Public Arts Funders (CPAF)*. Annual General Meeting, 3–7.
- Hadley, S. & Belfiore, E. (2018). Cultural democracy and cultural policy. *Cultural Trends*, 27(3), 218–223. <https://doi.org/10.1080/09548963.2018.1474009>
- Henry, P. (2014). *Un nouveau référentiel pour la culture?*. Editions de l'Attribut.
- Laaksonen, A. (2010). *Making culture accessible: Access, participation and cultural provision in the context of cultural rights in Europe*. Disponível em <http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/ana/LaaksonenMakingCultAccessible.pdf>
- Lussier, M. (2015). *L'appropriation de la médiation culturelle dans la Vallée-du-Haut-Saint-Laurent: caractéristiques, besoins e enjeux des artistes et des travailleurs culturels*. Culture pour tous, Autour de Nous et Service aux collectivités de l'UQAM
- Kelly, O. (1984). *Community, art & the State: Storming the citadels*. Comedia Publishing Group.
- Kim, J. (2020). Postinternet art of the moving image and the disjunctures of the global and the local: Kim Hee-cheon and other young East Asian artists. *CLCWeb: Comparative Literature and Culture*, 21(7). <https://doi.org/10.7771/1481-4374.3657>
- Matarasso, F. (2019). *Uma arte irrequieta: reflexões sobre o triunfo e a importância da prática participativa*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Matarasso, F. & Landry, C. (1999). 12 *Balancing act: twenty-one strategic dilemmas in cultural policy*. Disponível em [https://books.google.co.uk/books?hl=en&lr=&id=mufg31vHyfoC&oi=fnd&xpg=PA7&dq=Balancing+act++twentyone+strategic+dilemmas+in+cultural+policy+matarasso&ots=K4ceUulJ0t&sig=Y2Ljba1TqYhSrDlJadJPfe4F7X0&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Balancing+act+%3A+twenty-one+stra](https://books.google.co.uk/books?hl=en&lr=&id=mufg31vHyfoC&oi=fnd&xpg=PA7&dq=Balancing+act++twentyone+strategic+dilemmas+in+cultural+policy+matarasso&ots=K4ceUulJ0t&sig=Y2Ljba1TqYhSrDlJadJPfe4F7X0&redir_esc=y#v=onepage&q=Balancing+act+%3A+twenty-one+stra)

- Meuleman, L. (2013). Cultural diversity and sustainability metagovernance. In L. Meuleman (Ed.), *Transgovernance*. Springer, Berlin, Heidelberg. [https://doi.org/10.1007/978-3-642-28009-2\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-642-28009-2_2)
- Mörsch, C. & Holland, A. (2015). *Time for cultural mediation*. Disponível em <https://www.kulturvermittlung.ch/zeit-fuer-vermittlung/index.html>
- Portela, A. (1987). *Salazarismo e artes plásticas*. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação.
- Vlachou, M. (2019). Anfi-teatro. In T. Fradique (Ed.), *O público vai ao teatro* (pp. 105–111). Teatro Meia Volta e Depois à Esquerda Quando Eu Disser.
- Mateus, A., Primitivo, S., Caetano, A., Barbado, A. & Cabral, I. (2010). *O sector cultural e recreativo em Portugal - Sumário executivo*. Lisboa
- Xavier, J. B. (2016). As artes e a cultura no fio da navalha. In J. B. Xavier (Ed.), *A cultura na vida de todos os dias* (pp. 17–32). Porto Editora.
- Zebracki, M. (2013). Beyond public artopia: public art as perceived by its publics. *Geo-Journal*, 78(2), 303–317. <https://doi.org/10.1007/s10708-011-9440-8>



## CIÊNCIAS DA CULTURA NA UTAD: PERCURSO (E ATRIBUIÇÕES) DE UMA ÁREA CIENTÍFICA

### **Fernando Alberto Torres Moreira**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD  
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - CECS

### **Orquídea Maria Moreira Ribeiro**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD  
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - CECS

### PRIMÓRDIOS

Desde o ano da sua fundação, em 1986, que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro integrou na estrutura curricular dos seus cursos via ensino – Português/Francês; Português/Inglês; Inglês/Alemão – uma UC de Cultura de cada língua (Cultura Inglesa, Cultura Alemã e Cultura Francesa) e a unidade curricular de Mentalidades e Cultura Portuguesa, uma situação que se manteve até 1999, data em que, após reestruturação desses cursos, foi introduzida a disciplina de Cultura Portuguesa em sua substituição; tratou-se de uma alteração orgânica funcional, mas igualmente significativa: até então a lecionação era assegurada por um docente com formação em História, mas a circunstância de, a partir de 1999, o quadro docente do Departamento de Letras passar a contar com um doutorado em Cultura Portuguesa levou a um recondicionamento da estrutura curricular e consequente distribuição das UC já que, pela primeira vez havia alguém com formação científica específica na área da Cultura.

Estava dado o primeiro passo no sentido da afirmação de uma área científica que, até essa altura, se subsumia noutras como sejam a História, a Antropologia, a Sociologia ou, como era o caso mais óbvio na UTAD, na Literatura/Estudos Literários: a orientação do ensino em Cultura dependia da tipologia de formação específica do docente e, no Departamento de Letras da UTAD, que contou na sua construção com a ajuda preciosa de docentes

da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a cultura era vista como algo que pertencia, naturalmente, à Literatura.

## CRIAÇÃO

O primeiro curso com marca exclusiva “Cultura” seria criado na UTAD em 2002, um mestrado em Cultura Portuguesa, com as resistências óbvias decorrentes do acima afirmado; entretanto, com a aprovação de um 1º ciclo em Línguas Estrangeiras Aplicadas (2002) foi possível integrar na sua estrutura curricular uma disciplina de Temas de Cultura Contemporânea e, no novo curso de licenciatura em Ciências da Comunicação (2005) nova possibilidade se abriu com a inclusão de UC de Temas de Cultura Portuguesa e Média e Cultura Contemporânea, o mesmo acontecendo no curso de 2º ciclo em Ciências da Comunicação (2007) que integrava a disciplina obrigatória de Média e Cultura Contemporânea.

A implementação das medidas resultantes do Processo de Bolonha conduziria não só a novas reestruturações dos cursos existentes como à criação de outros. O mestrado em Cultura Portuguesa foi “convertido” num 2º ciclo em Língua e Cultura Portuguesas (2007-2011), funcionando com especializações separadas nas áreas da Linguística e da Cultura; a circunstância de praticamente só atrair alunos da área da cultura levou à sua descontinuidade e abriu a porta à reflexão para a implementação de um novo conceito e caminho para os estudos em cultura na UTAD, tendo sido lançado, no ano letivo de 2008-2009, um novo 2º ciclo em Ciências da Cultura que se integrava perfeitamente na nova definição das áreas científicas de doutoramento publicada em no *Diário da República* em 2008 e onde figurava, pela primeira vez, a possibilidade/oferta de formação pós-graduada em Ciências da Cultura. Entretanto, o Departamento de Letras, por força de uma reorganização interna da área das Ciências Humanas e Sociais, passaria a designar-se como Departamento de Letras, Artes e Comunicação, uma nominalização que se expressava e materializava na plenitude nas variantes de especialização que o 2º ciclo em Ciências da Cultura oferecia, nomeadamente, Cultura e Comunicação e Cultura e Artes: a área cumpria e assumia, por essa via, o seu carácter transversal. Ainda na sequência das novas matrizes estruturais e curriculares que Bolonha impôs, também foi aprovado na UTAD um doutoramento em Língua e Cultura Portuguesas que, à semelhança do 2º ciclo antes referido, conferia a possibilidades de realização de teses em Língua ou Cultura Portuguesas.



A adesão muito positiva à oferta de formação do 2º ciclo em Ciências da Cultura conduziria à descontinuidade da formação pós-graduada em Língua e Cultura Portuguesas em 2011, o mesmo sucedendo ao doutoramento com a mesma designação que deixou de ser oferecido a partir de 2012 porque uma nova proposta de formação de 3º ciclo em Ciências da Cultura tinha sido aprovada e posta em funcionamento no ano letivo de 2012-2013; refira-se que, desde o seu início, as propostas de formação pós-graduada em Ciências da Cultura da UTAD mereceram níveis de procura nacional e internacional, particularmente de estudantes brasileiros neste último caso.

A falência dos cursos de formação de professores tradicionais, fosse pela falta de candidatos fosse pelo novo modelo que o Processo de Bolonha implicava, conduziu ao encerramento das licenciaturas em Português/Francês, Português/Inglês e Inglês/Alemão nas quais, como se pode inferir pelo acima descrito, a presença da área da Cultura, em termos específicos, era pouco mais que residual. A solução encontrada na UTAD para este vazio criado foi a aprovação de um curso de 1º ciclo em Línguas, Literaturas e Culturas para o qual se adotou uma estrutura científica tripartida (Ciências da Linguagem, Estudos Literários e Ciências da Cultura) e com um sistema de ECTS distribuído equitativamente pelas diferentes áreas: após um ano de formação geral os estudantes têm a possibilidades de diferentes opções, em versões *major* e *minor* para os 2º e 3º anos, nomeadamente em Estudos Culturais, designação que, pela primeira vez foi adotada em cursos da UTAD; registre-se que, desde a implementação do curso que conta com um *numerus clausus* baixo (começou com 25 e presentemente é de 37), o major de Estudos Culturais tem funcionado ininterruptamente.

Entre as novas propostas de formação do Departamento de Letras, Artes e Comunicação foi igualmente aprovado pelos órgãos da UTAD e pela A3Es um 1º ciclo em Ciências da Cultura por iniciativa dos docentes da área da Cultura, o qual, sem qualquer explicação oficial que ainda hoje se conheça, nunca chegou a ser implementado, o que é incompreensível se se considerar não só o sucesso entretanto obtido pelos cursos de pós-graduação, como pela óbvia e necessária conclusão da fileira da área, para já não se referir que as novas ofertas que começavam a surgir noutras instituições nacionais de ensino superior preencherem sistematicamente as vagas postas a concurso.

## CONSOLIDAÇÃO

Por estes dias, os cursos da UTAD na área da Cultura estão perfeitamente estabilizados e consolidados; as sucessivas avaliações a que foram sujeitos pelas entidades competentes têm decorrido sem percalços e as propostas de reestruturação apresentadas acolhidas muito positivamente e até reforçadas com sugestões sobre aspetos que visam o reforço da identidade da área. De igual modo, os mestres e doutores estrangeiros formados nos cursos de Cultura da UTAD não têm tido qualquer dificuldade de, nos seus países, verem reconhecidos os graus obtidos. Contudo, a chegada ao mar da estabilidade que as recentes avaliações dos cursos de 2º e 3º ciclos em Ciências da Cultura comprovam foi precedida de caminhos algo tortuosos e com obstáculos muitas vezes difíceis de ultrapassar.

Áreas como as de Literatura/Estudos Literários ou Economia e Gestão (que pertencem à mesma Escola de Ciências Humanas e Sociais em que se integra o DLAC e, logo, a área das Ciências da Cultura) foram de convivência não muito fácil e a sua participação (que deveria ser natural dadas as situações de proximidade concetual) nos cursos de Cultura ou, sequer, a simples aceitação da existência da área das Ciências da Cultura (pelo menos por parte de alguns dos elementos das áreas mencionadas) pautou-se por recorrentes situações de atrito mais ou menos declaradas; como exemplo, cite-se a aprovação do mestrado em Cultura Portuguesa por parte do Conselho Científico da UTAD que, ao tempo, integrava todos os doutores da Academia, a qual recebeu o voto negativo dos representantes dessas mesmas áreas. Esta postura repetiu-se sempre que simples alterações eram propostas em termos curriculares, gerando fortes resistências e votos desfavoráveis anunciados nos diferentes órgãos deliberativos ou de simples auscultação, reveladores da incompreensão e não aceitação da existência da área das Ciências da Cultura. Ainda hoje, e passados que são vinte anos sobre a aprovação do primeiro curso da área da Cultura na UTAD e consolidada, como está, a oferta formativa, e mesmo após o reconhecimento formal da Cultura como área científica – em 2018 a UTAD procedeu a uma reorganização das áreas disciplinares/científicas (despacho n.º 6730/2018 publicado no Diário da República n.º 13, de 10 de julho de 2018) e criou a área científica das Ciências da Cultura e da Comunicação, subdividida em subárea das Ciências da Cultura e subárea das Ciências da Comunicação – não raro se contestam propostas de júri para as dissertações de mestrado e teses de doutoramento em Ciências da Cultura com base em putativas razões científicas (e desconsiderando os regulamentos)

por parte de quem continua a viver num passado que a realidade demonstra que já não existe... e com base no não reconhecimento/aceitação da existência factual da área dos Estudos Culturais. A área das Ciências da Cultura na UTAD foi também alvo de uma purga feita às unidades curriculares, porque desnecessárias (!) aquando de uma reestruturação dos 1º e 2º ciclos em Ciências da Comunicação, uma situação só recentemente revertida.

Aponte-se ainda um outro exemplo do percurso e atribuições das Ciências da Cultura na UTAD: há cerca de nove anos uma equipa reitoral criou os denominados Grupos de Missão estratégicos, entre os quais a Missão da Cultura; para integrar esta última que tinha como função promover a cultura na comunidade académica e sua relação com o exterior, vários docentes foram escolhidos, ligados a várias áreas científicas como as Artes, a Linguística ou a Literatura... mas ninguém da área da Cultura foi sequer convidado! Curiosamente, ou talvez não, este caso seria replicado dentro da própria Escola de Ciências Humanas e Sociais, cuja presidência organizou uma Missão para a Cultura e Ciência que integrava docentes de diferentes áreas disciplinares, exceto da Cultura. Mas o paroxismo do modo como ainda alguns veem a Cultura (e a sua não aceitação como área científica) foi vivido pelos docentes quando, a dada altura, alguém com responsabilidades de governança na instituição tentou, sucessivamente, passar a ideia de que qualquer docente poderia lecionar cultura (ou os mesmos professores serem sobrecarregados lectivamente por se tratar de UCs de Cultura), levando a ousadia (e a ignorância, claro) ao cúmulo de não querer reconhecer a carga letiva da UC de Projeto de Tese do Doutoramento (20 ECTS), devidamente aprovada pela A3Es porque não era uma UC, mas um projeto!

## INVESTIGAÇÃO

Em 2007, o Centro de Estudos em Letras (CEL) acolheu a “área” da Cultura com um Projeto incluído no seu Plano Estratégico designado “Espaços e Paisagens Culturais na Ficção Africana de Língua Portuguesa” que decorreu até 2015. A estadia no CEL permitiu desenvolver investigação em Culturas Africanas de Língua Portuguesa, organizar eventos, publicar artigos e editar livros mantendo alguma dinâmica de grupo. Contudo, e apesar do CEL ser multidisciplinar, a única área avaliada era a da Linguística, grupo de investigadores maioritários. Uma reestruturação do CEL ditada superiormente e a situação de “menoridade” da área da Cultura conduziu à decisão de um repo-

sicionamento por parte dos investigadores que, em 2015, passaram a integrar o Centro Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM) ancorado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Apesar da “Cultura, Espaço e Memória” constar na designação do CITCEM, não havia um grupo de investigação ligado à Cultura nem o reconhecimento da existência de uma área específica de Estudos de Cultura/ Estudos Culturais, razão pela qual o grupo em que foram integrados os docentes de Cultura da UTAD era maioritariamente constituído por docentes e investigadores de Literatura. Mesmo assim, e dada a transversalidade disciplinar do projeto do CITCEM, foi possível desenvolver investigação na área seguindo um projeto “informal” em torno das representações culturais do Império Colonial Português, mas sem qualquer ligação ou orientação ao CITCEM.

Em julho 2021, na decorrência da reorganização das áreas disciplinares/científicas da UTAD efetuada em 2018, já referida, que criou a área das Ciências da Cultura e da Comunicação, com duas subáreas - Ciências da Cultura e Ciências da Comunicação – e de uma decisão estratégica do responsável reitoral para a investigação, os docentes de Cultura da UTAD optaram por integrar o Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho onde desenvolvem a sua atividade investigativa na linha temática de Estudos Culturais.

Internamente, as Ciências da Cultura têm sido parte ativa na realização dos Encontros Internacionais de Reflexão e Investigação (EIRI) que se realizam anualmente desde há vinte e quatro anos, nos últimos anos com uma secção específica para apresentação de comunicações na área; de igual modo, os docentes de Cultura têm participado regularmente com artigos na *Revista de Letras* (séries I e II) da UTAD, tendo inaugurado uma nova série, agora com números temáticos de responsabilidade específica de cada área do DLAC, para a qual já contribuiu com dois números em 2021 e 2022. Finalmente, e para além do estabelecimento de parcerias internacionais, e concretização de eventos científicos em parceria, nomeadamente, entre outras, com a UNICAMP (Universidade de Campinas, Brasil) ou Universidade FEEVALE (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil), no âmbito da investigação em sede do mestrado e doutoramento, os responsáveis da área das Ciências da Cultura promovem com regularidade as Jornadas de Investigação em Ciências da Cultura em que são presentes projetos de mestrado e de doutoramento dos estudantes e os Ciclos de Conferências em Ciências da Cultura em que são convidados académicos e investigadores externos à UTAD.

De referir como nota complementar que o Plano Estratégico da UTAD 2021-2025, menciona, pela primeira vez, o empenho da instituição com a cultura, inovação, criatividade, transformação digital, criação e desenvolvimento de projetos em património, cultura e indústrias culturais a nível do ensino, destacando-se o incentivo para o desenvolvimento de uma “maior proximidade com o tecido empresarial e enquadrado na transição digital” e apostando na “Inovação e [n]a Cultura como (...) parte estruturante das ofertas curriculares” (PE\_UTAD 2021-2025), associada ao “crescimento e desenvolvimento tecnológico, com enorme impacto no emprego e na empregabilidade (PE\_UTAD 2021-2025).

## NOTAS FINAIS

No quadro da oferta formativa pós-graduada do Departamento de Letras, Artes e Comunicação da UTAD, a área das Ciências da Cultura não só oferece há mais tempo esse tipo de formação como o tem feito de forma ininterrupta, o que não acontece com nenhuma outra área ou subárea disciplinar do departamento, apesar de um problema quase crónico em termos das necessidades letivas permanentes não supridas. Esta realidade suscita a urgência da criação de um 1º ciclo, não só para fechar a fileira formativa, como também com o propósito de abrir e concatenar a área aos novos caminhos tecnológicos nos quais a Cultura encontra uma parceria ideal para a sua afirmação e expansão enquanto área de estudos situada no cruzamento das Humanidades e dos Estudos Sociais, bem como para a sua importância para o desenvolvimento e bem-estar social e económico do ser humano.



# JUVENTUDE E ESTUDOS (SUB)CULTURAIS: REVISITANDO UM PROGRAMA DE PESQUISA

**Ricardo Campos**

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA - NOVA FCSH)

**José Alberto Simões**

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA - NOVA FCSH)

## INTRODUÇÃO

Este texto, tal como os outros que se encontram nesta coletânea, surge no âmbito da 1ª conferência da Rede de Estudos Culturais que se realizou em Aveiro em 2022. O propósito do encontro e, em particular, da comunicação realizada por um dos presentes autores, foi o de abordar as iniciativas desenvolvidas por diversas instituições nacionais no campo dos estudos culturais. Um dos autores esteve em representação do CICS.NOVA<sup>1</sup>, Unidade de Investigação à qual pertencemos desde 2015. De mencionar que o CICS.NOVA não tem uma linha de pesquisa especialmente dedicada aos estudos culturais, embora seja de referir a existência de temáticas e linhas de pesquisa que se podem inscrever neste campo interdisciplinar e que merecem destaque. Neste âmbito, pode-se aludir a existência de diversas pesquisas em torno das questões de género, das culturas juvenis ou dos media digitais, temáticas que, como sabemos, têm sido objeto privilegiado de investigação nos estudos culturais.

No entanto, este texto não pretende corresponder a uma descrição exaustiva destas questões, nem da sua inserção ao nível do trabalho desenvolvido no âmbito do CICS.NOVA. Propomos, em alternativa, uma discussão em torno daquilo que tem sido uma linha de investigação que, a nosso ver, se afi-

---

<sup>1</sup> O CICS.NOVA é uma unidade de investigação criada em 2015, a partir da fusão de três outras unidades: CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia (NOVA FCSH), e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional (NOVA FCSH) e CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais, (Universidade do Minho). O CICS.NOVA está sediado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e tem Pólos noutras instituições de ensino superior (Universidade do Minho, Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Politécnico de Leiria).

gura como marcante a nível nacional, pelo seu pioneirismo e ligação intrínseca à tradição dos estudos culturais britânicos. Diga-se, em abono da verdade, que esta linha de pesquisa tem antecedentes ligados a outros centros de investigação, embora esteja desde início fortemente ligada à FCSH e ao seu departamento de sociologia<sup>2</sup>. Referimo-nos, em concreto, a uma linha de investigação em torno das culturas e subculturas juvenis, que se iniciou em meados da década de 90<sup>3</sup> e que se foi gradualmente solidificando. Apesar de envolver diversos objetos de pesquisa, em torno da juventude, o que merece destaque é a abordagem remetendo para as práticas criativas e estéticas desenvolvidas pelos jovens. A abordagem adotada está particularmente interessada em entender a articulação entre as identidades sociais dos jovens e os processos de consumo e produção cultural, particularmente no contexto de determinados grupos ou comunidades com uma posição periférica ou subalterna. Aqui distanciamos-nos de perspectivas estritamente culturalistas, para nos situarmos no âmbito de abordagens preocupadas igualmente com os contextos sociais das práticas culturais, que as organizam de forma complexa.

Neste âmbito o universo do rap, do graffiti e da arte urbana, bem como do ativismo cultural, artístico e digital, têm merecido a nossa atenção. Esta é uma abordagem que não ignora, antes pelo contrário, a articulação entre as práticas criativas, a produção e consumo cultural e a dimensão política que atravessa estes processos sociais. Neste sentido, os estudos culturais não se apresentam como uma área disciplinar definida, mas como um campo “multi e pós-disciplinar” (Barker, 2002, p. 3), com determinadas preocupações analíticas e práticas. A cultura – entendida enquanto significado – e as suas representações constituem a preocupação central, mas igualmente as suas consequências, o que nos remete para o poder e os mecanismos geradores das práticas significativas.

O propósito deste texto é, então, por um lado, revisitar e avaliar cerca de duas décadas de pesquisa neste campo e, por outro lado, debater aquilo que entendemos ser a articulação entre a juventude enquanto objeto científico e os estudos culturais, no mundo contemporâneo.

<sup>2</sup> Nomeadamente a projetos de investigação desenvolvidos no entretanto extinto CEOS – Instituto de Investigações Sociológicas, entre 1996 e 2000, no departamento de Sociologia da FCSH.

<sup>3</sup> Para a emergência desta área pesquisa foi particularmente relevante o financiamento da FCT a três projetos de pesquisa desenvolvidos no departamento de sociologia da FCSH, de que daremos conta mais à frente.



## CONSTRUÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE

Sendo um lugar-comum sociológico, nunca é demais sublinhar que os grupos etários correspondem a construções socio-históricas. Quer as categorias etárias criadas, quer as fronteiras que as definem, bem como os papéis que lhes são atribuídos, resultam de processos sociais complexos, que dependem de circunstâncias e dinâmicas históricas. Como vários autores demonstraram (Áries, 1988; Feixa, 2006; Pais, 1993), a infância e a juventude são invenções que resultam de processos históricos claramente identificados.

A academia participa, obviamente, da forma como se constrói a juventude enquanto categoria socio-etária. Há uma perspectiva bio-psicológica, particularmente centrada em critérios de ordem fisiológica e comportamental, atenta às transformações corporais e emocionais dos indivíduos. No campo das ciências sociais, a preocupação é outra. A juventude enquanto fase de vida, composta por indivíduos partilhando uma condição social semelhante (dependência, subalternidade) e uma série de papéis sociais correspondentes (filho, estudante), regulados por um conjunto de instituições sociais (escola, família). No entanto, este não é um campo inteiramente regulado e vigiado, sendo que existem territórios de emancipação, criatividade e ruptura, como muito bem demonstraram os estudos (sub)culturais. As culturas juvenis traduzem, precisamente, esse lado mais dinâmico e irreverente associado a esta fase de vida, mediante a afirmação de práticas alternativas que parecem escapar aos modelos normativos dominantes.

A forma como estas categorias são entendidas também se tem alterado, sendo fruto de negociações e tensões sociais. A infância de início do século passado, não se assemelha à infância contemporânea. Não são apenas os limites etários do grupo que podemos entender como jovem que se têm alterado, é também a aquisição dos atributos de maioridade que nos permitem definir os limiares de transição para a idade adulta. Este facto confronta-nos com diferentes modelos de transição (Galland, 1997). Esta variabilidade não decorre apenas do tempo histórico, mas de outras variáveis de ordem social, geográfica ou cultural. A latitude geográfica, classe social ou religião de pertença determinam que a infância e juventude sejam concebidas de forma diferenciada. Logo, decorre daqui algo que nos parece evidente, a juventude não é, apenas, uma categoria biológica, determinada por critérios fisiológicos e psicológicos. Deste modo, há que ter em consideração que apesar de parâmetros socialmente consensualizados nos permitirem distinguir certos indivíduos como jovens, partilhando uma série de atributos, há uma enorme variedade de si-

tuações que nos obrigam a olhar para a heterogeneidade da juventude. Esta variação é social, geográfica e histórica, algo que as abordagens antropológicas há muito reconhecem, atentas às diferenças socioculturais que a juventude assume em contextos não-Ocidentais (Amit-Talai e Wulff, 1995).

Os estudos culturais partem, precisamente, destas premissas, atentos ao papel que diferentes atores e processos socio-culturais detêm na construção das identidades coletivas e na produção de determinadas práticas culturais significativas.

## JUVENTUDE E ESTUDOS (SUB)CULTURAIS

A tradição dos estudos subculturais está umbilicalmente ligada ao Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da universidade de Birmingham, instituição que nos anos 70 albergou uma equipa especialmente dedicada ao estudo de novas dinâmicas juvenis, particularmente mediáticas e disruptivas. O estudo das denominadas subculturas juvenis do pós-Guerra, no Reino Unido, associadas a movimentos como os punks, os skinheads, os rastafáris, os mods ou os rockers, que se caracterizam por um estilo visual distintivo, deu origem à constituição de um corpo teórico eclético que se inspirou em múltiplos autores e tradições – das conceções da Escola de Chicago e do funcionalismo sobre desvio à semiologia, passando pelas noções de Gramsci sobre ideologia e hegemonia, pelo estruturalismo ou pela psicanálise, entre outras referências<sup>4</sup>. A obra seminal de Hall e Jefferson (1976), *Resistance through rituals*, estabeleceu todo um programa de pesquisa com uma base teórica de inspiração marxista, procurando entender e teorizar a forma como os jovens das classes populares britânicas lidavam com uma série de contradições do capitalismo e consumismo. A juventude era entendida como um agente criativo, com capacidade para gerar respostas inovadoras e ideologicamente significativas, perante os processos de hegemonia e coerção impostos pela ideologia e cultura dominantes.

Os autores do CCCS preocuparam-se em compreender a articulação entre as dimensões estruturais de pertença dos jovens (na classe trabalhadora, na cultura dos pais) e as suas práticas, representações e expressões culturais. O domínio político encontrava-se, de alguma forma, subsumido nas preocupações de ordem simbólica, dado que as soluções coletivas encontradas para

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, para uma síntese do contexto histórico dos *cultural studies* e das correntes que marcaram o seu desenvolvimento, Hall (1986).

o problema da contradição estrutural vivida por estes jovens eram, essencialmente, de natureza cultural, não comportando resoluções políticas para os problemas sociais em questão (Cohen, 1997 [1972]). As subculturas juvenis eram apontadas como formas de *resistência simbólica* produzidas pelos jovens das classes populares à cultura das classes dominantes (Brake, 1985). A adoção de uma estética e postura determinadas, aquilo que Hebdige (1976) definiu enquanto “estilo” subcultural, servia como resposta interna de auto-valorização do coletivo, procurando resolver *magicamente* (isto é, simbolicamente) as contradições entre a cultura de massas (e o consumismo) ou a cultura dominante e as culturas de origem dos jovens.

O paradigma subcultural foi, a partir dos anos 80, alvo de substanciais críticas facto que implicou o surgimento de novas abordagens em torno de outras categorias conceptuais (Muggleton, 1997; Thornton, 1997; Bennett, 1999). As críticas à abordagem subcultural insistiram na natureza algo rígida, datada e empiricamente pouco fundamentada das suas análises, incapazes de darem conta de um contexto juvenil em mudança principalmente nas décadas de 80 e 90. Neste sentido, outros conceitos emergem adquirindo algum protagonismo no campo dos estudos juvenis, no âmbito daquilo que alguns autores denominaram de abordagens pós-subculturais (Bennett e Kahn-Harris, 2004; Muggleton e Weinzierl, 2003). O conceito de “neo-tribo”, particularmente alicerçado no quadro teórico de Maffesoli (Muggleton, 1997; 2000; Maffesoli, 1996 [1988]) ou de “cena”, nomeadamente no caso da performance e consumo de música urbana (Bennett, 2004; Peterson e Bennett, 2004), pretenderam dar conta de uma realidade juvenil mais fluída, heterogénea e fugaz, menos dependente de uma análise alicerçada na classe social – de cariz estrutural –, em consonância com os paradigmas pós-modernos em voga neste período (Bennett, 1999; Simões, 2002).

Apesar das limitações apontadas à abordagem subcultural, a verdade é que as propostas pós-subculturais (principalmente na sua variante pós-moderna) não se apresentam como uma solução universal para o problema da análise das práticas culturais juvenis. Desde logo, porque os limites apontados à estrutura social para explicar as práticas culturais parece encaminhar algumas análises para o extremo oposto, elucidando as práticas unicamente através das escolhas individuais, entendidas como instáveis e dispersas. Contudo, esta aparente instabilidade e dispersão não tornam os fatores estruturais completamente irrelevantes do ponto de vista analítico (Bennett, 2011; Simões e Campos, 2016b), como tem sido notado por vários autores empenhados em

reabilita a relevância explicativa da classe social (Griffin, 2011; McCulloch et al., 2006), do género ou da etnicidade (Blackman, 2005; Williams, 2011) nas suas análises.

Por outro lado, podemos identificar, em algumas abordagens pós-subculturais, a tendência para destituir ideologicamente essas mesmas práticas juvenis. Porém, o não reconhecimento da dimensão ideológica das práticas parece-nos excessiva, tendo em conta que várias culturas juvenis têm apresentado motivações ideológicas mais ou menos evidentes. Sem recuar a casos históricos mais óbvios (da luta pelos direitos civis ao pacifismo ou à ecologia), movimentos juvenis associados à ocupação de casas durante a década de 90 (McKay, 1998), movimentos pela justiça global (Juris, 2005) ou, mais recentemente, os protestos globais alicerçados nas redes digitais (Feixa e Nofre, 2013; Tejerina et al, 2013), são reveladores dessa dimensão ideológica (e também política) por detrás das práticas. Na verdade, algumas análises parecem ignorar que a dimensão *estética* associada às práticas juvenis não é incompatível com a sua dimensão *política*. Pelo contrário, ambas as dimensões encontram-se presentes em diferentes contextos, perceptíveis no que tem sido denominado como “carnavais de protesto” (St. John, 2003). Neste sentido, a orientação para o “hedonismo” não seria incompatível com *mobilização política* para determinadas causas. Este facto coloca a análise das subculturas juvenis contemporâneas perante o desafio de procurar conjugar teoricamente a relação entre as vertentes do *consumo* e da *resistência* presentes simultaneamente nas práticas juvenis (Johansson e Lalander, 2012).

Em todo o caso, a contestação subjacente às reivindicações de diferentes movimentos de protesto contemporâneo – como, por exemplo, no caso do movimento pela justiça global (Juris, 2005) – relativamente à sociedade dominante encaminha-se para um plano indiscutivelmente político, algo que nas subculturas juvenis estudadas pelo CCCS se limitava ao lazer (Feixa et al. 2002). Do mesmo modo, vários objetos de estudo juvenis atuais, tais como aqueles que estudámos em diferentes projetos ligados a “culturas urbanas” de que daremos conta de seguida, constituem bons exemplos desta dimensão política manifesta através de diferentes “estratégias urbanas de resistência” (Johansson e Lalander, 2012) marcadamente juvenis.

## UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA: IMAGENS, TECNOLOGIAS E PRÁTICAS CRIATIVAS

Mencionámos na introdução a este texto que estaríamos particularmente focados no trabalho pessoal que temos vindo a desenvolver, em colaboração com outros colegas do CICS.NOVA e da FCSH, com os quais temos partilhado a abordagem às (sub)culturas juvenis, dando a origem a um conjunto de publicações e projetos financiados. Esta produção conjunta, ao longo de cerca de duas décadas, deixou lastro e permite que se fale de uma linha de pesquisa consistente que é fortemente inspirada pela abordagem dos estudos (sub)culturais britânicos. Ainda que devidamente ponderadas as críticas que foram dirigidas à abordagem subcultural do CCCS de Birmingham, continuamos a ter em consideração a necessidade de pensar a natureza subalterna, subordinada e subterrânea (Thornton, 1997) de algumas comunidades e grupos sociais, que merecem ser analisados a partir dos seus posicionamentos sociais, numa lógica de tensão relativamente às categorias dominantes e normatividades hegemónicas. Assim, a abordagem subcultural não se limita a identificar práticas específicas associadas a grupos restritos (sugerido pelo prefixo “sub”), destaca também a relação de tensão que os mesmos estabelecem com a sociedade dominante ou maioritária, criando por isso universos culturais e simbólicos distintos e alternativos, regulados por um quadro normativo próprio, internamente gerado e mantido.

Foi precisamente este princípio que presidiu ao desenvolvimento de pesquisas em torno, por exemplo, do graffiti e do rap em Portugal. O primeiro respeita a uma prática de índole transgressiva, assente na marcação territorial cidadina (Campos, 2010). O segundo diz respeito a uma prática de natureza musical, tradicionalmente associada a campos sociais mais marginalizados e, com frequência, remetendo para minorias étnico-culturais (Simões, 2010). Em ambos os casos, as pesquisas realizadas procuraram dar conta de como estas produções de índole estético-cultural se configuram como elementos constitutivos de uma identidade cultural singular, servindo de laço de congregação de um conjunto de jovens. Estas práticas culturais, ainda que minorizadas, recriminadas ou mesmo perseguidas, como no caso do graffiti, representam um universo socio-cultural coerente que cumpre distintas funções, de ordem estética, lúdica e política (Campos, 2010).

Um primeiro projecto desenvolvido em torno das anteriores temáticas, Subculturas juvenis urbanas<sup>5</sup>, e que decorreu entre 2002 e 2004, dedicou-se a várias expressões da cultura hip-hop, debruçando-se sobre os produtores/criadores de cada uma das suas vertentes. Para além da observação de diferentes eventos e entrevistas aprofundadas com os protagonistas, foram recolhidos materiais visuais relevantes distintos (de fotografias a panfletos), que remetem para importância da imagem nestas subculturas.

Do anterior projeto – e a certa altura de forma simultânea – resultaram dois outros. O primeiro decorreu entre 2003 e 2006, e debruçou-se no estudo da relevância do uso de meios digitais na cultura hip-hop<sup>6</sup>. Na verdade, este projeto explorou de forma pioneira a inter-relação entre as dimensões online (que estava a despontar na época) e offline do hip-hop, recorrendo a uma metodologia de orientação qualitativa assente na observação, na realização de entrevistas com os criadores em cada uma das vertentes e observação e análise de plataformas online. O resultado deste estudo revelou a forma particular como os circuitos digitais alimentam e, simultaneamente, se alimentam das expressões do hip-hop offline (Simões, 2010).

O segundo projeto incidiu especificamente sobre o graffiti na área metropolitana de Lisboa, tendo decorrido entre 2005 e 2007<sup>7</sup>. Esta pesquisa recorreu a trabalho de terreno etnográfico, entrevistas (individuais e de grupo) e ao uso de metodologias visuais (fotografia e vídeo). Compreendeu também uma componente de observação online, que foi usada igualmente como forma de comunicação com alguns dos protagonistas. A orientação metodológica de base etnográfica revelou-se crucial para permitir captar a dimensão mais subterrânea e subversiva desta subcultura (Campos, 2010).

Inspirando-se nos resultados destes dois estudos, foi desenvolvida, entre 2009 e 2011, uma outra pesquisa exploratória centrada em músicos rap lusófono-descendentes que cantam em crioulo. Este estudo integrou-se num projeto mais amplo sobre trajetórias de inclusão e participação digital de grupos

<sup>5</sup> “Subculturas juvenis urbanas: Ideologia, performatividade e consumo cultural. O caso do movimento hip-hop”, projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCTI/SOC/41124/2001), coordenado por Sérgio Grácio, tendo decorrido entre 2002 e 2004, na FCSH.

<sup>6</sup> “Globalização, identidades e subculturas juvenis: representações e práticas culturais em contexto ‘virtual’”, projeto de doutoramento, orientado por Sérgio Grácio e co-orientado Francisco Rui Cádima, desenvolvido na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, entre 2003 e 2006.

<sup>7</sup> Projecto de Doutoramento em Antropologia, especialidade de Antropologia Visual pela Universidade Aberta, com a tese ‘Pintores de Cidades. Uma abordagem Antropológica ao Graffiti urbano’

e minoriais socialmente desfavorecidas em Portugal e nos EUA<sup>8</sup>. Em termos empíricos, a observação incidiu sobre jovens DJs e MCs luso-afrodescentes residentes num bairro na periferia da cidade de Lisboa. Este é um caso onde a dimensão subcultural – na aceção subterrânea e de resistência referida – é mais evidente, na medida em que não só trata de práticas e circuitos alternativos, como os mesmos se materializam num contexto socioespacial arredado dos circuitos dominantes. Não obstante, como constatámos, apesar do carácter restrito e particular destes circuitos, os mesmos articulam-se através das redes online com outros circuitos, contribuindo para a autopromoção, o empoderamento e a construção identitária destes jovens (Campos e Simões, 2011).

Mais recentemente, e perante a inelutável transformação tecnológica digital que fomos testemunhando, estivemos particularmente atentos à forma como estes campos sociais se adaptaram a novos recursos e realidades. Uma das dimensões que nunca esteve afastada das nossas análises é a dimensão política presente nestes fenómenos juvenis. Consideramos que estas práticas culturais que podemos apelidar de disruptivas, subalternas ou alternativas, existem num espaço que ainda que repleto de contradições, serve de contrapoder e desafio aos normativos dominantes. A sua capacidade de gerar tensão à ordem estabelecida, ao senso-comum e aos lugares de poder, cumpre um papel político relevante, enriquecendo uma sociedade que se quer plural e democrática.

Como resultado desta particular trajetória académica, nos últimos anos, debruçámo-nos sobre os temas da participação política e do exercício da cidadania dos jovens, considerando as esferas extra-institucionais de intervenção cívica. Perante um diagnóstico pessimista e, por vezes, moralista, que entende os jovens como atores politicamente desinteressados e apáticos, existe uma abordagem alternativa, particularmente devedora das perspectivas culturalistas, que defende precisamente o contrário (Pickard, 2019; Pitti, 2018; Soep, 2014). Para esta abordagem, na qual nos situamos, a desilusão com a política institucional e o afastamento da mesma é apenas uma face do fenómeno da participação política juvenil. Existe todo um território menos visível e desconsiderado pela mundivisão adultocêntrica, onde a política acontece. Nos interstícios de diferentes esferas da vida dos jovens, cruzando o universo lú-

---

<sup>8</sup> “Inclusão e participação digital. Comparação de trajetórias de uso de meios digitais por diferentes grupos sociais em Portugal e nos Estados Unidos” (Projecto UT-Austin/CD/016/2008), projeto financiado pela FCT ao abrigo do protocolo estabelecido com a Universidade do Texas, Austin. O projeto contou com a parceria da Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Texas (Austin) e Universidade do Porto.



dico, gregário, tecnológico e simbólico, despontam novas formas de debater e de intervir em determinadas causas sociais.

Este aspecto encontra-se patente no projeto que desenvolvemos entre 2014-15 sobre ativismo juvenil com recurso a meios digitais<sup>9</sup>. Num contexto de rescaldo da crise económica e financeira que assolou a Europa e várias partes do mundo, e que conduziu à adoção de medidas de austeridade implementadas por vários governos (Simões e Carmo, 2020), foi particularmente relevante assistir à forma como os jovens se muniram de diferentes recursos e gramáticas de expressão para dar voz às suas preocupações e posicionarem-se face às consequências da crise. O projeto desenvolvido focou-se no papel dos meios digitais enquanto formas privilegiadas de expressão, mobilização, recrutamento e comunicação sobre temas socialmente relevantes, tanto do ponto de vista individual como coletivo (Campos, Pereira e Simões, 2016; Simões e Campos, 2016; 2016a, 2016b; Campos, Simões e Pereira, 2018; Simões e Campos, 2020).

Prosseguindo com a preocupação em captar as diferentes formas de expressão cultural e criativa dos jovens com fins cívicos e políticos, desenvolvemos o projeto Artcitizenship<sup>10</sup>, onde exploramos o conceito de “artes da cidadania” (Campos e Sarrouy, 2020; Sarrouy, Simões e Campos, 2022) enquanto categoria conceptual em torno da qual convergem uma série de práticas criativas através das quais os jovens reinventam a política e as suas formas de participação coletiva. Recorrendo a recursos como a imagem, o corpo, o som ou as tecnologias, os jovens demonstram capacidade para intervir à margem da política eleitoral e partidária e dos seus actores.

Neste campo gostaríamos de destacar, mais uma vez, o papel crucial desempenhado pelos media digitais. Perante a crescente mediatização e digitalização do nosso mundo é inevitável falar do impacto que estes recursos têm no quotidiano dos mais jovens. Estes vivem num mundo altamente conectado e digital, sendo mais proficientes no seu uso que a geração dos seus pais. Temos verificado precisamente que os jovens desenvolvem novas gramáticas de expressão individual e de intervenção coletiva que recorrem frequentemente às redes sociais digitais, criando formas inovadoras de participação. O Instagram ou Fa-

<sup>9</sup> “Ativismo juvenil em rede: media digitais, movimentos sociais e cultura participativa entre jovens activistas”, projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (EXPL/IVC-COM/2191/2013), coordenado por José Alberto Simões. tendo decorrido na FCSH entre 2014 e 2015.

<sup>10</sup> “Artcitizenship - Juventude e as artes da cidadania: práticas criativas, cultura participativa e activismo”, projeto financiado pela FCT (PTDC/SOC-SOC/28655/2017), coordenado por Ricardo Campos, tendo decorrido na FCSH entre 2018 e 2022.



cebook, por exemplo, ora servem para divulgar ilustrações e textos, ora contribuem para lançar o debate ou mobilizar os pares para iniciativas diversas.

## EM JEITO DE CONCLUSÃO: CONTRIBUTOS PARA (RE)PENSAR A JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA

Não querendo nem podendo ser exaustivos, gostaríamos apenas de avançar com duas ideias que nos parecem cruciais para (re)pensar a juventude do século XXI a partir dos estudos culturais.

A primeira diz respeito à necessidade de reverter um olhar fundador excessivamente etno-espacio-cêntrico. Ainda que por via da centralidade que o conceito de globalização foi adquirindo a partir dos anos 80 e 90, hoje estejamos mais sensíveis à diversidade geográfica e cultural da juventude, importa, todavia, reconhecer que a juventude tem sido tratada basicamente enquanto categoria sociocultural Ocidental (ou do chamado Norte Global), fabricada política, económica, mediática e academicamente, no século XX (Amit-Talai e Wulff, 1995; Campos e Nofre, 2021; Nilan, e Feixa, 2006). Existe uma representação simbólico-cultural (promovida pelos media e as indústrias culturais), política (fomentada pelas instituições políticas nacionais e transnacionais) e académica (distribuída pelos circuitos científicos dominantes) que tem por base condições e estilos de vida específicos, adscritos a um mapa geopolítico limitado. Os estudos juvenis contemporâneos devem, a nosso ver, procurar escapar a este panorama teórico-conceptual forjado no âmbito de um olhar euro/anglo-cêntrico (Nilan e Feixa, 2006; Gonzalez e Feixa, 2013) criando pontes com aquilo que Cooper, Swartz e Mahali (2019: 30) definem como “Youth studies for the global south”.

A segunda remete para a questão da mediação e digitalização da realidade que opera de forma veloz e se traduz em mudanças rápidas e muitas vezes drásticas na forma como nos relacionamos uns com os outros e com o mundo ao nosso redor. Habitando um mundo em que as relações são crescentemente mediadas e mediatizadas, repleto de ecrãs e de bens imateriais virtuais, importa criar mecanismos epistemológicos adaptados a esta realidade, capacitados para detetar e acompanhar as reconfigurações rápidas do mundo juvenil. Os estudos culturais desempenham um papel importante a este respeito, enquanto campo de natureza inter e multidisciplinar, cruzando a temática dos media, da produção e consumo estético-simbólico, bem como das relações de poder que sustentam estas dinâmicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amit-Talai, V. & Wulff, H. (1995). *Youth cultures – A cross cultural perspective*. Routledge
- Ariés, P. (1988). *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Relógio D'Água.
- Bennett, A. (1999). Subcultures or neo-tribes? Rethinking the relationship between youth, style and musical taste. *Sociology*, 3(3), 599–617.
- Bennett, A. (2011). The post-subcultural turn: Some reflections 10 years on. *Journal of Youth Studies*, 14(5), 493–506.
- Bennett, A. & Kahn-Harris, K. (Eds.). (2004). *After subculture: Critical studies in contemporary youth culture*. Palgrave MacMillan.
- Blackman, S. (2005). Youth subcultural theory: A critical engagement with the concept, its origins and politics, from the Chicago School to postmodernism. *Journal of Youth Studies*, 8(1), 1–20.
- Campos, R. & Nofre, J. (2021). *Exploring Ibero-American youth street cultures in the 21st Century - Creativity, resistance and transgression in the city*. Palgrave Macmillan.
- Campos, R. (2010). *Porque pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica ao graffiti urbano*. Fim de Século.
- Campos, R. & Sarrouy, A. (2020). Juventude, criatividade e agência política. *TOMO*, 37, 7-42.
- Campos, R. & Simões, J. (2014). Digital participation at the margins: online circuits of rap music by Portuguese Afro-descendant youth. *Young: Nordic Journal of Youth Research*, 22(1), 87-106.
- Campos, R., Simões, J. A. & Pereira, I. (2018). Digital media, youth practices and representations of recent activism in Portugal. *Communications - The European Journal of Communication Research*, 43(4), 489-507.
- Carmo, R. M. & Simões, J. A. (Eds.). (2020). *Protest, youth and precariousness. The unfinished fight against austerity in Portugal*. Berghahn Books.
- Cooper, A., Swartz, S., & Mahali, A. (2019). Disentangled, decentred and democratised: Youth studies for the global South. *Journal of Youth Studies*, 22(1).
- Feixa, C. (2006). *De jóvenes, bandas y tribus*. Ariel.
- Galland, O. (1997). *Sociologie de la jeunesse*. Armand Colin.
- Griffin, C. E. (2011). The trouble with class: Researching youth, class and culture beyond the “Birmingham School”. *Journal of Youth Studies*, 14(3), 245–259.
- Hall, S. (1986). Cultural Studies: Two paradigms. *Media, Culture and Society* 1980, 2, 52-72.
- Hall, S. & Jefferson, T. (Orgs.). (1976). *Resistance through rituals*. Hutchinson.
- Juris, J. S. (2005). Global justice activism. In Lonnie R. Sherrod (Ed.), *Youth activism: an international encyclopaedia* (pp. 289-295). Greenwood Publishing Company.

- Loader, B. D., Vromen, A., & Xenos, M. A. (2014). The networked young citizen: Social media, political participation and civic engagement. *Information, Communication & Society*, 17(2), 143-150.
- Maffesoli, M. (1996/1988). *The time of the tribes*. Sage.
- McCulloch, K., Stewart, A. & Lovegreen, N. (2006) “We just hang out together”: youth cultures and social class. *Journal of Youth Studies*, 9(5), 539–556.
- Muggleton, D. (1997). The post-subculturalist. In W. Redhead & O’Connor (Orgs.), *The clubcultures reader. Readings in popular Cultural Studies* (pp. 185-203). Blackwell.
- Muggleton, D. (2000). *Inside subculture: The postmodern meaning of style*. Berg.
- Muggleton, D. & Weinzierl, R. (Eds.). (2003). *The post-subcultures reader*. Berg.
- Nilan, P., & Feixa, C. (Eds.). (2006). *Global youth? Hybrid identities, plural worlds*. Routledge.
- Peterson, R. & Bennett, A. (2004). Introducing music scenes. In A. Bennett & R. Peterson (Orgs.), *Music scenes. local, translocal, and virtual vanderbilt* (pp. 1-15). University Press.
- Pickard, S. (2019). *Politics, protest and young people: Political participation and dissent in 21st century Britain*. Springer.
- Pitti, I. (2018). *Youth and unconventional political engagement*. Palgrave Macmillan.
- Sardinha, J. & Campos, R. (Eds.). (2016) *Transglobal sounds. Music, identity and migrant descendants*. Bloomsbury Academic Publishing.
- Sarrouy, A., Simões, J. & Campos, R. (2022) *A arte de construir cidadania: juventude, práticas criativas e ativismo*. Tinta da China.
- Soep, E. (2014). *Participatory politics. Next-generation tactics to remake public spheres*. MIT Press.
- Simões, J. A. & Campos, R. (2016a). Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 13(38), 130-150.
- Simões, J. A. & Campos, R. (2016b). Articulações entre a rua e o digital nas práticas culturais juvenis: os casos do rap de protesto e graffiti ilegal em Portugal. *Sociologias*, ano 18, (43), 272-299
- Simões, J. A. & Campos, R. (2017). Digital media, subcultural activity and youth participation: The cases of protest rap and graffiti in Portugal. *Journal of Youth Studies*, 20(1), 16-31.
- Simões, J. A. V. & R. Carmo (2020). Introduction. In R. Carmo & J. Simões (Eds.), *Protest, precariousness and youth. The unfinished fight against austerity in Portugal* (pp. 1-10). Berghahn Books.
- Simões, J. A. V. & Campos, R. (2020). Digital media, youth and the new grammars of activism in Portugal. In R. Carmo & J. Simões (Eds.), *Protest, youth, and precariousness. The unfinished fight against austerity in Portugal* (pp. 163-186). Berghahn Books.

- Tejerina, B., Perrugoría, I., Benski, T. & Langman, L. (2013). From indignation to occupation: A new wave of global mobilization. *Current Sociology*, 61(4), 377–392.
- Williams, J. P. (2011). *Subcultural theory: Traditions and concepts*. Polity.
- Woodman, D. & Bennett, A. (2015). Cultures, transitions, and generations: The case for a new youth studies. In D. Woodman & A. Bennett (Eds.), *Youth cultures, transitions, and generations. Bridging the gap in youth research* (pp. 1-15). Palgrave Macmillan.

# ESTUDOS CULTURAIS E TURISMO: POR UM PROJETO COMUM, HUMANÍSTICO E DEMOCRÁTICO

**Ana Gonçalves**

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE); Centro de Estudos Geográficos, Laboratório Associado TERRA, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa; CiTUR – Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo

## INTRODUÇÃO

Os estudos culturais apresentam uma relação incontornável com o turismo. As atividades turísticas promovem a convivência entre pessoas de contextos sociais e culturais diferenciados e o consumo da cultura do destino, nomeadamente através da visitação ao património cultural edificado, da interação com o património cultural intangível e do contacto com as práticas quotidianas das comunidades locais.

Este texto tem como principal objetivo proceder a uma reflexão sobre o modo como os estudos culturais têm sido integrados, operacionalizados e praticados nos cursos de 1.º e 2.º ciclos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), naquele que é o contexto específico do ensino superior politécnico em Portugal, nas áreas do turismo, hotelaria e restauração.

Pretende-se ainda explorar estratégias futuras de implementação e de articulação dos estudos culturais com o turismo que visem a construção de um projeto de cultura que entenda a cultura como bem comum, centrado na recuperação e reinterpretação dos conceitos de comunidade e de liberdade na contemporaneidade, que se pautem pela manutenção dos compromissos de ‘complexidade’, ‘contingência’, ‘contestação’, ‘mundaneidade’ e ‘envolvimento’ (Hall in Grossberg *et al.*, 1992; Grossberg, 2010), assumidos pelos estudos culturais enquanto projeto comum, humanístico e democrático.

## CULTURA E TURISMO: CONVERGÊNCIA, SIMBIOSE E RECIPROCIDADE

A cultura e o turismo estabeleceram desde sempre uma relação convergente, simbiótica e recíproca que afeta, de forma muito significativa, as atividades culturais e as práticas turísticas. As atividades turísticas promovem o contacto entre pessoas de contextos sociais e culturais diferenciados e o consumo da cultura do destino, onde se inclui, a título de exemplo, a visitação ao património cultural edificado, a interação com o património cultural intangível, o contacto com as práticas quotidianas das comunidades locais, entre outros aspetos. Assim sendo, a cultura, nas suas mais variadas formas, entendida *‘as a whole way of life’* pelo escritor galês Raymond Williams ([1981] 1995), um dos principais precursores dos estudos culturais, é precisamente o que alimenta as atividades turísticas. Neste sentido, a designação amplamente adotada de “turismo cultural”, ou seja, um tipo de atividade turística no qual a principal motivação dos visitantes é aprender, descobrir, experienciar e consumir os produtos e atrações culturais tangíveis e intangíveis de um determinado destino turístico (UNWTO, 2018), assume-se como redundante, uma vez que as atividades turísticas se apropriam sempre dos aspetos culturais do destino e as comunidades locais são elas próprias, de forma mais ou menos direta, impactadas por turistas e visitantes. Posto isto, todas as formas de turismo abarcam necessariamente uma dimensão cultural, até mesmo, por exemplo, as viagens cujo principal propósito é o de participar numa reunião de negócios num destino diferente daquele em que os turistas residem. Os estudos de cultura ou estudos culturais, dependendo da perspetiva adotada, oferecem-nos, pois, a possibilidade de compreender significados que se operam no âmbito das práticas turísticas e de refletir sobre o modo como as identidades individuais e coletivas se constroem no seio de sociedades marcadas por processos globalizantes.

A estreita articulação entre o turismo e a cultura opera-se igualmente na necessidade cada vez mais premente de preparar os profissionais do turismo com uma formação holística, interdisciplinar e que abarque competências de várias áreas, por um lado generalistas e, por outro, mais técnicas. Os profissionais de turismo devem ser capazes de comunicar de forma eficiente e eficaz com turistas e parceiros de negócios e de responder aos desafios globais e solicitações de pessoas com características culturais diferenciadas, sendo que essas aprendizagens podem, igualmente, ser encontradas no seio das temáticas abordadas pelos estudos culturais. A interdisciplinariedade é precisamente o

que nos permite, segundo Turner (2011), a remoção de barreiras entre as várias disciplinas e evita a sua compartimentalização, permitindo, assim, o acesso a objetos de estudo que haviam sido tornados invisíveis por estruturas tradicionais, com barreiras disciplinares bem definidas. Curiosamente, esta interdisciplinaridade, que caracteriza quer os estudos culturais, quer os estudos de turismo, e que é tida como eminentemente positiva, tem sido simultaneamente alvo de críticas devido à alegada falta de rigor e metodologia que estas áreas de estudo oferecem por se apropriarem, alegadamente de forma superficial, das metodologias de outras disciplinas.

Nesta articulação simbiótica entre turismo e estudos culturais será ainda importante considerar que o turismo se alimenta da cultura popular e do quotidiano, em especial o quotidiano das populações locais tornado produto através da oferta turística, temáticas estas que os estudos culturais têm colocado no seu centro de investigação e análise (Turner, 2011).

## **A CULTURA NOS CURSOS DE 1.º E 2.º CICLOS DA ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL (ESHTE)**

A Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) é uma instituição pública de ensino superior politécnico em Portugal. Este subsistema do ensino superior privilegia a “perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigida à compreensão e solução de problemas concretos” e tem como objetivos “proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais” (Artigo 11.º, Lei n.º 49/2005, p. 5122). No caso dos cursos de 1.º e 2.º ciclos da ESHTE, esta dimensão mais aplicada e de criação do saber profissional orienta-se por um maior enfoque na dimensão prática da aprendizagem, orientada pelo princípio do *saber-fazer*, que se traduz num conjunto de unidades curriculares (UC) práticas e teórico-práticas, em UC com docentes convidados que desenvolvem a sua atividade profissional no turismo, hotelaria e restauração e em UC de estágios curriculares (no caso dos cursos de 1.º ciclo), o que promove uma maior proximidade com o mercado de trabalho. Saliente-se ainda que a ESHTE tem como natureza, missão e princípios “a qualificação de alto nível e de excelência dos estudantes que a frequentam (...) através da promoção, produção e da difusão do conhecimento e da cultura, bem como da formação

cultural, artística, tecnológica e científica, quer dos seus estudantes, quer dos seus funcionários e docentes, num quadro de referência internacional” (Artigo 2.º, Despacho Normativo N.º 13/2021, p. 38).

A ESHTE oferece 5 (cinco) cursos de 1.º ciclo, conferentes de grau de licenciatura e a que correspondem um total de 180 ECTS<sup>1</sup> por curso: Direção e Gestão Hoteleira (DGH); Gestão do Lazer e Animação Turística (GLAT); Gestão Turística (GT); Informação Turística (IT) e Produção Alimentar em Restauração (PAR). Nestes cursos, as UC relacionadas com a cultura representam até 10% dos ECTS de cada curso. O curso de PAR não oferece qualquer UC cuja designação integre o conceito de cultura<sup>2</sup>, enquanto que os cursos de GLAT e IT são os que oferecem maior número de ECTS a UC neste contexto, das quais se destacam: Cultura Portuguesa (4 ECTS em GLAT, GT e IT, curso no qual acresce uma UC de Cultura Portuguesa II, também com 4 ECTS), Animação Cultural (6 ECTS em GLAT), Gestão e Programação Culturais (4 ECTS em GLAT), Recursos Naturais e Culturais (4 ECTS em GLAT e GT), Liderança e Cultura Organizacional (5 ECTS em GT), História e Cultura Mundial (5 ECTS em IT), Património Natural e Cultural (5 ECTS em IT) e Itinerários Culturais e na Natureza (UC de opção com 4 ECTS em IT). Refira-se, no entanto, que a estas UC acrescem algumas outras relacionadas com as Artes e duas UC de língua estrangeira em todos os cursos. Esta última referência é importante porque é muitas vezes no seio das línguas estrangeiras que se praticam os estudos culturais, o que se justifica pela articulação entre língua e cultura, mas também porque são habitualmente os docentes de línguas estrangeiras que possuem formação na área dos estudos de cultura/estudos culturais.

No que diz respeito ao 2.º ciclo, a ESHTE disponibiliza 7 (sete) cursos conferentes do grau de mestrado e a que correspondem um total de 120 ECTS por curso, sendo 50 ECTS referentes ao trabalho final (projeto, relatório de estágio ou dissertação), sendo alguns destes cursos oferecidos em parceria com outras instituições de ensino superior: Food Design; Gestão Hoteleira; Gestão em Hotelaria de Saúde e Bem-Estar (em parceria com a Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal); Inovação em Artes e Ciências Culinárias; Segurança e Qualidade Alimentar na Restauração; Turismo e Comunicação (em parceria com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa – IGOT-ULisboa); e

<sup>1</sup> *European Credit Transfer and Accumulation System.*

<sup>2</sup> Apesar de a UC de História da Alimentação e da Gastronomia, por exemplo, promover algumas reflexões histórico-culturais sobre estes temas.



Turismo, dividido em 3 (três) ramos de especialização (Gestão Estratégica de Eventos; Gestão Estratégica de Destinos Turísticos; Inovação em Turismo Ativo e de Experiências)<sup>3</sup>. No 2.º ciclo de estudos a oferta de UC na área da cultura é manifestamente inferior e maioritariamente composta por UC opcionais, consistindo apenas numa UC de Food Cultures (4 ECTS) no Mestrado em Food Design; numa UC de Turismo Cultural e Urbano (opcional, 4 ECTS) no Mestrado em Turismo; e nas UC de Comunicação e Cultura (6 ECTS), de *Urban Cultures and Sensorial Tourism* (opcional, 6 ECTS) e de Gestão de Recursos Culturais em Turismo (opcional, 6 ECTS) no Mestrado em Turismo e Comunicação. Refira-se que nas UC de Turismo Cultural e Urbano e de *Urban Cultures and Sensorial Tourism* a abordagem adotada é a dos ‘estudos culturais urbanos’, que permite uma reflexão interdisciplinar sobre a cultura em espaços urbanos, reconhecendo o contexto citadino como espaço privilegiado de práticas e mudanças culturais, na senda do que Fraser (2015) e o *Journal of Urban Cultural Studies* (desde 2014) preconizam. Nestas UC abordam-se, entre outras, temáticas como a economia cultural, a economia de experiências, as geografias culturais afetivas, o consumo e a mercantilização, as indústrias criativas e da cultura, a estetização dos espaços urbanos, o quotidiano, a dimensão cultural dos sentidos em espaço urbano, a autenticidade, a sustentabilidade, a qualidade de vida, bem como a(s) memória(s) e identidade(s) individuais e coletivas.

O que acontece, pois, nos cursos da ESHTE, como em muitos outros cursos de turismo, hotelaria e restauração no ensino superior politécnico, mas também universitário, é uma dependência da cultura em relação a outras áreas, como, por exemplo, a economia ou as ciências sociais, e não um estudo da cultura em si mesma. No caso da hotelaria e da restauração, mais do que em turismo, a ausência de UC relacionadas com a cultura é inquietante, sendo claramente privilegiado o desenvolvimento de competências técnicas por parte dos estudantes, em detrimento do conhecimento generalista, humanístico, de análise crítica e de comunicação e interação pessoal, competências essenciais a qualquer tipo de profissão. Aliás, esta baixa representatividade da cultura nos cursos da ESHTE é igualmente fruto de um apanágio que permeia o ensino superior politécnico em Portugal e que se prende com a desvalorização do pensamento teórico e crítico em detrimento da aprendizagem prática, técnica e especializada. Acresce ainda o facto de os estudos culturais carecerem

---

<sup>3</sup> Refira-se ainda que a ESHTE colabora no Doutoramento em Turismo, conferido pelo IGOT-ULisboa que, por não ser conferido em parceria, não é objeto de análise desta reflexão.

de uma epistemologia suficientemente desenvolvida, o que, de alguma forma, desvaloriza a sua importância num contexto de ensino-aprendizagem eminentemente prático e técnico.

## POR UM PROJETO COMUM, HUMANÍSTICO E DEMOCRÁTICO

De acordo com Álvaro Pina, Professor Aposentado da Universidade de Lisboa, e um dos principais precursores dos estudos culturais em Portugal, com quem tive o privilégio de descobrir os estudos culturais e de aprender a olhar criticamente o mundo que nos rodeia, é importante que não nos esqueçamos do que esteve na origem dos estudos culturais e o que define esta área de estudo:

cultural studies emerged as a project from the refusal to take for granted and leave unchallenged not only the structures and relations of power but also the knowledge and theories that naturalized, and were naturalized by, those relations and structures and inscribed them in a natural order of things. (2005, p. 231)

Não nos esqueçamos ainda, e em particular no contexto do ensino-aprendizagem dos estudos culturais no ensino superior politécnico, que o estudo da cultura deve seguir uma abordagem democrática, sem qualquer tipo de estratificação da cultura, que entende todas as categorias que definem a identidade como elementos ricos e estimulantes da vida social. Tal como afirmou Jenks (2005), os estudos culturais legitimam, justificam, celebram e politizam todos os aspetos da cultura popular, considerando assim todos os aspetos da vida social como merecedores de análise.

Revisito, pois, a proposta de Raymond Williams (1989), por um projeto de cultura comum, humanístico e democrático; *projeto* porque está em constante construção e adaptação, como, aliás, a própria cultura, e *projeto* que deve ser centrado na recuperação e reinterpretção dos conceitos de comunidade e de liberdade. Aliás, o conceito de comunidade é um conceito que tem vindo precisamente a tomar formas renovadas no turismo, nomeadamente no contexto de práticas de turismo colaborativo onde as pessoas (turistas, visitantes e comunidades locais) se constituem em comunidades de partilha e de prática, muitas delas em contexto digital, nomeadamente em plataformas e em redes sociais, em torno de interesses comuns de partilha, de confiança e movidos por

princípios de sustentabilidade económica, ambiental, social e cultural. Assim sendo, devemos continuar a praticar os estudos culturais enquanto “projeto de compromisso político com a vida social”, como nos diz Pina (2005, p. 231).

Por outro lado, tenhamos presente a frase de Lawrence Grossberg na introdução do seu livro *Cultural Studies in the Future Tense* (2010) – “cultural studies matters”:

[i]t matters not because it is the only intellectual practice that can tell us something about what’s going on in the worlds in which we live, but because it is a different way of doing intellectual work, and as a result, it can say and do certain things, it can produce certain kinds of knowledge and understanding, which may not be so readily available through other practices. Cultural studies matters because it is about the future, not about some of the work it will take, in the present, to shape the future. It is about understanding the present in the service of the future. By looking at how the contemporary world has been made to be what it is, it attempts to make visible ways in which it can become something else. (p. 1)

Este *projeto* não pode, no entanto, ser desenhado a uma só mão. Temos de, no contexto de constante competição académica em que nos encontramos, ditado pelo número de publicações indexadas, pelo número de citações, quartis, *rankings*, rácios, avaliações de desempenho, candidaturas a financiamento, qualidade que se define por objetivos quantitativos, entre muitos outros aspetos, encontrar tempo e espaço para repensar os estudos culturais nos dias de hoje, mas, principalmente, para pensar a cultura.

Esta reflexão crítica sobre a cultura deve procurar seguir algumas daquelas que foram sendo as características apontadas por Stuart Hall (in Grossberg *et al.*, 1992) e por Lawrence Grossberg (2010) para caracterizar os estudos culturais: as suas complexidade, contingência, capacidade de contestação, o estudo do mundo contemporâneo e das pessoas no seu quotidiano e a capacidade de envolvimento/compromisso por parte de todas/os as/os que se dedicam a este campo de estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe ainda em Portugal uma atitude sobranceira em relação aos estudos culturais. A interdisciplinaridade que caracteriza esta área é vista como a sua

principal falha ou desvantagem, como se o conhecimento produzido em diferentes áreas e/ou disciplinas fosse menos sério do ponto de vista intelectual, quando, ao invés, deveria ser considerado como mais rico porque abarca diferentes perspetivas. Grossberg tem sido particularmente incisivo nesta questão salientando que a modéstia dos estudos culturais mina qualquer suposição de que fazer investigação em estudos culturais, em cultura ou em práticas de interpretação faz dessa pessoa especialista em tudo (Grossberg, 2010, pp. 9-10).

No entanto, e especialmente devido à adaptação dos cursos no ensino superior ao Processo de Bolonha há cerca de 15 anos, existe hoje um número crescente de institutos politécnicos e universidades em Portugal que oferecem cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento na área da cultura. Este interesse pela cultura parece ser motivado pela forma como esta é entendida como recurso criativo e económico especialmente no seio das “indústrias culturais” e da “economia criativa” (Sampaio, 2011, p. 39). Ainda assim, tal como refere Sampaio, enquanto alguns desses cursos são muito orientados para a literatura, noutros a designação ‘estudos culturais’ continua a causar algum desconforto ou estando, muitas vezes, sujeito a alguma ambiguidade, levando algumas instituições a evitarem o termo (Ibid., pp. 37-39). Acrescentaria ainda que, no caso do turismo, a cultura é vista habitualmente apenas como recurso económico, ou seja, como recurso que é explorado com vista à obtenção de maiores dividendos para os destinos turísticos e entidades públicas e privadas que operam no contexto deste setor. Assim sendo, o entendimento da cultura enquanto repositório de conhecimento, de uma forma muito própria de pensar, de criação artística e de um conjunto de valores passou a dar lugar a uma ideia de cultura como um grupo de práticas de disseminação e consumo. Como referiram Ray & Sayer (1999), a cultura tornou-se crescentemente mercantilizada e deu origem a estilos de vida consumistas que a tornam, na maioria das vezes, dependente da economia, sendo frequentemente medida através de indicadores quantitativos como o número de audiências e de vendas.

Por outro lado, a cultura ainda não é reconhecida como uma área científica de investigação própria pelas entidades financiadoras em Portugal, ficando habitualmente associada às ciências sociais, à literatura ou a outras áreas de reconhecida relevância, como, por exemplo, a geografia (que poderá incluir a geografia cultural) ou a economia (considerando a economia cultural). As oportunidades de financiamento dedicadas ao estudo da cultura são escassas e dispersas e cingem-se, na maioria das vezes, ao apoio de artistas e não ao estudo dos fenómenos culturais. Aliás, pode dizer-se que o reconhecimento es-

tatal da cultura em Portugal é relativamente recente, tendo o primeiro ministério dedicado à cultura sido criado em 1995, para ser extinto entre 2011 e 2015, durante o apelidado ‘período de austeridade’ que se seguiu à recessão económica provocada pela crise financeira de 2008. Este período demonstra, claramente, o entendimento que subsistia sobre a cultura, ou seja, o facto de esta poder ser desvalorizada durante períodos de crise económica, o que não deixa de ser contraditório considerando a importância sobejamente reconhecida da cultura enquanto recurso económico e o peso que tem sido dado pelos vários líderes políticos e económicos às indústrias culturais e criativas para a economia nacional.

Assim sendo, e apesar dos esforços incansáveis por parte de vários docentes e investigadores em estudos culturais em Portugal, e apesar das mudanças que se têm vindo a verificar nas últimas duas décadas, desde que Álvaro Pina publicou a sua reflexão intitulada “Teaching and Doing Cultural Studies in Portugal” (2000), muito existe ainda a fazer para que os estudos culturais ganhem o seu ‘lugar próprio e estratégia’ na academia em Portugal. Quem dedica a sua investigação e docência aos estudos culturais continua e continuará a “lutar contra a maré” e a fazer uso das pequenas brechas que ocasionalmente se abrem no sistema vigente (ibid.). A Rede Nacional de Estudos Culturais (RNEC), que acolhe esta publicação, poderá vir a contribuir precisamente para a manutenção e expansão de um espaço crítico para os estudos culturais criando momentos de encontro e de reflexão para todas/os aquelas/es que trabalham nos estudos culturais e que, na sua grande maioria, na qual me incluo, consideram, tal como Highmore (2009, p. 120) advogou, que os estudos culturais são uma forma de analisar a cultura que nos está na pele, no sistema nervoso e nas vísceras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assembleia da República. 2005. Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto – Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior. In *Diário da República – I Série A.*, pp. 5122-5138. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2005/08/166a00/51225138.pdf>
- Despacho Normativo n.º 13/2021 – Revisão dos Estatutos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. In *Diário da República – 2.ª Série.* N.º 88, 6 de maio de 2021, pp. 37-72. Disponível em: [https://intranet.eshte.pt/files/Despacho\\_Normativo\\_13\\_2021\\_DR88\\_2021\\_S\\_II\\_2021\\_05\\_06\\_Homologa\\_rev\\_Estatutos\\_ESHTE.pdf](https://intranet.eshte.pt/files/Despacho_Normativo_13_2021_DR88_2021_S_II_2021_05_06_Homologa_rev_Estatutos_ESHTE.pdf)

- Fraser, B. (2015). *Toward an urban Cultural Studies: Henri Lefebvre and the Humanities*. Palgrave Macmillan.
- Grossberg, L. (2010). *Cultural Studies in the future tense*. Duke University Press.
- Grossberg, L., Nelson, C. & Treichler, P. A. (Eds.). (1992). *Cultural Studies*. Routledge.
- Highmore, B. (2009). *A passion for Cultural Studies*. Palgrave Macmillan.
- Jenks, C. (2005). *Culture*. Routledge.
- Pina, Á. (2000). Teaching and doing Cultural Studies in Portugal. *CULTSTUD-L* [Online], 30th January 2000. Disponível em <http://comm.umn.edu/~grodman/cultstud/columns/ap-01-12-01.html>
- Pina, Á. (2005). Freedom, community and Raymond Williams's project of a common culture. *Cultural Studies «» Critical Methodologies*, 5(2), 230-249.
- Ray, L. & Sayer, A. (1999). *Culture and economy after the cultural turn*. Sage Publications.
- Sampaio, S. (2011). Cultural Studies in Portugal: The present scenario. In M. Fredriksson (Org.), *Current issues in European Cultural Studies* (pp. 35-40). Linköping University Electronic Press.
- Turner, G. (2011). *What's become of Cultural Studies?*. SAGE Publications.
- UNTWO. (2018). *Tourism and culture synergies*. United Nations World Tourism Organization.
- Williams, R. (1989). The idea of a common culture. In R. Gable (Ed.), *Resources of hope: Culture, democracy, socialism* (pp. 32-38). Verso.
- Williams, R. (1995/1981). *The sociology of culture*. The University of Chicago Press.

# OS ESTUDOS CULTURAIS E O INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA NOVA/FCSH EM 2022: UMA PERSPECTIVA DAS SUAS PRÁTICAS E DESAFIOS

**Filomena Serra<sup>1</sup>**

Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território.

O Instituto de História Contemporânea da NOVA/FCSH,<sup>2</sup> enquanto unidade de investigação universitária dedicada a uma investigação inovadora e à transferência de conhecimento, construiu ao longo dos anos da sua história uma forte identidade que lhe permitiu conquistar uma posição invejável na esfera universitária.

A hipótese de partida para analisar o lugar dos Estudos Culturais nas práticas científicas do IHC é a do sujeito que constrói um discurso a partir do seu lugar de fala: isto é, o lugar da investigadora que partilha as experiências do seu grupo de trabalho e que, simultaneamente, reconhece que existe um passado histórico do contexto em que se insere.<sup>3</sup>

Sou assim uma individualidade com a minha própria historicidade (Collins, 2000, p. 300), a articular a perspectiva individual com o grupo institucional, desde que há cerca de um ano sou investigadora integrada no IHC. A verdade é que cheguei insatisfeita com as práticas teóricas e metodológicas tradicionais dos estudos da história da arte em cujo Instituto fiz anteriormente mais de vinte anos do percurso académico.

A título introdutório julgo, ainda, importante sublinhar que pretenderei, tanto quanto possível, responder aos objectivos deste I Congresso da Rede Na-

<sup>1</sup> Este texto está escrito segundo o antigo acordo ortográfico.

<sup>2</sup> O IHC passou recentemente a designar-se IHC — NOVA FCSH / IN2PAST. Por comodidade de exposição designamo-lo no texto, simplesmente por IHC, excepto quando essa distinção for necessária.

<sup>3</sup> Agradeço ao IHC e ao meu Grupo de Investigação a possibilidade de ter estado presente, em sua representação, no I Congresso da RNEC, em 2022.

cional em Estudos Culturais, ao tentar dar a conhecer a comunidade académica do meu Instituto. Em primeiro lugar, farei uma síntese da história do IHC e dos seus primeiros impulsionadores até aos dias de hoje, abordando em seguida a acção que modelou o seu funcionamento até à actualidade configurando-o naquilo que ele é hoje enquanto instituto de investigação da história contemporânea com uma forte identidade e cujas vivências se desenrolam num ambiente multicultural, criativo e colaborativo. Finalmente abordarei o Grupo de Investigação no qual me integro “Cultura – Poder, Mediações Modernas e Artes” e o paradigma interdisciplinar passando a uma sucinta síntese das actividades muitas vezes coincidentes com as Linhas Temáticas de investigação.

O prisma com que abordo as práticas e desafios do IHC é, pois, o meu ponto de vista, baseado nas experiências que tenho vindo a realizar e a partilhar com outros colegas, ao explorarmos possibilidades e linhas promissoras de pensamento e teoria crítica para os nossos próprios estudos. É também a construção de uma identidade e a busca de uma alternativa teórico-metodológica enquanto historiadora que procura no campo dos Estudos Culturais novos caminhos que possam responder às interrogações sobre o mundo contemporâneo.

## O IHC COMO ESPAÇO INTER-GERACIONAL

Em 2022, o Instituto de História Contemporânea assinala trinta e dois anos de existência. Originalmente constituído por um núcleo de docentes do Departamento de História da NOVA FCSH, no qual se incluíam nomes como os historiadores Oliveira Marques, António Pedro Vicente, António Reis, José Medeiros Ferreira e Maria de Cândida Proença, mas também de uma geração posterior como Fernando Rosas e Luís Espinha da Silveira ou, ainda, Pedro Aires de Oliveira e José Neves (actual director), o IHC viria a ser construído no início dos anos 90 do século XX como um centro dedicado à História Contemporânea. Seriam estes docentes grandes impulsionadores dos estudos históricos e da história da contemporaneidade e em especial do século XX. São conhecidos, entre outros, os valiosos contributos à História do Estado Novo e à História comparada do Fascismo, mas também à História do Colonialismo e da Descolonização.

Espaço de colaboração inter-geracional, o IHC teve ao longo dos anos um papel activo de intervenção em debates cívicos e culturais na preservação da memória colectiva, assumindo um papel relevante no programa científico do Centenário da Primeira República; em torno do centenário da Grande



Guerra; ou ainda em projectos marcantes na relação com a sociedade civil, instituições públicas e empresas. É de realçar que o primeiro equipamento cultural em Lisboa dedicado à memória da repressão política sob o Estado Novo – o Museu do Aljube, inaugurado em 25 de abril de 2015 – contou com a colaboração e apoio científico do IHC, sendo um dos seus dirigentes o investigador Luís Farinha.

Na última década o Instituto conheceu uma expansão notável. Tornou-se um centro de excelência e incorporou investigadores e docentes de outras universidades do país e internacionais. As transformações sucessivas, as viragens e ajustamentos, nomeadamente a adaptação aos requisitos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, os quais vieram dar expressão e dinamizar novas agendas de pesquisa através do seu financiamento, criaram dinâmicas sucessivas ao longo do tempo, às vezes verdadeiros desafios para os investigadores e para as instituições universitárias.

Foi dentro desta dinâmica que se viabilizou a parceria e a integração na estrutura de investigação do IHC do polo constituído pelo Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, em 2013-2014. Presentemente, o IHC é membro do recém-criado IN2PAST, ou seja, o Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território, bem como integra o Lab\_HD – Laboratório de Humanidades Digitais (coordenação de Daniel Alves), um espaço interdisciplinar onde o conhecimento nas Artes e Humanidades converge com metodologias das Ciências da Computação<sup>4</sup>.

## O PENSAMENTO CRÍTICO NA CONFIGURAÇÃO DO ACTUAL IHC

Em 2022, a presente configuração do IHC estrutura-se em Grupos de Investigação e Linhas Temáticas. Nelas se integra um corpo de investigadores com vínculo científico, assim como uma vasta rede de colaboradores e associados que se tornam os suportes para os desafios futuros.

O permanente exercício do pensamento crítico em encontros e seminários é uma marca constante com a qual o IHC nasceu e do qual se alimenta. Foi esse movimento que contribuiu e tem continuado a contribuir para discutir os limites da disciplina da História e da História Contemporânea, em particular trazendo ao debate outras tradições disciplinares como a Sociologia

<sup>4</sup> [https://dhlab.fcsh.unl.pt/about-lab\\_hd-fcsh/](https://dhlab.fcsh.unl.pt/about-lab_hd-fcsh/)

ou a Antropologia, Ciência Política, Arqueologia, História da Arte, Estudos da Cultura, Estudos da Fotografia, do Cinema e Estudos Fílmicos. São, portanto, configurações quer das Humanidades, quer das Ciências Sociais.

Tendo em conta esta configuração – resultado da adaptação aos requisitos da Fundação para a Ciência e Tecnologia – podemos dizer que foi através dos referidos *turning points*, que o Instituto foi consolidando o seu lugar na comunidade académica nacional e internacional, graças também aos seus órgãos directivos, mas igualmente devido ao modo como funcionam os seus grupos de investigação, mobilizados no devir, superando lógicas cronológicas e historicistas, dentro de uma orientação multicultural, colaborativa e de intervenção social. Resultado dessa orientação é a divulgação em regime de acesso aberto de trabalhos de investigação originais nas áreas da Cultura e da História e das outras Ciências Sociais, as quais incidem sobre o período contemporâneo e são publicados pela editora universitária especializada, Imprensa de História Contemporânea. A par desta, a publicação da revista académica digital *Práticas da História* (coordenação de Pedro Martins)<sup>5</sup>, indexada recentemente à *Scopus* (em parceria entre o IHC — NOVA FCSH / IN2PAST e o CHAM – Centro de Humanidades), pretende submeter a um questionamento permanente as fronteiras que delimitam o domínio disciplinar dessas práticas. De assinalar, ainda, a revista internacional e interdisciplinar online *Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento* (coordenação de Sofia Sampaio), criada para aproximar as comunidades internacionais e luso-falantes dedicadas ao estudo do cinema e dos média.

Não podemos negar, contudo, existir nesse processo de questionamento uma dificuldade em definir ou dar visibilidade aos contributos teóricos e metodológicos dos Estudos Culturais de uma forma mais profunda, alargando a noção de cultura ao seu sentido antropológico (Agger, 1992, p. 2). Uma das razões que poderá explicar essa situação será talvez, do nosso ponto de vista, as mudanças cíclicas fruto dos financiamentos e directivas da Fundação para a Ciência e Tecnologia, cujas políticas são actualizadas a nível nacional.

## A ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DA INVESTIGAÇÃO

Dentro do enquadramento apresentado, os investigadores têm-se centrado no estudo dos fenómenos induzidos pelas culturas do contemporâneo, como é o caso do G3 Grupo “Cultura – Poder, Mediações Modernas e Artes” anteriormente dinamizado por Rita Luís e actualmente coordenado por Ca-

<sup>5</sup> <https://praticasdahistoria.pt/>, acedido em 5 de Janeiro de 2023.

terina Cucinotta, grupo que considero ser aquele que mais se aproxima das minhas preocupações no âmbito dos Estudos Culturais.

Outros Grupos de Investigação podem referir-se como convergindo ou dialogando com os Estudos Culturais: o G1 Grupo História Política – Regimes, Transições e Memória (coordenação de Yvette Santos); o G2 Economia e Sociedade (coordenação de Ricardo Noronha); o G4 História da Ciência, da Tecnologia e do Ambiente (Coordenação de Maria de Fátima Nunes)<sup>6</sup>.

Seguem-se igualmente os espaços de reflexão e debate que são as Linhas Temáticas. Durante o ano de 2022, destacamos o trabalho de “Mediações Modernas: Arte, Tecnologia e Comunicação” (coordenação de Rui Lopes), a qual referiremos mais à frente, e “Usos do Passado: Memória e Património Cultural” (coordenação Xurxo Ayán Vila); bem como as Linhas Temáticas “Histórias Conectadas” (coordenação de Manuel Loff); “Colonialismo, Anti-colonialismo e Pós-colonialismo. Repensar Impérios e suas consequências” (coordenação de Pedro Aires de Oliveira); e “Mundos Precários e Sustentabilidade: Natureza, Saúde e Trabalho” (coordenação de Ana Isabel Queiroz).

## **O GRUPO DE INVESTIGAÇÃO “CULTURA — PODER, MEDIAÇÕES MODERNAS E ARTES”**

O Grupo de Investigação “Cultura — Poder, Mediações Modernas e Artes”, onde me integro, é essencialmente um espaço de discussão e produção académica crítica em diálogo com várias disciplinas e debates contemporâneos. O objectivo deste grupo é garantir trocas intelectuais entre os seus membros através dos seminários organizados onde os investigadores são convidados a apresentarem para discussão os seus trabalhos de investigação em curso. É um grupo interdisciplinar empenhado no estudo das dimensões históricas e políticas dos objectos culturais.

Partindo de contributos de disciplinas como a História Cultural, passando pela Historiografia, Memória e História Oral, os membros desenvolvem uma cultura de seminário baseada na partilha e debate de textos e pesquisas, projecções de filmes, comentários a trabalhos de teses de doutoramento, e até textos de candidaturas a concursos. Muitas das sessões são públicas envolvem investigadores de outras universidades e institutos.

---

<sup>6</sup> Entretanto, o IHC procedeu em Dezembro de 2022, a uma reorganização científica “mais simples e efectiva”, tendo em conta a próxima avaliação das unidades de investigação em 2024 e a candidatura a preparar durante 2023. Assim, os Grupos passaram a ser quatro.

Neste sentido, o grupo tem a capacidade de abranger diversas historiografias, explorar novas fontes historiográficas como as imagens (fotografia e cinema) e os sons; questionar categorias tradicionais, abrindo-se a outras tradições historiográficas, artísticas e culturais ou até a formas de expressão não académicas e cruzando pontos de vista dos seus membros, muitos deles investigadores de outros países. Destacam-se iniciativas como os seminários “Art in the Periphery” e “Historical Revolution”, ou a “Oficina História e Imagem” que referirei a seguir.

## Oficina de História e Imagem

Originalmente fundada pelos investigadores Tiago Baptista, Joana Estorninho, Rui Lopes e Lais Pereira em 2014, a OHI tem tomado diferentes formas ao longo dos anos. Foi, também, coordenada por diversos membros do IHC, incluindo Caterina Cucinotta, Catarina Laranjeiro, Madalena Miranda e Giulia Strippoli e Raquel Schefer. A coordenação atual está a cargo de Mélanie Toulhoat.

Trata-se de um fórum de reflexão e debate entre criadores, investigadores e arquivistas de diferentes áreas do saber que se interessam especificamente pelo papel da imagem na mediação do passado. Através de variados formatos (desde seminários a publicações), a OHI pretende estimular a discussão transdisciplinar sobre as metodologias analíticas, os desafios teóricos e as responsabilidades políticas inerentes ao uso de imagens para a construção do conhecimento histórico.

São exemplos de seminários e discussões:

- *Alcindo* (2021), filme de Miguel Dores (moderação de Giulia Strippoli);
- “A História através das imagens: figurinos e figurinistas no cinema português” (Caterina Cucinotta);
- “Álbuns de Guerra” (Catarina Laranjeiro);
- “Conversas à volta de um projecto: Fotografia impressa e história na investigação sobre o Estado Novo” (Filomena Serra, moderação de Pedro Martins e Nuno Medeiros);
- *Fordlândia*, filme de Susana Sousa Dias (moderação Catarina Laranjeiro);
- *O olhar forense: imagens, evidências e conhecimento na Espanha contemporânea* (documentário *What Remains* de Lee Douglas e Jorge Moreno).

## A LINHA TEMÁTICA

### "Mediações Modernas: Arte, Tecnologia e Comunicação"

A chamada viragem cultural e o desenvolvimento dos Estudos Visuais abriram a História a novos objectos e arquivos, incluindo fontes audiovisuais. Esta abertura é particularmente visível na atenção renovada dada ao papel das imagens na história contemporânea. A Linha Temática reúne investigadores, muitos deles integrados no Grupo "Cultura – Poder, Mediações Modernas e Artes", envolvidos no estudo e elaboração de diferentes formas de representação histórica, articulando pesquisa de longa data sobre a imprensa e a circulação de discursos, documentários, performance, práticas de curadoria ou atlas literários, assim como um crescente interesse pela música popular.

Esta Linha caminha, assim, em direcção a práticas de intercâmbio com disciplinas próximas (história da arte, estudos de cinema e média, etnomusicologia) e instituições culturais e artísticas. Mais do que um conjunto de ferramentas para representar a realidade, as mediações modernas são aqui vistas como parte da própria realidade, cobrindo um período marcado pelo papel constitutivo da linguagem, das imagens e dos sons na vida social e na modernização.

Por exemplo, a última actividade de "Mediações Modernas" foi o "Passado em Cena", sessão e debate dedicados a uma obra de ficção histórica e a um formato audiovisual – a série da Netflix, *Glória*, série filmada em Glória do Ribatejo, um filme de espionagem passado em Portugal, tendo como protagonista a Rádio Europa Livre, durante a Guerra Fria.

Esta Linha Temática desenvolveu ainda uma expressão digital das diversas iniciativas com ela relacionadas. É uma plataforma que se foca na discussão, estudo e elaboração de diferentes formas de representação histórica, dentro e fora (e nos interstícios) da academia, com particular destaque para interacções produtivas com o campo das artes, recursos tecnológicos e objectos audiovisuais.

Numa primeira fase, a plataforma procurou documentar, entre outros, os encontros do seminário "Oficina de História e Imagem" onde se discutem pesquisas a partir da dimensão visual, e do ciclo de conversas "Passado em Cena", onde se têm abordado o passado e à memória histórica em diversas produções culturais contemporâneas.

O site (coordenado por Catarina Laranjeiro) contém ainda uma secção com ensaios de investigadores do IHC, reflexões sobre o potencial e os desafios da pesquisa de diferentes espólios de fontes digitais.

## O GenLab – LABORATÓRIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A criação do GenLab – Laboratório de História Contemporânea dedicado à investigação em Estudos de Género é um dos últimos desafios dentro das actividades do IHC que se afirma como transversal. As discussões têm como objecto artigos de referência e/ou a apresentação de uma pesquisa em curso. Têm uma periodicidade mensal e podem abrir-se a convidadas/os da comunidade académica e do público em geral. É constituído por investigadoras e investigadores cujos trabalhos se focam em (ou se interseccionem com) questões de género, sexualidades, família, entre outras.

O GenLab encetou a sua actividade em Outubro de 2021. Coordenado por Joana Matias, teve logo iniciativas em parceria com o Museu do Aljube em torno do filme *Outras Cartas ou o amor inventado*, de Leonor Noivo (2012), bem como uma visita à exposição “*Mulheres e Resistência – “Novas Cartas Portuguesas e outras lutas*. Outras iniciativas incidiram também sobre o visionamento e discussão do filme *Elas também estiveram lá* de Joana Craiveiro, investigadora no IHC, encenadora de teatro e dramaturga. O filme procura resgatar a presença das mulheres em vários momentos históricos da recente história política portuguesa.

Exemplos de outras iniciativas:

- Debate sobre “O sexo dos arquivos: género e sexualidades, entre o visível e o invisível” (Joana Matias, Raquel Afonso e Pedro Urbano);
- Debate sobre «Mulheres e género na ‘nova esquerda’ dos anos sessenta e setenta: Questões de historiografia e cidadania» (Giulia Strippoli).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentei demonstrar, o conjunto múltiplo de investigadores e investigações de formação muito diversificada e de origens académicas e geográficas muito diferentes fizeram com que a complexidade na análise dos fenómenos culturais seja encarada de modos dinâmicos, multi-contextuais e até transnacionais, tornando as práticas intelectuais dos seus membros, embora fragmentadas, extremamente cooperativas e interdisciplinares, com preocupações e enfoques diversos, em temas da actualidade e de intervenção política e cívica, de acordo com o regime democrático em que vivemos, onde podem ter lugar

a investigação e o estudo de temas marginais e não oficiais. Nenhum dos Grupos de Investigação ou das Linhas Temáticas se rejeita mutuamente. “Este apelo à interdisciplinaridade torna-se transversal e sugere “múltiplos cruzamentos até porque os métodos utilizados apesar de serem diversos, podem complementar-se (Baptista, 2009, p. 459). Neste sentido, o IHC tem a capacidade de se abrir a uma complexidade multifacetada ao abranger diversas historiografias. Talvez o facto da indefinição do conceito de Estudos Culturais faça com que este se estilhace em diferentes direcções. Contudo, é seguramente uma das grandes qualidades do IHC o modo como em geral se abordam as temáticas, na linha de pensamento do que Judith Butler (2004) chamou de “teoria crítica”.

Deste ponto de vista, foi significativa a reformulação dos objectivos presentes e futuros do IHC, programados na última reunião estratégica de 10.02.2023, nomeadamente do Grupo de Investigação Cultura – Poder, Mediações Modernas e Artes. No conteúdo do seu programa ficou expressa a proposta de investigar “práticas culturais no âmbito do cinema, da fotografia, do jornalismo, da literatura e das artes performativas, beneficiando do desenvolvimento da História Cultural e dos Estudos Culturais, em diálogo com os Estudos Artísticos e a História dos Media e da Comunicação, mantendo e promovendo uma dinâmica através de parcerias formais em museus, arquivos e instituições artísticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agger, B. (1992). *Cultural Studies as critical theory*. Falmer Press.
- Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets*, (Número Spécial), 451-461.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Routledge.
- Collins, H. (2000). *Black feminist thought*. Routledge.
- Neves, J. (Dez. 2021). *Documento de apoio à Assembleia Geral de dezembro de 2022* (Pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos). Direcção do IHC.
- Relatório de Actividades 20-20* (Abril de 2020). Instituto de História Contemporânea, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade de Évora.
- Relatório de Actividades 20-22*. (Julho de 2022). Instituto de História Contemporânea, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade de Évora.
- Instituto de História Contemporânea. Disponível em <https://ihc.fcsh.unl.pt/>





# OS CURSOS DE CULTURA DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS – UMA APOSTA DE CRESCIMENTO

**Luísa Antunes Paolinelli**

Universidade da Madeira Faculdade de Artes e Humanidades

A abertura do curso de primeiro ciclo de Ciências da Cultura, na Universidade da Madeira, no Departamento de Estudos Romanísticos, no ano letivo de 2004/2005 (Deliberação 664/2004, *Diário da República*, n.º 117/2004, Série II de 2004-05-19), correspondeu a um longo processo de pesquisa e de avaliação que permitisse e fundamentasse a sua implementação. Numa conjuntura de encerramento dos cursos via ensino – ditada pelas instâncias políticas superiores da Região Autónoma da Madeira, preocupadas com um possível excesso de licenciados na área das Humanidades e, por isso, com um aumento do índice de desempregados na população mais jovem –, os grupos de docentes de Estudos Romanísticos, Estudos Clássico e Estudos Anglo-Germanísticos foram obrigados a encontrar estratégias que permitissem a sua sobrevivência numa visão da missão académica cada vez mais valorizadora e impulsionadora do desenvolvimento das ciências exatas e das tecnologias.

Eram vários os problemas que deviam ser enfrentados e que constituíam entre si uma relação de causa-efeito, num verdadeiro ciclo de decadência dos Departamentos que tinham durante anos sido a base do desenvolvimento da Universidade da Madeira, procurada preferencialmente pelos candidatos que queriam ingressar na carreira docente do ensino secundário. De facto, à medida que descia o rácio professor-aluno, o investimento também se tornava menor; com este diminuído, os docentes tinham menos possibilidades de formação, investigação e financiamento, sendo impossível equacionar novas contratações; com a tendência de contração do quadro de pessoal, o peso das cargas horárias dos docentes também se tornava maior, muitas vezes vendo-se estes obrigados a prestar serviço nos departamentos considerados mais fortes, em áreas acessórias ou secundárias em relação à sua formação.

Neste contexto, o Departamento de Clássicas apresentou um primeiro curso de licenciatura, “Comunicação, Cultura e Organizações”, que ainda hoje se encontra em funcionamento. O Departamento de Estudos Romanísticos iniciou um longo processo de auscultação e de análise dos cursos que eram então oferecidos no âmbito internacional. Tendo como ponto de partida um relatório detalhado da oferta das licenciaturas, quer no espaço europeu, quer nas mais prestigiadas universidades norte-americanas (canadianas e americanas), e das capacidades do próprio Departamento em termos das especialidades dos vários docentes, passou-se seguidamente a uma fase de debates e conferências sobre o futuro desta unidade da UMa, com diversos inquéritos a empregadores, forças vivas da Região, que envolveu também os decisores políticos.

Considerando os diversos cursos de Estudos Culturais que funcionavam nas academias internacionais e a prática de sucesso de centros de investigação nos Estados Unidos (como a Society of Intercultural Comparative Studies) e em Inglaterra (Centre for Contemporary Cultural Studies, grupo de investigação da Birmingham University, o International Centre for Intercultural Studies, da Universidade de Londres, e o Centre for Translation and Intercultural Studies, da Universidade de Manchester), o Departamento de Estudos Romanísticos decidiu dar resposta à sua própria necessidade de se renovar através da criação de um curso em Ciências da Cultura. Respondia-se também, desta forma, a uma série de novas problemáticas, relacionadas, igualmente, com uma conjuntura diferente criada pelas constantes migrações, pelo reequacionar das matérias ligadas ao género, ao poder, aos diferentes tipos de colonizações, à conjuntura da globalização e aos novos cruzamentos do saber. A perspetiva das Ciências da Cultura afigurava-se como “modelo incontornável de apreensão dos diversos modos de pensar e de interagir num espaço e num tempo vertiginoso, em constante mudança.” (Nunes, Paolinelli, Bazenga, 2008, p. 66)

A estratégia foi desenvolvida em três vertentes de um eixo comum, ligando os diversos ciclos de estudo. Uma licenciatura em Ciências da Cultura (2004), com três diferentes *minors*, um Curso Livre de Língua e Cultura Portuguesa (2003), um mestrado em Estudos Interculturais (2005) e o doutoramento em Letras. A nível da licenciatura, o curso apresentava-se como inovador e único em Portugal, com a possibilidade de *minors* nos dois últimos anos do ciclo de estudos em Estudos Interculturais, Estudos Regionais e Locais e Especialidade em Ensino PLE. A flexibilidade correspondia à necessidade de especialização na área da Cultura e da Língua, oferecendo competências

na formação académica que exigiam uma nova postura do estudante de Humanidades, que ficava com a responsabilidade de construir o seu próprio percurso e adquirir saberes em áreas diversas incluídas nos *minors*, como as da Gestão, do Património Ambiental, da Informática e do Comportamento.

O Processo de Bolonha levou à adaptação dos cursos, com a eliminação dos *minors* devido à necessidade de desenhar o ciclo de estudos para a duração de apenas 3 anos e inserindo no primeiro ano as disciplinas que a Universidade da Madeira considerou serem de Formação Científica, Cultural e Social transversais a todos os primeiros ciclos. A reorganização dos segundos ciclos permitiu a criação de novos cursos, como “Gestão Cultural” e “Estudos Regionais e Locais” (partindo da ideia inicial que tinha dado origem à estruturação dos *minors*). O mestrado de “Estudos Interculturais” foi forçado, no entanto, por imposição superior, a se intitular “Estudos Linguísticos e Culturais”, perdendo, na designação, o que era a ideia que o consubstanciava – a possibilidade de estudo numa área que cruzava saberes e que tinha como eixo a preocupação com a comunicação, ou a dificuldade de a efetivar, entre culturas.

De facto, o paradigma em que assentava este ciclo de estudos era uma forma de arte combinatória, que implicava “a interação e o diálogo entre diferentes vozes, concebendo os fenómenos culturais como processos plurissignificativos, fruto muitas vezes de incessantes transculturações” (Nunes, Paolinelli, Bazenga, 2008, p. 68) e negociações, numa perspetiva necessariamente interdisciplinar. Assim, tinham sido convocadas áreas de estudos das Ciências Sociais e Humanas e das Ciências Cognitivas, de que eram exemplo a Linguística Cognitiva, a Antropologia, a História, a Filosofia, integradas em seminários opcionais. Neste caso, demonstrou-se, também, o conhecimento que os decisores tinham à data sobre a área, já que se manteve o currículo anterior, pretendendo-se apenas uma adaptação e a mudança da designação.

A posterior primeira avaliação realizada pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) veio posteriormente realizar novas transformações. O curso de “Ciências de Cultura” foi reformulado e as disciplinas de FCCS, transversais aos cursos da UMa, foram substituídas por matérias da área principalmente da Cultura, tendo-se passado a designar por “Estudos de Cultura”. Também o segundo ciclo sofreu modificações, ainda que a excelência das teses dos alunos tenha sido por várias vezes referida. Neste caso, os avaliadores julgaram de toda a pertinência dividir o segundo ciclo em dois, alegando que as áreas da Linguística, da Cultura e da Literatura não se deviam confundir e era necessário separá-las de forma nítida: assim, o segundo ciclo

em “Estudos Linguísticos e Culturais” foi reformulado em mestrado em “Linguística: Sociedades e Culturas”, tendo sido criado o segundo ciclo em “Literatura, Cultura e Diversidade”.

A divisão do segundo ciclo em dois teve como consequência a dispersão dos interessados em termos da sua frequência (tendo em conta também a existência dos outros dois cursos de segundo ciclo em Gestão Cultural e Estudos Regionais e Locais), numa Região pequena e em que o total dos alunos da Universidade da Madeira não totaliza os três mil, estando desde aí os dois cursos com muita dificuldade em atingir os 8 alunos exigidos para o seu funcionamento. É relevante que as várias mudanças e reformulações resultaram numa situação em que os novos ciclos de estudo padecem da falta da originalidade interdisciplinar que se pretendia no momento da criação dos Estudos Interculturais em 2005, verificando-se uma clara direção das políticas no sentido do reforço das áreas de estudo tradicionais ou mais antigas, em detrimento das novas propostas e da aposta na área dos Estudos Culturais. O sentimento que muitos partilham é o de uma dissolução da ideia original e de um convite ao empenho e produção num conhecimento monodisciplinar ou, pelo menos, norteado pelas divisões clássicas do conhecimento.

A escolha de “Ciências da Cultura”, em 2004, e dos “Estudos Interculturais”, em 2005, colocou questões importantes quer ligadas ao ensino-aprendizagem, quer em termos dos enquadramentos gerais e específicos, tendo sido sentida a necessidade de procurar uma base teórica e sugestões práticas para construir e ordenar o currículo no interior da metodologia dos Estudos da Cultura. Havia ainda a necessidade de refletir sobre como é que as Ciências da Cultura poderiam lidar com as tendências de um mundo global e ao mesmo tempo não esquecer as problemáticas regionais, ligando o global ao local, como e qual o peso da lusofonia ou da conjuntura e da história contemporânea, qual a importância que a transversalidade das abordagens das mudanças sociais e económicas deveria ter no *framework* do curso. A consciência que norteou o currículo era a de que, sendo um curso com uma mentalidade de Estudos de Cultura, devia ser também um lugar de atuação, de envolvimento de docentes e discentes com a comunidade, de produção de pensamento crítico e de responsabilidade ética.

Ao conjunto destas preocupações não pertencia na altura uma questão que veio mais tarde a provar ser essencial: como prevenir que as disciplinas do currículo cedem-se à tendência de assimilação das disciplinas canónicas e como é que os dois cursos poderiam resistir de forma dinâmica e efetiva às

correntes estabelecidas e cristalizadas no interior da academia. Se o primeiro ciclo soube transformar-se, ao segundo ciclo essa evolução não foi permitida, obrigando o curso a desintegrar-se e a estandardizar-se em áreas tidas como fortes, a Linguística, a Literatura, a Cultura. Foi uma oportunidade perdida, já que o projeto poderia continuar a ser “feito” (Giroux, 1994) de acordo com os contextos diferentes em que vivemos e seguindo de perto os desenvolvimentos no interior dos Estudos Culturais.

Como escreveu Andrew Hickey, em *The Pedagogies of Cultural Studies* (2016), pensar um curso em Estudos Culturais e no seu esquema pedagógico é uma oportunidade para inquirir, atuar, mobilizar, uma forma que sugere ação. Uma ação colaborativa, dialógica, interdisciplinar que permita ler o presente através de uma lente que não descarta as várias tradições, pontos de vista e perspectivas, mas que pretende, por isso, ter um efeito no presente, modificando-o. No âmbito do mestrado de Estudos Interculturais, nasceram vários projetos que tinham justamente também uma ligação com as comunidades académicas e de fora das instituições de ensino superior: em 2007, foi fundado o projeto “Crosscultural Studies on Humour in a Transdisciplinary Perspective” (que ainda hoje funciona e que tem uma revista sediada na Universidade de Salónica, *Studying Humour – International Journal*), e, no período de 2009-2012, os docentes do Mestrado participaram no “Project PINOKIO (Comenius European Project), Pupils for INnovation as a Key to Intercultural and Social Inclusion (2009-2012)”, que os levou a fazer formação de professores do primeiro ciclo em Comunicação, Cultura, Literatura, Artes, Cinema e Vídeo numa perspectiva inter e multicultural.

Tanto os cursos ligados aos “Estudos de Cultura” e “Estudos Interculturais”, como os projetos que lhe estiveram associados, demonstraram os benefícios da colaboração entre pessoas de diferentes formações e da complementaridade disciplinar e artística, ampliando o olhar e levando a que os discentes, professores e investigadores, no fundo, intelectuais com responsabilidade pública, potenciassem e praticassem, como escreve Hickey, o “the coming-to-be a cultural studies scholar”, que liga a uma inevitável “agency witnessed in a *doing*” (Hickey, 2016, p. 7). A pesquisa, a aquisição de conhecimentos, o colocar em discussão possibilidades novas de compreender passado e presente permitem imaginar a própria comunidade, o futuro, abrindo uma janela crítica para o novo.

Como lembra Claudia Gualtieri, na senda do que foi expresso por Grossberg em *Cultural Studies in the Future Tense* (Grossberg, 2010), ainda que os Es-

tudos Culturais não ofereçam a narrativa verdadeira, a história perfeita, completa ou acabada, oferecem um espaço de debate que estava na base das propostas dos grupos de Frankfurt, Chicago e Birmingham, com um projeto que através de uma real formação problematiza, sugere e direciona para a análise e para o atuar (Gualtieri, 2017). Mauro Pala salienta precisamente, na história do nascimento dos Estudos Culturais, o espírito “genuinamente *radical* che già ne animava la classe docente” (Pala, 2000), revelando como a área de estudos e a sua atenção à transdisciplinaridade, inédita no mundo académico, e que incluía uma perspetiva sociológica, beneficiou o fluxo de intelectuais europeus para a Grã-Bretanha. Lembra, por exemplo, o diálogo frutuoso entre Karl Mannheim e Thomas S. Eliot. O paradigma crítico de Stuart Hall muito deve aos estudos de Frankfurt no que toca à reavaliação da função da ideologia e à crítica ao papel secundário que a sociologia americana tinha dado à cultura. Com uma conceção da cultura que “indica la *dialettica tra l’essere e la coscienza sociale*”, os Estudos Culturais abraçam a ideia de que uma área de conhecimento pode ter um efeito na sociedade, como aconteceu com os estudos sobre os media de Hall.

Nunca como agora, com uma sociedade moderna, marcada, como escrevem Zygmunt Bauman e Leonidas Donskis, por uma cegueira moral que desdenha os sinais de alarme e não ouve os avisos, que é insensível ao impulso moral para ajudar o próximo, os Estudos Culturais foram tão necessários como forma de pesquisa e atuação (Bauman, Donskis, 2019). A exploração de metodologias que possam tornar visível o invisível, límpido o que é obscurecido, audível o que é silenciado e banalizado é fulcral, como aponta Lidia De Michelis em entrevista a Emanuele Monegato (De Michelis, Monegato, 2017, p. 70). A estudiosa concebe os Estudos Culturais como uma forma de disciplina, no sentido de princípio, intelectual e ético, que faz luz sobre os discursos de poder, as desigualdades, as perdas, as construções e representações das identidades, por isso, responsável por ser parte de um contexto em mudança.

É interessante o que De Michelis considera relevante como o percurso de pesquisa nos Estudos Culturais, indicando como fundamental a responsabilidade, a análise do discurso, a “cross-polinization”, o agir para o futuro, o diálogo (no sentido que lhe dá Stuart Hall) e o “fazer” Estudos Culturais (recuperando o “doing Cultural Studies” de Hickey). A atenção ao texto e ao contexto, a par da atenção ao debate sobre os objetivos, metodologias e campos de ação, ligam-se, desta forma, ao “fazer” dos Estudos Culturais e a um

diálogo não subordinado a esquemas canónicos, que se abre a ser polinizado por outras áreas e a polinizá-las. É, por isso, uma perspetiva que não pode dispensar a linguística, com a consciência de que o discurso e a linguagem são também representações culturais e transformadores da cultura, ou a literatura, sem separar a sua função estética da sua emissão, receção e dos canais e meios que utiliza. Como também é importante para os Estudos Culturais ter a contribuição dos Estudos da Economia para compreender as formas de representação sociais e as suas estruturas, para dar mais só um exemplo.

Norteados por um sentimento de responsabilidade crítica, civil e ética, poder-se-á, assim, criar um agir através de uma metodologia de diálogo e de porosidade que foge à institucionalização, e cristalização, das disciplinas. O que, de facto, pertence aos Estudos Culturais é precisamente o estar aberto a uma práxis em processo, em trabalho, questionando através da sua metodologia a existência e o encontro/confronto com a realidade.

A polinização apontada por De Michaelis funciona também para fora, isto é, os Estudos Culturais são encontrados noutras áreas, sem que estas tenham a etiqueta de Estudos Culturais, mas que tiveram origem no seu interior e a que a eles se ligam, quer pelas temáticas – como, entre outras, as questões da diferença, da identidade, da retórica e da construção imagética, dos discursos de poder –, quer pelos métodos usados.

Tenha-se em mente, para dar um exemplo, a centralidade do tema das intersecções da práxis política, a atenção às migrações, as configurações das viagens e a representação das identidades, as línguas em contacto e relações de poder que estabelecem estudadas pelos Estudos Culturais e que são também objeto dos Estudos Pós-Coloniais. Também os *Film Studies*, *Race Studies*, *Migration and Refugee Studies*, *Urban Studies*, *Gender Studies*, *Trauma Studies*, *Subaltern Studies*, *World Literature*, *Heritage Literature*, *Critical Museum Studies*, Literatura Popular ou Pedagogia dos Estudos Culturais, etc., adotam as metodologias dos Estudos Culturais e a elas devem o seu desenvolvimento e afirmação. Muitas vezes, os investigadores destas áreas deparam-se com diversas dificuldades, no panorama português, no concurso a projetos e a bolsas de investigação, já que o trabalho que desenvolvem não se integra nas áreas chamadas canónicas, não se adequando ao paradigma nem dos Estudos Literários, nem dos Estudos Linguísticos, nem do da História, ou Artes, ou Sociologia, nem de outra qualquer área encontrada nas opções de entidades como a Fundação de Ciência e Tecnologia.



Não se está aqui a retirar especificidade às várias áreas de estudo acima referidas, mas a apresentá-las no interior de uma aceção ampla dos Estudos Culturais, numa aproximação estimulante e construtiva, dado que todas elas, além dos métodos, apresentam um foco operativo e práxis de *awareness* simultaneamente crítica e cultural. Como defende De Michaelis, a contiguidade temática, teórica e de pesquisa constituem um abrir-se aos tempos recentes, como resposta hermenêutica e civil às novas conjunturas (De Michelis, Monogato, 2017, p. 75), e, por isso, devem ser consideradas a par de outras possibilidades de conhecimento.

O problema reside, todavia, num panorama que se limita a replicar em termos institucionais o que sempre foi feito, continuando a privilegiar as áreas ditas puras. O que diz muito das posições mais rígidas em relação à “polinização” disciplinar: se, durante os últimos anos, foi pedido às universidades e aos centros de investigação o diálogo entre disciplinaa, chegou-se neste momento a um conservadorismo que pode vir a destruir o que se conseguiu. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o Mestrado de “Estudos Interculturais” na UMa, agora dividido em dois ciclos: o da Linguística e o da Literatura e Cultura. É importante mencionar que várias vozes surgiram mesmo em defesa da integração da Cultura na História, seguindo, mais uma vez, o que se fazia em parte do ensino superior há muitas décadas atrás, retirando à Cultura autonomia e importância, remetendo-a a área acessória. Muitos dos centros de investigação têm vindo a optar por percursos semelhantes, recuperando a estrutura dos anos que os viu serem fundados, muitos deles nos anos 70, e dividindo as áreas como o faz a FCT.

Seria uma melhoria óbvia e corresponderia a um verdadeiro desenvolvimento científico se as instituições como a FCT e a A3ES (e também as plataformas de currículos académicos) tomassem consciência que existe uma grande área do conhecimento que deveria há muito ter a visibilidade e o apoio que encontra na maioria dos países. O facto de os Estudos Culturais não fazerem parte do catálogo das áreas científicas reconhecidas prejudica toda uma série de áreas de estudo, como as citadas anteriormente, que poderiam ser consideradas no seu interior. Se os investigadores inovam, progridem, procuram adotar as metodologias mais adequadas para compreender e interagir com o real, entendido aqui como o verdadeiro e não apenas como atualidade, e se os cursos das instituições de ensino superior trabalham para dar resposta às novas necessidades e acompanhar o que é feito de melhor nas suas congéneres estrangeiras, não se compreende porque é que o seu esforço não deva ser auxi-



liado através da revisão e reformulação dos catálogos de áreas admitidas a apoios ou reconhecido pela agência de avaliação dos cursos universitários. Além disso, faltando nos júris da FCT e também nas provas académicas uma verdadeira distinção desta área do saber, muitas vezes especialistas das áreas canónicas são chamados para apreciar trabalhos e projetos que pertencem à área específica dos Estudos Culturais, o que pode provocar um viés na apreciação de propostas válidas que não se enquadram nos paradigmas da linguística, literatura, história, sociologia, etc..

Uma outra dificuldade que têm vindo a sentir os Estudos Culturais é, por paradoxal que possa parecer, o designado “cultural turn” das últimas décadas, especialmente a partir dos anos 80, e que, como explica Paul Smith

*was never simply a matter of the traditional disciplines suddenly waking up to that troublesome thing, “culture,” and then adding it to a list of topics that have to be dealt with. Rather, the new (in some cases, renewed) attention to culture resulted from and also brought about new ways of thinking, new assumptions and hypotheses about the old and stale nature/nurture doublet. (Smith, 2004, p. 28)*

De facto, muitos cursos e disciplinas apenas o entenderam em termos do primeiro alcance referido, colocando “cultura” numa série de disciplinas e cursos, sem uma reflexão sobre o que é ensinar Estudos Culturais. No entanto, se em alguns casos pode ter criado uma forma de exaustão, a verdade é que essas disciplinas e cursos acabaram por ter de lidar com uma nova perspectiva e diferentes meios de entender e conceptualizar o mundo. O risco é tornar a necessidade dos Estudos Culturais menos visível, já que a “cultura” passou a fazer parte da designação de várias disciplinas.

Como escreve Paul Smith, as condições dessas disciplinas afetadas pelo “cultural turn” ainda não se traduziram numa ação forte e “current modes of research have been slow to take on curricular form”, já que há que contar com a tendência do refúgio das instituições e dos docentes no que é seguro e reconhecível. O autor verifica nos Estados Unidos uma situação que apresenta algumas semelhanças com o que ocorre em Portugal: a dificuldade de mudanças que envolvam formas críticas de pesquisa e pedagogia, como a análise cultural. Mesmo que os documentos estratégicos e de missão das universidades coloquem sempre como objetivo o desenvolvimento das competências críticas, no que toca à cultura e à sua análise parece haver uma relutância, provavelmente ligada à característica dos Estudos Culturais de desconstrução dos discursos

de poder (em que se baseiam as próprias instituições e também as disciplinas canónicas) e à mudança num catálogo de áreas estabelecidas e tidas como “seguras”. Recorrendo de novo a Paul Smith, a verdade é que a análise cultural como proposta pelos Estudos Culturais “proposes an intellectual and conceptual agenda that is not to be found in what we can call the “default mode” of each of the individual disciplines.” (Smith, 2004, p. 29)

Apesar dos sobressaltos e incompreensões, como o que sofreu o Mestrado em “Estudos Interculturais”, que se podia ter pensado mais tarde, modificado, mas não dividido em áreas clássicas que necessariamente obrigaram a uma mudança de paradigma, e a falta de um reconhecimento por entidades como a FCT, os Estudos Culturais nas universidades e centros de investigação continuam a equivaler a uma proposta de formação dos alunos como cidadãos que refletem sobre o real com responsabilidade. Além disso, representam a melhor forma de fazer análise cultural e de cultivar uma atenção cívica e de responsabilidade em relação ao mundo, refletida num fazer e atuar mais esclarecido. Resta pugnar por um reconhecimento a nível das entidades que promovem e regulam a produção da ciência, cientes das dificuldades que esse caminho ainda pode vir a ter. Mas, também conscientes da necessidade dos Estudos Culturais num mundo de negligência e insensibilidade moral, nas palavras de Bauman e Donskis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bauman, Z. & Donskis, L. (2019). *Cecità morale*. Editori Laterza.
- De Michelis, L. & Monegato, E. (2017). Fare e insegnare Studi Culturali. *Altre Modernità*, 69-78. <https://doi.org/10.13130/2035-7680/9006>.
- Giroux, H. A. (1994). *Disturbing pleasures: Learning popular culture*. New York: Routledge.
- Grossberg, L. (2010). *Cultural Studies in the future tense*. Duke University Press.
- Gualtieri, C. (2017). Teaching as cultural practice: the pedagogy of Cultural Studies in Italy. In C. Sandten, C. Gualtieri, R. Pedretti, E. Kronshage (Eds.), *Crisis, risks and new regionalisms in Europe: Emergency diasporas and borderlands* (pp. 91-116). Wissenschaftlicher Verlag.
- Hickey, A. (Ed.) (2016). *The pedagogies of Cultural Studies*. Routledge.
- Nunes, N., Paolinelli, L. & Bazenga, A. (2008). Os estudos interculturais na Universidade da Madeira. In N. B. Bastos (Org.), *Língua portuguesa: Lusofonia – memória e diversidade cultural* (pp. 65-76). EDUC.
- Pala, M. (2000) Studi Culturali. M. Cometa (Ed.), *Dizionario di Studi Culturali*. Minis-

tero dell'Università e della Ricerca Scientifica, Ricerche di interesse nazionale. Disponível em [http://www.studiculturali.it/dizionario/lemmi/studi\\_culturali.html](http://www.studiculturali.it/dizionario/lemmi/studi_culturali.html)

Smith, P. (2004). Exploring reality. Cultural Studies & critical thinking. *Liberal Education, ERIC - Institute of Education Sciences*, 90(3), 26-31.



# DIÁLOGOS E MEMÓRIAS CULTURAIS – A PLURALIDADE DAS ABORDAGENS

**Adelaide Meira Serras**

CEAUL - Centro de Estudos Anglísticos

Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa

Quase 60 anos nos separam do momento em que os Estudos Culturais ganharam visibilidade na Universidade de Birmingham com a fundação do Centre for Contemporary Cultural Studies (1964). A Richard Hoggart se deve, em boa medida a institucionalização desta área, mas é a sua bem conhecida obra *The Uses of Literacy*, publicada em 1957, que constitui a verdadeira pedrada no charco ao trazer para o palco da contemporaneidade banal e por tantos anónimos partilhada o método, o rigor e o reconhecimento académicos até aí reservados ao cânone literário. Ao ângulo ideológico acrescia a análise literária e a experiência de vida, compondo um triângulo despojado de condescendência classista ou facilitismos na interpretação, combinando a preocupação, mais, a responsabilidade social, com o modo e a matéria veiculada pelos meios de comunicação:

My argument is not that there was in England one generation ago, an urban culture still very much 'of the people' and that now there is only a mass urban culture. It is rather that the appeals made by mass publicists are for a number of reasons made more insistently, effectively, and in a more comprehensive and centralised form than they were earlier; that we are moving towards the creation of a mass culture (...) and that the new mass culture is in some important ways less healthy than the often-crude culture it is replacing. (Hoggart, 1958/2017, p. 9)

Stuart Hall, convidado por Hoggart a integrar o novel centro, traria um olhar mais polifacetado aos estudos culturais: por um lado, um comprometimento político com a Nova Esquerda britânica que, de certo modo, vai ditar prioridades temáticas, como classe, raça ou género na determinação de identidades culturais e suas representações, como nos diz na sua famosa comuni-

cação apresentada no Colóquio do Conselho Europeu, 1973, dedicado ao tema “‘Training in the Critical Reading of Television’: My purpose is to suggest that, in the analysis of culture, the inter-connection between societal structures and processes and formal or symbolic structures is absolutely pivotal” (Hall, 1973, p. 1). Embora mais frequentemente associado a uma revisão da ideologia marxista expressa, nomeadamente, no radicalismo estudantil europeu, sobretudo francês, e idênticas manifestações nos Estados Unidos da América, o movimento viria a explorar conceitos como cultura popular, subculturas, contraculturas, culturas das minorias, os quais passam a ocupar a centralidade da análise e da abordagem plural da ideia de cultura. Por outro lado, atenta-se na relação entre cultura e comunicação – “encoding and decoding” ((Hall, 1973) – torna-se um mantra entre os estudiosos desta área que cada vez mais se afirma multifacetada, interdisciplinar, pouco submissa a barreiras.

A ênfase nas transformações sociais, tão acentuadas no período após as guerras mundiais e durante a vigência do plano Marshall, que não sendo um universal, tocou de modo significativo o *modus vivendi* de culturas em vários continentes, apresentava-se como um novo livro a ser lido em que os protagonistas eram facilmente identificáveis com o vizinho, o colega, o próprio indivíduo. Os moinhos de vento de Cervantes encarnavam a agigantada máquina administrativa, os novos processos de produção, exigentes de uma nova literacia, de outras competências e Raymond Williams, que, tal como Hall, provinha da classe trabalhadora, interpretaria esse contexto em ensaios que se nos tornaram familiares: *Culture and Society*, 1958, e *The Long Revolution*, 1961, assinalam a pujança das então novas abordagens, entrando em consumada ruptura com o conceito arnoldiano de cultura – “the best that has been thought and written” (*Culture and Anarchy*, 1869). A ruptura tinha, obviamente, um fundamento politizado, uma visão provinda do materialismo dialéctico, à luz das necessidades e do contexto tecnológico e financeiro de então. Mas tinha, igualmente, uma visão académica mais aberta do que as práticas lectivas e investigativas vigentes: para interpretar “todo um modo de vida”, nas palavras de Williams, (1961), havia que apostar na multidisciplinaridade, recorrendo aos saberes nascidos na sociologia e na antropologia. Havia dados e metodologias a aprender nesses domínios, desde, por exemplo, os polémicos contributos de Margaret Mead (1901-1978) na esfera da investigação antropológica, com a criação da escola de Cultura e Personalidade juntamente

com Ruth Benedict nas primeiras décadas do sec. XX<sup>1</sup>, o seu pioneirismo na área da questão dos géneros e os papéis sociais associados a cada um deles, bem como a ênfase dada à observação de comunidades onde a oralidade permanecia como dominante na comunicação e na transmissão de saberes<sup>2</sup>. No respeitante à sociologia, área de particular interesse na concepção cultural de Williams, já Durkheim, ainda no século XIX, conseguira provar que o suicídio – o gesto considerado mais individual e íntimo – se justificava pelos contextos (socio-económicos, geofísicos, estéticos etc.), ou seja, sublinhando que o social só se explica pelo social:

Facto social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais. (Durkheim, 2004, p. 47)

Apesar do enfoque sociológico sublinhado, desde logo, por Raymond Williams, e da ênfase na contemporaneidade que os estudos culturais vincam, a história traz igualmente contributos, tanto ideológicos como factuais, a começar com E. P. Thompson (fundador do movimento New Left, afirmando-se em divórcio das práticas soviéticas estalinistas e da sua acção na Revolta Húngara de 1956), consubstanciados na sua obra, *The Making of the English Working Class* (1963). Deste modo E. P. Thompson não só acentua a centralidade e relevância do homem comum, o trabalhador, como expande o escopo dos estudos culturais comprovando que, através da metodologia utilizada, os obstáculos cronológicos podem ser ultrapassados. Verifica-se, pois, que, desde os seus primórdios, os Estudos Culturais adoptaram uma perspectiva inclusiva tanto no plano político e social evidente nos focos temáticos seleccionados, como no plano metodológico, combinando saberes distintos para alcançar essa percepção gestáltica da cultura.

O reconhecimento da cultura como algo dinâmico, implicou a inclusão, por vezes predomínio, de novas posturas de análise e, talvez mais controverso, a admissão que a carga política do materialismo dialéctico tinha conotado os Estudos Culturais com essa perspectiva, alheando-se de outras leituras possíveis.

<sup>1</sup> Cf. <https://anthropology.ua.edu/theory/culture-and-personality/>

<sup>2</sup> Cf. Mead, Margaret. *Coming of Age in Samoa: A Psychological Study of Primitive Youth for Western Civilisation*, 1928. Mariner Books, rpt. 2001; *Culture and Commitment: A Study of the Generation Gap*. Bodley Head, 1970.

As metodologias estruturalistas que lhe estavam associadas careciam de novos olhares, sendo a crítica mais repetida o afastamento dos Estudos Culturais daquilo a que o romântico Wordsworth, no Prefácio a *Lyrical Ballads*, 1798, chamou “a cultura do homem comum” e a adopção de uma hermenêutica erudita que roubava sentido à dicotomia entre cultura erudita e cultura popular.

A obra do sociólogo Zygmunt Bauman (publicada inteiramente em inglês a partir de 1971) viria a dar um novo fôlego a essa relação entre o leitor comum e a obra cultural. Centrada na observação e análise da contemporaneidade e no impacto dos modelos económicos nas relações humanas, familiares, afectivas ou profissionais, a sua extensa obra contempla temas apelativos: *Liquid Love*, 2003, *Liquid Fear*, 2006, *Liquid Modernity*, 2000, entre muitos outros, denotam uma redobrada atenção aos hábitos de consumo e entretenimento na tentativa de determinar a capacidade de alcance da felicidade ao ritmo acelerado em que tudo acontece. A fugacidade que identificou como marca da cultura contemporânea e que adjectiva repetidamente como, “líquida”, associa-se à análise das práticas quotidianas. Para combater tal fugacidade, torna-se fulcral o registo memorial: o conceito de memória colectiva de Maurice Halbwachs, as implicações culturais entre memória e obliúvio exploradas por Paul Ricoeur (1913/2005), mas sobretudo o estudo da memória através da literatura, das artes visuais e performativas, desenvolvidos por Aleida e Jan Assmann e Astrid Erll (2010), conducentes ao conceito de memória cultural – “the interplay of present and past in socio-cultural contexts”, ampliam o leque temático dos Estudos Culturais. Tanto no plano individual como colectivo, as memórias recontextualizadas e veiculadas pelas diversas vias artísticas actuam enquanto factores que questionam as barreiras entre os conceitos tradicionais de cultura erudita e cultura popular, como se/ nos interroga Hobsbawm em “The Predicament of High Culture Today”, trazendo à colação as transformações decorrentes das tecnologias de comunicação e reprodução vigentes. (Hobsbawm, 2012)

Este breve esboço do legado que os Estudos Culturais não pretende substituir-se a uma cronologia e a um mapeamento do seu desenvolvimento em Portugal, sobretudo considerando que o primeiro Congresso Nacional em Estudos Culturais tem lugar no berço do primeiro Programa Doutoral em Estudos Culturais Minho/Aveiro a ser acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – A3ES. Além disso, há já pesquisa desenvolvida nesse domínio e, como se verifica pelos vários contributos para os Estudos Culturais da academia portuguesa com resultados visíveis quer nos



núcleos de investigação, quer nas propostas cursais aos diversos níveis.

Na esteira da tradição plural brevemente delineada, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa criou um Programa de Cultura e Comunicação que inclui uma licenciatura, um curso de Mestrado e um de Doutoramento em Estudos de Cultura, com os seguintes objectivos registados no site institucional:

Integrado no Programa de Cultura e Comunicação, o Doutoramento em Estudos de Cultura oferece formação avançada no cruzamento das tradições das ciências da cultura e estudos culturais e organiza-se em três eixos temáticos: Matrizes da Cultura: Identidades e Poder; Comunicação, Discurso e Sociedade; Gestão de Tendências e da Cultura.

Apresenta uma pluralidade de perspectivas metodológicas e teóricas e contribui para a adequação da investigação a uma realidade sociocultural mutável, estabelecendo um diálogo transdisciplinar entre as áreas das ciências sociais e das humanidades e estimulando, ao mesmo tempo, o conhecimento e estudo de novas áreas.

Propicia cruzamentos particularmente relevantes entre comunicação, filosofia, sociologia cultural, ciências da linguagem, história, gestão cultural, estudos dos média, indústrias criativas, políticas culturais. Este doutoramento está desenhado e orientado tanto para um perfil académico como para um percurso no sector da cultura ou na esfera empresarial.<sup>3</sup>

A actual oferta lectiva contempla tendências várias e o Centro de Estudos Anglísticos tem vindo a explorar linhas de teorização que questionam antinomias anteriores e descortinam complementaridades, assim enriquecendo o estudo da cultura nas suas diversas vertentes. Relembre-se, a propósito, a reflexão de John Storey sobre cultura erudita, cultura popular e cultura de massas em *Cultural Theory and Popular Culture: an Introduction*, na sua 9ª edição (Routledge, 2021). Para além da atenção dada às questões já mencionadas de classe, raça, género, as relações entre ideologias e materialismo nas suas diversas acepções são abordadas abrindo a outras reflexões sobre o pós-modernismo, as sociedades materialistas e o consumismo, como as do filósofo Gilles Lipovetsky, nomeadamente, em *O Império do Efêmero: a Moda e Seu Destino nas Sociedades Modernas* (1989) e o seu conceito fundante de hipermodernidade.

Também Eric Hobsbawm, em ensaios como os reunidos em *Fractured Times. Culture and Society in the Twentieth Century*, publicado postumamente em 2012, aproxima o olhar do historiador das manifestações artísticas, visuais

<sup>3</sup> Cf. <http://creativecultures.letras.ulisboa.pt/index.php/doutoramento/>

e musicais, dos contextos de culturas contemporâneas, não podendo cair no esquecimento conceitos tão marcantes como o de ‘indústrias criativas’ cunhado por Adorno e Horkheimer (2002) em resultado das suas constatações sobre a cultura norte-americana sobretudo durante os seus tempos de exílio ali. Tais conceitos alicerçam unidades lectivas desde o 1º nível, dedicadas à gestão cultural, à cultura popular americana, ou seminários de mestrado, como Cultura visual e ressignificações intermédia, bem como projectos desenvolvidos no âmbito das unidades de investigação em diálogo com a sociedade externa à academia como o Beyond Creative, com acções como Workshops e Masterclasses e Mentorias e Competição de Projectos Criativos.

Hobsbawm, pese embora toda a sua argúcia e capacidade visionária, ainda se questionava quanto ao papel da criatividade na abordagem mais ampla da cultura:

In my *Age of Extremes* I wrote: ‘Why brilliant fashion designers, a notoriously non-analytic breed, sometimes succeed in anticipating the shape of things to come better than professional predictors, remains one of the most obscure questions in history.’ I still don’t know the answer. (...) On the whole late capitalism has provided a good living for more creative people than ever before, but it has fortunately not made them satisfied either with their situation or with society. (Hobsbawm, 2012, p. 6)

Todavia, reconhece a prevalência da inquietação que induz a demanda de respostas, ou, no mínimo ao colocar de questões pertinentes para o aqui e agora, no tempo fluído descrito por Bauman e tantos outros. Neste sentido, a inter e trans-disciplinaridade características dos Estudos Culturais desde a primeira hora deram azo a formulações que ultrapassaram as contendas iniciais entre Arnoldianos e/ ou Eliotianos e os defensores das propostas culturais. O recuo a momentos pretéritos adoptando perspectivas e metodologias dos Estudos Culturais está patente nas investigações dedicadas, nomeadamente, à escravatura, em que a combinação da pesquisa bibliográfica se associa à antropológica e histórica, reverberando em obra teórica ou produção fílmica, presentemente com outras opções tecnológicas de produção e visualização. Outro exemplo, diria já consolidado, tem a ver com os estudos de género, primeiramente focalizados na condição da mulher, recuando a épocas passadas, desde a medievalidade até aos movimentos sufragistas do século XIX e feministas, nas suas várias fases, conheceram um aprofundamento teórico assinalável, de

Beauvoir a Carole Pateman e, simultaneamente, um alargamento do seu campo de análise, dedicando-se a questões de géneros com obras como *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, 2006, de Judith Butler, ou *LGBT Studies and Queer Theory. New Conflicts, Collaborations, and Contested Terrain*, 2006, de Karen Lovaas.

O exercício investigativo realizado no âmbito dos Estudos Ingleses e Americanos concretiza-se, igualmente, no cruzamento de áreas, das mais tradicionais, às mais recentes, como os Estudos Culturais sempre promoveram. Assim, a linguística, os estudos tradutológicos e a análise do discurso conversam com a cultura desenvolvendo a esfera da comunicação intercultural; os estudos de literatura respondem às questões culturais através dos universos ficcionais ou ensaísticos permitindo ao estudioso *espreitar* ambientes e tentear mentalidades de outro modo inacessíveis; em simultâneo, a obra utópica ou distópica confia-nos esperanças e medos de futuros mais ou menos distantes. O projecto de Ficção Científica e Fantasia em que o CEAUL tem vindo a trabalhar, reunindo membros de diferentes ramos da investigação – Literatura e Cultura Inglesa, Estudos Americanos – com forte incidência em estudos de artes visuais (cinema, séries televisivas, jogos – é exemplo desse apelo de visões sociais alternativas.

A investigação dos nossos dias radica num ambiente de diálogo entre os diferentes ângulos de abordagem, bem diferente dos relatos que me chegaram, ainda aluna, de um passado, não muito longínquo, em que quem lia Raymond Williams poderia ser denunciado às autoridades políticas coetâneas e sofrer consequências, no mínimo, em termos de carreira. Ou, um pouco mais tarde, de forma talvez um pouco mais subtil, uma certa expurga nas leituras programáticas recomendadas. Ou o simples desvalorizar de áreas ou tópicos porque menores, sem interesse ou valor evidentes. Um cânone mais ou menos implícito teimou em prolongar-se em alguns casos, e quanto mais implícito ou indizível, mais difícil de rebater. São memórias que convém guardar para não se resvalar para erros semelhantes.

A propósito de memória, os estudos de memória comungam dessa interdisciplinaridade própria dos Estudos Culturais, com fontes teóricas que vão desde a medicina, com estudos sobre trauma e outras afectações da memória até aos mais velhos exemplos de livros de memórias, biografias e autobiografias. Também neste específico domínio os Estudos Culturais têm apontado a multiplicação de potenciais objectos de estudo. A Guerra Mundial I, a chamada Grande Guerra, por exemplo, tem vindo a ser estudada do ponto de

vista das memórias individuais – *Forgotten Voices of the Great War* (Arthur, 2004) – constitutivas da memória cultural e, portanto, da identidade colectiva (Assmann, 1995). Dissertações sobre Patti Smith e o seu *M Train*, ou sobre as crónicas de Bob Dylan demonstram essa influência, aliás, não só entre nós, mas também entre os decisores do prémio Nobel. Até o aceso debate em torno da escolha de Dylan constitui uma lufada de renovação de critérios.

Estes últimos anos, marcados pela Pandemia e pela alteração dos hábitos de trabalho, convívio, académico, familiar e outros, suscitou novas interrogações, entre elas o peso, positivo e negativo, da globalização (aspecto que parecia já não trazer propriamente matéria nova), tanto a nível da mobilidade humana, como das dependências económicas e a valoração dos laços afectivos ao vivo ou apenas virtualmente; as variantes geracionais, o papel da ciência, das instituições estatais, as vivências na cidade, tudo foi objecto de exame. E, mais uma vez, grupos de investigadores se uniram (virtualmente) criando workshops online, no âmbito do projecto “SHARE – Saúde e Humanidades: Actuando em Rede”, desenvolvendo técnicas de análise do fenómeno em termos culturais e ajudando a levantar o moral colectivo com o Kit Covid19 Medicina Narrativa. A Guerra que agora ocupa o palco europeu, mas suscitando óbvias repercussões num âmbito mais alargado, induzem a novas reflexões sobre cultura(s) e política.

Considerando o legado dos fundadores do Centro de Estudos Culturais de Birmingham, o CEAUL tem-se empenhado na constante actualização teórica e de resposta aos desafios emergentes, como a pandemia ou, agora, a guerra, geradores de tensões e tendências paradoxais, solidariedades sem barreiras e entrincheiramentos comunitários. A análise do(s) objecto(s) de estudo, a descodificação dos seus significados com base nas premissas teóricas adequadas e o subsequente debate crítico constituem os instrumentos metodológicos imprescindíveis para o investigador captar o sentir do presente, traçar a memória cultural e, assim, delinear as cartografias do século XXI. Para estudar o gesto e a obra humanos há, efectivamente, que olhar para “todo o seu modo de vida”.

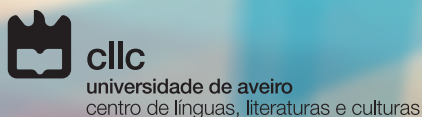
## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno & Horkheimer. (2002). The culture industry: Enlightenment as mass deception. In G. S. Nom (Ed.), *Dialectic of enlightenment. Philosophical fragments* (pp-94-136). Stanford University Press.
- Arnold, M. (2009/1869). *Culture and anarchy*. Oxford University Press.
- Arthur, M. (2004). *Forgotten voices of the Great War*. UNKNO.
- Assmann, J. (1995). Collective memory and cultural identity. *New German Critique - Cultural History/Cultural Studies*, (65), 125-133.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Polity Press.
- Bauman, Z. (2003). *Liquid love: On the frailty of human bonds*. Polity Press.
- Bauman, Z. (2006). *Liquid fear*. Polity Press.
- Butler, J. (2006). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge.
- Durkheim, É. (2004). *As regras do método sociológico*. Editorial Presença.
- Erlil, A. & Nünning, A. (Eds.). (2010). *A companion to cultural memory studies*. De Gruyter.
- Hall, S. (1973). Encoding and decoding in television discourse. *University of Birmingham, Centre for Contemporary Cultural Studies*.
- Hobsbawm, E. (2012). *Fractured times. Culture and society in the Twentieth Century*. Little Brown.
- Hoggart, R. (2017/1957). *The uses of literacy*. Routledge.
- Lipovetsky, G. (1989). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. D.Quixote.
- Lovaas, K. (2006). *LGBT studies and queer theory. New conflicts, collaborations, and contested terrain*. Routledge.
- Mead, M. (S/d). <https://anthropology.ua.edu/theory/culture-and-personality/>
- Mead, M. (1970). *Culture and commitment: A study of the generation gap*. Bodley Head.
- Mead, M. (2001/1928). *Coming of age in Samoa: A psychological study of primitive youth for Western Civilisation*. Mariner Books, RTP.
- Ricoeur, P. (2005/1913). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Editions Seuil.
- Storey, J. (2021). *Cultural theory and popular culture: an Introduction*. Routledge.
- Thompson, E. P. (2013/1963). *The making of the English working class*. Penguin.
- Williams, R. (1965/1961). *The long revolution*. Penguin.
- Williams, R. (1983/1958). *Culture and society:1780-1950*. Columbia University Press.
- Wordsworth, W. & S. T. Coleridge. (2013). Preface. F. Stafford. (Ed.), *Lyrical Ballads: 1798 and 1802*. Oxford University Press.
- <http://creativecultures.letas.ulisboa.pt/index.php/doutoramento/>

Originada no 1.º Congresso da Rede de Estudos Culturais (RNEC), subordinado ao tema *Cartografias, Desafios e Possibilidades*, realizado nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2022 na Universidade de Aveiro, a publicação *Estudos Culturais em Portugal: cartografias, desafios e possibilidades*, reúne contributos de muitos dos participantes nesse evento.

Para além dos relatos e das informações que os vários colaboradores deste livro apresentam sobre as instituições em que estão inseridos, pondo em evidência as múltiplas possibilidades e direções investigativas que os Estudos Culturais assumem no contexto português, há um denominador comum, ou uma *keyword* que, de uma ou de outra forma, atravessa todas as contribuições. Essa palavra de ordem é “interdisciplinaridade” e surge como uma marca epistemológica dos próprios Estudos Culturais.

Sobre este tema o leitor poderá certamente deparar-se neste livro com diversas visões, podendo ainda encontrar neste volume uma visão panorâmica elucidativa dos Estudos Culturais em Portugal.



---

#### FINANCIAMENTO



Projeto: UIDP/04188/2020